

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

THAIS PEREIRA DA SILVA

JUVENTUDE E A PROTEÇÃO INTEGRAL: memórias do acolhimento
institucional

**FRANCA
2023**

THAIS PEREIRA DA SILVA

**JUVENTUDE E A PROTEÇÃO INTEGRAL: memórias do acolhimento
institucional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Cristina Piana

**FRANCA
2023**

S586j

Silva, Thais Pereira da
JUVENTUDE E A PROTEÇÃO INTEGRAL:
MEMÓRIAS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL /
Thais Pereira da Silva. -- Franca, 2023
207 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e
Sociais, Franca
Orientadora: Maria Cristina Piana

1. Acolhimento institucional. 2. Juventudes. 3.
Proteção social. 4. Políticas públicas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados
fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

THAIS PEREIRA DA SILVA

JUVENTUDE E A PROTEÇÃO INTEGRAL: memórias do acolhimento institucional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profa. Dra. Maria Cristina Piana

1º Examinadora: _____
Profa. Dra. Nayara Hakime Dutra.

2º Examinadora: _____
Profa. Dra. Lúcia Aparecida Parreira

Franca, _____ de _____ de 2023.

Dedico às crianças, adolescentes e aos jovens
suas famílias, redes e afetos
que tiveram a vida atravessada pela medida protetiva de
acolhimento institucional

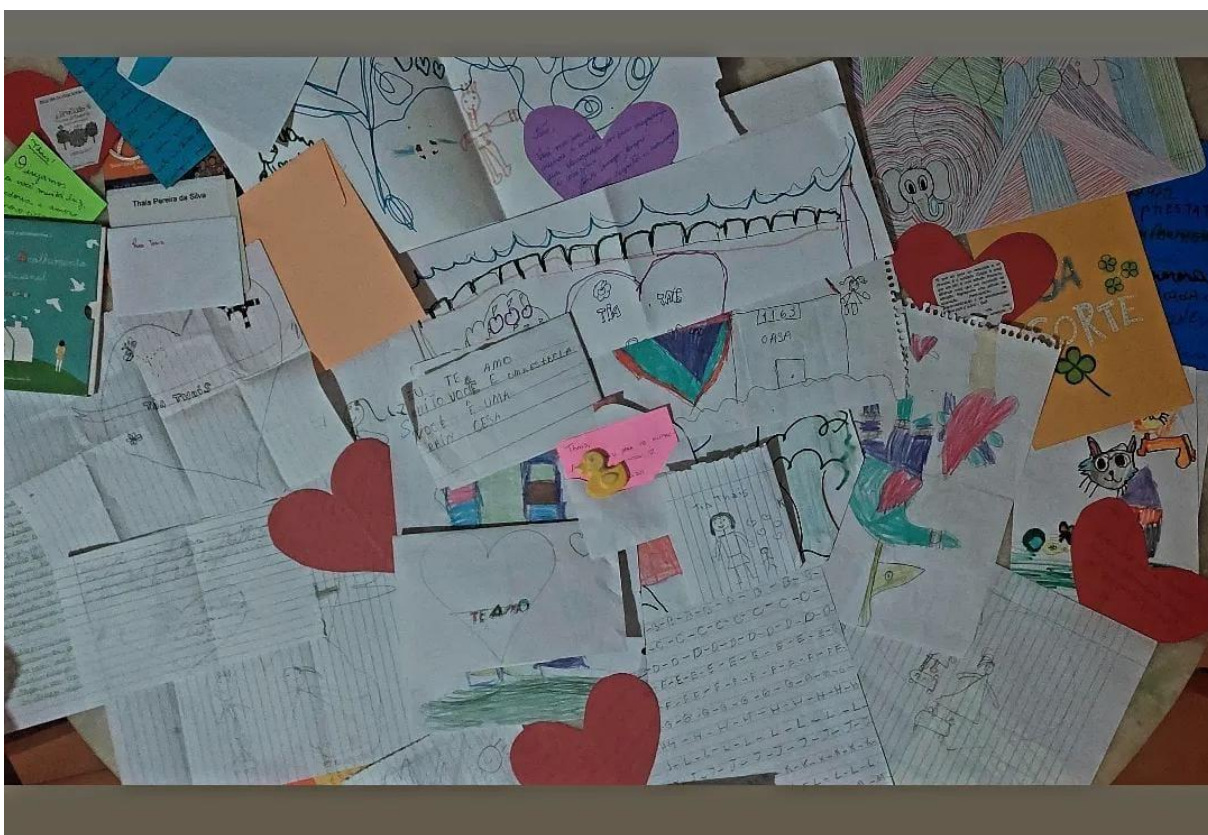
Dedico com gratidão e carinho
Todos os esforços, alegrias e desafios desta
pesquisadora
As trabalhadoras e trabalhadores do SUAS
Gratidão a minha família e amigos
Ao fim, só o amor fica

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil desenhar com letras tantas vidas, a minha, a SUAS a deles. Consegui redigir essa dissertação graças à valiosa assistência de uma ampla rede de apoio, composta por pessoas que dedicaram de alguma forma, seu tempo, seu afeto e suas histórias. Sou imensamente grata a todas elas. Além disso, essa rede inclui comunidades que me proporcionaram suporte, diálogo e conhecimento. Expresso minha gratidão a todas/todos os que contribuíram para o desenvolvimento contínuo da minha voz acadêmica e pessoal ao longo dessa jornada e suportaram ao meu lado todos os ataques que um Sistema de Garantia Direitos egotista pode proporcionar.

Gratidão ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PGSS) pela oportunidade de poder ser respeitada como pesquisadora em meu processo de análise e criação.

Memórias de uma tia.



Fotografia feita pela autora com breve exposição de cartas, desenhos e lembranças sobre sua atuação no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

RESUMO

SILVA, Thais Pereira da. **Juventude e a proteção integral**: memórias do acolhimento institucional. 2023. 209 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Franca/SP, 2023.

O presente estudo aborda a trajetória dos jovens egressos dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – (SAICA), que foram desacolhidos em razão de atingirem a maioridade. Considerando o papel fundamental desses jovens na formação da "juventudes" brasileiras. O objetivo central da pesquisa é compreender a realidade desses jovens após o acolhimento institucional, avaliando a efetivação das políticas públicas de assistência social voltadas para esse público. A análise se inicia com uma contextualização das raízes sócio-históricas do fenômeno das juventudes no Brasil, considerando o paradigma da institucionalização de crianças e adolescentes. A pesquisa também explora os marcos legais e os avanços propostos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na busca de soluções para os desafios decorrentes da política de assistência. Questões centrais surgem: O que o sistema oferece aos jovens desligados de forma compulsória diante da maioridade civil? O que se têm no alcance das políticas públicas para essa nova fase de suas vidas? Para onde irão estes jovens após o desacolhimento? Eles saem com “emprego”, “possuem estes um local para viver”, ou apenas são desligados do serviço iniciando suas vidas por si próprios?. O estudo pretende responder a essas indagações por meio das memórias e perspectivas dos próprios jovens. Ressalta-se a importância das normativas estabelecidas para o serviço de acolhimento, bem como as Orientações Técnicas de acolhimento para Crianças e Adolescentes. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando a análise bibliográfica de legislações, normas e autores que tratam das temáticas da proteção social, juventudes e acolhimento institucional. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas abertas semiestruturadas com os jovens egressos, utilizando categorias teóricas como Juventudes, Política de Assistência, Acolhimento, Historicidade e Totalidade. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desempenha um papel essencial na defesa e resgate dos direitos da população excluída e vulnerável, incluindo os jovens egressos do acolhimento institucional. A pesquisa busca, assim, compreender como as políticas públicas de assistência social abordam essa fase de transição para a vida adulta e independente. Através da análise das memórias e perspectivas dos jovens, espera-se contribuir para a efetivação do direito à cidadania e dignidade inerente à juventudes, promovendo uma atuação mais eficaz do SUAS e a construção de uma sociedade mais justa e protegida.

Palavras-chave: Acolhimento institucional. Juventudes. Proteção social. Políticas públicas.

ABSTRACT

The present study addresses the trajectory of young people who have exited Institutional Shelter Services for Children and Adolescents (SAICA), having left due to reaching legal adulthood. Considering the crucial role of these young individuals in shaping Brazilian "youthhood." The central aim of the project is to comprehend the reality of these youths after institutional care, assessing the effectiveness of public social assistance policies directed towards this demographic. The analysis commences with contextualizing the socio-historical roots of the youth phenomenon in Brazil, considering the paradigm of institutionalization of children and adolescents. The research also explores the legal frameworks and advancements proposed by the Statute of the Child and Adolescent (ECA) in seeking solutions to the challenges arising from social assistance policies. Central questions emerge: What does the system offer to youths involuntarily discharged upon legal adulthood? What do public policies encompass for this new phase of their lives? Where will these youths go after leaving care? Do they exit with "employment," "have a place to live," or are they simply disconnected from services, starting their lives on their own? The study aims to address these inquiries through the memories and perspectives of the young individuals themselves. The importance of established regulations for the care service, as well as Technical Guidelines for the Care of Children and Adolescents, is emphasized. The research adopts a qualitative approach, utilizing bibliographical analysis of legislations, norms, and authors dealing with themes of social protection, youth, and institutional care. Data collection will be conducted through semi-structured open interviews with the young individuals who have exited the care system, utilizing theoretical categories such as Youth, Social Assistance Policy, Shelter, Historicity, and Totality. The Unified Social Assistance System (SUAS) plays an essential role in advocating for and rescuing the rights of excluded and vulnerable populations, including young individuals who have exited institutional care. Thus, the research aims to comprehend how public social assistance policies address this transitional phase into adulthood and independence. Through analyzing the memories and perspectives of the young individuals, it is hoped to contribute to the realization of the right to citizenship and inherent dignity of youth, promoting a more effective operation of SUAS and the construction of a fairer and more protected society

Keywords: Institutional care. Youth. Social protection. Public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organização dos Serviços de Proteção Social Básica.....	38
Figura 2 - Organização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	39
Figura 3 - Organização dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	39
Figura 4 - Representação gráfica das seguranças afiançadas pelo SUAS	43
Figura 5 - Acolhimentos Institucionais	46
Figura 6 - Lista de Normativas em ordem cronológica	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJUVE	Estatuto da Juventude
EM	Ensino Médio
ES	Ensino Superior
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
GPS	<i>Global Positioning System</i> ou Sistema de Posicionamento Global
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAF	Plano de Acompanhamento Familiar
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PAS	Política de Assistência Social
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
PPGSS	Programa de Pós Graduação em Serviço Social
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PSE	Proteção Social Especial
SAICA	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SIM/MS	Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde FBSP Fórum Brasileiro de Segurança Pública
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESP	Universidade Estadual Paulista
WHA	World Health Assembly

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - AS RAÍZES SÓCIO-HISTÓRICAS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	22
1.1 O acolhimento institucional na história e os primeiros indicativos da proteção da infância na Europa	23
1.2 A trajetória da infância e adolescência no Brasil Colônia e a consolidação do Acolhimento Institucional, um retrato da exploração portuguesa	27
1.3 O Sistema Único de Assistência Social: as seguranças afiançadas pelo SUAS e o trabalho no acolhimento institucional no Brasil	35
CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES E A PROTEÇÃO INTEGRAL	50
2.1 As fases do desenvolvimento humano: impactos dos estudos da infância na compreensão da adolescência e juventudes	51
2.2 O mundo do trabalho: as juventudes e o discurso do bom trabalhador	55
2.3 Juventudes em conflito: a dicotomia entre a busca pela vitalidade e a realidade violenta.....	64
CAPÍTULO 3 - O PERCURSO METODOLOGICO DA PESQUISA	68
3.1 “Alô, Tia, Lembro Sim!”: os contatos iniciais para entrevista.....	78
3.2 “Entra, a Casa é Sua”: apresentação dos jovens e o cenário da pesquisa	82
3.3 “Meu Baú de Memórias”: relatos da chegada ao serviço de acolhimento	84
3.4 “Quem São os Meus?”: análise sobre a família, convivência e proteção	99
3.5 “Para Maiores de 18”: o desligamento, a despedida e o recomeço	113
3.6 “Presente!”: o desafio de viver o agora	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS	147
BIBLIOGRAFIA	153
APÊNDICES	157
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com os jovens	157
APÊNDICE B - Tabela transcrição das respostas conforme roteiro de entrevista	159
ANEXOS.....	205
ANEXO A - Folha de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).....	205

INTRODUÇÃO

Você Aprendeu a Amar?

Todos os dias, Floyd's morrem na América
E João Pedro's morrem no Brasil
Enquanto isso, o vírus do egoísmo
Se espalha até onde ninguém viu

Isso me faz pensar
Se quem diz conhecer o amor
Realmente aprendeu a amar
Isso me faz pensar
Se o amor é o verbo
Que faz agir e não só falar

Eu já vi tanta gente que dizia saber curar
Passando reto por quem só sentia dor (ah, ah, ah)
A incoerência da fé que diz: Deus é amor
E discursa ódio em nome do temor (ah, ah, ah)

Todos os dias, almas choram em silêncio
Clamando por justiça no Brasil (Brasil, uh, uh, yeah)
Enquanto isso, o trono da injustiça
Se instala até onde ninguém viu (até onde ninguém viu)

(Música: Você Aprendeu a Amar? Priscilla Alcantara –
Participação de Emicida; 2022)

A letra da música “Você Aprendeu a Amar?” traz à tona questões profundas sobre a natureza humana e a justiça social. A mensagem contida na música se conecta de forma significativa com o contexto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes e a proteção social.

A música aborda a realidade de injustiças e desigualdades presentes na sociedade, mencionando casos de violência e mortes que ocorrem tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Esses fatos trágicos ressaltam a necessidade de reflexão sobre a naturalização da violência e as desproteções sociais.

A pergunta central da música “Isso me faz pensar / Se quem diz conhecer o amor / Realmente aprendeu a amar” sugere que a compreensão do amor vai além das palavras e requer ações concretas de cuidado. Nesse sentido, a presente pesquisa trata sob o viés do acolhimento institucional a importância da coerência entre o discurso e a ação.

O preparo dessa pesquisa, muito provavelmente produzirá outro sentido para aqueles que estão presentes nessa realidade, mas para aqueles que estão chegando

agora, gostaríamos de apresentar o contexto afetivo da origem do tema pesquisado. Essa dissertação é uma grata oportunidade de partilhar como as escolhas ou a ausência delas, trouxeram a autora ao universo do acolhimento institucional e por fim aos jovens que aqui serão apresentados.

Desde o memorial que precedeu a elaboração desta dissertação, empenhamo-nos em uma estruturação meticulosa para introduzir a história da pesquisadora em relação ao seu tema pesquisa. Portanto, pedimos a gentil paciência do leitor para nos acompanhar em uma breve analogia que emprega as palavras “chave” e “cadeado” como símbolos que representam a noção de escolha. Tais escolhas podem envolver a decisão de partir ou permanecer, de abrir ou fechar, de tentar ou desistir, e assim por diante.

Chave e Cadeado nº 1 – O Caminho na Educação. Sua chegada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), na cidade de Franca-SP, ocorreu em 2012, no curso de Serviço Social. Confessa que desde os tempos da pré-escola, quando tinha apenas que colocar o lanche na bolsa e lembrar seu nome, aguardava ansiosamente por esse momento. De fato, dedicou boa parte de sua infância e juventudes a esse sonho de ingressar no Ensino Superior. Acredita profundamente no poder transformador da educação, um valor que sempre foi enfatizado em sua casa, especialmente por sua mãe, uma jovem mãe. E foi no último ano da faculdade que a bolsa de iniciação científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e proporcionou-lhe sua primeira imersão mais profunda no universo da pesquisa, concedendo-lhe um ano intenso repleto de experiências enriquecedoras e permitindo-lhe vivenciar plenamente todos os pilares fundamentais disponíveis na UNESP.

Chave e Cadeado nº 2 – A Atuação no Serviço Social. São quase 7 anos desde o início dessa profissão que a constitui e a ajuda a se manter íntegra. Agora, com o diploma em mãos, inicia-se outra significativa questão: a inserção no mercado de trabalho. Passaram-se meses exaustivos, entre entrevistas e candidaturas. Com o passar do tempo, tornou-se evidente a necessidade de considerar oportunidades que estivessem distantes de sua formação acadêmica. Cansada das recusas para posições como assistente social, voltou sua atenção para o processo de seleção como educadora social. Investigou, aprofundou-se na descrição da vaga e compareceu à entrevista.

Chave e Cadeado nº 3 – A Experiência Profissional. Com 23 anos, a

pesquisadora deu início à sua trajetória como Educadora Social residente. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS), essa função engloba indivíduos ou casais que trabalham em unidades de acolhimento, fornecendo cuidados a grupos de até 10 crianças e/ou adolescentes. Contudo, o que frequentemente não é compartilhado são os dias em que se acorda sentindo-se como participante de um desafio chamado “No Limite”; as demandas psicológicas, os longos períodos de isolamento ou convivência restrita e a carga de afazeres domésticos constituem uma das profissões que mais demandam esforço.

As observações desvalorizantes vindas do exterior a incomodavam, especialmente aquelas que associavam o diploma a um *status* que, na realidade, não correspondia à sua situação. Afinal, cuidar de pessoas em tempo integral, desempenhando o papel de mãe social, não é amplamente reconhecido como trabalho em nossa sociedade, não é mesmo?

Foi dentro da instituição de acolhimento, em meio a frases como “você foi a pior coisa que me aconteceu” e “obrigada por não desistir de mim”, que a pesquisadora testemunhou o verdadeiro significado de resistência. A cada batida em uma porta por um adolescente angustiado, ou o tremor de janelas que ecoavam sua agitação, ali havia vida; era um modo único de expressar que as coisas não estavam bem. Essa experiência englobou uma série de momentos marcantes: o primeiro bebê acolhido, a primeira vez que uma adoção se concretizou, o desafio de lidar com a devolução de uma criança (sim, essas situações são reais), os desligamentos e as despedidas sem respostas, o processo de aprendizado sobre questões psiquiátricas, a arte de colaborar com a equipe técnica e compreender o papel como educadora, o primeiro estudo de caso e o desenvolvimento contínuo de habilidades por meio da formação profissional. Todas essas experiências proporcionam conhecimentos e emoções que os livros sozinhos não poderiam oferecer.

Chave e Cadeado nº 4 - Estar Assistente Social. No contexto da equipe técnica entre os anos de 2017 e 2020, a pesquisadora desempenhou o papel de Assistente Social de maneira singular, com uma abordagem que por vezes a alinhava mais com seus pares, as educadoras sociais, do que com o modelo tradicional de atuação do assistente social. Um trabalho que transcende as normativas, representando compromisso com vidas humanas em constante tomadas de decisões. Durante esse período, a equipe estudou minuciosamente os percursos dos jovens que estavam prestes a serem desligados, devido à maioria, compartilhando

inseguranças e desafios ante as necessidades e desproteções dessa realidade. É por esses motivos que essas dedicadas profissionais estão profundamente entrelaçadas nos detalhes dessa pesquisa.

Nesse sentido o tema **“Juventude e Proteção Integral: Memórias do Acolhimento Institucional”** parte da experiência profissional da pesquisadora, quando iniciou trabalho como educadora social residente, no ano de 2016, em uma unidade de acolhimento na modalidade Casa-lar¹. Foi no exercício desta função, identificada como mãe social, categoria que representa a figura que exerce os cuidados diários e convivência dentro das casas-lares em jornada de dedicação integral, que a profissão possibilitou proximidade e vinculação junto às crianças e adolescentes que ali permaneciam sob seus cuidados e abriu caminhos para as análises deste trabalho científico.

A pesquisa dedica-se em investigar a realidade dos jovens egressos do acolhimento institucional, desligados de forma compulsória em razão de sua maioridade civil e a efetivação das políticas públicas de assistência social dirigidas a esse público. É diante destes desacolhimentos e despedidas, que os jovens, no geral, encontram-se naquele momento de fragilidade dos vínculos familiares e comunitários e o marco da maioridade retira-os também da cobertura instituída historicamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990).

Os desligamentos por maioridade não são uma mera questão administrativa; este debate deve ser fomentado por toda a rede do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), seja no processo de transição e preparação para o desligamento ou na promoção de proteção nas fases iniciais da vida adulta.

Sendo assim, é muito importante reconhecer que compete ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a oferta dos Serviços de Acolhimento, diante as situações de abandono e violações de direitos, ausência de referências familiares e/ou comunidade e o rompimento dos vínculos familiares ou necessidade de afastamento provisório do convívio familiar.

Os Serviços de Acolhimento integram a Proteção Social Especial de Alta

¹ Modalidade de Acolhimento Institucional oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e/ou adolescentes. As casas-lares têm a estrutura de residências privadas, podendo estar distribuídas tanto em um terreno comum, quanto inseridas, separadamente, em bairros residenciais. As casas-lares são definidas pela Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, devendo estar submetidas a todas as determinações do ECA relativas às entidades que oferecem programas de abrigo.

Complexidade (PSEAC). Esses serviços são organizados pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2014), que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar (PNCFC) (BRASIL, 2005).

No presente Plano, adotou-se o termo Acolhimento Institucional para designar os programas de abrigo em entidade, definidos no Art. 90, Inciso IV, do ECA, como aqueles que atendem crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo, aplicadas nas situações dispostas no Art. 98. Segundo o Art. 101, Parágrafo Único, o abrigo é medida provisória e excepcional, não implicando privação de liberdade. O Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes pode ser oferecido em diferentes modalidades como: Abrigo Institucional para pequenos grupos, Casa-lar e Casa de Passagem. Independentemente da nomenclatura, todas estas modalidades de acolhimento constituem 'programas de abrigo', prevista no artigo 101 do ECA, inciso VII, devendo seguir os parâmetros dos artigos 90, 91, 92, 93 e 94 (no que couber) da referida Lei (BRASIL, 2005).

Estes serviços devem funcionar como moradia provisória e excepcional até que a criança ou adolescente possa retornar ao convívio com a família de origem, extensa ou ampliada, ou, em último caso, seja colocada em família substituta por meio da adoção. Destaca-se ainda que, o afastamento do convívio com a família exige a aplicação de medida protetiva de acolhimento pela autoridade competente.

A pesquisa em tela advém da busca em reconhecer a inquietação que o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) propaga frente o cotidiano de difíceis vivências, seja esta a negligência, o abandono e a violência, não só física, mas também psicológica, sexual e institucional, que produzem marcas significativas na história pessoal de cada um dos sujeitos dessa dinâmica.

O desacolhimento por maioria é uma problemática social que deve ultrapassar os muros das instituições de acolhimento, visto que o acolhimento deve pressupor um lugar de ensaio para a vida adulta e não um processo de maturação forçado baseado no sentido da sobrevivência. Para a efetiva garantia destas seguranças, conta-se ainda com a articulação entre as políticas sociais, serviços e programas para a população e diz respeito ao acesso a bens públicos.

Essa pesquisa apresentou como objetivo geral conhecer a realidade dos jovens egressos do acolhimento institucional, desligados de forma compulsória em razão de sua maioria civil e a efetivação das políticas públicas de assistência social dirigidas

a este público. Além disso, propôs como objetivos específicos: 1. relacionar a política de assistência social brasileira e suas seguranças afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) frente à temática das juventudes; 2. investigar como ocorre a atuação do sistema de garantia de direito no processo de desacolhimento em face da maioridade; 3. conhecer como os jovens estão constituindo suas vivências fora do acolhimento institucional e; 4. compreender como ocorre a materialização da proteção social para estas juventudes.

Destacamos que a pesquisa foi realizada em período pandêmico, sendo necessário usar de maneira estratégica o acesso aos periódicos digitais e os encontros virtuais, que trataram sobre a temática da juventude e proteção social, foram de suma importância, assim como a busca por dissertações e teses que se aproximam da temática específica do acolhimento institucional e os desligamentos efetuados em razão da maioridade dos jovens.

A dissertação segue uma organização em três capítulos, cada um iniciado com uma música de referência que tem o propósito introduzir o tema do respectivo capítulo por meio das letras musicais. No primeiro capítulo, a canção escolhida é “Saiba”, de autoria de Arnaldo Antunes e interpretada por Adriana Calcanhotto. A utilização dessa música tem a intenção de ressaltar que todos os sujeitos, desde figuras notáveis até líderes controversos, ditadores e criadores compartilharam uma origem comum como bebês. Personalidades como Einstein, Freud, Platão, bem como Hitler, Bush e Sadam Hussein, todos atravessaram a fase inicial da vida. O uso desse verso emprega uma metáfora para enfatizar que, independentemente de suas importâncias históricas ou posições sociais, todos esses indivíduos experimentaram um começo como crianças.

Essa abordagem tem a intenção de transmitir a ideia de que, mesmo diante de diferentes status sociais, tempo histórico e situações financeiras, todos os seres humanos, partilham a experiência comum de serem recém-nascidos, dependentes do apoio fraterno representado pelos cuidados parentais, para crescer e se desenvolver.

No desenvolvimento desse capítulo, diversos autores foram referenciados para embasar a pesquisa. Destacam-se as obras de Maria Luiza Marcílio, como “História social da criança abandonada” (1998) e “A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950” (2011; 2016). Além disso, as contribuições de Irene Rizzini, são relevantes, com obras como “Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil” (2006) e “O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no

Brasil” (CORTEZ, 2011). A coletânea organizada por Irene Rizzini e Francisco Pilotti, intitulada “A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil” (2009), também foi referenciada. As obras de Irma Rizzini, como “A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente” (2004) e o capítulo “Pequenos trabalhadores do Brasil” em “História das crianças no Brasil” (1999), organizado por Mary Del Priore, também desenvolvido para a fundamentação teórica deste capítulo. Além disso, o trabalho de Marcos Cezar de Freitas, “História social da infância no Brasil” (2011) foi utilizado para enriquecer a análise do tema.

No segundo capítulo da dissertação, a música escolhida como introdução para o tema é “Passarinho” de Emicida (com participação de Vanessa da Mata). Neste capítulo, abordaremos as “Políticas Públicas para as Juventudes e a Proteção Integral”, utilizando a referida canção como ponto de partida, já que a mesma trata da experiência das juventudes contemporânea, abordando seus desafios emocionais, sociais e ambientais. Ao explorar sentimentos de cansaço, reflexão, busca por sentido e enfrentamento de adversidades, a música captura a complexidade da vida dos jovens em um mundo cada vez mais violento e incerto.

A referência aos “passarinhos” sugere uma busca por liberdade e pertencimento, elementos presentes nessas análises sobre a juventudes. Os versos expressam a jornada de encontrar um lugar de proteção e acolhimento, simbolizado pelo “ninho”, mesmo que seja encontrado no peito um do outro. Essa metáfora ressalta a importância das relações interpessoais e de uma rede de apoio para os jovens enfrentarem os desafios da vida. Portanto, “Passarinho” traz elementos facilitadores para a discussão sobre as políticas públicas para as juventudes e a proteção integral, ao explorar as emoções, desafios e anseios dos jovens em um contexto de complexidade e transformação social.

Os autores de referência para a construção desse capítulo incluem: Dayse Cesar Franco Bernardi (2018), cujo trabalho “Caderno Cuidado e Proteção: Estratégias de Reordenamento da Rede de Acolhimento de Crianças e Adolescentes” contribui para a compreensão das estratégias de cuidado e proteção em acolhimentos. Giovane Antonio Scherer, autor de “Territórios Violentos e Vidas Descartáveis” (2018) e “Juventudes, (In)Segurança e Políticas Públicas: a Proteção Social no Brasil” (2017), que discute temas relacionados à juventude, segurança e políticas públicas de proteção social. Cecília Coimbra e Maria Livia Nascimento

(2005), cujo artigo “Ser Jovem, Ser Pobre é Ser Perigoso?” lança luz sobre a intersecção entre juventude, pobreza e percepções de risco. Além disso, legislações importantes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e o Estatuto da Juventude - EJUVE (BRASIL, 2013), são fundamentais para a análise das políticas públicas destinadas aos jovens. Estes documentos legais delineiam os direitos e responsabilidades dos jovens e orientam as ações do Estado em relação a eles.

No terceiro e último capítulo, é abordada a parte central de toda a pesquisa, intitulado como “Capítulo 3 - O Percurso Metodológico da Pesquisa”. As reflexões deste capítulo são embasadas por autores e obras de relevância, como a de Marilda Villela Iamamoto, autoras de “O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional” (1998), que aborda o panorama atual do Serviço Social. Antonio Carlos Gil, cujas obras “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social” (2008) e “Como Elaborar Projetos de Pesquisa” (2002) fornecem diretrizes essenciais no que tange à metodologia de pesquisa. José Paulo Netto, autor de “Introdução ao Estudo do Método de Marx” (2011), cujas contribuições são essenciais para a pesquisa no campo das ciências sociais. Laurence Bardin (2011), autor de “Análise de Conteúdo”, que oferece percepções valiosas sobre a metodologia de análise de conteúdo. Essas referências desempenham um papel fundamental na estruturação do percurso metodológico da pesquisa em respeito as abordagens utilizadas no levantamento e análise dos dados.

O capítulo começa com a música “Primeiros Erros” da banda Capital Inicial, a qual carrega uma significativa relação com a abordagem metodológica adotada na pesquisa. A música “Primeiros Erros” se relaciona diretamente com os relatos de violência, insegurança e desafios enfrentados pelos jovens egressos do acolhimento institucional. Suas letras capturam as complexidades emocionais e as incertezas que muitos deles vivenciam em sua jornada para a vida adulta, oferecendo um ponto de conexão entre a experiência retratada na música e as vivências reais desses jovens. Além disso, um aspecto importante diz respeito ao desejo da pesquisadora de fazer com que “fizesse parar de chover nos primeiros erros”. A sensação de que o mundo está passando por dificuldades, representada pela referência à chuva na música, também pode ser relacionada aos desafios e obstáculos enfrentados pelos jovens egressos. Eles podem se sentir sobrecarregados pelas dificuldades, seja na procura por emprego, na construção de relacionamentos saudáveis ou na superação de

traumas do passado.

No desfecho da música, há a expressão do desejo de se tornar como o sol, buscando a luz. Esse desejo pode ser comparado à busca por segurança, cuidado e afeto por parte dos jovens egressos. A canção oferece um paralelo intrigante com a experiência real desses jovens, conectando seus sentimentos e aspirações com os elementos simbólicos presentes na música.

CAPÍTULO 1 - AS RAÍZES SÓCIO-HISTÓRICAS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Saiba

Saiba: todo mundo foi neném
Einstein, Freud e Platão também
Hitler, Bush e Sadam Hussein
Quem tem grana e quem não tem

Saiba: todo mundo teve infância
Maomé já foi criança
Arquimedes, Buda, Galileu
e também você e eu

Saiba: todo mundo teve medo
Mesmo que seja segredo
Nietzsche e Simone de Beauvoir
Fernandinho Beira-Mar

Saiba: todo mundo vai morrer
Presidente, general ou rei
Anglo-saxão ou muçulmano
Todo e qualquer ser humano

Saiba: todo mundo teve pai
Quem já foi e quem ainda vai
Lao Tsé Moisés Ramsés Pelé
Ghandi, Mike Tyson, Salomé

Saiba: todo mundo teve mãe
Índios, africanos e alemães
Nero, Che Guevara, Pinochet
e também eu e você

(Música: Saiba. Arnaldo Antunes; 2004)

1.1 O acolhimento institucional na história e os primeiros indicativos da proteção da infância na Europa

“As chances de vida nunca são igualmente distribuídas. Não conhecemos nenhuma sociedade na qual todos os homens, mulheres e crianças tenham as mesmas prerrogativas e gozem dos mesmos provimentos. Não conhecemos sequer uma em que todos os homens tenham o mesmo status” (Ralf Dahrendorf).

Nas últimas décadas, o modelo de assistência à infância e juventudes do Brasil tem passado por revisões significativas e adquirido uma legislação palpável; porém, a história do acolhimento institucional não pode ser desconexa e tratada como um processo isolado, devendo esta ser percebida como caminho para entender as ações atuais, e assim, compreender as rupturas e continuidades dos fatores de proteção e também de desproteção inerentes ao público pesquisado. Não se discute aqui, apenas um recorte temporal, mas sim, uma busca para identificar as influências que modificam, melhoram ou alteram o que se nomeia hoje como Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

Se torna difícil o resgate da historicidade da infância e adolescência no período compreendido enquanto Idade Antiga e Média devido à ausência de registros e documentos que endossam as reflexões acerca de tal período. Somado a isso, é necessário evidenciar que, aqueles existentes, foram elaborados por parte da sociedade específica, a qual detém o acesso e a possibilidade de alcançar os lugares de poder e de produção do conhecimento: homens, cisgênero, brancos, heteros, políticos de influência, padres e professores que dispunham do privilégio de pensar e produzir as regras de sociabilidade, consideradas comuns.

Os livros “História Social da Criança Abandonada (1998)” e “De Portugal ao Brasil: uma história do abandono de crianças, séculos XVIII-XX” (2010) da autora Maria Luiza Marcílio evidenciam elementos fundamentais para a análise da concepção e trajetória deste fenômeno social. A autora, ao realizar uma análise documental e bibliográfica de documentos que, em quase a totalidade, representam registros realizados pela Igreja Católica, revela como as ações das pessoas pertencentes aquela sociedade, diante do abandono de crianças e adolescentes, chamado então como “crianças sem família”, sempre se deu com respostas influenciadas pela caridade, salvação, reforma de caráter e autopurificação daquele que, de algum modo, se movimentou para realizar a acolhida e cuidados dessas

crianças, ou ainda, na busca de purificação do seio familiar motivado pelas crenças e mitos presentes na sociedade.

Nota-se em diferentes tradições alguns marcadores de que tal ação era recorrente e motivadas por crenças mitológicas, leis e o antigo testamento, que validavam tal prática para lidar com as possíveis deficiências físicas e/ou mentais, bem como para efetivar ritos e crenças religiosas que por vezes resultavam na prática do infanticídio que na Grécia Antiga Clássica não se configurava enquanto crime. De acordo com a autora, o pai poderia se desfazer de seus filhos de diferentes formas como a venda ao alegar miséria, expondo-os em condição de escravização ou como ferramenta de piedade no intuito de conseguir esmolas (MARCÍLIO, 1998). Evidencia-se que, por vezes, tais práticas se motivaram pelo desejo próprio daquele que detinha a autoridade sobre a vida das crianças que nasciam e não necessariamente se justificava pelos fatores retro elencados, o que somente viria a se alterar com o questionamento e desaprovação do Império Romano.

Destarte, com o crescimento do protestantismo e os ideais Iluministas pela Europa Ocidental, a Igreja Católica viu-se diante da necessidade da constituição de regras e normas de sua Doutrina Social. Tais construções vieram a se tornar legislações que, entre outros fatores, constituiu a regularização do matrimônio monogâmico, que a partir de então, configura as relações legítimas e ilegítimas bem como estipula as ações que são consideradas ou não pecados e que, por consequência, determinam a concepção da pureza consolidando o alcance do céu, purgatório ou inferno.

Este fato representa, portanto, elemento fundamental para se analisar o crescente número de crianças abandonadas naquele período, uma vez que tais doutrinas estipularam a regulamentação da invalidade da adoção e de filhos fora do casamento de casais matrimonialmente consagrados na Igreja e que por lei deveriam ser constituídos por um homem e uma mulher. Desse modo, tais crianças, constituídas fora das leis da Doutrina Social da Igreja, para além de deixarem de ser consideradas como parte da família, eram excluídas do processo de divisão de herança o que representou para a Igreja um fato positivo quando esta herdara inúmeras riquezas de famílias que eram obrigadas a destiná-las na ausência de um filho biológico ou de um matrimônio em consonância com o estipulado. Nesse ínterim, homens e mulheres,

com o medo da excomunhão² e com a ascensão da ideia de inferno e purgatório, no intuito de buscarem a purificação e a moralidade cristã, realizavam o abandono desses filhos de diferentes formas, ou recorriam ainda, à brutalidade do infanticídio muito comumente efetivado.

Com o avanço dos ideais religiosos que exercem, até a atualidade, grande influência para a forma organizacional das legislações e das relações sociais, surgem os primeiros caminhos para a realização dos acolhimentos dos enjeitados que, por diferentes motivos, se encontravam nessa situação. Vejamos:

Os mosteiros católicos da Europa Medieval criaram a Roda dos Expostos na tentativa de evitar que o destino final dos enjeitados fosse o lixo, a casa das famílias abastadas, e que se sucumbissem à morte ao esperar ser encontrados por alguém disposto a adotar uma criança. A criança era colocada em uma roda e seu expositor girava até que se alcançasse o outro lado do muro, onde soava imediatamente a sineta de alerta para que o vigilante responsável pudesse recolher o bebê. O sistema funcionava a fim de preservar a identidade de quem entregava à criança (MARCÍLIO, 1998, p. 52).

No cenário desses fatos, em meados do Século XII, já na Alta Idade Média, o objetivo da Igreja Católica era o de erradicar o infanticídio e para isso começa a se posicionar mais efetivamente diante de tal situação à medida que passa a se responsabilizar pelos acolhimentos de crianças abandonadas. Deste modo, mosteiros e instituições religiosas passam a receber as crianças abandonadas oferecendo abrigo, alimentação, cuidados, roupas e o que no período era considerado mais importante: a *salvação* por meio do sacramento do batismo a fim de purificar a sua alma e perdoar os familiares que o haviam abandonado.

A princípio, a roda que viera a ser chamada de “Roda dos Expostos” era um objeto cilíndrico confeccionado em madeira e exercia a função de levar para dentro dos mosteiros e conventos alimentos e suprimentos necessários para a sobrevivência de monges e padres que vivenciavam um processo de isolamento do restante da sociedade. Nelas também eram deixadas as crianças entregues voluntariamente para a vida celibatária, ou seja, famílias que entregavam suas crianças voluntariamente

² Nas religiões cristãs, em sua maioria, se trata do ato de expulsar oficialmente um membro batizado das possibilidades das profissões da fé e dos matrimônios, ritos e festividades que está executando. Configura-se como uma das medidas mais drásticas adotadas pela Igreja e que necessariamente se oficializa por meio de averiguações de legislações internas que pressupõem penalidades distintas podendo chegar até a exclusão máxima a depender da gravidade. Tal ação depende de uma análise por parte do Tribunal Eclesiástico, composto por pessoas de maior referência dentro da Igreja e este, por sua vez, tem o dever de zelar pelos costumes e moral cristã.

para que seguissem a vida religiosa dentro dos costumes da Igreja Católica.

Com a crescente entrega voluntária de crianças, agora não mais focalizada no segmento de uma vida religiosa, e sim motivadas pelo avanço da miserabilidade, crescimento da desigualdade social e busca da purificação das famílias na busca do modelo de “Família de tipo europeu” (MARCÍLIO, 1998), consideradas puras, a Roda dos Expostos tomou outra função e se constituiu como uma ferramenta que objetiva garantir o sigilo daqueles que viriam a fazer a entrega de seus filhos. Um ponto positivo para aqueles que deixavam as crianças na Roda era a certeza de que estas receberiam os cuidados e o necessário para que pudessem sobreviver e se constituir, condição que talvez não encontrariam em suas famílias de origem que estavam atravessadas pela limitação de elementos básicos para a alimentação, por exemplo.

Em detrimento do abandono, na grande maioria em fase inicial da vida, ainda enquanto seres prematuros, os bebês eram encaminhados à mulheres que estavam na fase de amamentação após engravidarem, no intuito de que essas fossem a amade-leite de tais crianças e pudessem lhe ofertar o alimento necessário para os primeiros meses de vida. Isso tratava-se de um ofício realizado por mulheres pobres, as quais recebiam remuneração para a sua efetivação e, portanto, muitas das vezes estas realizavam a entrega de seus próprios filhos de modo a receber por eles também, somado daquelas crianças que vinham a óbito e não se notificou os conventos de tal situação para que pudessem continuar a receber pelos cuidados da mesma. Evidente que existiam situações em que estas se apegavam às crianças e por vezes a adotavam inserindo-as ao núcleo familiar.

Este primeiro momento as crianças após o terceiro ano de vida migravam das chamadas “Casa dos Expostos” em que seguiram até que completassem os sete anos, período que era então chamado de “educação”. Segundo Marcílio (2006, p. 170), muitas crianças identificadas como expostas, após o fim do dito período de “educação”, ou seja, passado os sete anos, e que não tinham local para onde ir, permaneciam na Roda dos Expostos ocupando variadas funções; as mais velhas, por exemplo, eram responsáveis por cuidar das crianças mais novas. Destarte, nesse momento, os esforços empreendidos para as crianças eram o de aprender algum ofício e para que isso se efetivasse as crianças eram encaminhadas para as casas de famílias que viriam a ofertar os espaços para que eles pudessem aprender algum trabalho. Para as crianças consideradas homens, destinavam-se ao aprendizado de serviços de carpintaria, ferreiro, mecânico marceneiro e para aquelas consideradas

meninas, eram designadas aos ofícios de cuidados com o trabalho doméstico e de cuidados com as crianças e idosos do lar. Devido a grande quantidade de crianças abandonadas, não se efetivou a segunda fase para todos, o que gerou os aparecimentos das crianças em condição de rua, consideradas naquele momento como “delinquentes”. Essas por sua vez, ficaram expostas às múltiplas possibilidades de violência e sob a desproteção do Estado e sociedade que direcionam para elas ações e olhares punitivistas e de necessidade de reformulação social com perspectiva higienista.

Estava em curso, portanto, o primeiro formato de Acolhimento Institucional que viria a ser importado ao Brasil anos depois no período Colonial. Deste modo, o que se observa aqui é a constituição das primeiras ações de proteção às crianças e adolescentes em condição de abandono familiar, social e estatal. Insta destacar que tais acolhimentos representaram fator de grande importância para as crianças do período uma vez que se tratou da possibilidade da manutenção de suas vidas e sobrevivência diante ao cenário de transição do sistema feudal para a estruturação do sistema capitalista que se consolidou no Século XIII pela Europa.

1.2 A trajetória da infância e adolescência no Brasil Colônia e a consolidação do Acolhimento Institucional, um retrato da exploração portuguesa

Ao se analisar a história da infância e adolescência no Brasil faz-se necessário compreender que por aqui, ao se configurar enquanto uma colônia portuguesa em que as terras foram invadidas e exploradas, bem como as pessoas que nela já residiam, somado àquelas sequestradas e traficadas da África, constitui-se particularidades para a construção do olhar e do reconhecimento da condição humana das pessoas não brancas. Nesse contexto, a validação dos processos de desenvolvimento do ser social nas suas diferentes fases da vida, como a infância, adolescência e juventudes, se configurou a passos lentos, e de modos muito distintos, a depender de fatores como a cor, classe social, gênero e a fé da qual se professava.

Consequentemente, nas invasões portuguesas, ao chegarem em territórios brasileiros, observa-se um fator fundamental para a consolidação dos processos de escravização e o início do que viria a ser o maior massacre da humanidade. A desumanização das populações indígenas e africanas representa elemento intrínseco para a constituição da sociedade brasileira, que se constrói de modos extremamente

distintos e coloca no lugar de subalternidade, exposto às mais distintas intempéries, todas as pessoas consideradas inferiores ou sem alma, vista lá como aqueles que não são brancos.

O desejo pela exploração e pelo roubo de toda a riqueza aqui contida faz com que os corpos de criança e a exploração de sua força produtiva se torne desejo e propriedade dos colonos e futuramente senhores de engenhos. Essa perspectiva perversa colocou no primeiro momento as crianças indígenas e em segundo momento as crianças africanas como a ponte para a consolidação desse projeto genocida que, por meio da apropriação das músicas, artes, culturas, ritos, do teatro entre outras ferramentas, fosse possível a prática de catequizar, caminho que fomentou a busca do controle e da domesticação dos corpos e das mentes das pessoas em condição de exploração.

As missões Jesuítas, ao desembarcarem no Brasil, tinham como foco principal os trabalhos voltados para essas crianças e adolescentes de modo que estas disseminassem os ideais cristãos europeus para o restante das populações de modo a distanciá-las de suas crenças, costumes e do modo de se expressarem no mundo, objetivando a desapropriação do próprio ser, na busca de domesticá-lo. Com a queda das Missões Jesuítas, que constituíam os primeiros modelos e a infraestrutura dos centros educacionais institucionalizados na Colônia, a corrente Iluminista, que se importava de Portugal, construiu indícios importantes em relação ao fenômeno de crianças institucionalizadas.

Pombal³, com a sua proposta de mudança nas diversas áreas de estruturação da sociedade como, por exemplo, o sistema econômico, social, de educação, saúde, política etc, expulsa os Jesuítas que até então eram responsáveis por todo o sistema educacional brasileiro e os colégios e prédios são tomados por outras ordens a fim de dar sequência aos modelos de acolhimento que se configuram em outros formatos.

Insta destacar, que durante os três primeiros séculos do regime de exploração, o acolhimento institucional de crianças está longe de ser quantificado de modo a se analisar quantas crianças e adolescentes foram entregues de modo voluntário, em que estas se davam por parte de seus responsáveis. Desse modo, se tratava, em

³ Sebastião José de Carvalho e Melo (1756-1777) foi um secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino de Portugal, conhecido como Marquês de Pombal. Se tornou um diplomata estadista de grande influência após realizar estudos pela Europa e ser um dos difusores da corrente Iluminista e da expulsão dos Jesuítas de Portugal e das Colônias.

suma, de uma terceirização do ato de cuidar e educar aqueles que se constituíam enquanto classe intelectual brasileira e que sistematizaram os processos educacionais e de consolidação da produção de conhecimento a partir da especificidade brasileira.

Para Rizzini (2004), desde o período colonial se instalou colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, dentre outras possibilidades de institucionalização mediante a necessidade e compressão do período em recorte. Os reformatórios e colégios se configuram, portanto, como uma espécie de desejo dos colonos portugueses, a fim de que seus filhos pudessem receber a educação religiosa adequada e estivessem inseridos dentro dos padrões de sociabilidade moral e ética a partir dos segmentos dispostos pela Igreja Católica.

Nesse ínterim, no intuito de importar o que já acontecia do outro lado do oceano, mediante a demanda das Santas Casas de Misericórdia, se regulamenta a Roda dos Expostos como forma de se responder à crescente demanda de crianças enjeitadas que se escancarou com o crescimento da pobreza. De acordo com Freitas (2001) são abertas, em primeiro momento, três Casas de Expostos localizadas em Salvador, Rio de Janeiro e Recife, recebendo as crianças enjeitadas e mantendo o mesmo padrão do sigilo da Europa, daqueles que as abandonaram. Até o Século XIX, surgem mais dez outras espalhadas no país, evidenciando como tal conduta era naturalizada e aceita socialmente.

Se faz aqui necessário compreender dois elementos essenciais para o crescimento de tais espaços de acolhimento no Brasil. Como visto anteriormente, as Rodas surgem no intuito de que as pessoas que realizassem a entrega voluntária de crianças tivessem sua imagem resguardada, não precisando se expor ou publicizar essa ação. No Brasil, não obstante, com o contexto de invasão e das violências deferidas às mulheres negras e indígenas, muitas crianças nasceram fruto do estupro, prática essa que viola a tradição moral cristã e que se agravava com a condição de uma “raça impura”. Desse modo, as Rodas eram buscadas como forma de se encaminhar as crianças frutos desse processo, no intuito de não se desviar da moral e na busca da purificação do indivíduo ao se “limpar” de seus atos inapropriados.

Ademais, outro fator essencial para a compreensão está relacionado à pressão mundial para o fim do trabalho escravo, somado ao importante movimento de resistência das pessoas negras escravizadas, em suas mais diversas facetas, como:

a fuga das fazendas e construção dos quilombos, ateamento de fogo em lavouras e plantações de modo a efetivar a perda das colheitas e de capital por parte dos colonos, envenenamento das pessoas da casa branca de modo a colocar fim na vida daqueles que os escravizaram e até mesmo na prática de suicídio e infanticídio se negando a continuidade da vida para que houvesse o enfrentamento do acúmulo de riqueza de seus exploradores que reduziam suas existências a uma mercadoria produtiva. Fato esse que direcionou, em 1888, para a Abolição da Escravidão (juridicamente) que, entretanto, não construiu imediatamente políticas ou caminhos para a inserção destas pessoas na sociedade, adensando as mazelas sociais e construindo um crescimento significativo da pobreza. As famílias, inseridas em contextos de marginalização e exclusão social, viam como caminho para garantia do melhor cuidado de suas crianças a entrega voluntária destes, o que gerou uma alta demanda de acolhimento institucional.

Esse movimento se tratou de uma das maiores instituições de acolhimento da história brasileira, perpassando o período colonial com o Imperialismo e a República Velha marcados pelos governos ditadores e findando somente na República Nova com a mudança de poder para o Regime Democrático e o avanço das legislações. Fato este que deixou consequências para a concepção de uma estrutura institucional de acolhimento assistencialista e caritativa que traz suas marcas até a atualidade:

O recolhimento, ou a institucionalização, pressupõe, em primeiro lugar, a segregação do meio social a que pertence o 'menor'; o confinamento e a contenção espacial; o controle do tempo; a submissão à autoridade- formas de disciplinamento do interno, sob o manto da prevenção de desvios ou da reeducação dos degenerados. Na medida em que os métodos de atendimento foram sendo aperfeiçoados, as instituições adotavam novas denominações, abandonando o termo asilo, representante de práticas antiquadas, e substituindo-o por outros, como escola de preservação, premonitório, industrial ou de reforma, educandário ou instituto (RIZZINI; PILLOTI, 2009, p. 20).

Em suma, o que se modifica é a nomenclatura utilizada para definir como seria chamado o Acolhimento Institucional, entretanto, a perspectiva do trabalho desenvolvido com as crianças e adolescentes continua a mesma e é direcionada para os mesmos interesses. Destarte, tal trabalho era realizado pelas Casas de Misericórdia sem a iniciativa governamental, o que toma outra morfologia com a aprovação da Lei de Municípios no período da República, efetivando o caráter

filantrópico e se firmando a parceria para a realização do trabalho desenvolvidas nas instituições de acolhimento em conjunto com o Estado que começava a voltar seu olhar para essa questão.

Influenciada pela corrente do liberalismo, que se adensava pela Europa por volta do Século XIX, na qual se fomenta o racionalismo filosófico e científico, se inicia uma onda de questionamento das Rodas e a ascensão de movimentos para o seu fechamento. Estes movimentos têm sua origem na Europa e nas suas colônias por meio de médicos higienistas, a partir do incômodo com as altas taxas de mortalidade infantil, dentro das Casas de Misericórdia e reformatórios, das crianças enjeitadas.

Entretanto, os higienistas e juristas, considerados então atores sociais que coordenavam forças em prol da política da infância, destacavam que os aspectos que mais os inquietavam era a taxa elevada de mortalidade infantil no interior dessas instituições, bem como as restrições de acesso para aqueles que ingressavam nesses ambientes. Ao longo do tempo, tanto a Roda dos Expostos quanto outras instituições, como os orfanatos, inicialmente concebidos como espaço de “Proteção Social”, passaram a implementar estratégias de controle e ordem para sanar essas necessidades.

Um dos graves problemas nessa época era a alta mortalidade das crianças recolhidas nas Rodas. Os números surpreendentes revelados pelos higienistas provocaram o questionamento não só da qualidade do sistema da Roda como a política de assistência. Ou seja, avaliou-se que se tratava de uma política perversa, uma vez que seus resultados foram opostos aos objetivos idealizados, pois os expostos, que eram recolhidos para que não morressem abandonados nas ruas, acabavam morrendo na instituição (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 24).

Evidencia-se aqui duas faces do cuidado, uma que se faz presente quanto da preocupação da responsabilidade com a vida dessas crianças, ou na perspectiva de sua outra face, a que tão pouco se importava com o bem-estar social, mas sim da perda de vidas humanas com potencial para que fossem revertidas em força de trabalho a serem exploradas (FREITAS, 2001). Ou seja, o que está em jogo é a perda de capital, elemento que dá para a vida humana a condição de mercadoria, fator constitutivo do Capitalismo que se estruturava no período.

Com o processo de industrialização que se acelerava no Brasil no Século XX, evidencia-se outra preocupação para o Estado brasileiro, que se tratava da exploração do trabalho infantil, que além de apresentar jornadas de trabalho longas, atingindo, em algumas idades tamanha intensidade do trabalho, levando à exaustão. Com a

constituição dos movimentos sociais e do setor da imprensa foram provocados questionamentos e denúncias, expondo para toda a sociedade as problemáticas que envolviam tal situação. É possível identificar nesse período crianças e adolescentes, entre nove e quatorze anos, com diversas deficiências e má formações advindas de acidentes de trabalho ou então de movimentos repetitivos nas esteiras de produção, algumas chegavam a ser resgatadas à beira da morte, se não já acalentada por ela, nos chãos das indústrias o que impactou a jurisdição brasileira. O Estado, por sua vez, elaborou o Código de Menores (BRASIL, 1979) que objetivava, entre outros aspectos, garantir a proteção das crianças e adolescentes abandonados ou considerados delinquentes, regulamentando e proibindo o trabalho infantil e emprego de menores de quatorze anos sem permissão da justiça (PRIORE, 1999).

Outra situação começa a emergir com o avanço do Capitalismo e a crescente desigualdade social pelo mundo e Brasil: aqueles que, por algum motivo, eram reduzidos a “menores infratores”. Essa realidade revela o quanto os sistemas de Acolhimento eram ineficientes para a consolidação de um cuidado adequado, quando se observava que muitas daquelas crianças viriam a ocupar o espaço das ruas como local de sobrevivência e socialização, as quais, com a ausência de possibilidades, se rendiam a exploração sexual e criminalidade. Esses foram alguns dos pilares que fortaleceram o movimento de questionamento da Roda e Casa dos Expostos que, somado com a força legislativa, executaram uma campanha para a sua finalização no intuito de diminuir o número de crianças em situação de abandono familiar e em situação de rua.

Deste modo, as intervenções propostas pelo Estado ora caminhavam na direção da proteção, ora penalizava e responsabilizava aqueles que já representavam a materialização de enormes violações e violências contidas em suas trajetórias de vida. Tal perspectiva se evidencia quando se observa que:

A internação, como medida corretiva de comportamentos de delinquência, apareceu pela primeira vez no Código de Menores, Decreto nº 17.343, de 12 de outubro de 1927. O termo ‘menor’ passou a designar crianças desvalidas e abandonadas, que eram tratadas como delinquentes em potencial. Os internos que absorveram a menoridade indesejável isolavam os indivíduos do convívio social com o propósito de devolvê-los à sociedade devidamente ‘reformados’ (DEL PRIORE, 1999, p. 216).

O texto do Código de Menores de 1927, de acordo com Del Priore (1999), foi

uma referência, um instrumento legal reconhecido como o primeiro meio oficial para fornecer assistência e proteção às crianças. Esse instrumento foi notável por introduzir novidades, como a eliminação formal da prática da Roda dos Expostos e a introdução da ideia de “**proteção legal**” marcada pela questão cronológica e etária da vida, colocando sob a coberutra dessa proteção as crianças até que chegassem a idade de 18 anos.

Londoño (1996) afirma sobre o início das discussões entre juristas e dos novos especialistas ainda no Século XIX, e neste contexto dos menores abandonados, que foram considerados como um perigo para a futura sociedade, cresceu a convicção de que eles eram vítimas e não algozes; sendo vítimas dos maus-tratos, dos abandonos familiares, da falta de educação. “O menor não era, pois, o filho ‘de família’ sujeito à autoridade paterna, ou mesmo o órfão devidamente tutelado e sim a criança ou o adolescente abandonado tanto material como moralmente” (LONDOÑO, 1996, p. 135).

Mas se as crianças abandonadas representavam um problema sério, porque ao retornarem criminosas muitas delas colocavam em risco o futuro da sociedade, era ainda mais grave a atitude do Estado brasileiro. Para os juristas da transição do século o Estado em relação à criança abandonada ou criminoso não tinha conseguido superar um comportamento policial, por demais desastroso (LONDOÑO, 1996, p. 138).

A temática quanto ao menor abandonado migrou do campo teórico em 1921, com a Lei Orçamentária nº 4.242 (BRASIL, 1921) que autorizou o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e aos Delinquentes regulamentado em 20 de novembro de 1923 pelo Decreto nº 16.272 (BRASIL, 1923), que poderia inclusive, questionar o pátrio poder, que autorizava a retirada dos filhos de pais viciados e o aumento da idade até os 18 anos para a responsabilização criminal, o que afastaria os menores das prisões para adultos.

A questão da criança abandonada, vadia e infratora, pelo menos no âmbito jurídico e legal, passou a ser uma demanda de assistência e proteção, garantida pelo Estado, através de instituições e patronatos.

A atenção à criança passou a ser proposta como um serviço especializado, diferenciado, com objetivos específicos. Isso significava a participação de saberes como os do higienista, que deveria cuidar de disciplinar, instruir, tornando o menor apto para se reintegrar à sociedade; e os do jurista, que devia que a lei garantisse essa proteção

e a assistência (LONDOÑO, 1996, p. 142).

Deste modo, ao se analisar tal período se faz necessário compreender que o conceito de “criança” era inexistente em grande parte da trajetória dos Acolhimentos Institucionais pelo mundo. Estes, por sua vez, eram considerados miniadultos e não detinham a concepção de Proteção Integral e tão pouco de Seres de Direitos, condição essa que só viria a se sistematizar muitos anos depois, por volta do Século XIX e XX quando se ampliou o olhar para essa condição e se iniciou a construção do hedge da Proteção Integral da Infância e Adolescência, a qual se estrutura por meio das discussões internacionais iniciadas na segunda metade do Século XIX e que se materializou com a publicação do que ficou conhecido como Declaração dos Direitos da Criança (ONU) em 1959.

há de se dizer que, no Brasil, a história da infância e Adolescência se deu de formas muito diferentes para as crianças não brancas, marcada por inúmeras contradições, violações, violências, roubo da cultura e ancestralidade, somados à forma como adultos se relacionavam com a condição da infância, as quais, foram expostas ao vexatório, à força e à múltiplas violências:

No entanto, quem lê adultos leia também instituições; pois esta história que contamos, lança luzes sobre crianças prisioneiras da escola, da Igreja, da legislação, do sistema econômico e, por fim, da FEBEM numa linhagem extensa de tarefas e obrigações que as desdobravam, no mais das vezes, em adultos. Enfaticamente orientadas para o aprendizado, o adestramento físico e moral e para o trabalho, perguntamo-nos se havia entre elas tempo e espaço para o riso e a brincadeira. Perguntamo-nos se em algum momento elas se sentiam realmente crianças (PRIORE, 1991, p. 5).

No cenário desses fatos, a criança ganha papel importante dentro da área jurídica passando a ser reconhecida a responsabilidade estatal do cuidado e proteção delas, assim como em outros setores da sociedade que transgridem o olhar para a responsabilidade para com aqueles que viriam a ser o futuro do país e caminho para a superação de desafios e de desenvolvimento da nação brasileira. A terminologia “menor” ganhou centralidade, portanto, para definir aquelas crianças que se encontram na situação de abandono e “delinquente” para aquele que, para o Estado e juridicamente, restam violência policial e repressão.

Com a efetivação do olhar social para a infância, tais desproteções passam a ganhar reconhecimento mundial, tornando-as uma problemática nos campos

econômicos, políticos e sociais, o que se estrutura por meio de políticas públicas visando ações para construções de caminhos que busquem resolver o fenômeno do abandono familiar e/ou comunitário e de crianças e adolescentes em situação de rua. No Brasil, tais políticas se concretizaram através do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que buscavam abrigar os menores na realidade de descumprimento das leis por meio de regimes disciplinares, por volta de 1942. A promessa era que, por meio do afastamento dos menores da sociabilidade, eles estariam mais adequados quando retornassem, a fim de serem reintegrados de modo a se comportarem de maneiras adequadas socialmente.

Esta perspectiva perversa foi muito criticada devido às práticas repressivas e, no golpe militar de 1964, o serviço foi extinto e, até o final da década, o debate ganhou centralidade no campo da discussão política e social. Já na década de 80, o debate em torno da infância e adolescência ganhou espaço internacionalizado, constituindo um caráter normativo renovador que tem como produto das discussões, no Brasil, o ECA (BRASIL, 1990), o qual estabelece o caráter de Proteção Integral, constituindo diretrizes e parâmetros para a construção de políticas públicas de modo a reconhecer tais momentos do desenvolvimento enquanto fase a ser protegida, bem como o reconhecimento da condição de Seres de Direitos.

Nesse ínterim, a filantropia supracitada, ganha modelos assistenciais, fundamentada em legislações e na ciência, no intuito de substituir as práticas caritativas das Casas de Misericórdia. Deste modo, torna-se necessário a reorganização das práticas e modelos assistenciais diante das novas demandas colocadas pelos meios sociais, políticos, morais, econômicos e legislativos que emergem.

1.3 O Sistema Único de Assistência Social: as seguranças afiançadas pelo SUAS e o trabalho no acolhimento institucional no Brasil

A elaboração deste capítulo pretende apresentar os atores sociais envolvidos na promoção da proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Portanto, a proteção social no contexto brasileiro é fundamentada no tripé da Seguridade Social, estabelecida em nossa Constituição Federal de 1988. Esse tripé abrange a Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social, configurando-se como políticas públicas de proteção social que são deveres do poder público, sendo que as

duas últimas operam sob uma natureza não contributiva.

A proteção social mantém uma relação intrínseca com a salvaguarda dos direitos humanos, visto que busca garantir aos cidadãos o acesso aos direitos sociais essenciais para uma vida digna. Isso inclui o direito ao emprego e à renda, o direito à promoção da saúde, prevenção de doenças e assistência aos cuidados e reabilitação em saúde, bem como o direito à assistência social em situações de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos. Esses direitos estão previstos nos Artigos 194, 196, 201 e 203 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Desta forma, o direito à assistência social e a participação nas políticas de assistência são elementos integrantes dos direitos sociais e das políticas sociais, emergindo do conceito de Estado de Bem-Estar Social. Isso representa o compromisso estatal em garantir um ambiente de bem-estar para todos.

Uma análise atual quanto a estrutura do Estado e suas diversas intervenções a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e da regulamentada Lei nº 8.742 (BRASIL, 1993), intitulada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), novos conceitos e modelos de assistência social passaram a vigorar no Brasil. Com isso, a Assistência Social é apresentada como direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais.

Das Definições e dos Objetivos

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV – (revogado);

V – (revogado).

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1993).

Dessa maneira, o Estado assume uma responsabilidade direta também no enfrentamento de todas as manifestações de violência que ocorrem dentro das relações familiares, com possíveis vítimas sendo tanto homens quanto mulheres, adultos ou crianças. Essa responsabilidade assumida pelo Estado se manifesta nos objetivos e nas ações da política de assistência social, que busca prevenir e enfrentar a violência e a violação de direitos no âmbito familiar.

Após sua formalização na Constituição Federal (BRASIL, 1988), a política de assistência social foi regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, (BRASIL, 1993), cuja revisão mais recente ocorreu em 2011 por meio da Lei nº 12.435 (BRASIL, 2011). A Política Nacional de Assistência Social (PNAS – BRASIL, 2005) e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS, BRASIL, 2005), serviram como diretrizes complementares à Lei Orgânica, estabelecendo os fundamentos, as normas, os princípios e as diretrizes da política de assistência social e criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Posteriormente, outras diretrizes foram protegidas, orientando aspectos importantes na organização de serviços, projetos, programas e benefícios, bem como na definição dos níveis de complexidade da proteção social oferecidos pelo SUAS.

O SUAS busca transcender a visão tradicional de uma política clientelista, assistencialista e filantrópica, seguindo novos paradigmas que têm como foco a proteção social fundamentada na garantia de direitos sociais, no fortalecimento dos familiares e comunitários e na co-construção da autonomia dos indivíduos e famílias que são atendidas (BRASIL, 2005).

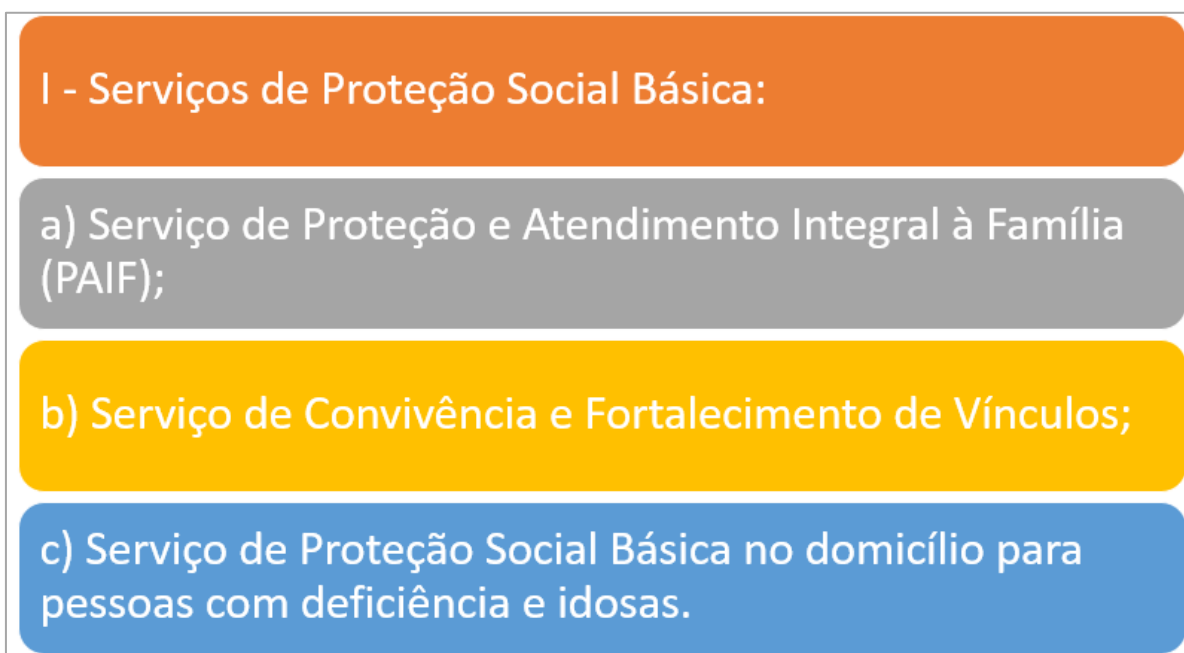
A Política de Assistência Social (PAS) no território brasileiro, possui uma forma, estruturação e organização, colocando-se como articuladora dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios ofertados e organizados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a assistência social tem por objetivo a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. Para tanto, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza-se de

modo a considerar dois níveis de proteção social, sendo nomeados como: a proteção social básica e a proteção social especial, essa por sua vez, se subdivide como de média e de alta complexidade. As apresentações elaboradas demonstram de forma lúdica e dinâmica o que preconiza a legislação vigente.

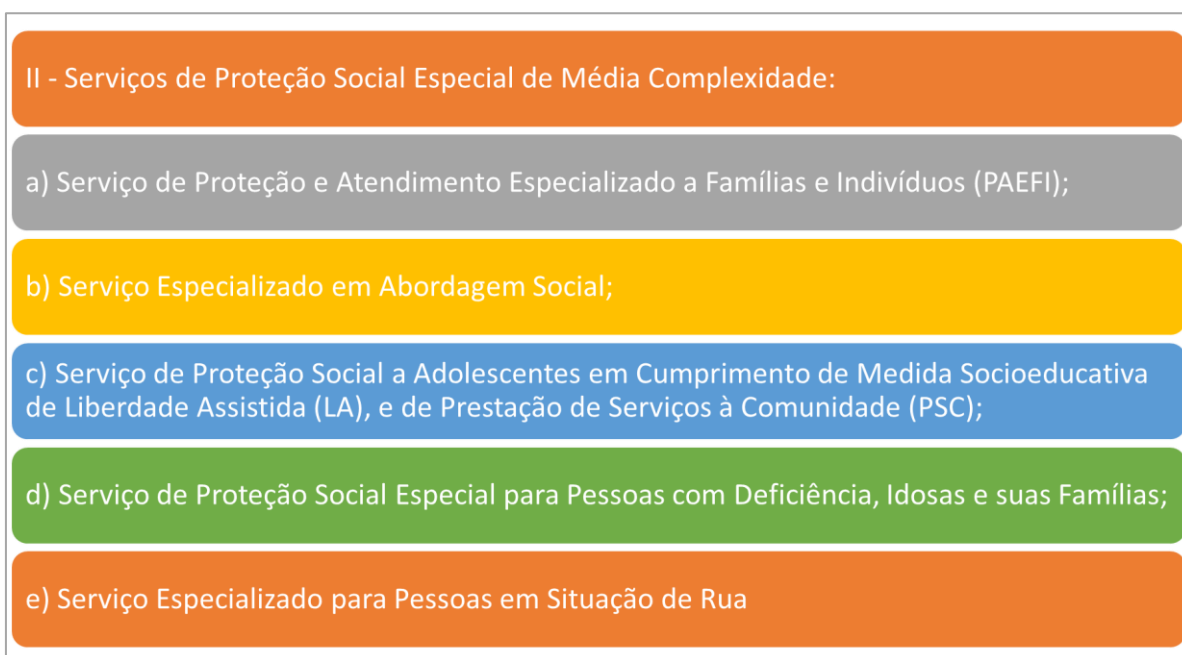
Nas Figuras 1, 2 e 3 a seguir, serão apresentados, detalhamentos da Organização dos Serviços de Proteção Social Básica (Figura 1), da Organização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade (Figura 2) e a Organização dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Figura 3). Quanto às imagens elaboradas, elas desempenham um papel na comunicação dessas informações, sendo estas representações visuais hierárquicas que destacam a estrutura e as relações entre os diferentes níveis de proteção.

Figura 1 - Organização dos Serviços de Proteção Social Básica



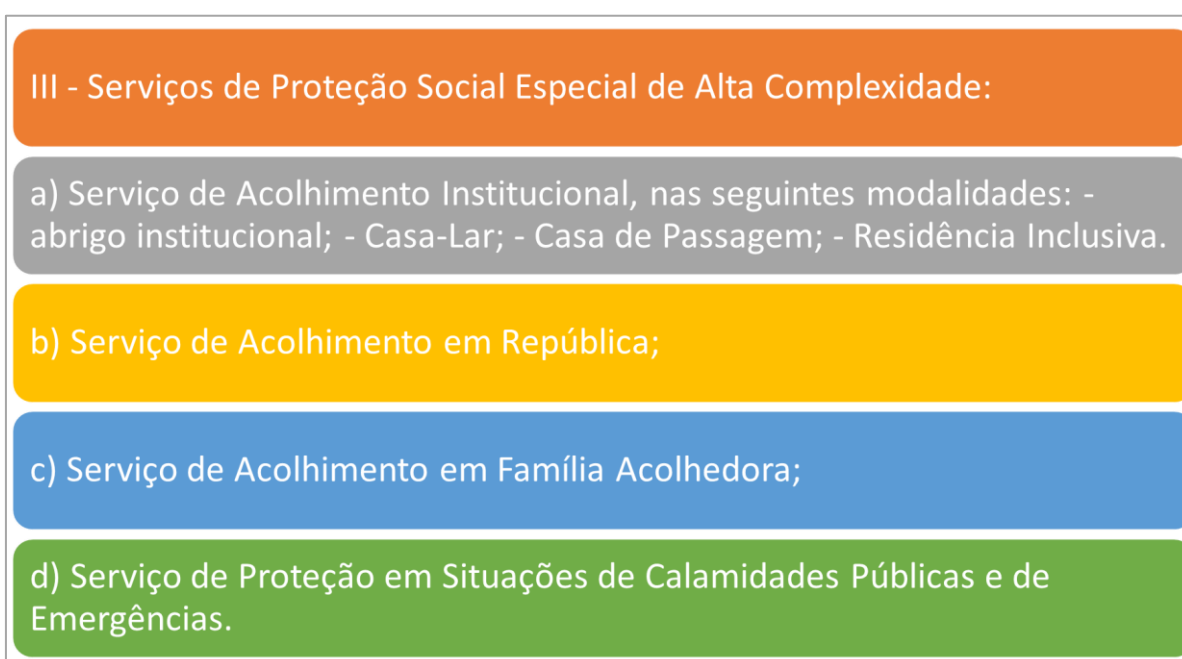
Fonte: elaborado pela autora, baseado em Brasil (2014).

Figura 2 - Organização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade



Fonte: elaborado pela autora, baseado em Brasil (2014).

Figura 3 - Organização dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade



Fonte: elaborado pela autora, baseado em Brasil (2014).

Entender e apresentar a organização das Proteções Sociais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é fundamental para profissionais que atuam na área social e para a sociedade em geral. A compreensão dessas estruturas facilita a implementação de políticas públicas eficazes e o fortalecimento da assistência social como um todo.

A Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (BRASIL, 2014) tipifica os serviços socioassistenciais disponíveis no Brasil e reitera o modelo de organização por nível de complexidade. A LOAS dispõe sobre um novo paradigma à proteção social e à Política de Assistência Social; suas providências, legislações correlatas, são instrumentais legais indispensáveis para regulamentar os pressupostos constitucionais e coerência à atuação profissional de sua rede de benefícios, serviços, programas e projetos, destinados ao enfrentamento da pobreza e exclusão social dos segmentos mais vulnerabilizados⁴, buscando consolidar o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Finalmente, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aprovado em 2005 e que completou 18 anos, normatizou a gestão das ações socioassistenciais ancoradas em regulação e obediência ao pacto federativo e que propõe ruptura com suas raízes históricas.

Em comum, o SUAS apresenta elementos fundamentais para a proteção social e para o êxito de sua execução, e percebe-se a centralidade quanto a população vulnerável, seja ela infantil ou não; sendo assim, narra-se aqui, uma transição cultural do caritativo para Política Universal.

Dos Princípios Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.

⁴ Vulnerabilidade: “apresenta-se como uma baixa capacidade material, simbólica e comportamental, de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com os quais se defrontam, o que dificulta o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais, que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Refere-se a uma diversidade de ‘situações de risco’, determinadas por fatores de ordem física, pelo ciclo de vida, pela etnia, por opção pessoal e etc., que favorecem a exclusão e/ ou que inabilita e invalida de maneira imediata ou no futuro, os grupos afetados (indivíduos, família), na satisfação de seu bem-estar, tanto de subsistência quanto de qualidade de vida” (PARANÁ, 2023, p. 23).

Identifica-se que o Brasil, durante as últimas décadas, tem adensado os parâmetros quanto a garantia de sua proteção social, envolvendo a expansão de redes universais de serviços, a tentativa de ampliar benefícios e a promoção da equidade. É necessário, nesse contexto, expressar na definição das situações sociais, as responsabilidades protetivas e suas ofertas na política de assistência social, além da consolidação de arranjos institucionais e operacionais, tais como:

6º-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta lei.

§ 1º O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§ 2º O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

§ 3º Os Cras e os Creas são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social (BRASIL, 1993).

Não se pode negar a necessidade de pontuar sobre a relação entre o público e o privado no contexto de operacionalização das políticas de proteção social. Observa-se até aqui que a legislação e diretrizes vigentes estão estabelecidas para todos os serviços, programas e projetos, não tendo distinção quanto a esfera da execução, no binômio público *versus* privado. Preocupa-se aqui com a relação estatal-privado, sem uma responsabilização do Estado sobre a qualidade da prestação de serviço feita por Entidades Sociais e ou Organizações Não Governamentais, um risco que “[...] contrapartida a eliminação da esfera pública como espaço de explicitação de interesses e regulação de conflitos [...]” (DEGENSZAJN, 1997, p. 221), cenário este que historicamente persiste diante o caráter caritativo ou religioso, na esfera da omissão do Estado em prestar assistência social à população, o que reforça a ideia de que a assistência é uma função pública.

Portanto, não haverá, no contexto atual, de se falar em formulação distinta entre serviços privados e públicos, já que todos devem ser regidos pelas mesmas

normativas próprias ao SUAS e à LOAS.

Em síntese, essa dicotomia do público *versus* privado não deveria induzir ao erro histórico que assombra a política de assistência social e limita o exercício profissional, se tomada como verdade as Seguranças Afianças pelo SUAS, talvez esses embaraços já não estariam tão latentes, como pode ser visto nos artigos descritos a seguir:

Art. 4º São seguranças afiançadas pelo SUAS:

I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

- a) condições de recepção;
- b) escuta profissional qualificada;
- c) informação;
- d) referência;
- e) concessão de benefícios;
- f) aquisições materiais e sociais;
- g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;
- h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

II - renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

- a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;
- b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

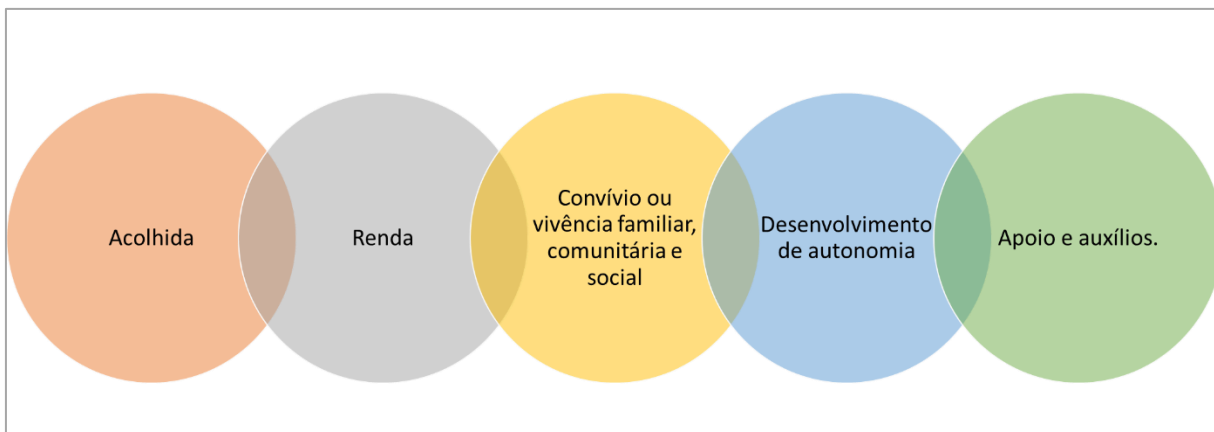
- a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania;
- b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão e a cidadã, a família e a sociedade;
- c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e as cidadãs sob contingências e vicissitudes.

V - apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

Na Figura 4 contém a representação gráfica dos tipos de seguranças

afiançadas pelo SUAS, de acordo com uma sistematização feita pela autora.

Figura 4 - Representação gráfica das seguranças afiançadas pelo SUAS



Fonte: representação gráfica das seguranças afiançadas pelo SUAS. Sistematizado pela autora.

Se implementadas, tais seguranças implicarão em alterações profundas no perfil do sistema de proteção social e dos impactos na qualidade de vida da população. Segundo Abigail (2020), no Ciclo de Conversas do programa Redes de Territórios Educativos, ação viabilizada pelo Itaú Social, comenta sobre o papel das entidades/ Organizações da Sociedade Civil (OSC) nas políticas públicas que, “de forma organizada, ela contribui se tiver a lógica de que o estado assegura direitos, então precisa cobrá-lo e oferecer parceria”, explica Abigail. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2019, 47% das OSC brasileiras atuaram em desenvolvimento e defesa de direitos. Outras 20% se dedicaram às áreas de cultura e recreação, assistência social, educação, pesquisa e saúde. “A articulação em rede depende de indução, tanto do governo como da sociedade civil”, diz a estudiosa.

Na ampla defesa apresentada neste processo de educação permanente, reconhecer o desafio do trabalho em rede é também reconhecer a unificação da direção atual da proteção social em defesa da convivência como categoria fundante no âmbito da assistência em promover proteção e compreender a seguridade social através dos vínculos, seja com serviços, pessoas ou lugares.

[...] o convívio como uma segurança afiançada pela Política de Assistência Social, estabelece o compromisso de não aceitar situação de reclusão e de perda de relações, ou seja, não aceitar situações de isolamento que configurem desproteção. Assenta-se na afirmativa de que o comportamento gregário é próprio da natureza humana e que a dimensão societária da vida é propulsora de seu

desenvolvimento ainda que a dimensão multicultural, intergeracional e interterritorial devam ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio. Assim, o primeiro enunciado da Política Nacional que se ocupa de caracterizar a convivência nessa área o faz configurando a questão como um direito e explicita por contraponto as situações de violação com as quais deve se ocupar (TORRES, 2013, p. 164).

É preciso formar uma rede de modo que, paralelo aos mecanismos de manutenção, continuidade e ruptura, onde estão associados traços antigos e novos, do que chamamos por proteção social, fundamenta a configuração do atual modo de produção e suas consequências para a vida dos seres sociais.

Uma estratégia para levante das consciências e fortalecimento na promoção social pode ser ofertado mediante o processo de educação permanente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) diante de sua normativa, destaca-se aqui o aprimoramento das competências das equipes, a revisão dos processos de gestão, o trabalho com família, condições dignas de trabalho e o enfrentamento das omissões via União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Os resultados dessas articulações estão diretamente ligados a complexidade dos serviços e as fragilidades deste sistema de proteção social, que mantêm viva a cultura da institucionalização como promoção de cuidado a diferentes públicos.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estrutura a oferta dos serviços socioassistenciais em duas categorias de proteção social: a proteção social básica e a proteção social especial.

A Proteção Social Básica (PSB) tem como pilar principal o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Seu foco é fortalecer os vínculos familiares e comunitários, buscando prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de habilidades e capacidades, com o propósito de promover autonomia, bem-estar e prevenção de respeito de direitos.

Os CRAS, presentes nas áreas mais consideradas dos municípios, são dispositivos descentralizados que oferecem uma gama de serviços de proteção social básica, incluindo medidas preventivas, de proteção e ações proativas. Eles desempenham um papel fundamental para o SUAS, permitindo que um grande número de indivíduos e famílias acessem a rede de proteção social da assistência social. Além do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), o CRAS deve oferecer outros serviços socioassistenciais, como o Serviço de Convivência Familiar e Comunitária, em colaboração com instituições não parceiras do poder público

(BRASIL, 2009a).

A Proteção Social Especial (PSE), por sua vez, é uma abordagem de atendimento e acompanhamento destinado a lidar com situações em que coexistem de direitos e necessidade de fortalecimento ou restabelecimento de vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos.

A Proteção Social Especial é ainda ramificada em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A média Complexidade é representada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que atua em situações de violação de direitos de famílias/indivíduos e enfraquecimento dos familiares. Os CREAS também reconhecem órgãos públicos de assistência social com abrangência municipal, prestam trabalho social especializado a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social devido à violação de direitos (como violência doméstica, física, psicológica e sexual e vida nas ruas). É obrigatório que o CREAS defenda o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Compreende-se que a Proteção Social Especial (PSE) é modalidade de atendimento assistencial destinada às famílias e aos indivíduos, que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras (BRASIL, 2005).

Estão organizados na PSE da Alta Complexidades os seguintes serviços:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:
 - Abrigo institucional;
 - Casa-Lar;
 - Casa de Passagem;
 - Residência Inclusiva.
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. (BRASIL, 2014, p. 6)

A alta complexidade lida com a institucionalização e proteção integral de indivíduos que confrontam de direitos e têm laços familiares gravemente feridos ou rompidos. Isso é realizado por meio de serviços que oferecem acolhimento com privacidade, fortalecimento de laços familiares e/ou comunitários e fomento da autonomia das pessoas assistidas. A Tipificação Nacional dos Serviços

Socioassistenciais lista os serviços de alta complexidade, incluindo Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências.

Os Serviços de Acolhimento Institucional se colocam, diante as violações e na intenção de manter “a salvo” que tais medidas são tomadas. Na Figura 5 estão apresentadas as modalidades de Acolhimentos Institucionais disponíveis para cada tipo de público-alvo.

Figura 5 - Acolhimentos Institucionais

Unidades de Acolhimento					
Público-alvo	Crianças e Adolescentes	Adultos e famílias	Mulheres em situação de violência	Pessoas com deficiência	Pessoas idosas
Modalidade de acolhimento	Casa Lar ou Abrigo institucional	Casa de Passagem ou Abrigo Institucional	Abrigo institucional	Residências inclusivas	Abrigo institucional (ILPI) ou Casa Lar

Fonte: elaborado pela própria autora.

A regulamentação dos programas de acolhimento, especifica quanto ao atendimento de crianças e adolescentes, no Brasil estão previstas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes aprovado pela Resolução Conjunta nº 1, de 13 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006), do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), sendo consolidada no documento “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, aprovado pela Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009 (BRASIL, 2009b).

Trata-se de expor, a partir de agora, como os marcos civilizatórios voltados aos serviços de acolhimento que perpassa o paradigma da proteção integral e as forças

retrógradas dos tempos atuais. A Figura 6 apresenta os marcos legais relacionados aos serviços de acolhimento entre os anos de 2014 e 2020, uma ferramenta essencial para a compreensão e análise da evolução normativa no contexto do Sistema de Garantia de Direitos e proteção à infâncias e juventudes.

Figura 6 - Lista de Normativas em ordem cronológica

ANO	CONTEÚDO CENTRAL	NORMATIVA
2004	Aprova a Política Nacional de Assistência Social e aborda a política de “abrigo” como parte da Proteção Social Especial.	Resolução n. 145 — Conselho Nacional de Assistência Social
2005	Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social e inclui a articulação interinstitucional de competências e ações complementares com o Sistema Nacional e Estadual de Justiça para garantir proteção especial a crianças e adolescentes sob decisão judicial de abrigo.	Resolução n. 130 — Conselho Nacional de Assistência Social
2006	Aprova o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes.	Resolução Conjunta n. 1 — Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
2009	Define os serviços ofertados na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre eles, os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes.	Resolução n. 109 — Conselho Nacional de Assistência Social
2009	Aprova o documento “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”.	Resolução Conjunta n. 1 — Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
2009	Dispõe sobre adoção e acolhimento, alterando o ECA.	Lei n. 12.010 — Congresso Nacional
2016	Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância.	Lei n. 13.257 (Marco Legal da Primeira Infância) — Congresso Nacional
2017	Dispõe sobre adoção e acolhimento, alterando o ECA.	Lei n. 13.509 — Congresso Nacional
2019	Dispõe sobre a implantação e o funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA.	Resolução n. 289 — Conselho Nacional de Justiça
2020	Aprova a Nota Técnica n. 11 com todas as recomendações e orientações previstas aos trabalhadores do Suas.	Portaria n. 59 — Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
2020	Ressalta os cuidados a serem tomados com crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento no período da pandemia	Recomendação Conjunta n. 1 — Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério da Cidadania e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Fonte: Brasil (2022, p. 8).

Primeiramente, a Figura 6 oferece uma visão panorâmica e cronológica das normativas, o que facilita a compreensão da progressão das políticas voltadas para as infâncias e juventudes. Essa organização temporal permite identificar padrões, lacunas e mudanças significativas ao longo do período em questão. Ao apresentar um resumo conciso do conteúdo de cada lei, a figura proporciona uma compreensão rápida e acessível das principais diretrizes e objetivos propostos por cada normativa.

As leis apresentadas nesse período têm uma importância intrínseca para o Sistema de Garantia de Direitos e a proteção das infâncias e juventudes. A Lei nº 13.257 (BRASIL, 2016), que instituiu o Marco Legal da Primeira Infância, representou um avanço significativo ao reconhecer a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento humano. Deve ainda dar destaque a participação ativa do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) na construção e revisão de diversas normativas, demonstrando o papel vital desse órgão na formulação de políticas sociais.

Em suma, a Figura 6, ao apresentar de forma organizada e acessível os marcos legais entre 2014 e 2020, destaca a evolução das políticas voltadas para a infância e juventude, sublinhando a importância dessas leis para a construção de um Sistema de Garantia de Direitos robusto e eficiente. Essas normativas não apenas refletem o compromisso do país com o desenvolvimento saudável e pleno das novas gerações, mas também apontam para a constante necessidade de adaptação e aprimoramento das políticas públicas para enfrentar os desafios na sociedade brasileira.

A necessidade de interpretar os regulamentos existentes e promover práticas definidas com as mesmas estratégias, objetivos e diretrizes fazem parte desta pesquisa, que, em seu diálogo com a proteção integral de crianças e adolescentes, destaca uma lacuna identificada no mapeamento controlado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2022: a falta de regulamentação ou instrumentos específicos para lidar com o público que deixa o sistema de acolhimento ao atingir a maioridade.

Resumindo, ao longo da história, houveram avanços nos padrões de cuidado e na identificação de determinantes obrigatórios dentro da perspectiva de proteção. No entanto, a pesquisa desencadeia reflexões sobre como potencializar as promessas protetivas e examinar as experiências daqueles que vivenciaram a política mencionada.

É notável que tanto a Segurança Social quanto a intersetorialidade se deparam com a complexidade dos problemas sociais contemporâneos. Os programas sociais alinhados aos princípios da segurança e da perspectiva intersetorial requerem a coordenação entre esferas governamentais e setores diversos de um mesmo nível de governo, assim como a participação e o controle da social. Esse processo envolve uma ampla gama de atores e exigir uma estrutura política e institucional que facilite a cooperação e o compartilhamento de objetivos.

Diante de um contexto em que os setores que compõem a Política de Proteção

Social (PPS) possuem trajetórias e memórias técnicas distintas. O desafio atual consiste em criar métodos e negociações que incentivam a reconstrução do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e resgatar o sentido de integração e transversalidade presente na ideia de sistemas e redes de proteção social.

Em síntese, as reflexões deste primeiro capítulo tratam sobre a configuração atual da Proteção Social e as implicações para o cuidado integral a população infantojuvenil. A questão da proteção social se apresenta como uma peça-chave na estruturação do atual modo de produção e suas consequências para a vida dos indivíduos e comunidades. A análise cuidadosa do SUAS revela a complexidade e os componentes inerentes ao sistema de proteção social, demonstrando a persistência de paradigmas arraigados e a necessidade premente de ações transformadoras.

A estratégia de levantar/despertar a consciência e fortalecer a promoção social, como proposta por meio da Educação Permanente no SUAS, surge como um caminho promissor para enfrentar os desafios contemporâneos. A normativa do SUAS, e outras que adentram o campo do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), oferece um arcabouço que valoriza o aprimoramento das competências das equipes, a revisão dos processos de gestão, o trabalho junto às famílias e a busca por condições dignas de trabalho. Essa abordagem é vital para enfrentar as omissões e desigualdades que permeiam a atuação dos entes federativos.

A Política de Assistência Social (PAS) emerge como protagonista essencial nesse cenário, apresentando-se presente não apenas na implementação das políticas, mas também na sensibilização, educação e engajamento das comunidades. Somente através de uma abordagem colaborativa e comprometida, que valorize a formação constante e a adaptação às necessidades e realidades que estão em constante evolução, poderemos superar as barreiras que limitam a realização plena dos direitos e da justiça social. Nesse sentido, a atuação no campo da assistência social adquire um significado renovado, como uma força motriz capaz de alavancar transformações sociais.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES E A PROTEÇÃO INTEGRAL

Passarinhos

Despencados de voos cansativos
Complicados e pensativos
Machucados após tantos crivos
Blindados com nossos motivos

Amuados, reflexivos
E dá-lhe anti-depressivos
Acanhados entre discos e livros
Inofensivos

Será que o sol sai pra um voo melhor
Eu vou esperar, talvez na primavera
O céu clareia e vem calor vê só
O que sobrou de nós e o que já era

Em colapso o planeta gira, tanta mentira
Aumenta a ira de quem sofre mudo
A página vira, o são, delira, então a gente pira
E no meio disso tudo tamo tipo

Passarinhos
Soltos a voar dispostos
A achar um ninho
Nem que seja no peito um do outro
Passarinhos
Soltos a voar dispostos
A achar um ninho
Nem que seja no peito um do outro

Laia, laia, laia, laia
Laia, laia, laia, laia
Laia, laia, laia, laia
Laia, laia, laia, laia

A Babilônia é cinza e neon, eu sei
Meu melhor amigo tem sido o som, ok
Tanto carma lembra Armagedon, orei
Busco vida nova tipo ultrassom, achei
Cidades são aldeias mortas, desafio nonsense
Competição em vão, que ninguém vence
Pense num formigueiro, vai mal
Quando pessoas viram coisas, cabeças viram degraus

(Música: Passarinho. Emicida – Participação de Vanessa da Mata; 2015)

2.1 As fases do desenvolvimento humano: impactos dos estudos da infância na compreensão da adolescência e juventudes

O desenvolvimento humano é um tema de extrema complexidade e fascínio, uma vez que engloba uma série de fases e transformações ao longo da vida que impactam de formas significativas os processos de desenvolvimento e construção dos indivíduos. Neste capítulo, o objetivo é explorar as diversas etapas do desenvolvimento humano, com uma atenção especial para os impactos dos estudos da infância na compreensão da adolescência e das diferentes experiências vivenciadas pelas juventudes. Além de refletir sobre os diferentes conceitos de juventudes enviesados nas perspectivas da vitalidade, padrões estéticos e força de trabalho útil e produtiva.

Estes processos de desenvolvimento foram explorados, pretendendo analisar de que maneira os estudos da infância podem contribuir para uma compreensão mais ampla e sensível da infância/adolescência e das experiências e realidades vivenciadas pelas juventudes, bem como o impacto dessa compreensão no processo de construção de políticas voltadas a proteção e reconhecimento enquanto fases a serem protegidas. Acredita-se que essa abordagem permite enxergar além de estereótipos e preconceitos, levando em consideração as realidades diversas e complexas em que cada indivíduo está inserido.

Estudar a infância é de fundamental importância para compreender a adolescência e as juventudes, pois essas fases da vida estão intrinsecamente interligadas e influenciam-se mutuamente. Ao investigar e compreender a infância, é possível identificar valiosos avanços sobre o desenvolvimento humano e as características que se manifestam nas fases subsequentes.

A infância é um dos períodos de formação do indivíduo e durante essa etapa ocorrem importantes processos de desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social. Ao estudá-la é possível compreender os processos de socialização, aquisição de habilidades sociais, formação da identidade e desenvolvimento das relações interpessoais. Esses aspectos influenciam diretamente na forma como os indivíduos enfrentam os desafios e as demandas da adolescência e das juventudes.

A adolescência é caracterizada, entre outros fatores, por transformações físicas, emocionais, cognitivas e sociais significativas. Nesse período, ocorre uma busca pela identidade pessoal, questionamentos sobre o mundo e os valores, além

de mudanças na própria percepção do indivíduo sobre si mesmo. Compreender a infância é essencial para entender as bases que sustentam essas mudanças e os fatores que influenciam o desenvolvimento durante a adolescência.

Segundo Bernardi (2005) em sua dissertação “Concepções de infância em relatórios psicológicos judiciais”, apresenta como importante marco os paradigmas e conceitos sobre os estudos da infância o livro *Constructing and reconstructing childhood de autoria de Allison James e Alan Prout*, o qual difunde-se a prerrogativa que a infância deve ser entendida como construção social, sendo esta uma variável de análise social, considerando suas relações sociais e afirmando que as crianças devem ser estudadas como atores sociais.

Tal perspectiva na compreensão da infância rompeu com três componentes básicos: racionalidade, naturalidade e universalidade. Tais atributos não influenciaram apenas a Psicologia, mas também a Sociologia e o contexto sócio-político de práticas destinadas à infância e envolvendo crianças. Sua tradução nas teorias estrutural-funcionalista sobre a socialização, configura-se como um tratamento à infância ‘como rato de laboratório’, passiva e conformista e o adulto sendo-lhe o guia no labirinto social (*apud* Prout e James). A crítica de James e Prout (2003), bem como a de Jenk (2002) sobre o tratamento dado à infância no arcabouço teórico funcionalista é acachapante: teorias funcionalistas, às voltas com a explicação da ordem social; adotam uma concepção de infância a seu serviço, passível apenas de explicar a reprodução social. Pouca atenção é dada à contradição e ao conflito: uma criança ou se conforma ou é tida como desviante. Dessa perspectiva, as teorias não ofereciam um quadro interpretativo para compreender-se a infância, mas, ao contrário, usariam uma concepção de infância que permitisse manter arcabouço teórico assentado no pressuposto metateórico da harmonia, do equilíbrio (ROSEMBERG; FREITAS, 2004 *apud* BERNARDI, 2005, p. 23).

A infância desempenha um papel importante na formação de crenças, atitudes e comportamentos que se estendem as juventudes. Através do estudo da infância, é possível identificar padrões de socialização, de construção das relações com a família e comunidade, interferências nos contextos escolares e culturais que afetam a transição para a vida adulta e moldam as experiências e perspectivas das pessoas jovens.

Portanto, pensar sobre a infância se revela como fator essencial para uma compreensão mais abrangente do desenvolvimento humano, a qual permite traçar conexões entre as fases iniciais da vida e as subsequentes, enriquecendo nosso conhecimento sobre as dinâmicas e os desafios enfrentados durante a adolescência

e as juventudes, ao nos aproximar da realidade de modo mais aprofundado. Essa compreensão mais perscrutada evidencia-se como elemento valioso tanto para o meio acadêmico e para a prática profissional nas diferentes áreas como psicologia, educação, assistência social, entre outras, quanto para a ampliação do contexto de proteção enquanto responsabilidade do Estado e da sociedade.

Para discutir sobre as juventudes, devemos retomar o que a sociedade acadêmica definiu como infância, etapas conectadas para além do aspecto cronológico da vida humana, mas na direção de compreender as defesas sociais entrelaçadas nas pesquisas e estudos da área. Para Sirota (2001, p. 18 apud BERNARDI, 2005, p. 24) os tópicos a seguir são base na atual compreensão que temos sobre ser criança, vejamos:

A criança é uma construção social - A infância é compreendida como uma construção social. Desse modo, ela fornece um quadro interpretativo que permite contextualizar os primeiros anos da vida humana. A infância, vista como fenômeno diferente da imaturidade biológica, não é mais um elemento natural ou universal dos grupos humanos, mas aparece como um componente específico tanto estrutural quanto cultural de um grande número de sociedades (James, Prout, 1990).

Essa **desnaturalização** da definição, sem contudo, negar a imaturidade biológica, enfatiza a variabilidade dos modos de construção da infância na dimensão tanto diacrônica quanto sincrônica e reintroduz o objeto infância como um objeto ordinário de análise sociológica, redefinindo as divisões clássicas entre Psicologia e Sociologia em relação a esse período de vida.

A infância é, pois, considerada não simplesmente como um momento precursor, mas **como um componente da cultura e da sociedade** (Javeau, 1994). A infância se situa, pois, como uma das idades da vida que necessitam de exploração específica, como a juventudes ou a velhice, já que é uma forma estrutural que jamais desaparece, não obstante seus membros mudem constantemente e, portanto, a forma evolua historicamente (Jenks, 1997).

As crianças devem ser consideradas como atores em sentido pleno e não simplesmente como seres em devir. As crianças são ao mesmo tempo produtos e atores dos processos sociais. Trata-se de inverter a proposição clássica, não se discutir sobre o que produzem a escola, a família ou o Estado, mas de indagar sobre o que a criança cria na intersecção de suas instâncias de socialização.

A infância é uma variável da análise sociológica que se deve considerar em sentido pleno (Qvortrup, 1994), articulando-a às variáveis clássicas, como a classe social, o gênero, ou o pertencimento étnico.

Observa-se nesse fragmento que o caráter histórico, a desnaturalização da definição de infância enfatiza sua variabilidade e sua condição como componente

específico, tanto estrutural quanto cultural, em diferentes sociedades. Isso rompe com as divisões clássicas entre Psicologia e Sociologia, reintroduzindo-a como objeto de análise sociológica. Além disso, reconhece-se as crianças como atores sociais plenos, que são produtos e agentes dos processos sociais, invertendo a perspectiva tradicional que se concentra no que é produzido pela escola, família ou Estado.

É importante considerar a infância/adolescência como uma variável sociológica, articulando-a com outras variáveis clássicas, como classe social, gênero e pertencimento étnico-racial. Destarte, no Brasil, insta destacar que a definição fica por vezes atrelada ao Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), jurídico que define adolescência e infância e estabelece que:

Art. 2º. Considera-se **criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade**. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (BRASIL, 1990, grifo nosso). [...]

Art. 5º. **Nenhuma criança ou adolescente será objeto** de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990, grifo nosso). [...]

Art. 6º. Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a **condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento** (BRASIL, 1990, grifo nosso).

A definição legal estabelece que a criança é considerada a pessoa 'de até doze anos de idade incompletos', enquanto o adolescente é aquele 'entre doze e dezoito anos de idade'. Essa métrica precisa, em relação ao recorte etário, evidencia o entendimento das instâncias governamentais sobre o desenvolvimento da infância. Ao afirmar que 'nenhuma criança ou adolescente será objeto' e reconhecer a 'condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento', é possível observar o diálogo existente entre essas instâncias e os estudos relacionados ao desenvolvimento infantil.

A transição da infância para a vida adulta não ocorre de forma linear e homogênea, sendo tema abordado por diversos autores que enfatizam as particularidades, transformações e cuidados nos aspectos psicológicos e físicos. É importante ressaltar que a definição conceitual e etária da infância e juventudes pode

variar de país para país, evidenciando que a experiência de ser jovem é uma categoria fluída e sujeita a mudanças.

2.2 O mundo do trabalho: as juventudes e o discurso do bom trabalhador

Antes de nos aprofundarmos nessa análise, é importante estabelecer uma introdução sobre reconhecer a pluralidade do conceito de “juventudes” e destacar a importância de adotarmos uma perspectiva abrangente e inclusiva para compreender esse processo de desenvolvimento.

De acordo com Castro e Abramovay (2002), é comum que os jovens sejam frequentemente concebidos como agentes desprovidos de identidades próprias, vontades, desejos e ações distintas. Sob essa perspectiva, os jovens são definidos pela ausência e pelo que não são, ou seja, nem crianças nem adultos. Eles são percebidos como indivíduos que passaram por supervisão, controle e orientação constantes, a fim de evitar que se desviem ou se envolvam com substâncias ilícitas ou atividades criminosas. Nesse contexto, esses jovens enfrentam uma restrição completa ou parcial do direito de experimentar plenamente a fase da juventude.

A condição juvenil, enquanto forma como a sociedade constrói e atribui significado a esse estágio do ciclo de vida, estabelece uma situação juvenil e determina como essa fase é vivenciada em um determinado contexto social. A experiência da condição juvenil varia para cada indivíduo jovem, dependendo de sua classe social, gênero, etnia, renda, entre outros fatores. Segundo essa concepção, os jovens de baixa renda são considerados tanto vítimas quanto agentes produtores de renda de violência (ABRAMO, 2005).

De acordo com Scherer (2017), as diferentes expressões da juventude no Brasil têm sido profundamente afetadas pelas dinâmicas do sistema capitalista ao longo das últimas décadas. Esse segmento social tem enfrentado múltiplas formas de exploração e precarização do trabalho, resultando em uma crescente desigualdade social e no surgimento de arranjos informais e ilegais de venda da força de trabalho. É importante ressaltar que a noção de juventudes, conforme estabelecido pelo Estatuto da Juventudes - Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013), abrange indivíduos com idade entre 15 e 29 anos. No entanto, é necessário ir além das definições etárias e compreender a pluralização do termo juventudes e adotar o conceito de juventudes como uma construção social complexa, que abrange

elementos como estereótipos, contextos históricos, diversas referências e situações socioeconômicas, de gênero, etnia, pertencimento a grupos, entre outros fatores.

Ao enfatizar, desde o início, a variedade de experiências, vivências e identidades que compõem as juventudes, buscamos romper com uma visão homogênea, punitivista e controladora desse processo. Reconhecemos que cada jovem é único, trazendo consigo suas próprias histórias, vivências, desafios e aspirações.

No Brasil, adota-se com frequência a definição das Nações Unidas, que é ainda mais abrangente em termos geracionais, perpassando o conceito de infância, adolescência e juventudes, estando para juventudes a faixa etária de 15 a 24 anos de idade ou o uso da nomenclatura de população jovem para a faixa etária de 10 a 24 anos de idade, parâmetro etário usado também pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Ainda quanto ao levantamento normativo, as juventudes brasileiras passam a ter como referência o EJUVE - Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que traz a seguinte delimitação:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, **são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.**

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente (BRASIL, 2013, grifo nosso).

O ECA (BRASIL, 1990), estabelece a doutrina da proteção integral, considerando crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e garantindo sua proteção em todas as esferas. O estatuto reconhece a vulnerabilidade e peculiaridades de uma determinada faixa etária e visa assegurar o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social desses indivíduos. Além disso, o ECA define diretrizes para a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, além de estabelecer a responsabilidade da família, do Estado e da sociedade em assegurar esses direitos.

Uma diferença fundamental entre o ECA e o EJUVE é o enfoque etário. O ECA é aplicável a crianças e adolescentes, enquanto o EJUVE é direcionado aos jovens. O ECA tem um viés mais amplo, com ênfase na proteção integral e na garantia de direitos para a faixa etária infantojuvenil. Por outro lado, o EJUVE busca abordar

questões mais específicas das juventudes como educação, trabalho e participação social, visando promover a autonomia e a inserção dos jovens, principalmente no mercado de trabalho.

Nesse íterim, o EJUVE (BRASIL, 2013) configura-se enquanto uma legislação que aborda as questões relacionadas às juventudes brasileiras, com foco específico nas pessoas com idade entre 15 e 29 anos. No entanto, é importante ressaltar que a abordagem do estatuto em relação ao trabalho e à proteção das juventudes revela uma dinâmica complexa da sociedade capitalista.

Instituído em 2013, tem como objetivo estabelecer diretrizes e princípios para as políticas públicas, direitos e deveres pensados para as juventudes. Embora não faça referência direta à proteção integral, o Estatuto das Juventudes busca promover a autonomia e emancipação das juventudes, formular políticas de educação, trabalho, reinserção social, entre outros aspectos que impactam a vida das juventudes brasileiras. O EJUVE também aborda a proteção de jovens em situação de risco, vulnerabilidade social e egressos do sistema penitenciário; todavia, não apresenta de forma específica duas condições de extrema complexidade, como os egressos do acolhimento institucional e jovens em situação de rua que por vezes são também egressos do acolhimento.

No entanto, ao analisar o conteúdo do EJUVE, percebe-se uma ênfase na relação entre jovens e trabalho, refletindo a exploração da mão de obra e a responsabilização individual desses sujeitos pela sua própria proteção. Ao longo do estatuto, a palavra “proteção” é mencionada apenas duas vezes, fazendo referência à proteção social e à atenção à política de saúde. Paradoxalmente, a palavra “trabalho” aparece 22 vezes, principalmente relacionada ao mercado de trabalho e à jornada de trabalho. Esses indicativos revelam a ênfase na relação dos jovens como classe trabalhadora e responsáveis por sua própria proteção.

A realidade das juventudes brasileiras em relação ao mercado de trabalho tem sido desafiadora, diante do alto desemprego e subemprego que afetam essa faixa etária. Essa lógica é uma velha conhecida da história na relação trabalhador x modo de produção capitalista, recordando a compreensão da história das casas de assistência aos pobres (*poorhouse*) e das oficinas de trabalho (*workhouse*), em que permite desenvolver como essas instituições foram criadas e utilizadas como manobra de controle social e exploração capitalista.

Um exemplo emblemático dessa dinâmica é o episódio do roubo de lenha

mencionado por Karl Marx no jornal *Gazeta* 1842-1843. Nesse caso, uma prática antiga dos camponeses pobres na Alemanha, que consistia em colher lenha caída nos bosques para aquecer suas famílias no inverno, passou a ser criminalizada por uma nova lei. Marx ressalta que essa atividade não era intrinsecamente criminosa, mas sim uma forma de sobrevivência dos trabalhadores pobres. No entanto, a lei foi criada em favor dos proprietários de terras, criminalizando esses trabalhadores para proteger os interesses da classe detentora da propriedade.

À medida que o modo de produção capitalista se desenvolveu, a privação de liberdade se apresentou como uma forma eficiente de punição e controle da classe trabalhadora que infringia as leis, respeitadas além do inapto para o trabalho. Nesse contexto, experimentaram as chamadas “casas de correção”, que combinavam princípios das casas de atendimento aos pobres, das oficinas de trabalho e das instituições penais.

Essas casas de correção foram criadas com o propósito de encarceramento e trabalho forçado, visando transformar a força de trabalho dos sujeitos em algo socialmente útil, para posterior inserção no mercado de trabalho. Teóricos da época defendiam vigorosamente o trabalho infantil, argumentando que era a melhor maneira de manter as crianças longe do mal. No entanto, poucas vozes questionavam os perigos físicos e as consequências a longo prazo do trabalho precoce, que poderiam incapacitar essas crianças para o trabalho no futuro.

Com a revolução industrial, a imposição do disciplinamento do proletariado e da produção em massa nas fábricas exerceram um papel importante na construção do sistema penal. Alessandro De Giorgi (2006) destaca que a penitenciária surgiu e se consolidou como uma instituição subordinada à fábrica, atendendo às demandas do emergente sistema de produção industrial. Assim, a prisão, se tornou uma tecnologia repressiva e um dispositivo ideológico, envolvendo os pobres em criminosos, os criminosos em prisioneiros e, por fim, os prisioneiros em proletários.

Dessa forma, a conexão entre a *Poorhouse*, a *Workhouse* e os estatutos brasileiros ECA e EJUVE não é direta. Cada um desses elementos pertence a contextos históricos e diferenças legais, com abordagens distintas na proteção e garantia de direitos das diferentes faixas etárias. Porém, elas foram mencionadas como exemplos históricos de instituições que combinavam princípios de assistência aos pobres, trabalho forçado e sentimentos penais durante o desenvolvimento do modo de produção capitalista e que uma leitura superficial e aplicabilidade da lei pode

reforçar velhas práticas.

Esses exemplos ilustram como as casas de assistência aos pobres e as oficinas de trabalho foram utilizadas como ferramentas de controle e exploração da classe trabalhadora, consolidando uma lógica em que a criminalização de determinados comportamentos e privação de liberdade serviam aos interesses da classe detentora do capital. A compreensão desses contextos históricos é fundamental para analisarmos criticamente as estruturas sociais e refletirmos sobre a necessidade de lutas por justiça social e equidade.

Segundo a lógica do capitalismo liberal, os trabalhadores livres têm liberdade para oferecer e vender sua força de trabalho no mercado, desde que se mantenham no seu devido lugar, desde que não participem dessas misturas indesejáveis, mantendo-se dentro das normas vigentes, desde que, portanto, respeitem as regras impostas por uma sociedade de classes. Sociedade essa que, paradoxalmente, a partir de certos princípios defendidos por uma elite que ascende ao poder, propugna em seus discursos que os direitos humanos, políticos, econômicos, sociais e culturais são direitos de todos, produzindo-os, assim, como direitos universais através de suas famosas palavras de ordem: liberdade, igualdade e fraternidade. Entendemos – como nos apontou Marx – que a formação da riqueza, a acumulação do capital produz, também, o seu contrário, a miséria. Pela ótica e ‘ética’ do capitalismo esta passa a ser naturalmente percebida como advinda da ociosidade, da indolência e dos vícios inerentes aos pobres. Portanto, esses princípios burgueses não podem ser estendidos a todos e caracterizados como universais, pois numa sociedade onde a liberdade é uma quimera, a desigualdade e a competitividade são as regras do bom viver, uma existência livre, igualitária e fraterna não tem lugar (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005, p. 3).

Compreender a complexidade das questões relacionadas ao trabalho e à proteção dos jovens no contexto da sociedade capitalista, além de buscar políticas e ações que promovam uma inserção mais justa e igualitária dos jovens, destacando que falamos de uma juventudes que não teve consolidado o que prevê a Lei nº 12.010 (BRASIL, 2009a) emergem como respostas originadas a partir do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), promovendo uma alteração no § 2º do artigo 19 do ECA, que estabelece o prazo máximo de dois anos para a permanência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento. Esse prazo pode ser excepcionado mediante justificativa embasada na autoridade judiciária, que deve considerar o interesse da criança ou adolescente. Uma das circunstâncias englobadas por esta

legislação é aquela em que os vínculos com a família de origem não puderam ser restabelecidos ou não foi viável o encaminhamento para uma família substituta, ocorrido em uma estadia prolongada na instituição. Nesses casos, esses indivíduos permanecem acolhidos até atingirem a maioridade, isto é, completam 18 anos, e são encaminhados ao mercado de trabalho.

As abordagens das políticas de juventudes no Brasil seguiram uma trajetória marcada pela focalização na pobreza e na inserção no mercado de trabalho. Essa perspectiva, por vezes, mascara uma promessa de progresso que, paradoxalmente, reflete uma complexa dinâmica ideológica.

As políticas de juventudes no Brasil seguem uma tendência de focalização na pobreza e inserção no mercado do trabalho, se constituindo em uma promessa civilizatória perversa, calcada em um constructo ideológico fetichizado que refere a 'qualidade profissional' como único elemento para a empregabilidade e resolução das demandas juvenis. Essa concepção, ao mesmo tempo em que acarreta na ocultação das complexas relações da crise estrutural do capital em um país de desenvolvimento tardio e periférico, também acaba por reduzir a ideia de direitos das juventudes na precária inserção laboral desse segmento social (SCHERER; ECHER, 2023, p. 119).

Neste ponto, precisa-se destacar a realidade dos jovens egressos do serviço de acolhimento e relacionar a questão do trabalho e da proteção social, onde os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) trabalham na perspectiva da autonomia e autossustento de muitos adolescentes que se encontravam em situação de acolhimento. Um trabalho de transição para a maioridade civil que se desvela desafiadora, muitas das vezes, sendo necessário que adolescentes enfrentem a falta e/ou ausência de suporte familiar e de recursos financeiros para iniciar sua vida adulta de forma independente.

A inexistência de uma rede de apoio sólida se evidenciou enquanto uma dificuldade na busca e manutenção de um emprego, moradia, cuidados com a saúde e educação, bem como, o acesso a serviços básicos de saúde, assistência social e momentos de lazer. É ainda nesta complexa fase, que adolescentes, junto às equipes responsáveis, tentam trilhar um caminho em busca da promoção de acesso a renda, atrelada a subsistência primária que pode assentar ou não a viabilidade de seus planos futuros. O autocuidado e autogestão também demandam ação, criatividade profissional e direcionamento frente a demais políticas públicas na busca do acesso e

garantia de direitos.

Mesmo após o desligamento obrigatório é preciso que haja acolhimento e proteção para que se sintam seguros e apoiados. A equipe técnica da instituição deve se empenhar para construir estratégias de saída desses adolescentes desde o momento de sua chegada no Acolhimento. Por meio do Plano Individual de Atendimento (PIA) é possível alinhar essas ações a curto, médio e, dependendo da situação, longo prazo, construindo redes para além do Acolhimento Institucional, auxiliando os jovens no desenvolvimento e fortalecimento cotidiano do sentimento de confiança, autonomia e pertencimento a um grupo cultural mais amplo do que o Acolhimento Institucional (MARTINEZ; SILVA, 2008, p. 18).

A relação entre o trabalho e os adolescentes e jovens revela uma desigualdade central no contexto da propriedade privada, distanciando-se da concepção ideológica que enxerga o trabalho como uma atividade vital e como uma expressão da potência humana em relação à natureza, como Marx defende.

Qualitativamente como potencial, uma atividade vital que expressa os poderes e capacidades do homem. O trabalho é um processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...] atuando, assim, sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1985 apud OLIVEIRA, 2006, p. 77).

Retomada a defesa de Marx, o trabalho como atividade vital e de potência humana, espera-se que cada sujeito tenha escolhas nessa sua ação e controle com a natureza; talvez daí tenha saído aquela pergunta que a princípio carrega simplicidade e certa pureza, “o que você quer ser quando crescer?”; aqui tendemos a equacionar sonhos, habilidades e desejos, mas será que neste contexto de exploração se tem tempo para apurar habilidades ou preservar nossos desejos?

No atendimento a adolescentes que tem como destino o desligamento compulsório, por vezes a cobrança individual é reforçada por discursos que promovem a ideia de que o sucesso está diretamente ligado ao esforço individual, isso pode ocorrer não pelo desejo da equipe quanto a exploração do jovem, mais como mecanismo e resposta imediata ao medo da falta e a fragilidade da rede de proteção social.

A realidade que conhecemos e trilhamos a duras penas ainda tem por base fomentar a integração entre o sistema educacional e o mercado de trabalho por meio de parcerias entre instituições de ensino, empresas e órgãos governamentais. Essa

sinergia possibilita a formação de jovens mais preparados e alinhados com as demandas do mercado de trabalho capitalista.

Conforme Martinez e Silva (2008), para os adolescentes e jovens em geral a garantia do acesso à educação significa um instrumento necessário para o ingresso no mercado formal de trabalho, “para os jovens dependentes de programas de proteção especial, a violação desse direito radicaliza o processo de marginalização”. Em outras palavras, a própria política em questão gerou ou pelo menos acentuou as desigualdades sociais no modo de produção capitalista.

Todos estamos imersos na busca pelo sucesso profissional e a pressão por resultados muitas vezes se sobrepõem às necessidades de bem-estar e saúde; nessa mesma lógica estão os trabalhadores das equipes e as pessoas atendidas, todos em busca de produtividade e eficiência, muitas vezes acabam negligenciando aspectos fundamentais como o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, a saúde mental e física, e a qualidade de vida.

Nesse contexto, é essencial repensar a forma como as equipes e a sociedade como um todo investem na esfera do trabalho. É necessário promover uma abordagem mais equilibrada que leve em consideração não apenas os resultados econômicos, mas também a saúde e o bem-estar da classe trabalhadora.

Em algumas situações, as instituições executoras dos Serviços de Acolhimento ofereceram programas de apoio à emancipação, nos quais são fornecidos recursos, orientação e suporte para auxiliar adolescentes na transição para a vida adulta. Esses programas podem incluir assistência financeira, aconselhamento profissional, treinamento de habilidades e apoio emocional. No entanto, insta destacar que nem todos os espaços de acolhimento possuem programas e projetos de emancipação efetivos e muitos adolescentes acabam sendo desligados sem o suporte adequado, o que expõem as juventudes a estarem mais suscetíveis a situações de vulnerabilidade, risco, e desproteção como o envolvimento em atividades ilegais, o acesso precário ou ausência dele em relação a moradia e alimentação, prostituição e o aumento do risco de exploração.

Para lidar com essas questões, é necessário promover e fortalecimento das políticas públicas voltadas para a transição dos adolescentes egressos dos Serviços de Acolhimento para a vida adulta. Isso inclui a implementação de programas de apoio à emancipação, a criação de redes de apoio social e comunitário e a promoção de parcerias entre instituições governamentais e organizações da sociedade civil.

Além disso, é fundamental garantir que os direitos dos adolescentes sejam protegidos e que eles tenham acesso a serviços e oportunidades que lhes permitam construir um futuro estável e satisfatório. Isso envolve ações como o fortalecimento da educação, a facilitação do acesso ao mercado de trabalho, a garantia de moradia adequada e o acesso a serviços de saúde física e mental.

Nas experiências de atendimentos no processo de desligamento de jovens do acolhimento institucional, as equipes, principalmente as com atuação direta na execução do serviço de acolhimento precisam dar respostas ao sentimento do medo, angústia, ansiedade e desestabilização emocional que eram potencializados nos adolescentes pela aproximação do desligamento e pela incerteza do seu futuro, isso reverberava nas saídas não autorizadas ou ainda na busca de uso de substâncias e exposição em situações de risco como inúmeras tentativas de suicídio que compunham o cotidiano institucional, bem como outros fatores que interferiram na construção do desligamento dos adolescentes. Paralelamente, as políticas públicas voltadas para a juventudes se concentram, atualmente, na “administração e controle” dos jovens em situação de pobreza, com foco em educação técnica e trabalho, visando a capacitação para o mercado de trabalho, onde podemos compreender que:

A atual configuração das políticas públicas para as juventudes se concentra na ‘administração e controle’ da juventude pobre, por meio de políticas que se centram na educação técnica e no trabalho, na perspectiva da capacitação juvenil para atividades laborais. A inserção no mercado de trabalho, quando se torna possível, é geralmente por meio de contratos flexíveis, trabalhos precarizados, com baixas remunerações, que acarretam uma inserção produtiva precária (SCHERER, 2017, p. 197).

Ainda conforme, Scherer (2017), as juventudes brasileiras se caracterizam como o segmento social mais afetado pela dinâmica do capital nas últimas décadas, sendo que as “múltiplas faces da exploração e da precarização do trabalho fomentam a desigualdade social e criam formas informais e não legais de venda da força de trabalho, representando um dos elementos catalisadores das diversas formas de violências”.

Na conjuntura atual em que as privatizações estão em evidência, é possível perceber um impacto direto, por exemplo, na segurança social. Isso se reflete nas políticas relacionadas à infância, à juventude e à família, evidenciando a recepção da saúde e da prevenção social, o que dificulta o acesso universal a esses grupos sociais e a proteção dos direitos dos adolescentes trabalhadores.

Nesse sentido, conforme Sposati (2013), é observado na Política de Assistência Social um aumento do assistencialismo, com programas mais focalizados e uma ênfase nas parcerias com a sociedade civil e a família, transferindo para elas as responsabilidades que seriam do Estado, além de desconsiderar a Assistência Social como política pública. Diante disso, é fundamental defendermos as políticas sociais como ferramentas estratégicas das classes menos favorecidas, a fim de garantir condições sociais de vida para os trabalhadores e promover sua emancipação humana, bem como lutar de forma organizada pela conquista da emancipação política.

2.3 Juventudes em conflito: a dicotomia entre a busca pela vitalidade e a realidade violenta

A visão que temos dos jovens depende do olhar que lançamos sobre eles, das escutas que fazemos ao que dizem, das conversas que temos com eles e daquilo que construímos na relação com eles (PERONDI, 2010 apud CRAIDY; SZUCHMAN, 2017, p. 73).

O conceito de juventudes é uma construção cultural em constante redefinição ao longo da história. A terminologia “juventudes” também está associada a traços como vitalidade, energia, inovação e potencial transformador. Entretanto, é necessário ponderar a influência do sistema capitalista na configuração dessa ideia.

No âmbito do Capitalismo, a juventude é interpretada como um mercado consumidor lucrativo. A mídia, a publicidade e setores como moda, cosméticos e entretenimento frequentemente promovem uma imagem idealizada da juventude, relacionando-a à beleza, vitalidade e um estilo de vida dinâmico. Tal contexto gera uma pressão social que instiga as pessoas a incessantemente buscarem a aparência jovem e adotarem comportamentos e produtos que perpetuam a juventudes como um ideal inatingível, rejeitando o processo natural de envelhecimento humano.

Essa busca constante pela juventude está intrinsecamente ligada à ânsia de lucro do sistema capitalista. A indústria da moda lança periodicamente novas tendências, incentivando o consumo de roupas, acessórios e produtos de beleza que prometem retardar o envelhecimento. Paralelamente, a indústria farmacêutica investe em medicamentos e tratamentos antienvelhecimento, capitalizando a preocupação das pessoas com a aparência jovem e mercantilizando a ideia de uma juventude perpétua.

Nesse cenário, o Capitalismo, com sua busca incessante por inovação e lucro, valoriza a juventude como uma força de trabalho dinâmica e um consumidor ávido. No entanto, de maneira paradoxal, a realidade brasileira revela uma face contraditória dessa relação entre juventude e capital. No meio de uma sociedade que idolatra a juventude como símbolo de vitalidade, encontramos jovens feridos, marginalizados e até mesmo mortos. A mesma sociedade que exalta a juventude como um emblema de vigor é também a responsável por afligir e aniquilar sua própria juventude.

No Brasil, os índices de violência e mortalidade entre os jovens são alarmantes. Jovens são vítimas de homicídio, tráfico de drogas, exploração sexual, trabalho infantil e outras formas de violência. Segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde registrado no Atlas da Violência, uma colaboração entre o Ipea e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública do total de 45.503 homicídios ocorridos no Brasil durante o ano de 2019, 51,3% tiveram jovens entre 15 e 29 anos como vítimas. Isso equivale a 23.327 jovens cujas vidas foram tragadas prematuramente, provocada em uma chocante média de 64 jovens assassinados diariamente em todo o país.

O Brasil vem se destacando no mundo como um dos países que mais tem assassinado seus jovens, especialmente a juventudes negra, pobre e moradoras de *‘regiões periféricas’*. Essa trágica afirmação é reiteradamente trazida em diversos estudos e pesquisas sobre o tema. Segundo Cerqueira et al (2021) no ano de 2019, de cada 100 jovens entre 15 e 19 anos que morreram no país, 39 foram vítimas da violência letal; sendo que entre aqueles que possuíam de 20 a 24, foram 38 vítimas de homicídios a cada 100 óbitos e, entre aqueles de 25 a 29 anos, foram 31. O mesmo estudo demonstra que dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos, isso é 23.327 jovens tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país. Os números de guerra demonstram a barbárie que as juventudes vivenciam em seu cotidiano; sendo essa realidade, grande parte das vezes, invisibilizadas de inúmeras formas (SCHERER; ECHER, 2023, p. 111).

Estes jovens frequentemente provinham de comunidades, onde a falta de oportunidades, a desigualdade social e a ausência de políticas públicas efetivamente perpetuam um ciclo de violência e desespero. O termo “juvenicídio”, que se refere ao extermínio de jovens, tornou-se uma triste realidade no Brasil. O país enfrenta um aumento contínuo da violência, que atinge especialmente os jovens, resultando em perdas irreparáveis tanto para suas vidas quanto para a sociedade em geral.

Diante dessa conjuntura, o termo juvenicídio surge como uma

importante categoria analítica dessa realidade, sendo cunhado pelo pesquisador José Manuel Valenzuela para designar o fenômeno da mortalidade juvenil por meio dos homicídios. Para Valenzuela (2015) o juvenicídio se constitui de diversos fatores que incluem a precarização, pobreza e desigualdade. É importante destacar que o juvenicídio se constitui na interrupção de vidas jovens, de forma violenta por meio dos homicídios, provocados, especialmente, pela condição de precarização existencial gerada pela violência estrutural que impossibilitam a construção de projetos de futuro (SCHERER, 2018 apud SCHERER; ECHER, 2023, p. 11).

Os motivos para o juvenicídio são complexos e abrangentes. Entre eles, destaca-se a presença do tráfico de drogas, a falta de acesso à educação de qualidade, o desemprego e a carência de políticas públicas efetivamente destinadas à juventude. A combinação desses fatores cria um ambiente propício para o recrutamento de jovens pelo crime organizado e seu envolvimento em atividades ilícitas.

O estágio atual do capitalismo contemporâneo, entendido por Mészáros (2002, p. 482), como crise estrutural, encontra-se no cenário de uma crise profunda, de agudas contradições, desigualdades e explorações. A ofensiva neoliberal e neoconservadora, invade drasticamente todos os campos da vida social, e especialmente de segmentos sociais que vivenciam particulares formas de violações, neste sentido, mostra-se fundamental o debate e a defesa de direitos humanos das juventudes, pois entende-se, que as desigualdades e opressões originadas pelo sistema capitalista afetam especialmente os jovens, que vivenciam processos dessa violência estrutural do Capital (SCHERER; ECHER, 2023, p. 11).

A problemática da violência, especialmente entre os jovens, surge como um desafio emergencial no Brasil, exigindo ações imediatas e abrangentes por parte do Estado e da sociedade em geral. Os efeitos da desigualdade social e a falta de perspectivas futuras alimentaram um ambiente propício para o aumento da violência nesse grupo. A ausência de oportunidades educacionais e profissionais levou muitos jovens a se sentirem marginalizados e desesperados, o que frequentemente resulta em conflitos e expressões de violência como uma busca por reconhecimento.

Abordar essa questão requer a implementação urgente de políticas públicas voltadas para a juventude, englobando prevenção da violência, acesso à educação de qualidade, criação de empregos dignos e promoção de oportunidades para desenvolvimento pessoal, familiar, afetivo e profissional. Além disso, investir em programas inclusivos de cultura e esporte, oferecendo alternativas construtivas para afastar os jovens da criminalidade.

O diálogo e a conscientização em todos os níveis da sociedade são essenciais para cultivar uma cultura de paz e respeito aos direitos humanos, movimento contrário aos posicionamentos que erguem a bandeira da morte como solução social. Simultaneamente, o problema da violência é uma teia que abrange a violação de direitos humanos e sociais. Ela se estende como uma ameaça à vida, às condições de trabalho, às relações interpessoais e à qualidade de vida. A abordagem da violência transcende as fronteiras da saúde, sentindo que a compreendemos como um fenômeno de natureza social e política.

A Resolução nº 49.25 da *World Health Assembly* (WHA), ocorrida em 1996, declara a violência como um dos principais problemas de saúde pública. Solicitou-se então à Organização Mundial da Saúde (OMS) que desenvolvesse uma tipologia que caracterizasse os diferentes tipos de violência, bem como os vínculos entre eles. A resolução também enfatiza a prevenção da violência como uma prioridade na saúde pública, e diversos programas são direcionados para o controle de homicídios e prevenção de riscos, com o intuito de abordar os fatores subjacentes à violência. Contudo, é preocupante ver que muitas abordagens cruzadas, o combate e a prevenção da violência à uma simples questão de segurança pública e repressão policial, desconsidera suas causas mais profundas. É fundamental, então, que mudemos esse paradigma, buscando programas que enxerguem a violência como um fenômeno dinâmico, não estagnado e que se distanciem de abordagens meramente repressivas, refletindo sobre a violência como campo de conhecimento das relações sociais e o cotidiano das pessoas, manifestando-se em todos os espaços da vida pública e privada.

CAPÍTULO 3 - O PERCURSO METODOLOGICO DA PESQUISA

Primeiros Erros

Meu caminho é cada manhã
Não procure saber onde vou
Meu destino não é de ninguém
E eu não deixo os meus passos no chão

Se você não entende, não vê
Se não me vê, não entende
Não procure saber onde estou
Se o meu jeito te surpreende

Se o meu corpo virasse Sol
Minha mente virasse Sol
Mas só chove, chove
Chove, chove

Se um dia eu pudesse ver
Meu passado inteiro
E fizesse parar de chover
Nos primeiros erros, oh

Meu corpo viraria Sol
Minha mente viraria
Mas só chove, chove
Chove, chove

Se um dia eu pudesse ver
Meu passado inteiro
E fizesse parar de chover
Nos primeiros erros, oh

Meu corpo viraria Sol
Minha mente viraria
Mas só chove, chove
Chove, chove

Meu corpo viraria Sol
Minha mente viraria
Mas só chove, chove
Chove, chove

(Música: Primeiros Erros. Capital Inicial, 2000)

“Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados”.
(Rosália Duarte)

A pesquisa é compreendida como uma ação continuada à atuação da/o assistente social, estabelecida enquanto compromisso frente ao Projeto Ético-político, a busca por conhecimento ou mesmo a produção desse diante as transformações nas relações de trabalho e a efetivação de direitos e políticas sociais na distribuição dos bens e recursos socialmente produzidos, sendo fundamentais ao exercício profissional essas contínuas análises.

[...] contribuindo largamente para capacitar os profissionais também enquanto cientistas sociais preocupados em mudar a realidade social opressora e produzir conhecimento sobre essa realidade para embasar a prática profissional e contribuir para o avanço científico das Ciências Sociais (YAZBEK; SILVA, 2005, p. 42).

Para Bourguignon (2006) a pesquisa é uma condição ontológica à existência humana sendo um processo social, histórico, político e processual, fruto da ação humana. A construção do conhecimento por sua vez é perpassada por diversas contradições inerentes à realidade, e nesse sentido requer criticidade.

O ser social, por sua capacidade teleológica, não desprende seu conhecimento teórico do prático, logo o conhecimento é uma das expressões da práxis humana, uma das objetivações possíveis do trabalho e realização humana. Assim, a produção do conhecimento é elemento de transformação da realidade pela mediação do trabalho humano, e a pesquisa numa perspectiva crítica, a reprodução teórica que se aproxima das mediações que a compõem.

Iamamoto (1998) reconhece a pesquisa como uma dimensão integrante do exercício profissional das/os assistentes sociais, uma condição para a formação de respostas, capazes de impulsionar a elaboração de propostas profissionais que tenham efetividade e permita atribuir materialidade aos princípios ético-políticos do projeto profissional.

O Serviço Social assume a perspectiva crítico-dialético como matriz para a formação profissional e como embasamento para o exercício da profissão. Neste sentido, escolhemos o Método Crítico Dialético, visto que o método permite apreensão da realidade social e das demandas postas no cotidiano profissional, assim como a realidade do público pesquisado. Alinhada à defesa dos indivíduos reais, sua ação e

suas condições materiais de vida, tanto aqueles por eles já encontrados, como as produzidas por sua própria ação, que a escolha deste método se faz necessária para atingir os objetivos propostos.

Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. Totalmente ao contrário da filosofia alemã, [...] [aqui] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência (MARX, 2007, p. 94).

Marx não apresenta um “manual” quanto à compreensão do método, mas afirma que não se trata de “um conjunto de regras formais” que possam ser utilizadas para a investigação de um determinado objeto. A construção deste percurso metodológico trata de um afastamento das condições arbitrárias, que não se produz separada do objeto e sua essência.

Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011, p. 23).

Logo então, considerado que a teoria possibilita ao sujeito a interpretação ideal da realidade, podemos concluir que a realidade existe independente da interpretação dele sobre a mesma, portanto, o sentido da teoria é possibilitar que, pautando-se pelo próprio objeto, o sujeito interprete a realidade de modo a ir além da mera aparência

superficial. Para as investigações iniciais, recorreu-se ao levantamento bibliográfico e estudo das legislações pertinentes à infância, adolescência e juventudes. De forma que os primeiros capítulos dessa dissertação, fazem alusão de publicações já realizadas possibilitando o estudo de normativas no âmbito nacional e municipal quanto à política de assistência social e proteção às infâncias e juventudes.

Destacamos que a pesquisa foi realizada em período pandêmico, sendo necessário usar de maneira estratégica o acesso aos periódicos digitais e os encontros virtuais, que trataram sobre a temática da juventude e proteção social, foram de suma importância, assim como a busca por dissertações e teses que se aproximam da temática específica do acolhimento institucional e os desligamentos efetuados em razão da maioria dos jovens.

Ainda quanto à pesquisa bibliográfica, explica Gil (2002, p. 44):

[...] que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a uma análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvida quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

De acordo com Gil (2008, p. 26) “pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”, colocando então as definições no âmbito da pesquisa social e os níveis de agrupamento da pesquisa que em coerência as finalidades deste projeto, adotam-se a abordagem exploratória:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas (GIL, 2008, p. 27).

A preocupação desta pesquisa teve ênfase no processo, quanto à qualidade nos procedimentos e interações, visto que pretendeu-se acessar determinado fenômeno e estrutura interpretados pelos indivíduos pesquisados, para tanto, adota-

se o método qualitativo, possibilitando interpretações singulares de cada uma das entrevistas. Para Martinelli (1999), a pesquisa qualitativa fundamenta-se pelos seguintes pressupostos:

Um primeiro pressuposto é o do reconhecimento da singularidade do sujeito. Cada pesquisa é única, pois se o sujeito é singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe que se revele [...] o segundo pressuposto é que essas pesquisas partem do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito e não apenas as suas circunstâncias de vida. Pois as circunstâncias de vida configuram um tipo de fenômeno, outro é o modo de vida [...] o terceiro pressuposto, que se expressa no reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social (MARTINELLI, 1999, p. 23).

Conforme Godoy (1995, p. 58) a abordagem qualitativa possibilita valoração das narrativas futuras, “de maneira diversa, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados”. A referida autora complementa ainda que:

A pesquisa qualitativa é descritiva – A palavra escrita ocupa lugar de destaque nessa abordagem, desempenhando um papel fundamental tanto no processo de obtenção dos dados quanto na disseminação dos resultados. Rejeitando a expressão quantitativa, numérica, os dados coletados aparecem na forma de transcrições de entrevistas, anotações de campo, fotografias, videoteipes, desenhos e vários tipos de documentos. Visando a compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados. O ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados holisticamente: não são reduzidas a variáveis, mas observadas como um todo (GODOY, 1995, p. 62).

Na busca em atender a problemática desta pesquisa e em coerência ao método adotado, pautada no objetivo de um aprofundamento da realidade destes jovens, foram efetuadas entrevistas individuais. A pesquisa de campo, constitui-se de entrevistas individuais semiestruturadas, que foram realizadas preferencialmente no território de cada um dos jovens participantes.

De acordo com Gil (2008, p. 112) a entrevista semiestruturada é aquela em que “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”, permitindo ao entrevistador um nível maior de espontaneidade.

O recorte temporal estabelecido tem por referência os jovens que foram desligados do acolhimento institucional entre os anos de 2016-2020, visto que nesse

período a pesquisadora esteve presente no SAICA e realizou o convite aos jovens egressos participantes mediante conhecimento prévio do público pesquisado. Foi também através desta referência e vínculo que se teve o cuidado de fazer do ato das entrevistas um espaço de escuta, e buscar aproximar-se do contexto vivido pelos jovens, fomentando confiabilidade e segurança dos entrevistados e principalmente prestando todas as informações quanto ao objetivo da pesquisa e o valor das narrativas para avaliação de melhores práticas no SUAS.

A presente amostra foi coletada por meio da busca ativa destes jovens, de modo que a pesquisa segue referenciada ao princípio político da prática de busca ativa no SUS (Sistema Único de Assistência Social) e SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

A busca ativa é um termo muito usado nas vigilâncias epidemiológica e sanitária, bem como na saúde do trabalhador, que a definiu como 'ir à procura de indivíduos com o fim de uma identificação sintomática, principalmente das doenças e agravos de notificação compulsória'. No entanto, este é um sentido estrito do termo. Durante uma busca ativa é possível interagir não só com o usuário, de maneira isolada, mas com o mundo que o cerca, seu espaço e território. Entender e conhecer as relações que o usuário cria com sua morada, familiares e sociedade, assim como o grau de envolvimento com os mesmos. Permite também avaliar o sofrimento psíquico do usuário e de seus familiares, suas condições e qualidade de vida, avaliar se existem comorbidades associadas aos transtornos mentais. Enfim, enxergá-lo de forma holística visando não só o tratamento adequado, mas uma melhora na sua qualidade de vida, objetivando a reinserção do mesmo à sociedade (PEREIRA, 2013, p. 410).

A princípio, a busca aconteceu pelas redes sociais, como Facebook, Instagram ou mesmo WhatsApp, frente à pesquisadora já os conhecendo durante os anos que compartilharam no acolhimento, o que possibilitou a pesquisadora ter referência para localizá-los. Tal relação viabilizou uma sistemática de busca, que ocorreu posteriormente à aprovação da pesquisa junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) na Plataforma Brasil.

A pesquisadora foi até o território de cada um dos jovens, com agendamento prévio e os jovens que foram consultados e convidados a participar da pesquisa tiveram também o papel de multiplicadores trabalhando na busca e identificação de outros jovens, possibilitando uma rede de busca.

O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja,

a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados (VINUTO, 2014, p. 203).

O número de sujeitos pesquisados foi determinado diante a capacidade de busca, a disponibilidade e o aceite durante o período de coleta dos dados.

Para que a entrevista seja adequadamente desenvolvida, é necessário, que o entrevistador seja bem recebido. Algumas vezes o grupo de pessoas a ser entrevistado é preparado antecipadamente, mediante comunicação escrita ou contato pessoal prévio. Outras vezes, todavia, os informantes são tomados de surpresa, o que passa a exigir do pesquisador muito mais habilidade na condução da entrevista. Para iniciar a conversação, o mais aconselhável é falar amistosamente sobre qualquer tema do momento que possa interessar ao entrevistado. A seguir, o entrevistador deve explicar a finalidade de sua visita, o objetivo da pesquisa, o nome da entidade ou das pessoas que a patrocinam, sua importância para a comunidade ou grupo pesquisado e, particularmente, a importância da colaboração pessoal do entrevistado. Convém, ainda, neste primeiro contato, deixar claro que a entrevista terá caráter estritamente confidencial e que as informações prestadas permanecerão no anonimato. É de fundamental importância que desde o primeiro momento se crie uma atmosfera de cordialidade e simpatia (GIL, 2008, p. 116).

Dado o contexto de pandemia da COVID-19 que assola a humanidade, é de ciência da pesquisadora, tendo por base as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), a presente pesquisa propôs a adoção de medidas de controle sanitário durante a realização das entrevistas, visando minimizar a exposição dos jovens e da pesquisadora a riscos de contaminação no ambiente, bem como, a propagação dos casos para a população em geral, em virtude da situação de emergência em saúde pelo COVID-19.

Explicações quanto às condições sanitárias e o protocolo de higiene e distanciamento, também fizeram parte do cotidiano da pesquisa de campo; houve ainda disponibilização do álcool sob as formas gel ou solução a 70% para higiene das mãos e optou-se por efetivar a presente atividade em área aberta e bem ventilada, caso contrário foram mantidas as portas e janelas abertas, ou seja, com ventilação natural, garantindo a recirculação de ar e fornecer máscaras descartáveis de proteção para aqueles que não estiverem usando no ato da entrevista.

Todo o planejamento para as entrevistas em território se deu também em razão da necessidade de efetuar estes encontros de forma presencial, visto que, mesmo

que os jovens apresentem acesso à internet, as apreensões relacionais e do ambiente possibilitam uma relação de cuidado para com os pesquisados para além das demandas sanitárias aqui já descritas. É preciso acolher a subjetividade e estar disponível na escuta, por isso as entrevistas presenciais ainda podem contribuir para melhores estímulos a respostas completas e melhor trato do pesquisador frente a questões delicadas, dada a conjuntura de violações destes sujeitos. Deste modo, um critério relevante usado trata quanto à necessidade de os jovens entrevistados estarem domiciliados no município de Franca-SP, visto que as entrevistas foram presenciais e percorrer outros municípios e/ou estados estava fora do alcance da pesquisadora.

A estrutura das entrevistas apresentou menor rigidez no planejamento, sendo composta em três etapas, colocadas em destaque no **Instrumental I - Roteiro de Entrevista Aberta Semiestruturada** (Apêndice I), que conta com perguntas iniciais para execução da apresentação do participante e permitiu à pesquisadora mapear informações relevantes, como por exemplo: ano do desligamento, tempo total de acolhimento, atual composição familiar, dentre outros; logo, esta ficha de identificação e análise inicial, possui questões padronizadas.

O Instrumental segue com perguntas e pautas para conduzir as narrativas de acordo com os objetivos desta pesquisa, retomando memórias quanto ao período do desligamento e a atual conjuntura da vida adulta. A intenção foi anotar parcialmente as falas, captar as palavras e narrativas de maior impacto, e posterior a cada entrevista, construir um texto fluido e analítico, tendo nos casos autorizados a gravação em áudio dessas entrevistas, que foram transcritas na íntegra e posteriormente, os fragmentos seguem apresentados em material tabulado para sistematizar a visualização em relação à pergunta resposta (Apêndice II).

Garantindo o sigilo dos indivíduos, foi realizada a nomenclatura divergente ao nome dos entrevistados, utilizando-se dos prenomes de trabalhadoras e trabalhadores que estiveram presentes na trajetória profissional da pesquisadora. As interações ainda contaram com a contribuição do conceito das entrevistas por pautas, que segundo Gil (2008, p. 112)

[...] o entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo [...].

E complementa “[...] à medida que o pesquisador conduza com habilidade a entrevista por pautas e seja dotado de boa memória, poderá, após seu término, reconstruí-la de forma mais estruturada, tornando possível a sua análise objetiva” (GIL, 2008, p. 112).

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação. Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crê, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (SELLTIZ et al., 1967, p. 273 apud GIL, 2008, p. 11).

Depois de realizada as entrevistas que estão audiogravadas, as mesmas foram transcritas e os dados compilados para análise de conteúdo. O termo análise é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

A análise de conteúdo para Bardin (2011) se dá por marcações nas transcrições das entrevistas de trechos que contenham aspectos similares e significativos para as respostas, estes aspectos se darão por meio de repetição na fala dos indivíduos, organizando o surgimento de categorias.

Em relação às categorias teóricas essenciais para a realização desta pesquisa estas se relacionam com a perspectiva materialista defendida por Martinelli (1993), que afirma não ser necessário um conjunto exclusivo de instrumentos e técnicas, mas sim, aceder às diferentes técnicas nomeadas pela ciência, onde se privilegia o acesso a explicações categoriais, elegendo métodos coletivos como: reuniões, assembleias, seminários, negociações, sem contudo, negar a importância de intervenções no plano individual.

Ressalta ainda Martinelli (1993) a priorização dos instrumentos, recursos e técnicas que conduzam às suas finalidades, iluminados por sua intencionalidade. De

forma que as categorias teóricas da realidade reportadas pela pesquisa serão: juventudes, política de assistência, acolhimento, historicidade e totalidade.

As categorias juventudes, política de assistência, acolhimento, historicidade e totalidade, revelam-se como fundamentais nessa pesquisa, visto a necessidade de se compreender a totalidade dos fenômenos sociais que abarcam as juventudes, associando-as por meio da leitura crítica da realidade.

Pensar os fatos, os acontecimentos, as relações exigem questionar, investigar a realidade, criticá-la, tornando-a evidente pela contínua recolocação de questões, fazendo-a emergir de forma cada vez mais rica e viva, recriando-a num contínuo percurso entre a aparência e a essência, entre a parte e o todo, entre o universal e o particular, numa visão dialética (BATTINI, 1994, p. 144).

Para compreender a categoria juventudes:

as juventudes são consideradas como um processo, onde são vivenciadas múltiplas transformações – tanto no sentido biológico, como social –, onde ocorre o desenvolvimento intenso da autonomia do sujeito que se caracteriza de inúmeras formas, desde a possibilidade de venda da sua força de trabalho, constituição de novas relações afetivas e familiares, desenvolvimento de processos indenitários e assim por diante, no que diz respeito à construção de suas autonomias (SCHERER, 2017, p. 90).

Ter a política de Assistência Social como categoria teórica é considerar que conforme Yazbek (2012) “voltada para o enfrentamento da pobreza e para a construção e o provimento de mínimos sociais de inclusão e para a universalização de direitos”. Sendo as políticas sociais capazes de tensionar as relações entre o Estado e as garantias de proteção mesmo no contexto capitalista.

Nesse mesmo olhar, a política social vai definir o que é proteção integral e no âmbito da infância e juventudes para promover “proteção” serão adotadas medidas que, conforme o ECA, podem vir a acarretar a institucionalização dos mesmos, sendo necessária a articulação das categorias que compreendem o acolhimento institucional dentro da realidade.

A historicidade como categoria complementar nesse estudo revela sua relação dialética não apenas no processo sócio-histórico, na realidade concreta disposta também na execução das políticas sociais postas em análise, como também articulando com as trajetórias de vida de jovens que estão inseridos nessa realidade.

Reconhecer a historicidade é reconhecer o movimento e a provisoriidade dos fenômenos. Somos dinâmicos, estamos em movimento de constituição e somos finitos. A historicidade do real, uma categoria central da dialética, emana do próprio real, é dele apreendida (prática) e abstraída (teoria) para constituir o que chamamos de concreto pensado, no movimento, e a ele retornar para servir de bússola para que o sujeito que busca conhecer/intervir desvende como se processam esses movimentos. Desvendar esse movimento significa identificar as transformações, os novos movimentos que surgem e também analisar os processos e relações constitutivas dos sujeitos e fenômenos sociais, ainda para ter elementos que possam ser ferramentas para neles intervir (PRATES; CARRARO, 2017, p. 163).

Igualmente, a totalidade “articula elementos amplos, universais, como a crise do Capitalismo, a reestruturação produtiva, o investimento ou os cortes no investimento da seguridade social no Brasil” de modo que realizada uma unidade “entre aspectos universais e particulares e entre teoria e prática” (PRATES; CARRARO, 2017, p. 164).

A partir da compreensão dessas categorias, cabe ressaltar que as mesmas se entrelaçam o que atribui ao tema da pesquisa ora exposta, levantar novas possibilidades a partir da percepção do que é ser “jovem” na realidade social brasileira.

3.1 “Alô, Tia, Lembro Sim!”: os contatos iniciais para entrevista

Neste momento, apontaremos de que maneira as iniciativas selecionadas atingiram o propósito de busca e aproximação com os jovens egressos através do uso dos canais digitais disponíveis e telefone.

Em contato via WhatsApp com um dos jovens, nomeado aqui por Lucas, o mesmo além de se apresentar disponível, aparentava compreensão e ciência quanto ao tema da pesquisa, ainda em conversa via WhatsApp o mesmo recebeu cópia do projeto de pesquisa, documento contendo o roteiro das perguntas, além de áudios explicativos quanto a não obrigatoriedade de responder todas as questões e liberdade na fala, além do pacto de confidencialidade e sigilo de sua identidade. No geral, um diálogo tranquilo que também possibilitou conseguir o contato de outros cinco jovens, que posteriormente foram convidados a participarem dessa pesquisa seguindo os mesmos critérios, onde receberam os documentos e as conversas duravam alguns dias, onde os jovens, via mensagem de texto e áudio, já estabeleciam bom diálogo e contavam de maneira informal como estavam.

A preocupação inicial dos jovudios ens versava sobre a disponibilidade quanto aos dias e horários para realizar a entrevista, preocupação essa que se faz presente diante as rotinas de trabalho de cada um deles. As conversas, em sua maioria, vinham acompanhadas do vocativo “tia”, lembrando que a pesquisadora não é uma desconhecida para os jovens entrevistados. Ao mesmo tempo que se direcionava as conversas para os objetivos da pesquisa, era necessário acolher, escutar e até mesmo sanar outras dúvidas. Os jovens queriam ter notícias também da pesquisadora e depois de alguns dias de “Bom dia, tia!”, “depois a gente se vê tia!” e “valeu, tia”, eles também encaminharam outros contatos em potencial para novos participantes e declaram o aceite em participar da pesquisa.

Nesse processo de mapeamento dos jovens desacolhidos entre os anos de 2016-2020, foram realizados treze contatos: seis jovens mantiveram diálogo via WhatsApp, um manifestou desejo em não participar; dois informaram que gostariam de participar mas não residiam no município de Franca-SP e, uma vez que as entrevistas são presenciais, não foi viável; por fim, dois dos jovens manifestaram desejo em participar, agendamos o dia da entrevista, porém, por motivo ainda desconhecido, não conseguimos trocar mensagens ou ligações, de forma que um deles justificou posteriormente que dentro da sua rotina, não conseguiu programar tempo para a entrevista; para um participante foi enviada mensagem via Facebook e não houve devolutiva e para o último jovem indicado, não foi possível localizar número de telefone ou rede social. Portanto, esta pesquisa contou com cinco entrevistados, que serão identificados ao longo do estudo como os irmãos Lis e Lucas, bem como os jovens Marcos, Daniel e Maris.

Os entrevistados optaram por realizar as entrevistas em suas residências, onde a pesquisadora precisou adaptar-se aos dias de folga dos entrevistados, além de efetuar entrevistas em horários após a jornada de trabalho dos entrevistados. Apenas um dos jovens solicitou outro ambiente para realizar a entrevista, e foi ofertada a opção de um parque arborizado ou se preferiria um ambiente de sala de atendimento que seria cedido; logo, o jovem optou pelo parque.

É relevante destacar que, em meio aos diálogos, as conversas iam além dos objetivos da pesquisa, possibilitando um espaço de acolhimento e compartilhamento de informações. Os jovens, por sua vez, também demonstraram interesse em saber mais sobre a pesquisadora e, em alguns casos, encaminharam contatos de potenciais novos participantes, demonstrando sua disposição em contribuir para a ampliação da

amostra e o aprofundamento do estudo.

A opção dos entrevistados em realizar as entrevistas em suas residências revela uma escolha que prioriza o ambiente conhecido e confortável para o desenvolvimento da conversa. A pesquisadora, por sua vez, mostrou-se flexível e disponível para se adaptar a essa demanda, o que reflete a importância de considerar as preferências e necessidades dos participantes para a obtenção de relatos mais genuínos e aprofundados.

No caso de um dos jovens entrevistados que não gostaria de receber a pesquisadora em sua residência, foi oferecida a alternativa de realizar a entrevista em um parque arborizado ou em um ambiente de sala de atendimento, o que permitiu a ele escolher o local que se sentisse mais à vontade. Esse cuidado demonstra o compromisso em garantir um ambiente seguro e propício para a expressão das experiências pessoais dos participantes.

Ao refletir sobre o desdobramento do mapeamento e a interação com os jovens desacolhidos, é essencial reconhecer que o processo de coleta de dados não se restringe apenas à obtenção das informações necessárias para a pesquisa. Vai além disso, estabelecendo-se como um espaço de encontro entre pesquisadora e participantes, onde a escuta ativa, a empatia e o cuidado são essenciais para estabelecer relações de confiança e favorecer a abertura dos jovens a compartilhar suas histórias e vivências.

Assim, o levantamento de dados se configura como um ato humano, permeado por relações éticas e respeitadas, que busca compreender a realidade social desses jovens desacolhidos e permitir que suas vozes sejam ouvidas, com o intuito de contribuir para o avanço do conhecimento no campo do Serviço Social e subsidiar práticas profissionais cada vez mais qualificadas.

A sensibilidade e o acolhimento por parte dos jovens desacolhidos, ao receberem a pesquisadora em suas casas, destacam-se como elementos fundamentais que permeiam a análise das entrevistas. O cuidado e preparo evidenciados na recepção da pesquisadora revelam a importância que esses jovens atribuem à sua participação na pesquisa e ao compartilhamento de suas histórias.

Os encontros foram marcados por detalhes que refletem o zelo dos entrevistados em receber a pesquisadora. Casas com café coado na hora, outros reservando o melhor canto do sofá para a tão aguardada visita, demonstraram o empenho desses jovens em proporcionar um ambiente agradável e acolhedor. Essas

ações carregam significados simbólicos, revelando o cuidado em tornar o espaço de encontro propício para o diálogo e confidencialidade.

A compreensão dos jovens quanto ao tema da pesquisa e o propósito do estudo também se fez presente durante as interações iniciais. A pesquisadora buscou transmitir a importância da pesquisa e o seu compromisso em não deixar marcas de uso e descarte em relação a esses sujeitos, reforçando o respeito à sua individualidade e trajetória.

A partir dessa abordagem ética e empática, as interações, antes mesmo da narrativa propriamente dita, tornaram-se objeto de análise. As escolhas dos locais para as entrevistas revelaram-se significativas, mostrando-se como expressão das preferências e das condições de participação de cada jovem. Além disso, é importante considerar a interferência ou participação de outros membros da família durante as entrevistas, visto que a dinâmica familiar pode influenciar a disposição dos jovens em compartilhar suas experiências.

Ao ouvir as narrativas dos jovens desacolhidos, percebemos que suas vozes carregam as marcas de suas vivências, trajetórias e percepções. Cada história traz consigo a complexidade de seus desafios, sonhos e expectativas, que emergem como fragmentos de realidades únicas e singulares. Nesse sentido, as narrativas não se restringem apenas aos fatos objetivos, mas também são permeadas por subjetividades, sentimentos e significados que revelam a riqueza de suas experiências.

A análise das entrevistas permite-nos compreender a realidade vivida pelos jovens desacolhidos, suas lutas e superações, mas também as barreiras e desafios que encontram ao trilharem seus caminhos após o desligamento das instituições de acolhimento. Essa compreensão contribui para a produção de conhecimento no campo do Serviço Social e no Sistema de Garantia de Direitos como um todo, possibilitando a elaboração de propostas e intervenções mais efetivas e comprometidas com a transformação da realidade social.

A trajetória de acolhimento e desacolhimento desses jovens transcende os limites do sistema institucional, estendendo-se às esferas familiares, comunitárias e sociopolíticas que permeiam suas vidas. Assim, é essencial considerar a dimensão estrutural e conjuntural que envolve o tema da pesquisa, entendendo que as vivências individuais estão intrinsecamente interligadas às questões sociais mais amplas.

Ademais, a participação desses jovens na pesquisa não se resume apenas a

um ato de contribuição com dados, mas é, sobretudo, uma oportunidade de serem escutados e reconhecidos em suas vivências, anseios e perspectivas. O cuidado e a dedicação presentes em cada interação com a pesquisadora reforçam a importância da pesquisa como um espaço de diálogo, respeito e valorização de suas identidades.

3.2 “Entra, a Casa é Sua”: apresentação dos jovens e o cenário da pesquisa

Com o objetivo de analisar os sentidos e memórias atribuídos ao acolhimento e desacolhimento institucional, foi realizada uma pesquisa histórica como base metodológica inicial, apresentada nos capítulos I e II da dissertação. Exploramos fontes primárias e secundárias para examinar fatos históricos relacionados à vida e ao desenvolvimento das infâncias na sociedade, assim como a institucionalização histórica dessas infâncias. Também nos aprofundamos em estudos atuais realizados por pesquisadores da área, visando compreender as diferentes fases, transformações e influências ao longo do tempo, bem como a realidade atual das juventudes.

Para compreender as perspectivas e experiências dos participantes, conduzimos entrevistas individuais semiestruturadas com jovens que foram desligados do acolhimento institucional entre os anos de 2016 e 2020. Essas entrevistas foram cuidadosamente conduzidas, permitindo que os participantes se expressassem livremente sobre o tema, com espaço para retomar o foco quando necessário.

Essa abordagem metodológica nos possibilitou compreender as vivências individuais dos jovens egressos do acolhimento, enfatizando a importância de uma abordagem sensível e atenta às suas experiências. Buscando promover melhores práticas de acolhimento e proteção de seus direitos.

A pesquisa de campo teve como objetivo investigar a trajetória de vida e o acolhimento institucional de um grupo de jovens. Nesse contexto, o primeiro bloco de perguntas visou obter informações gerais sobre os participantes, com o intuito de compreender suas características demográficas e socioeconômicas, além de identificar fatores que possam estar associados aos episódios de acolhimento múltiplo.

O Quadro 1 a seguir apresenta os resultados desse bloco de perguntas, com foco na identidade de gênero, idade, histórico de acolhimento, situação civil, filhos/as, nível de escolaridade e posse de documentos pessoais.

Quadro 1 - Perfil e recorte pesquisado.

Perfil e Recorte pesquisado	Questão	Compilado das Respostas	Análise das Respostas
	Sobre a identidade de gênero e idade (fictícia)	1) Lis - Feminino - 21 anos	3 - Masculinos 2 - Femininos Entre 19 e 22 anos
		2) Lucas - Masculino - 19 anos	
		3) Marcos - masculino - 22 anos	
		4) Daniel - masculino - 21 anos	
		5) Maris - feminino - 21 anos	
	Ano de entrada no acolhimento	1) 2014 - 15 anos	2 - Entradas em 2014 3 - Foram acolhidos mais de uma vez
		2) 2014 - 11 anos	
		3) 2013 - 14 anos e 2015 - 15 anos	
		4) 2004 - 4 anos; 2007 - 7 anos e 2014 - 14 anos	
		5) 2005 - 5 anos e 2015 - 15 anos	
	Ano de saída do acolhimento	1) 2017 - 18 anos	Desligados por Maioridade
		2) 2019 - 18 anos	
		3) 2017 - 18 anos	
		4) 2018 - 18 anos	
		5) 2018 - 18 anos	
	Estado Civil	1) União Estável	1 - União Estável 4 - Solteiros
		2) Solteiro	
		3) Solteiro	
		4) Solteiro	
		5) Solteira	
	Você tem filhos/as? Quantos?	1) Não	5 - não possuem filhos
		2) Não	
		3) Não	
		4) Não	
		5) Não	
	Escolaridade	1) Ensino Médio (EM) Completo	2 - EM Completo 1 - Cursando ES 1 - Curso Técnico 1 - Fundamental incompleto
		2) Cursando Ensino Superior (ES)	
		3) Curso Técnico	
		4) Fundamental Incompleto	
		5) Ensino Médio (EM) Completo	
	Possui os documentos pessoais?	1) Cert. Nascimento, RG, CPF, Carteira de Trabalho e Título de Eleitor	3 - Documentação pessoal atualizada 2 - Não possuem título de eleitor 2 - Perda de documentos
		2) Cert. Nascimento, RG, CPF, Carteira de Trabalho e Título de Eleitor	
		3) Cert. Nascimento, RG, CPF, Carteira de Trabalho e Título de Eleitor	
		4) Cert. Nascimento e Carteira de Trabalho	
		5) Cert. Nascimento, RG, CPF, Carteira de Trabalho	

Fonte: elaborado pela própria autora.

No que diz respeito à identidade de gênero, observou-se que três participantes eram do gênero masculino, enquanto dois eram do gênero feminino. Quanto à faixa etária, verificou-se que os participantes tinham entre 19 e 22 anos, indicando um grupo relativamente jovem.

Em relação ao histórico de acolhimento, os resultados revelaram uma variedade de situações. Dois participantes foram acolhidos no ano de 2014 e trata-se

de um casal de irmãos, enquanto um participante foi acolhido em 2013 e novamente em 2015. Além disso, um participante foi acolhido em três momentos diferentes: 2004, 2007 e novamente em 2014. Outro participante foi acolhido em 2005 e novamente em 2015. Todos os participantes saíram do acolhimento aos 18 anos, indicando que atingiram a maioridade durante o período de acolhimento.

No que se refere à situação civil dos participantes, observou-se que um deles estava em união estável, enquanto os demais estavam solteiros. Quanto à parentalidade, nenhum dos participantes possuía filhos/as, o que pode ser um fator relevante na análise de suas trajetórias de vida.

Em relação à escolaridade, os resultados indicaram uma diversidade de níveis educacionais. Um participante possuía ensino médio completo, enquanto outro estava cursando ensino superior. Além disso, um participante possuía curso técnico, e outro tinha apenas o ensino fundamental incompleto. Essa variação nos níveis de escolaridade pode influenciar quanto à inserção no mercado de trabalho, associado a questão de renda e garantia de subsistência. Essa relação será apresentada no decorrer das narrativas, explorando os impactos dessa diversidade educacional no contexto profissional e financeiro dos participantes.

Os próximos blocos de perguntas e análises dessa pesquisa apresentam ainda possíveis problemáticas associadas ao fato de jovens terem entrado mais de uma vez no acolhimento, fato fundamental para compreender as circunstâncias e fatores envolvidos nesse processo. É importante destacar que cada caso é único e envolve uma combinação de fatores que contribuem para esses episódios de acolhimento múltiplo, levando em consideração a tentativa de reintegração familiar, adoção e devolução de adoção, bem como a possibilidade de serem novamente vitimizados.

3.3 “Meu Baú de Memórias”: relatos da chegada ao serviço de acolhimento

Em seguida, as questões norteadoras tratam sobre as memórias e sensações sobre abordar o tema acolhimento; ao perguntar “Qual sua opinião sobre o acolhimento institucional, quais suas primeiras lembranças quando falamos deste assunto?”, nos deparamos com um amontoado de sentimentos, olhares e respiração profunda.

Neste segundo bloco de perguntas as narrativas mostram a diversidade de experiências e sentimentos vivenciados pelos jovens no momento de sua chegada ao

acolhimento institucional. As memórias destacam a importância do espaço físico, das pessoas envolvidas e das emoções despertadas nesse contexto.

Segue análise das experiências e memórias dos jovens egressos do acolhimento em relação às suas chegadas no abrigo, considerando a apresentação de cada sujeito.

Lis relata que suas primeiras lembranças ao entrar no acolhimento são marcadas por desespero, preocupação e confusão. Ela se recorda do momento em que chegou ao abrigo junto com seus irmãos e das várias emoções que permearam esse período. Lis reconhece que a razão para estarem ali era o problema envolvendo sua mãe e, mesmo diante das dificuldades iniciais, avaliou que essa mudança seria benéfica para ela. Com o passar do tempo, Lis afirma que a ida para o acolhimento foi, de fato, a melhor opção.

Ah eu acho que eu vou lembrar muita coisa, primeiro que eu lembro, eu acho que foi desespero, meus irmãos, preocupação, não saber o que tava acontecendo direito. Ocorrendo vários fatos ao mesmo tempo, mas no fundo eu sabia que era por causa do motivo da minha mãe e tal, eu sabia que seria melhor para a gente, mas assim quando eu lembro lá no começo, quando eu entrei lá, foi realmente o desespero, preocupação, essas coisas, depois com o tempo foi melhorando, eu vi que isso foi o melhor que aconteceu (Lis)⁵.

Lucas demonstra certa hesitação ao falar sobre suas primeiras lembranças no abrigo. Ele relata que a chegada ao acolhimento foi um momento de separação de seus irmãos, restando apenas ele e sua irmã Lis. Essa separação desperta em Lucas sentimentos estranhos e desconfortáveis, tornando difícil expressar suas memórias sobre esse período. Ele descreve a separação dos seus irmãos como o momento mais marcante, o que desperta sentimentos de estranheza e desconforto.

Ah não sei... aí tia, não... é muito estranho falar. Não sei... O que eu mais lembro... Ah, deu entrando... É a chegada que aí foi quando eu separei dos meus irmãos, foi eu e só minha irmã pra lá... Separou dos seus irmãos? É dos meus dois irmãos menores (Lucas).

Marcos compartilha que sua primeira ida ao acolhimento foi precedida por outras situações em que quase foram “levados para lá” (Marcos). Ele recorda do

⁵ As falas dos jovens participantes desta pesquisa serão definidas de acordo com a regra de citação com recuo no texto, utilizando letra em tamanho 11 e formato itálico. Essa formatação busca garantir a clareza e a consistência na apresentação das respostas diretas no texto.

Conselho Tutelar chegando em sua casa e sua mãe tentando argumentar para evitar que seus filhos fossem levados.

[...] teve até uma vez chegou o Conselho Tutelar lá, para levar a gente e o 'NOME DO IRMÃO' começou a chorar, minha mãe começou a falar um monte de coisa, eles não querem, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê, acabou que eles desistiram eles foram embora (Marcos).

Apesar disso, Marcos sentia a necessidade de ir para o acolhimento, pois estavam enfrentando dificuldades, passando a ficar em situação de rua.

[...] mas... eu queria, porque a gente tava ficando na rua e minha mãe ela falava que não queria deixar a gente ir mas ela não fazia nada também né, e aí eu mesmo falava com o 'NOME DO IRMÃO', vamos, porque eu já conhecia gente de lá, já conhecia gente da escola né, você sabe cidade pequeno né então, todo mundo estudava na mesma escola, mas aí chegou um dia que a gente foi [...] (Marcos).

Ele menciona que, em comparação com sua experiência anterior em “Nome da Cidade”, o acolhimento lá era bem melhor. Ele descreve um ambiente onde se sentia parte de uma família, com funcionários desempenhando diferentes funções e sentimento acolhedor. No entanto, Marcos destaca que sua relação com as educadoras do novo abrigo não era tão boa, atribuindo isso à sua idade.

Ah é porque lá a, sei lá eu via que era uma família mesmo, sabe, os funcionários assim, tinha uma funcionária que lava as roupas, outra limpava o outro que arrumava aí eu ajudava ela sabe ficava lá ajudando e na cozinha, ficava na cozinha ajudando conversando um monte de coisa, era muito bom, agora já aqui, as educadoras daqui eu nunca tive uma relação muito boa, mas igual eu tinha antes né não dá para conversar sobre tudo não sei, acho que é porque que eu era mais velho né e aí eu acho que ela não gosta muito de conversar comigo parece (Marcos).

A história de Marcos revela a complexidade envolvida no processo de ida para o acolhimento, mencionando situações em que quase foram levados anteriormente. O papel do Conselho Tutelar é evidenciado quando Marcos relata a presença dos profissionais em sua casa, enquanto sua mãe tenta argumentar contra o acolhimento. Essa interação ressalta a atuação dos órgãos responsáveis pela proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. É ainda importante pontuar que ele expressa diferença no tratamento do educador social, associando isso a questão da idade, o que de uma forma geral podemos observar nessa cena em outros espaços de forma

que se dedica mais atenção às crianças pequenas e distanciamento dos adolescentes.

Daniel descreve suas primeiras lembranças ao chegar no abrigo como positivas. Ele relata que o lugar era bom, com pessoas que cuidavam dele de maneira adequada e lhe davam atenção e na adolescência inclusive, ajudando-o a entregar currículos para empregos.

Bom a primeira coisa... bom era um lugar, que era bom né, as pessoas lá cuidavam muito bem, certinha, não tinha esse negócio e na escola eles me davam a maior atenção (Daniel).

De um abrigo, para uma casa e outra era bem diferente, igual lá no outro abrigo não tinha... quando era mais novo já não podia sair, só acompanhado das tias e dos tios, dos orientadores lá. Agora já no outro não podia sair lá e nesse agora tinha mais liberdade (Daniel).

Ele compara a liberdade que desfrutava no novo abrigo com as restrições do modelo de abrigo anterior, ressaltando o papel das educadoras sociais, aqui chamados de tios e tias, no acompanhamento das crianças e adolescentes. Nessa fala é possível colocar em evidência os impactos reais quanto às mudanças históricas e mudança de paradigma que reafirmam que os Serviços de Acolhimentos não são prisões.

Maris expressa uma experiência negativa em relação à chegada ao acolhimento. “Foi assustante, foi terrível não gostei” (Maris). Ela descreve o momento como assustador e terrível, deixando claro que não gostou dessa vivência em particular.

Essas narrativas refletem as experiências individuais dos jovens egressos do acolhimento em relação às suas chegadas no abrigo, expressão o momento de ruptura com a família de origem e também a presença dos atores do sistema de garantia de direitos, como o Conselho Tutelar.

Ainda no segundo bloco de questões da entrevista, foi perguntado aos participantes o que motivou o acolhimento. Eles relataram as seguintes situações apresentadas na sequência.

No primeiro relato, a jovem Lis afirma que a motivação para o acolhimento foi um conflito entre a sua mãe e a irmã mais velha. A mãe chamou a polícia e acionou o Conselho Tutelar, que retirou as crianças por conta da briga.

Sim, ela chamou a polícia e acionou o Conselho Tutelar? Tem, tem

mais coisa.... Eu acho que sim, minha avó sempre falou que ia acontecer, sempre falou que ia assinar porque, ela não conforma com a situação, ela mesmo falou depois de muitos anos né, graças a Deus que nós chamou a polícia e acionou o Conselho Tutelar (Lis).

Na entrevista com o irmão de Lis, Lucas, revela que o motivo do acolhimento foi uma briga em casa, envolvendo a mãe, o avô e o tio. A polícia foi chamada e, em seguida, foram levados para a delegacia e uma assistente social levou as crianças para a casa do avô paterno. Como o avô “não tinha condições” de ficar com eles, foram encaminhados para um abrigo chamado “NOME DO ABRIGO”.

Primeiro nós... bom teve a briga lá em casa, foi esse o motivo que nós fomos pra lá, por causa de uma briga, teve lá em casa. Envolvendo a minha mãe, o meu avô, e meu tio... Ai chamaram a polícia e a gente foi pra delegacia, aí de lá chamaram a assistente social que levou a gente pra casa do meu avô por parte de pai, nós ficou uma semana na casa do meu avô... eu e meu outros três irmãos, e... perguntaram se meu vô queria ficar com nós, mas aí ele disse que não tinha condições (Lucas).

Neste primeiro momento os irmãos narram um conflito que motivará o acolhimento; porém, em outros pontos da entrevista eles apresentam as seguintes situações:

Envolvendo a minha mãe, o meu avô, e meu tio... Aí chamaram a polícia e a gente foi pra delegacia, aí de lá chamaram a Assistente Social que levou a gente pra casa do meu avô por parte de pai, nós ficou uma semana na casa do meu avô... eu e meu outros três irmãos, e... perguntaram se meu vô queria ficar com nós, mas aí ele disse que não tinha condições (Lucas).

A minha mãe tinha ficado uma semana fora de casa, aí ela tinha levado um celular do meu tio e vendeu esse celular, e aí... o meu tio ficou bravo, o meu vô também e os dois foi pra cima dela, aí bateu nela [...] aí tiveram que chamar a polícia... por causa disso, foi isso... Aí nós foi pro ‘NOME DO ABRIGO’ no caminho eles separaram os nossos irmãos, que os nossos irmãos ficou com a tia deles em “NOME DA CIDADE”, que era irmã do pai deles e aí a minha irmã foi pra lá, aí eles ficaram 1 ano lá, aí eles voltaram pra ficar com a gente. Eles tava sendo maltratados, eles ficavam, tipo colocando eles pra dormir dentro do banheiro (Lucas).

A narrativa de Lucas expõe uma trajetória marcada por diferentes formas de violência, envolvendo agressões físicas e psicológicas, bem como violência institucional e familiar. Essas experiências podem ter efeitos devastadores na vida das crianças e adolescentes envolvidos, deixando marcas profundas e impactando seu

bem-estar e desenvolvimento.

Para o jovem Marcos que foi acolhido duas vezes, onde o primeiro acolhimento ocorreu em um abrigo em sua cidade de origem em outra comarca e que nessa cidade uma família que conhecia a mãe das crianças ofereceu-se para acolhê-las. No entanto, a convivência não deu certo devido aos problemas que a família substituta tinha. As brigas eram frequentes, principalmente por questões relacionadas à orientação sexual de um dos até então filhos adotivos e a religião evangélica da família.

Primeiro acolhimento 2015 - a gente não ficou muito tempo, eu acho que eu tinha 14 anos quando eu fui para o Primeiro acolhimento com 14 anos, 14 ou 15 e o meu irmão 4 anos mais novo que eu, ele ficou mais tempo ainda. É, a gente tava lá nesse acolhimento, lá em “NOME DA CIDADE”, era diferente sabe era um acolhimento bem grandão, todo mundo junto, aí chegou um um pessoal lá que conhecia nossa mãe e aí eles falaram sobre a gente vir para cá, para morar com eles (Marcos).

Mas não deu certo. Porque eles já tinham 4 filhos, duas filhas grandes, elas tinham uns 17, 18 anos e elas eram doidas, mas aí nós brigávamos muito a gente não dava certo. A briga era por causa dos 2 filhos eram gays e mais duas filhas e para piorar ela é evangélica [...] a gente não se sente acolhido na casa, ficou um clima meio estranho nossa, mas foi muito horrível isso [...] É teve um dia que ela falou assim: ‘não era para falar não, mais vocês estão pegando muito arroz’. depois quando eu fui para o ‘ACOLHIMENTO CASA-LAR’, eu fiquei um tempão com isso na cabeça, eu lembrava deles direto, no serviço eu via alguém parecido com a eles, já pensava que era ela, eu fiquei com trauma (Marcos).

Após um ano, os adolescentes decidiram retornar ao acolhimento e buscam pelo serviço de acolhimento de sua cidade de origem; porém, foram abrigados na cidade de referência da família substituta/adotiva.

A entrevista de Daniel foi atravessada por diferentes interferências dos familiares, visitantes, som do rádio e animais domésticos, além de que aparentava dificuldade quanto a questão cronológica dos fatos, no primeiro momento relata que ele e seu irmão foram acolhidos devido a um problema de saúde do irmão mais novo. A mãe acompanhou o irmão no hospital, e as crianças ficaram sozinhas em casa. O Conselho Tutelar foi acionado e levou as crianças para um abrigo chamado “NOME DO ACOLHIMENTO - MODELO ALDEIA”. Posteriormente, elas retornaram a morar com o pai, que por sua vez conta que os filhos foram buscados na escola e levados para o acolhimento.

É por causa... porque o 'NOME DO IRMÃO MAIS NOVO' tinha sido internado por causa do pé né, aí teve que ficar em casa com a família. Aí não tinha levado ele porque a minha mãe tinha ido com ele no hospital junto, aí como nós tava sozinho o conselho veio e pegou nós pra ir [...] [Ocorreu interferência de conversas paralelas] Eu lembro pouco, mas eu lembro. No outro acolhimento? É foi... aí depois passou um tempo e eu já tava mais na adolescência já... [Participação da família] Aí já tava... vou ser bem sincero, eles já tava tudo desandado. [RISOS] Aí nois foi e começou a morar com meu pai de novo. [Participação do pai] Eles morou comigo... o que comigo... na faixa de 9 anos? Eu acho... No dia que busco, Não tava comigo eles tava na escola (Daniel).

Aí chegou uma mulher do Conselho Tutelar lá e aí já chegou umas véia tudo du polícia, que antes de acontecer isso daí, eles já tava indo lá em casa só que não tava encontrado ninguém... aí chegou essas viatura du polícia e levou eu, [Participação da Família] Aí foi por causa da escola mesmo, de que os meninos não tava frequentando a escola (Daniel).

Pelas falas do participante Daniel, podemos identificar a intervenção do Conselho Tutelar e da polícia, levando Daniel e seus irmãos. Essa ação é tomada pelas autoridades com o objetivo de proteger os direitos das crianças, mas também pode ser uma experiência traumática para elas, especialmente quando são afastadas de sua família sem compreender totalmente o motivo.

Um dos relatos mais intensos e detalhados vem da história de vida da entrevistada, Maris, onde ela afirma que o acolhimento ocorreu devido à violência entre os membros da família.

Era muita violência lá em casa, era tiroteio, briga de machadado... era terrível, foi bom ter ido pra lá... mas quando eu era criança eu só queria a minha mãe... Só queria a minha mãe, eu sempre fiquei com a minha mãe... ela nunca abandonou nós quando nós era pequeno, aí depois que nós foi descobrir que ela era... que ela tava no mundo das drogas, mas nós não podia com ela, que era por causa disso que tirou, aí depois que eles foi conversando, abrindo a nossa mente... mas demorou, eu gostaria que falasse do início... não sua mãe não vai poder ficar com vocês e vocês vai ficar aqui, até tal... até a sua mãe recuperar, até ela poder cuidar do cêis... eu gostaria que tivesse sido assim, mas não foi não (Maris).

A casa em que as crianças viviam era marcada por tiroteios e brigas violentas. Embora a mãe nunca tenha abandonado as crianças quando eram pequenas, ela tinha problemas quanto ao uso abuso de substâncias ilícitas, o que comprometeu os cuidados para com as crianças. No início, as crianças esperavam que a medida de

acolhimento fosse temporária, mas acabaram ficando no acolhimento por um longo período.

Demorou... falou que nós ia no shopping em primeiro lugar... mas demorou. Fomo na escola não, ficamo lá brincando... nós ficou lá, só ficava brincando porque criança só brinca 24h, brigando também... (Maris).

Porque eu revoltei pro cê ter noção, no dia que eu entrei lá eu bati no menino... assim que eu entrei eu cortei ele aqui assim oh. É eu empurrei ele na parede e ele cortou assim a orelha, que ele falou 'cê não vai embora mais não, cê vai morar aqui agora...' É, agora cêis não vai embora não... cêis vai ficar aqui com nós... vixi me deu uma vontade de... bateu um desespero, aí eu bati nele, até hoje se me encher o saco eu bato, não tenho paciência não (Maris).

O trecho narrado por Maris reflete a experiência dela no acolhimento institucional, evidenciando aspectos emocionais e comportamentais das crianças nesse contexto. Ela também menciona que as crianças passam o tempo brincando e descreve um momento de revolta logo após entrar no acolhimento. Ela agrediu um menino, causando-lhe um corte na orelha. Esse comportamento agressivo pode ser um reflexo do sentimento de perda, desamparo e resistência à nova realidade do acolhimento.

De modo geral, nas histórias relatadas, foram acolhidas um total de quatorze crianças e adolescentes em grupos de irmãos, já que os participantes apresentavam em suas memórias, as histórias de outras crianças e adolescentes, por se tratar de situação de acolhimento de grupo de irmãos. Os irmãos Lis e Lucas, contavam naquele período com um grupo de 5 irmãos, onde a irmã mais velha não passou por situação de acolhimento e eles e outras duas crianças foram acolhidos, ou seja, a narrativa conta sobre quatro acolhimentos.

No acolhimento de Daniel, ele menciona que nos dois momentos em que passou pelo serviço de acolhimento estava acompanhado de seu irmão mais novo.

Marcos também apresenta que de um grupo de quatro irmãos, estiveram no acolhimento ele e mais um irmão de forma que, conta que seu irmão mais velho sempre esteve sob os cuidados de uma avó e que o irmão mais novo, que também não passou pelo acolhimento, vivia junto ao pai.

Também na situação de Maris, a história conta sobre o acolhimento de um grupo de quatro irmãos, onde ela descreve com detalhes as situações vividas, as idades e as violências sofridas.

A análise do texto também destaca as ações dos atores envolvidos no processo, indicando na fala a presença do Conselho Tutelar. Ao reconhecer a ausência de menção a serviços importantes, como o CREAS, CRAS e SCFV nas falas dos jovens, torna-se evidente a necessidade de aprofundar o diálogo e os envolvimento desses atores no processo de acolhimento. A importância do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), Ministério Público e Poder Judiciário nas ações que antecedem o acolhimento institucional de crianças e adolescentes é crucial para garantir a proteção integral desses indivíduos e assegurar seus direitos fundamentais. Cada um desses atores desempenha papéis específicos no processo de acolhimento e na prevenção de situações de vulnerabilidade.

A escuta atenta das experiências dos jovens pode fornecer estratégias valiosas para o aprimoramento das políticas de proteção social e do próprio Serviços de Acolhimento, permitindo uma abordagem mais adequada e sensível às necessidades e realidades desses indivíduos. Essa perspectiva pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes na prevenção do acolhimento institucional e na busca por alternativas que fortaleçam as famílias e evitem a institucionalização de crianças e adolescentes.

Portanto, a análise do texto reforça a importância de uma atuação articulada e interdisciplinar dos atores do sistema de garantia de direitos e dos serviços socioassistenciais para garantir uma proteção mais abrangente e efetiva às crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Ao mesmo tempo, evidencia a necessidade de ampliar o diálogo com os jovens egressos, incorporando suas vivências e considerando suas reflexões e ações no aprimoramento dos Serviços de Acolhimento.

Considerando a abordagem qualitativa da pesquisa e o relato detalhado dos participantes sobre suas experiências de chegada no acolhimento, podemos identificar algumas situações de violência. Abordarei cada relato individualmente.

No relato de Lis, percebemos que a chegada no acolhimento não foi tranquila. Houve a necessidade de passar por uma delegacia, onde ficaram o dia inteiro. Após isso, o Conselho Tutelar chegou e acionou a tia dos dois irmãos mais novos, levando-os para outra cidade. Lis e Lucas ficaram inicialmente na casa do avô por uma semana ou durante o final de semana. Lis não lembra ao certo quem era a assistente social do fórum, mas acredita que ela tenha acompanhado o caso. Lis relata ter se adaptado

rapidamente, encontrando crianças para brincar e se sentir melhor no acolhimento.

Foi bem tranquilo, lembro que a gente foi primeiro para delegacia, ficamos quase o dia inteiro na delegacia, policial ainda deu um salgado para nós e depois o Conselho Tutelar chegou [...] O Conselho Tutelar, mas assim quem era realmente eu não lembro eu acho que era 'NOME DA ASSISTENTE SOCIAL DO FORUM', eu acho que era 'NOME DA ASSISTENTE SOCIAL DO FORUM', 'NOME DA ASSISTENTE SOCIAL DO FORUM'. Ah mas eu acho que ela ajudou também, porque assim ela já sabia do nosso caso. Detalhe certinho do fórum eu não vou saber te dizer. Eu sei que 'NOME DA ASSISTENTE SOCIAL DO FORUM' lembra de nós até hoje, lembra de nós (Lis).

Lucas conta que a psicóloga e o diretor do acolhimento os receberam e mostraram as instalações, levando-os para conhecer as outras casas e informando onde eles ficariam. O acolhimento era separado por casas, destinadas a meninos, meninas ou irmãos. Lucas e sua irmã acabaram ficando na mesma casa para não serem separados. Após duas semanas, Lucas foi para outra casa, enquanto sua irmã permaneceu na anterior. Ele relata ter se adaptado rapidamente ao acolhimento, encontrando crianças com quem brincar e se sentindo melhor do que em sua situação anterior.

A psicóloga e o diretor de lá, aí eles recebeu nós, mostrou pra gente... é... como que era lá e levou a gente pra conhecer as outras casas com os outros acolhidos e falou onde a gente ia ficar, e lá é separado por casa tipo, só de menina e só de menino ou casa de irmão, aí a minha irmã ia ficar numa casa só de menina só que como a gente tinha acabado de chegar e eu não queria ficar separado dela aí a gente ficou na mesma casa [...] ficou só eu de menino na casa dela, aí eu fiquei nessa casa que ela tava.. Aí eu fiquei duas semanas nessa casa que ela tava e depois eu já mudei, que eu já tinha me adaptado e tals, aí eu mudei para a casa do lado [...] (Lucas).

É importante destacar que as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento (OTSA) desde de 2009, asseguram para aqueles que já estão afastados do convívio familiar, é de suma importância a preservação e fortalecimento dos laços fraternos e de parentesco, pois isso contribui para a construção de suas identidades, preservação de suas histórias de vida e referências familiares. Para garantir esse princípio, é possível que os Serviços de Acolhimento sejam organizados de forma a permitir o atendimento conjunto de grupos de irmãos ou de crianças e adolescentes com outros parentes familiares, mesmo que apresentem faixas etárias distintas e diferentes gêneros. Essa abordagem visa proporcionar um ambiente acolhedor e

seguro, onde os vínculos afetivos e familiares possam ser fortalecidos e valorizados.

No relato de Marcos, ele menciona ter ido ao fórum acompanhado pela família adotiva quando precisou retornar para o acolhimento. Houve uma ligação para a família adotiva, solicitando que levassem ele e seu irmão ao fórum, onde seriam acolhidos novamente, situação que gerou agravamento quanto às violações vivenciadas.

Eles ligaram para ela, perguntando: fulana você pode levar os meninos no fórum hoje, tipo de manhã né, aí falaram para ela você leva as crianças no fórum hoje é 1 hora da tarde porque eles vão ser acolhidos de novo [...] quase me mataram, jogaram as coisas lá no quarto, ficou um climão, lá ficou pior [...] eu tava fazendo tudo escondido nem ela né porque senão eles matavam lá né, porque também ela era doida, uma vez ela sentou um ferro de passar em mim acredita, foi bem na fase que eu comecei a falar para ela que eu queria ir embora (Marcos).

Ele relata a situação em que foi maltratado e que houve uma situação em que a família adotiva feriu-o com um ferro de passar. Ele também menciona que não tinha vontade de voltar para a família de origem.

Daniel descreve a organização do acolhimento, onde as casas eram separadas entre crianças e adolescentes. Ele menciona que no dia em que chegaram, não receberam muitas explicações, apenas que passariam uma noite no acolhimento e que a mãe os buscaria no dia seguinte. No entanto, isso não ocorreu, e eles foram informados de que a mãe não tinha mais a guarda deles.

Ah, eu lembro que é... tinha a escola, aí tinha a parte de cima dos menor... porque os mais criança um pouco, aí tinha a parte de baixo dos adolescente. A parte dos adolescentes era nas casinhas embaixo assim, aí tinha o parquinho, tinha a quadra de futebol, aí ficava só os adolescentes pra lá... aí os mais criança ficava na parte de cima (Marcos).

Até a mãe sai do hospital pra pegar nois lá... aí foi passando um tempo, aí quem acolheu... quem pegou nossa guarda foi meu tio aqui (Daniel).

Posteriormente, Daniel foi acolhido pela família do tio. Ele recorda o número da casa onde ficou e os nomes das educadoras que o acompanharam durante o tempo no acolhimento. Ele menciona ter sido internado em uma clínica para tratamento de dependência química em uma das ocasiões em que esteve no acolhimento.

Depois no 'NOME DO ACOLHIMENTO' Eu fiquei na casa 'NUMERO DA CASA', é... na casa daqui do... daqui da frente aqui eu esqueço...

perto do 'NOME DO BAIRRO', lembro da educadora 'NOME DA EDUCADORA x' e 'NOME DA EDUCADORA y' e 'NOME DA EDUCADORA z' É foi 3 porque no dia que desligou eu do acolhimento foi quando eles fez o termo, aí depois daí eles deixou por conta do meu tio, aí depois que pegou daí aí eu voltei de novo para o acolhimento... [Participação da família] Aí quando aquela vez do termo, você já foi bem dizer para clínica, ficou uns dias só para eles organizar as papeladas lá... aí depois já foi em sequência para clínica (Marcos).

Neste pequeno trecho da entrevista, Marcos fala de diferentes momentos; ele menciona o processo de desacolhimento e acolhimento sucessivos, apresentando que precisou retornar para o serviço de acolhimento por mais de uma vez. Essa trajetória pode ser reflexo de situações familiares de risco, instabilidade ou vulnerabilidade social que requerem a intervenção dos serviços de proteção e acolhimento.

A narrativa de Maris será aprofundada já que através da entrevista fornecida, é possível identificar uma série de situações que envolvem violência e dificuldades enfrentadas pela participante e seu grupo de irmãos durante a chegada ao acolhimento. É importante compreender o contexto em que a história se desenrola. Nesse caso, a participante relata sua experiência de chegada em um acolhimento na modalidade abrigo/aldeia após passar por situações de violência e maus tratos na família de origem e posteriormente pela família adotante.

Lembrão... o ano não... Eu tinha 5 pra 6, aí eles foram lá na escola pega nós. Tava eu, minha irmã... tava eu a minha irmã, a minha outra irmã e o meu irmão, e eu... nós 4, aí chegou lá o povo do Conselho Tutelar falou que... não... nós vai dar um passeio no shopping, mentiu pra... É, falou não... cêis vai passear no shopping e daqui a pouco leva vocês pra sua mãe de volta, aí nós foi né... porque pobre né... nunca tinha ido no shopping... aí do nada nós chega lá na aldeia, que antigamente era aldeia né (Maris).

Aí chegou aquele monte de criança, e que nós tá fazendo aqui? Eles falou 'não, cêis só vai comer, tomar banho e daqui a pouco vai embora', só enrolando nós e não falava a verdade né... diz que a minha mãe não tinha mais a nossa guarda e que nós ia ficar lá até ela melhorar pra pegar nós e demorou pra falar... acho que demorou uma semana mais ou menos. Uma semana... aí depois foi falar, não a sua mãe não tem condição de cuidar de vocês, teve é... como que fala... denúncia, por causa da família ter muita briga aí eles pegou e levou nós... aí nós chegou lá e aquele monte de criança, nossa foi a pior sensação... queria minha mãe, chorava... falava que queria minha mãe e eles falava 'não.. cêis vai ficar aqui mas daqui a pouco cêis vai embora' e nunca ia né (Maris).

O relato apresenta uma descrição detalhada dos eventos, destacando a mentira contada pelo Conselho Tutelar, a chegada ao serviço de acolhimento e a descoberta de que não seriam levados de volta para a mãe. De forma contínua ela explica um momento que antecede uma nova situação de acolhimento, somados ao relato sobre a briga e agressões entre o pai e o irmão, a intervenção do vizinho e a ida para a delegacia. Essas são situações que aconteceram após ela e seus irmãos passarem pela família adotante.

Nóis foi ficou lá no meu pai e meu pai bebeu, aí eu tava sentada assim na sala... não sei o que que ele falou pra mim, eu falei que não ia fazer... ele tava tonto querendo que eu fizesse não sei o que, eu falei que não ia fazer, ele foi e me deu um soco na boca, aí meu irmão, nossa nunca tinha visto ele brigar na vida... meu irmão pequenininho o meu pai gordão, grandão... aí o meu pai pegou o facão pro meu irmão... tempo de esf... eu saí correndo gritando lá fora 'socorro [...] aí o vizinho ele sempre via eles brigando com nós, aí ele pulou duma sacada e entrou lá dentro e foi pra cima do meu pai, tira a mão dele que não sei o que... aí ele começou brigar com meu pai, todo mundo... o vizinho brigou com meu pai. Aí nós foi morar numa amiga minha, que aí eu fiz amizade na rua né, porque nem na rua eu podia ficar... aí eu fiz amizade com essa moça, que ela era da igreja aí eu falei pra ela tudo que tinha acontecido, aí nós chamou a polícia e sabe o que que a polícia falou? Porque que vocês não volta pra família que cêis tava? Aí eu virei pra cara dele e pra quê? É, eu falei pra quê? Pra ser abusada? Pra ser maltrata? eu prefiro ficar na rua... aí ele levou nós pra delegacia, falou não entra aqui vou levar vocês pra delegacia... entrou dentro da viatura, e nós pegou e foi lá pro... pra delegacia aqui do centro (Maris).

Nossa, eu passei muito perrengue com aquela mulher lá... quando nois foi adotado né eles levaram nós lá na casa, lá na casa dela com nossas coisas, falou assim 'nóis vai vim acompanhar vocês todo mês', durante 6 mês eles falou... falei ta bom, já que eles vai tá vindo... tá eles foi 1 mês, 1 mês que eles tava indo tava mil maravilha, eles não maltratava nós, não batia em nós, não fazia nada... aí depois eles falou que era 6 mês e foi só 1, não foi mais vê nós vê, se preocupar com nós, saber se tava bem se não (Maris).

A narrativa expressa sentimentos como medo, impotência diante da situação e revolta com a resposta da polícia. Essas emoções são relevantes para compreender o impacto emocional que a experiência teve no participante.

O texto menciona a frequente mudança de local da família adotiva, o que pode indicar um padrão estratégico de fuga quanto às denúncias realizadas e a falta de

segurança na vida das crianças. Todas as agressões, abusos são fatores com impactos negativos na estabilidade emocional e desenvolvimento deste grupo de irmãos.

Aí quem conversou com nós foi o 'NOME DO CONSELHEIRO TUTELAR' ele já. É, aí nós contou tudo pra ele... nossa o olho dele encheu d'água... ele falou assim 'nós tava caçando vocês, teve denúncia', que ele falou que tava caçando a gente porque teve gente que denunciou os maus tratos... que eles tava maltratando a gente. Tinha denúncia, mas não conseguia achar porque eles ficava mudando... eles mudava frequente, tipo assim ficava 3 mês numa fazenda eles já mudava pra outra. Aí levou nós pra aquelas casinhas luxo, acho que foi 2015-2016 que nós nunca tinha visto aquilo lá na vida, porque eu nunca tinha entrado numas casas daquelas depois que eu voltei da família de apoio (Maris).

Em uma segunda atuação do conselheiro tutelar, a jovem refere-se a uma situação que demonstra empatia e preocupação com a situação das crianças. Isso pode indicar a importância do suporte oferecido pelos profissionais envolvidos no acolhimento. Neste momento, o grupo de irmãos foram novamente acolhidos diante situação de violência e abuso vivenciado na família adotiva.

Em geral, essa análise inicial do relato destaca as experiências de violência, a insuficiência de cuidado e a instabilidade vivenciadas pelos participantes durante sua chegada no acolhimento. O relato também evidencia a importância de uma intervenção adequada por parte das autoridades competentes para garantir a segurança e o bem-estar das crianças em situações de risco.

Diante das narrativas de violências dos participantes, seja na família de origem, extensa ou adotiva, surge a necessidade de reexaminar a perspectiva institucional, desafiando os "preconceitos instituídos". A realidade é que, em muitos casos, uma instituição se apresenta como a única alternativa para muitas crianças e adolescentes. No contexto das divergências que cercam a institucionalização de crianças e adolescentes, vale a pena explorar a visão apresentada por Arpini (2003, p. 179):

Entendemos, portanto, que é preciso reconsiderar a perspectiva institucional, investindo num processo de transformação rumo a uma maior qualificação de seu universo, trabalhando sobre os 'preconceitos instituídos', sobretudo o de que 'ela é uma alternativa fracassada'. Na verdade, a instituição muitas vezes se apresenta como a melhor alternativa para um grande grupo de crianças e adolescentes, o que determina a necessidade de um comprometimento ainda maior em suas ações, pois esse é o único

caminho para a superação dos trágicos estereótipos de sua história. Dentro dessa perspectiva, é preciso repensar a relação que a sociedade construiu com as instituições e as famílias, na medida em que os depoimentos nos mostram que a instituição nem sempre é vivida como um 'mau lugar', assim como nem sempre a família é o 'lugar' privilegiado e protetor.

Constantino (2000), através de um estudo sobre indivíduos que passaram por instituições de acolhimento, ressalta que não é seu objetivo enaltecer a institucionalização de crianças e adolescentes. Contudo, é essencial ponderar sobre a diversidade e necessidade das instituições em questão.

Não se trata aqui de fazer apologia da institucionalização como forma de atendimento às crianças carentes, abandonadas ou desassistidas, mesmo porque sabemos dos efeitos prejudiciais que ela pode exercer sobre a vida do ser humano. Entretanto, é necessário considerarmos de que instituições estamos falando. Elas são muitas e diversas e seus efeitos sobre o desenvolvimento da criança vão depender da estrutura organizacional das mesmas, do aspecto do ambiente e das habilidades dos funcionários para lidar com a criança (CONSTANTINO, 2000, p. 24).

Na discussão sobre o papel da família como fonte de proteção, deve-se considerar que neste modelo de sociedade, nem sempre essa estrutura é capaz de proporcionar o ambiente seguro e saudável que se almeja, aqui partimos da experiência de que “família desprotegida não protege” nem a si nem aos seus membros.

Quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres não traz no seu seio familiar a harmonia para que ela possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados (GOMES, 2003, p. 54).

A complexidade das experiências vividas e relatadas por esses jovens quando crianças e adolescentes, são marcadas por situações de abuso, negligência e violência. Nesse contexto, os Serviços de Acolhimento e os profissionais envolvidos têm a responsabilidade de não apenas oferecer abrigo físico, mas também de criar um ambiente onde a revitimização não encontre espaço.

3.4 “Quem São os Meus?”: análise sobre a família, convivência e proteção

Nesta etapa da pesquisa, os jovens apresentam experiências que reiteram a relevância dos vínculos comunitários, sejam eles familiares, de amizade ou de convivência no processo de desenvolvimento e adaptação destes quando crianças e adolescentes em situação de acolhimento. A garantia e o incentivo a essas relações podem proporcionar um ambiente de apoio ou ainda rede de apoio, capaz de promover o amparo emocional, a resiliência e a integração social, enquanto mitiga os desafios enfrentados durante o período de acolhimento.

No entanto, é essencial também abordar as rupturas, distanciamentos e ausências de referências seguras que muitos desses jovens apresentam em suas histórias. A separação de suas famílias biológicas, por vezes marcada por situações dolorosas ou traumáticas, pode resultar em um sentimento de perda e vazio, assim como, retornar das famílias adotivas após serem novamente violentadas. Além disso, as rupturas de vínculos com irmãos devido a diferentes destinos no sistema de acolhimento podem agravar ainda mais o sentimento de isolamento e insegurança.

Cada um de nós traz consigo um conjunto singular de relações e lembranças vivenciadas na família, que ecoa com recordações, sentimentos, identidade e emoções que variam de indivíduo para indivíduo, nesse contexto:

A família faz parte do universo de experiências (real e/ou simbólica) dos seres humanos no decorrer de sua história, do qual todos têm algo a dizer. Esta proximidade com a realidade defronta as pessoas com suas próprias questões familiares; toca em assuntos particularmente próximos à experiência pessoal de cada indivíduo e, por isso, são assuntos cheios de significados afetivos, além dos cognitivos. Família remete a lembranças, emoções, sentimentos, identidade, amor, ódio, enfim, um significado único para cada indivíduo, que, como ser biopsicossocial, está inserido no seu meio ambiente, integrando a cultura e o seu grupo social de pertença, o que leva a se estudar a família de modo contextualizado, considerando a subjetividade de cada ser (GOMES; PEREIRA, 2005, p. 359).

As experiências dos jovens ressaltam a importância da manutenção dos vínculos e da construção de novas convivências comunitárias na vida de crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Cada história enfatiza a influência que as relações sociais ou rupturas exercem sobre o desenvolvimento desses indivíduos.

Lis, apresenta uma série de aspectos relacionados a sua família. A jovem mencionou a falta de comunicação durante um período específico de sua história, logo

na chegada ao serviço de acolhimento; essa lacuna na comunicação cria uma situação de insegurança sobre o paradeiro da mãe, refletindo a importância das ferramentas de comunicação para a manutenção dos vínculos e o fluxo de informações neste contexto.

Não, não sei onde eles estavam, naquela época a gente nem tinha celular também, não tinha como ela ligar para a gente porque a gente nem tinha celular, então não tinha como saber nada dela e eu sabia que ela ficou na casa do meu vô. Mas eu não tinha certeza realmente o que que ela tava fazendo nem nada [...] Tive, tive contato com minha mãe, tive contato com meu vô, tive contato com todo mundo, ela ia lá visitar nós, ficava o dia inteiro, dia de sábado então, ela ficava o dia inteirinho, porque antes tinha o sábado da família e aí todo mundo que tinha família era visitava e eles faziam almoço nas casas e eles iam lá (Lis).

Além disso, menciona que não tinha “certeza realmente” sobre as atividades da mãe naquele período, indicando talvez que Lis estivesse lidando com a complexidade de entender as ações e escolhas da mãe durante aquele período, o que pode estar ligado a sentimentos de confusão ou desconhecimento sobre sua história.

Depois, Lis consegue complementar a narrativa com o sentimento de valorização de momentos das visitas presenciais que refletem a riqueza das experiências humanas nas relações familiares, reforçando a necessidade de considerar contextos específicos e subjetividades individuais ao compreender as dinâmicas familiares. A presença da mãe nas visitas e a ênfase no “dia inteirinho” que ela passou com a família no sábado sugere a importância do convívio e da interação para a construção e fortalecimento dos vínculos dos familiares.

Ainda, sobre as lembranças de Lis, ela detalha as circunstâncias vivenciadas pela família, destacando as complexas relações entre os serviços de proteção, a mãe e os esforços para a reintegração familiar. Observa-se a ênfase na reabilitação da mãe como um pré-requisito para a reintegração familiar. Lis, também menciona o Conselho Tutelar e do sistema judiciário na tomada de decisões relacionadas à sua guarda e de seus irmãos.

Quando parou não lembro porque, deixa eu tentar lembrar, acho que foi que proibiram minha mãe, de ver gente, porque eles meio que falou né, que ela tinha que seguir a vida, para você conseguir pegar seus filhos, porque se você ficar nessa vida aí de droga o Conselho Tutelar não vai liberar eles aí você não vai conseguir pegar eles, muito menos o juiz vai liberar eles para você [...] parecia que ela ia no CRAS ou no CREAS, um trem assim, aí ela entrou nas drogas de novo e eles

proibiram a visita entendeu, aí teve esse tempo de proibido por causa disso, aí depois ela mostrou que tava mudando hein, começou a ir de novo visitar, daí foi assim até nós sair, toda vida foi assim, ela se reerguia e usava de novo, se reerguia e usava de novo (Lis).

A narrativa também destaca os esforços empreendidos pela mãe que aponta para um padrão cíclico de “recaídas” na dependência química, seguidas de esforços para se “reerguer” novamente. Essa oscilação entre momentos de reabilitação e “recaídas” pode ter impactado diretamente na estabilidade da relação da mãe com os filhos.

Com a sua permanência no serviço de acolhimento, Lis menciona ter perdido muitos amigos, suas relações com grupos ou pessoas externas ao acolhimento eram limitadas, principalmente por conta das restrições impostas pelo local e a mudança de território/bairro.

Eu perdi, muitos amigos, mas era assim eu só conversava mais pelo celular e essas coisas, porque morava muito longe, porque era vida muito diferente que eles viviam também, no sentido de eu tá morando longe eu tá morando naquele lugar e tipo e eles não, e eu não podia ficar, por exemplo na rua até a hora que quisesse, e não era assim que funcionava você tinha horário para sair, você tinha hora para voltar, tinha que saber aonde você tava indo, porque dependendo da hora que você for assim eles não gostavam muito (Lis).

Mudei várias vezes de escola... Porque cada hora, teve uma vez que a gente tava morando lá na aldeia e aí eu estava numa escola, lá perto, aí depois quando foi para os bairros trocou nós de escola, para ficar mais perto das casas, e depois também eu estudei no ‘NOME DA ESCOLA’ e foi assim (Lis).

Os meus irmãos não morava na mesma casa que eu, quando o ‘NOME DO IRMÃO CAÇULA’ e a ‘NOME DO IRMÃO CAÇULA’, ‘NOME DO IRMÃ CAÇULA’ voltou para lá, porque antes eles estavam com a tia deles em ‘NOME DE OUTRA CIDADE’, hein, eu acho que ela não aguentou, meio que eles e o Conselho Tutelar e acho que ele ia entregar lá para ficar junto com nós, aí eles foram morar com nós eu ajudava a olha (Lis).

Ela mantinha contato com amigos através do celular, mas a distância física e as regras do acolhimento dificultavam o convívio social. Além disso, ela destaca que teve que mudar de escola várias vezes, tanto por mudanças na localização/território. A presença de seus irmãos e a experiência de cuidar deles foi um vínculo significativo para ela. A jovem menciona também a adoção de seu irmão e sua irmã, o que demonstra a importância destes na sua vida.

No relato de Lucas, retomamos lembranças semelhantes ao da sua irmã, que apresenta a mãe em atendimento quanto ao tratamento do uso abusivo de psicoativos. Lucas conta ainda ter vivido em duas modalidades de acolhimento: abrigo/modelo chamado por eles “aldeia” e casa-lar. Durante o período em que estava no abrigo, as relações com coletivo interno entre os acolhidos eram mais frequentes. Ele relata que todos se davam bem e que havia oportunidades para sair e realizar atividades de lazer.

Só eu e a Lis, aí depois ela foi visitar a gente com minha avó, acho que ela foi umas 3 vezes visitar a gente lá, aí quando ela foi ela - mãe - já tinha saído da clínica, aí não deu muito certo não, aí ela voltou a usar droga e tal... Mas aí igual eu falei, quando tava com essa ideia da gente voltar pra lá, eu já num tava... eu já não tava querendo muito não (Lucas).

A mudança no começo foi assim... foi mais chata se acostumar, porque a gente era acostumado a ficar todo mundo junto, então tipo assim... é... aconteceu alguma coisa lá, tava todo mundo ali... aí depois foi pra... Casa-lar, modalidade casa-lar, aí foi um pouquinho difícil se adaptar mas foi até melhor também, porque a gente começou a ganhar mais autonomia né... que a gente podia... é que antes eles faziam tudo pra gente né... levava a gente pros lugares etc... Ai quando foi modalidade casa-lar a gente já teve que ter mais autonomia, tipo... ir pra escola, a gente já começava a pegar ônibus. É bem diferente. Porque lá no abrigo é igual eu to falando... eles fazia tudo, se você tá precisando de ir num lugar tinha motorista ali, é... como a equipe ficava lá então tipo... ficava lá 24 horas disponível pra quem quisesse conversar com eles, já na casa-lar não, é quem.. a gente tinha que combinar um horário, era tudo mais organizado, então era melhor de certa forma [...] (Lucas).

Após a transição para a casa-lar, ele passou a ter mais autonomia e saía por conta própria. O jovem menciona visitas a amigos e familiares, como seus avós, mas de forma mais pontual. A ênfase recai na sua independência crescente e no fato de que ele preferia passar mais tempo na casa-lar.

[...] quando eu cheguei assim eu tava assustado, porque eu tinha separado da minha mãe e tudo mais, só que eu me adaptei rápido, porque criança lá... tinha mais crianças, tinha coisa pra fazer, brincar e tudo mais... ai eu me adaptei rápido até, e eu achei melhor também ter ido pra lá. Porque depois que a gente foi pra lá, minha mãe tentou... ficou na clínica por 3 meses pra tentar se recuperar, tentar pegar nossa guarda e tals, só que eu não tava muito afim de voltar não (Lucas).

Essa análise destaca que as pessoas, serviços e vínculos mais importantes para o Lis e Lucas estão relacionados à sua família. Para Lucas, as relações mais

importantes, no primeiro momento, estão relacionadas a manutenção do vínculo com sua irmã, e posteriormente aos grupos dentro do acolhimento, como amigos e colegas, e posteriormente à sua autonomia e independência na modalidade de casa-lar.

Marcos destaca que esteve acolhido na adolescência; próximo a completar 18 anos, contou com a presença de problemas e incidentes perturbadores, que resultaram na intervenção da polícia, e criava uma sensação de caos e insegurança na casa de acolhimento. O jovem expressa sua preocupação em relação à segurança e bem-estar de seu irmão mais novo, enfatizando o fato de que ele estava trabalhando enquanto seu irmão permanecia em um ambiente turbulento.

Nossa, experiência que foi complicado é porque na casa que a gente tava tinha uns adolescentes lá muito doido, nossa meu Deus, eles pulavam muro, jogava as coisas na parede entre outros problemas, direto parava polícia lá, uma loucura [...] eu falava né e eu acho que eles até não gostavam muito disso, que eu falava, tinha uma psicóloga lá e aí eu falava que a gente não podia ficar ali daquele jeito, eu estou trabalhando e meu irmão fica aqui com esses meninos doidos (Marcos).

No geral, o jovem ilustra como as dinâmicas dentro de uma casa de acolhimento podem influenciar significativamente a experiência de seus moradores. A presença de adolescentes com “comportamento problemático” afetou o sentimento de segurança e tranquilidade, causando impacto tanto no jovem quanto em seu irmão. Isso ressalta a importância de criar um ambiente seguro, estável e de apoio nas instituições de acolhimento, onde as necessidades emocionais e de desenvolvimento de cada criança e adolescente sejam considerados e atendidos de maneira adequada.

As falas de Marcos e Maris apresentam preocupações em relação às demandas psiquiátricas e seu impacto no contexto do acolhimento. Várias observações podem ser feitas a partir do depoimento desses entrevistados, como: desafios no manejo de comportamentos disruptivos, onde os relatos mencionam a presença de crianças e adolescentes com comportamentos desafiadores e disruptivos no ambiente de acolhimento. Isso inclui situações em que os estes quebram objetos ou desafiam a autoridade das/os educadoras/es. Esses comportamentos podem criar um ambiente instável e impactar o bem-estar dos outros residentes e das próprias equipes de cuidadores. Além da necessidade de reflexões sobre o tratamento de saúde mental: a entrevista sugere uma preocupação em relação ao tratamento de saúde mental. Há referência a situações de conflito e risco onde a entrevistada

questiona se é apropriado a manutenção desses acolhidos com problemas de saúde mental agravados no serviço de acolhimento.

[...] tinha um povo doido, aí começava educador aí os meninos quebravam tudo e aí no outro dia ela ia embora sumia, nunca mais ia e então vinha outra educadora e aí teve uma vez que até teve um menino que tava lá, nossa, eu acho que menino tinha uns 2 metros de altura porque ele já tava quase nos 18 anos e ele era daqueles rebelde que não obedecia, as educadores ficavam doidinhas com ele e nem eu gostava dele, a gente até brigou uma vez de até rolar no chão (Marcos).

Tipo assim não separado assim quem foi abusado, quem usa droga... não, tô falando de psiquiatra eu não acho certo uma pessoa normal com doido. É, mental... mental porque não é possível... cê não vai dar bola porque é doido menino já chegou... você deve saber de quem eu tô falando, o menino chegou a ir para clínica ficar muito tempo e o menino voltar e continuar dando trabalho falar assim... ah ele é vítima... é coisa assim de adolescente, eu falo assim gente não importa o menino tem problema eu já debati com equipe... eu já debati já falei assim isso é errado por que põe nós em risco põe as educadora e põe essas crianças tudo que tá aqui (Maris).

Pra você ter uma noção no dia que ele soltou e levantou a máquina, a máquina quase pegou na tia se pegasse na perna dela quebrava, que uma máquina de lavar de é 15 kg uma máquina daquela quebra uma perna... aí eu bati nele de novo porque ele aprontava quando eu tava lá e tia se eu ver ele maltratando educadora e maltratando eu falo eu falo assim cê para, a partir do momento que ele vai para cima dela e eu vou mesmo. [...] Eu acho assim que tinha que ter uma casa tipo assim não para não precisava colocar eles num manicômio porque isso eu não acho certo também que aí fica mais louco mas igual assim igual a casa 'NOME DE REFERENCIA DA CASA-LAR' um exemplo deixar aquela casa específica só para esse tipo de pessoa que tem tipo um homem que dá conta de cuidar sim por quê essas crianças quando surta elas ficam com força de homem (Maris).

Eu lembro a educadora mais velha é uma das mais legais que tinha lá, até hoje que eu conheci, e eu lembro um dia que eu fui trabalhar aí era uma, aí eu voltei depois não tinha mais ela foi para outra casa aí estava 'NOME DA EDUCADORA', a NOME DA EDUCADORA' estava no modo defensivo não sei o que que ela tava pensando eu cheguei do serviço era umas 10 horas mas 11 horas da noite. Ela já abriu a porta sim com uma cara de brava aí eu falei oi e ela já começou a falar umas coisas já começou a falar sobre regras.

[...] Lembro tinha 'NOME DA COORDENADORA' que era coordenador eu acho, psicóloga era, nossa gente eu gostava dela esqueci o nome é com 'MENCIONOU A LETRA DO PRIMEIRO NOME' mas não tô lembrando o nome dela mas ela era muito legal, mas agora eu fiquei sabendo que ela saiu (Marcos).

Marcos menciona também a importância de duas profissionais, sendo uma das

profissionais uma figura de apoio enquanto a outra aparece diante mudança súbita de educadora, o que desencadeou sua expressão brava e uma abordagem defensiva. Esse depoimento destaca a importância de se criar um ambiente de apoio emocional e comunicação aberta dentro das instituições de acolhimento.

Marcos fala de sua socialização em diferentes contextos, especialmente na escola e no ambiente de trabalho, não apresentando falas sobre a manutenção do vínculo com a família de origem nem adotiva.

Ah é mais relação de serviço, na escola eu não fiz muitos amigos, aqui porque eu fiquei. Ah eu acho que eu peguei uns quatro meses depois de manhã e uns 4 meses à noite e já acabei também a escola. No 'NOME DA ESCOLA TECNICA' eu fiquei um ano e aí tinha muita gente aí eu fiz amizade de lá, mas depois que eu sai acabou e aí eu fiz mais amizade no serviço e até hoje minhas duas melhores amigas são de lá a gente sai direto nossa, a gente curte muito (Marcos).

No relato de Daniel, ele menciona ter passado por três acolhimentos. Podemos compreender que ocorreu um acolhimento na infância. Depois, na adolescência, ele chegou a morar com uma família extensa. Em outra tentativa de reintegração, ele viveu com o pai. Diante do uso aparente de substâncias psicoativas, foi novamente acolhido e, posteriormente, encaminhado para uma internação clínica. Isso sugere uma série de rupturas e mudanças nos vínculos que o entrevistado desenvolve ao longo do tempo. Destacamos que, mesmo com as perguntas direcionadas, o entrevistado e sua família não se atentaram à devolutiva, seguindo narrativas livres sobre o histórico do jovem Daniel.

Acho que foram 3 vezes, 1 quando eu era mais menor que... que eu tava também. Tinha uns 10 anos, né pai? Pai: A primeira vez acho que foi menos, acho que menos... acho que tinha 4 na época... uns 3 ou 7 anos mais ou menos. Ah, no dia o 'NOME DO IRMÃO MAIS NOVO' tinha cortado o pé na porta, que ele tinha chutado a porta... aí eles pegou e falou assim... o Conselho Tutelar foi lá, aí eles pego e falo assim que nós ia... que nós ia ficar na casa lá por uma noite, aí depois foi ver ficou... aí depois meu tio foi e pego a nossa guarda. Aí isso aí passou mais de anos aí a segunda vez que eu fui passar o Natal, o Natal e o Ano Novo com eles aí eu tava trabalhando com eles, aí foi quando aconteceu o coiso de pegar os flagrantes lá aí eu voltei para o 'NOME DO ACOLHIMENTO' de novo, aí depois do o 'NOME DO ACOLHIMENTO' passou um ou dois meses no máximo eu acho que três meses me internaram do nada sem perguntar nem nada só me internaram chegou lá (Daniel).

Eu lembro. que chegou a 'NOME DA COORDENADORA' aí chegou mais três cara [i] lá na clínica mesmo, aí não deu nem tempo de [i] aí

eles pegou e falou cê vai por bem ou cê vai por mal, aí eu peguei e montei num cantinho de sofá que tinha assim, aí eu fiquei no meio e fiquei empurrando, aí eles pego é... pegou meu braço assim, passou a faixa e me colocou dentro do carro, aí chegou lá na clínica lá, os seguranças no meio do caminho me deu um remédio, aí eu já cheguei lá meio atrapalhado, aí chegou lá eu mostrei o dedo pro coordenador... um dos que foi no resgate lá me pegar, aí ele pegou mandou os cara me segurar e pegou uma turquesa e apertou meu dedo [...] Pessoa que dava trabalho lá, eles enforcava... colocava pessoa de cueca no quartinho da reflexão que eles tinha lá, e deixava lá... esse quartinho era tipo uma sauna. Eles falava de Contenção. [Participação da família – alguns gritos] Aí por isso que a clínica é paga num é? de todo jeito pelo Estado é paga, eu acho que eles não tem que fazer isso aí, porque isso aí ele me contou... Eu to sabendo disso agora (Daniel).

Ambos os depoimentos revelam situações em que as experiências de acolhimento foram marcadas por coerção, violência e abuso, questionando a eficácia e a ética desses sistemas. O entrevistado também relata ter sido internado em uma clínica de maneira abrupta, mencionando um episódio onde foi coagido a entrar no carro da clínica. Ele descreve ações de contenção física e relata práticas de violência e punição usadas na clínica, como enforcamentos e confinamento em um “quartinho da reflexão”. A família do entrevistado sugere que essas práticas não deveriam ocorrer, questionando a necessidade de tais ações em uma instituição paga pelo Estado. Daniel traz à tona uma série de experiências traumáticas vividas pelo entrevistado em um ambiente de acolhimento.

Na vida da jovem Maris, a narrativa começa com a descrição da fase inicial após o acolhimento, indicando que houve um período inicial de adaptação e espera antes das visitas familiares começarem a ser permitidas. Essa espera pode ter impactado os vínculos da criança com a mãe, pois o tempo passado sem visitas pode ter afetado a sensação de conexão e proximidade.

A entrevistada menciona que, inicialmente, as visitas eram restritas e ocorriam apenas aos domingos. Isso pode ter contribuído para a ansiedade e a tristeza das crianças, como indicado pelo sentimento de tristeza ao ver outras crianças sendo transportadas para visitarem suas mães. A falta de compreensão sobre a situação e a razão por trás do acolhimento também é destacada. As crianças tiveram dificuldade em compreender por que estavam sendo separadas da mãe, especialmente devido a questões como brigas e uso de drogas.

Então depois de 1 mês... 1 mês nada, depois de 2 mês a mãe não pode fazer visita depois de 2 mês... a minha mãe começou a ir lá... é

depois de 2 meses que as mãe começa a fazer visita né... era na... era na aldeia, 2 mês que começava a fazer visita pra gente... é, 2 meses... até eles falaram que tinha que entrar em contato, porque ainda não era o tempo de ver a minha mãe, até nós acostumar com a idéia eles falava... aí tá... aí foi lá... foi minha mãe, a primeira visita nossa foi minha mãe... a nós ficou com ela o domingo, e era só o domingo... não é igual, leva pro escritório né, era só o dia de domingo... todo domingo era visita, acho que... todo mundo... era todo mundo. Não aí nós chorava né... ficava triste porque não vê a mãe lá... via a mãe de todo mundo mas não via a nossa, mas depois nós foi acostumando, que minha mãe foi ver a gente só umas 3 vez, depois ela não foi mais não. Não, eu não tinha... eu tenho uma irmã mais velha né... não sei se com ela eles falava mais, mas com nós não que nós não entendia, nós entendia assim que tirou nós da nossa mãe porque era muita briga, muita droga, muita... nós ia atrás da minha mãe de madrugada no bar, era criança atrás da mãe... não tem nem como esquecer né... é uma coisa que fica gravada pro resto da vida (Maris).

O depoimento também mostra a percepção das crianças em relação ao acolhimento. Inicialmente, elas sentiram tristeza e ansiedade pela presença materna, mas ao longo do tempo, elas relatam terem se acostumado com a situação e com as visitas regulares. A descrição da entrevistada sobre acompanhar a mãe durante situações difíceis, como brigas e envolvimento com drogas, sugere que essas experiências tiveram um impacto duradouro em sua memória emocional.

Em geral, o depoimento revela a importância dos vínculos familiares na vida das crianças e como a ausência ou a quebra desses vínculos pode gerar emoções complexas, incluindo tristeza, adaptação e ambivalência. Além disso, a narrativa destaca como essas experiências podem deixar uma marca duradoura na memória e nas emoções das crianças, fortalecendo a cultura de abordagens sensíveis e o apoio psicossocial para lidar com as consequências emocionais do acolhimento.

Nesse conjunto de entrevistas, há uma exploração das vivências no ambiente de acolhimento e na dinâmica dos vínculos. Diversas ocorrências sobre os relacionamentos, segurança e contraste entre diferentes locais de acolhimento são abordadas.

De modo geral, quando dito da relação com o Ambiente de Acolhimento, esatou abordando sobre a perspectiva dos participantes, suas experiências no acolhimento, descrevendo aspectos positivos e negativos. Enquanto algumas crianças enaltecem a presença de atividades, apoio educacional e sensação de segurança, outros destacam problemas, como brigas entre os residentes, falta de supervisão, informações sobre encaminhamentos e tomadas de decisões e desafios emocionais

que enfrentaram durante o período.

O impacto das relações afetivas com os profissionais é mencionado. Alguns entrevistados expressaram apreço por educadores e coordenadores, ressaltando a importância das conexões positivas que estabeleceram com eles. Outros, no entanto, relatam experiências negativas, descrevendo situações de não confiança, fazendo com que alguns adolescentes se sentissem incompreendidos e menos inclinados a compartilhar suas experiências.

Sobre os Vínculos Familiares, reconhecemos a busca pela manutenção com a família de origem, situação que é observada em várias falas. Algumas crianças expressam ansiedade em relação às visitas, mostrando a importância de manter conexões com suas famílias, embora essas visitas ainda ocupam um espaço rígido, na forma que foram regulamentadas e limitadas pelo sistema de acolhimento. O medo de separação e a preocupação com os irmãos também são evidentes.

É possível identificar no decorrer do acompanhamento dos Serviços de Acolhimento a presença das estratégias delineadas pelo Plano de Acompanhamento Familiar, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014), como o fortalecimento dos vínculos familiares, a promoção da autonomia, o investimento nas possibilidades de reintegração familiar e a busca de vínculos afetivos com a família extensa e a comunidade, encontram eco nas narrativas das entrevistas. Por exemplo, a menção a tentativas de reintegração familiar, mesmo que não bem-sucedidas em alguns casos, demonstra a importância de apoiar a família de origem na superação dos desafios que levaram ao acolhimento. Em conformidade com Resolução Conjunta CNAS nº 1, de 18 de junho de 2009 (BRASIL, 2009b), que aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

O Plano de Atendimento Individual e Familiar deve orientar as intervenções a serem desenvolvidas para o acompanhamento de cada caso, devendo contemplar, dentre outras, estratégias para:

- **Desenvolvimento saudável da criança e do adolescente durante o período de acolhimento:** encaminhamentos necessários para serviços da rede (saúde, educação, assistência social, esporte, cultura e outros); atividades para o desenvolvimento da autonomia; acompanhamento da situação escolar; preservação e fortalecimento da convivência comunitária e das redes sociais de apoio; construção de projetos de vida; relacionamentos e interação no serviço de acolhimento – educadores/cuidadores, demais profissionais e

- colegas; preparação para ingresso no mundo do trabalho, etc;
- **Investimento nas possibilidades de reintegração familiar:** fortalecimento dos vínculos familiares e das redes sociais de apoio; acompanhamento da família, em parceria com a rede, visando à superação dos motivos que levaram ao acolhimento; potencialização de sua capacidade para o desempenho do papel de cuidado e proteção; gradativa participação nas atividades que envolvam a criança e o adolescente; etc. Nos casos de crianças e adolescentes em processo de saída da rua deve-se, ainda, buscar a identificação dos familiares, dos motivos que conduziram à situação de rua e se há motivação e possibilidades para a retomada da convivência familiar;
- **Acesso da família, da criança ou adolescente:** a serviços, programas e ações das diversas políticas públicas e do terceiro setor que contribuam para o alcance de condições favoráveis ao retorno ao convívio familiar;
- **Investimento nos vínculos afetivos com a família extensa e de pessoas significativas da comunidade:** fortalecimento das vinculações afetivas e do papel na vida da criança e do adolescente; apoio aos cuidados com a criança ou adolescente no caso de reintegração familiar ou até mesmo responsabilização por seu acolhimento;
- **Encaminhamento para adoção quando esgotadas as possibilidades de retorno ao convívio familiar:** articulação com o Poder Judiciário e o Ministério Público para viabilizar, nestes casos, o cadastramento para adoção. Desde que haja supervisão do Poder Judiciário, uma estratégia que pode ser empreendida também pelos serviços de acolhimento, em parceria com Grupos de Apoio à Adoção ou similares, diz respeito à busca ativa de famílias para a adoção de crianças e adolescentes com perfil de difícil colocação familiar (BRASIL, 2009b, p. 112, grifo nosso).

Em resumo, as entrevistas fornecem exemplos concretos das experiências vivenciadas por crianças e adolescentes em situação de acolhimento, demonstrando a importância dos vínculos familiares, de amizade e comunidade em seu desenvolvimento. As estratégias delineadas no Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) encontram respaldo nas narrativas, destacando a necessidade de um trabalho conjunto entre os Serviços de Acolhimento, a família, a comunidade e a rede de apoio para promover soluções mais definitivas e saudáveis para esses jovens.

Também é possível identificar situações em que ocorreram rupturas, distanciamentos e ausências de referências seguras, que podem ter impactado o desenvolvimento e o bem-estar dos jovens. A falta de suporte emocional e desconfiança em relação aos profissionais que deveriam oferecer ajuda são elementos que surgem nas narrativas, ressaltando a necessidade de uma abordagem sensível e colaborativa por parte dos Serviços de Acolhimento.

Em uma das entrevistas, uma adolescente revela sua resistência à adoção, mencionando suas preocupações com a possibilidade de separação dos irmãos e a mudança para um ambiente desconhecido. Esse exemplo ilustra como as crianças podem experimentar conflitos internos quando confrontadas com a perspectiva de adoção. Além de que, os entrevistados Lis e Lucas, tiveram os irmãos caçulas devolvidos de processo de “adoção” pela família extensa. Marcos conta que viveu na adolescência também com família adotiva e que foi violado e ele mesmo acionou os serviços pedindo por novo acolhimento institucional. O relato de Maris é ainda mais detalhado e violento, de forma que ela e seus irmãos passaram por privações, violência física e sexual estando em família adotiva.

Maris relata uma experiência traumática de adoção em que ele e seus irmãos foram submetidos a abusos físicos e sexuais. Nesse contexto, a narrativa destaca a falta de apoio e proteção por parte das pessoas responsáveis, sejam estas representantes dos serviços ou membros da família. A principal figura mencionada é a mãe adotiva, responsável por acolher a jovem e seus irmãos em sua casa. No início, ela aparentava ser acolhedora e cuidadosa, mas logo passou a abusar deles, violando sua integridade física e emocional. O marido dessa mulher, o então pai adotivo, também é citado como o agressor nos abusos mencionados.

Ela até então gostava da gente e tratava nós bem, aí ele começou a molestar a gente, vê nós tomando banho pelo burquinho... porque não tinha trava no banheiro, via nós dormi... aí nós dormia ele ia lá passar a mão na gente, nas 3 irmão mulher, aí ia lá ficar molestando... subindo em cima da gente se esfregando... É contei, nós contou pra ela na roça... ela foi e deu um 'coro' na gente, falou que a gente tava mentindo: bateu, falou que nós tava mentindo... falou assim que nós tava fazendo isso pra estragar o casamento dela.[...] que aquele lá nunca mexeu com ninguém, e nós sempre falava e sempre apanhava (Maris).

Aí ele viu que nós começou a falar na escola, que nós começou a falar pros outros, aí sabe que que a escola fez? ao invés de chegar e ficar do nosso lado, chegou nela e falou... de vez de esperar nós ter uma prova né... chegou nela e falou 'as meninas ta falando que o seu marido ta abusando delas, isso é uma coisa muito grave... não pode deixar acontecer', aí ela falou 'não, vou conversar com elas.. eu vou ver', nossa quando eu cheguei em casa eu apanhei, nós tudo apanhou, aí nós ficou com medo de contar de novo (Maris).

Em contraste com os outros jovens mencionados anteriormente, neste caso, não são apresentados serviços ou pessoas de apoio significativas que tenham

desempenhado um papel positivo ou de proteção na vida desses jovens. Pelo contrário, a narrativa sugere que o sistema escolar falhou em oferecer o apoio adequado. Ao invés de acreditar nas denúncias das crianças e agir em seu benefício, a escola comunicou a situação à mulher responsável pela adoção, o que resultou em punições e ameaças.

A importância dessas pessoas e serviços na vida da Maris é marcada por uma ausência de apoio e proteção. A mãe adotiva, que inicialmente parecia acolhedora, revelou-se abusiva e negligente, permitindo os abusos sexuais e físicos cometidos por seu marido. O sistema escolar, ao falhar em oferecer suporte e proteção, exacerbou ainda mais o sofrimento das crianças e contribuiu para a perpetuação da violência e o sofrimento das vítimas.

No ato da entrevista, foram necessárias pausas, assim como reforçada a orientação quanto a importância de buscar ajuda profissional para lidar com situações tão complexas e traumáticas. A jovem deveria ser prioridade ao entrar em contato com organizações especializadas ou linhas de apoio a vítimas de abuso, centros de atendimento a crianças e adolescentes, ou buscar o auxílio de profissionais de saúde mental.

Existem outros profissionais e serviços importantes para atender essa jovem vítima de violência, como por exemplo: acesso ao psicólogo ou profissional especializado em saúde mental pode ajudar a jovem a processar o trauma, lidar com as emoções e desenvolver estratégias de enfrentamento saudáveis.

A entrevistada Maris fornece um relato angustiante durante o período em que esteve na família adotiva, os fragmentos a seguir envolvem abuso físico, controle e manipulação. Seu testemunho revela um padrão perturbador de maus-tratos e táticas coercitivas empregadas pelos pais adotivos, provavelmente em uma posição de poder, que sujeitaram ela e sua irmã a uma vida de servidão e abuso. Observa-se também, um vínculo familiar forçado, onde Maris explica que eles foram obrigados a se referir ao marido e à esposa como “mãe” e “pai”, embora na verdade não tivessem sentimentos positivos em relação a eles. Isso ilustra como o casal abusivo manipulou sua percepção dos relacionamentos familiares para impor subserviência e silenciar as crianças.

Ele dava soco, bicuda nela. Na minha irmã... eu entrei e apanhei junto com ela... porque nós contava pra ela, e ela falava que era mentira da gente, mas ela sabia que era verdade sabe por que? Porque ela falava

assim 'não, se um dia vocês chegar a engravidar dele eu vou cuidar como se fosse meu filho'. Ela sabia... porque uma pessoa não ia falar isso do nada... se nós engravidasse do marido dela, ia ser filho dela... porque ela não podia engravidar de jeito nenhum, ela não podia... então no meu pensamento foi assim que ela pegou a gente pra ser usada pelo marido dela, e ser escrava deles... porque nós trabalhava na roça, acordava 5h da manhã pra trabalhar na roça, era pauleira todo dia... carpina, apanhar café, e não podia cumer não, se você comesse uma fruta do pé sem pedir cê apanhava... era uma tortura, nossa só Deus... eu achava muito estranho, porque nós sempre mudava... aí o povo achou nós lá e falou nós tava procurando vocês e não achava, aí ela pegou e falou assim antes desse pessoal chegar 'se vocês contar alguma coisa, quando esse povo sair... cêis vai apanhar', aí nós tava com medo né... porque toda vez que contava pros outros não resolvia nada, nós apanhava... aí nós não contou, aí o povo chegou lá e 'como que cêis tá?', ah nós ta bem... nós era obrigada a chamar ela de mãe e ele de pai... não nós gosta deles... É, toda vez que ia algum povo do fórum... alguma coisa importante ela ameaçava a gente... até visita assim, que foi o motorista lá ver nós... pro cê ver o tanto que ele gostava de nós, ele foi lá visitar a gente, o tio... eu lembro dele até hoje, aí ele foi lá visitar nós chegou lá ele viu... nós... eu tava toda marcada, ele não é bobo... e ela batia em nós e nós tinha que usar saia, era só saia longa nos pés... não podia por short, é essa roupa que eu to aqui não podia, aí eu falei assim... aí tá, nós sofremo, sofremos muito e só foi... eu lembro que nós mudou pra 10 fazendas, era fazenda não era nem chácara... era bem no buraco mesmo, pra que? pra não ter acesso, aí começou a não por nós na escola mais (Maris).

Diante os relatos, foram feitas pausas nas gravações e pequenos intervalos para que a participante fosse acolhida e tranquilizada, porém ela afirmava que se sentia aliada em poder contar sua história. É evidente que caso a jovem decida buscar medidas legais contra os agressores, é recomendado que ela tenha o apoio de um advogado ou defensor público especializado em casos de violência doméstica ou abuso sexual. Esse profissional pode ajudá-la a entender seus direitos, tomar as medidas legais apropriadas e acompanhá-la em todo o processo, inclusive orientação quanto ao processo existente que ela menciona na entrevista.

É importante que o jovem tenha acesso a uma rede de apoio composta por familiares, amigos próximos ou outras pessoas de confiança. Essas pessoas podem oferecer suporte emocional, auxílio prático e um ambiente seguro onde ela possa se expressar livremente.

É importante lembrar que cada caso é único e requer uma avaliação individualizada para determinar quais serviços e pessoas serão mais adequados para atender às necessidades da jovem. Como pesquisadora e assistente social, foi preciso auxiliar a entrevistada acessar alguns recursos, apresentar alguns serviços da rede e

citar alguns profissionais que permanecem na rede de atendimento e que talvez a jovem sinta confiança em buscar por estes.

É fundamental que a jovem conheça os recursos disponíveis na sua região e esteja familiarizada com os procedimentos necessários para acessá-los. Além disso, é importante oferecer orientação à jovem sobre os seus direitos, acompanhar o processo de acesso aos serviços e fornecer suporte contínuo ao longo do seu atendimento.

Outro fator importante diante os relatos, trata sobre a visão da sociedade, onde as famílias adotivas frequentemente são idealizadas como heroínas que resgatam crianças em situações difíceis. Essa idealização muitas vezes leva a uma supervalorização das famílias adotivas, criando uma percepção de que são mais altruístas e amorosas do que as famílias biológicas. Com foco na narrativa da salvação, a adoção muitas vezes gira em torno da ideia de “salvar” uma criança e isso pode levar à crença de que as famílias adotivas sempre estão aptas a garantir cuidado e proteção.

Nesse mesmo contexto, podemos falar também sobre a privacidade das famílias; aqui destacamos dois extremos: um onde as famílias de origem frequentemente enfrentam invasões de privacidade e intromissões e têm sua vida exposta via “atendimentos da rede” não tendo resguardadas sua vida e histórico; e outro onde as famílias adotivas, por outro lado, podem ter mais controle sobre a divulgação de informações pessoais e acesso as suas residências. Em resumo, os valores sociais que tendem a julgar as famílias de origem e supervalorizar as famílias adotivas refletem estereótipos, idealizações e preconceitos enraizados.

3.5 “Para Maiores de 18”: o desligamento, a despedida e o recomeço

O desligamento por maioria de idade no contexto do acolhimento institucional é um processo pelo qual os jovens que atingem a idade de 18 anos deixam a instituição de acolhimento e ingressam na vida adulta de forma independente. Este é um momento crítico de transição, em que esses jovens precisam enfrentar desafios como construir vínculos pessoais, encontrar moradia, emprego e administrar suas próprias vidas.

O Plano de Atendimento Individual (PIA) é um instrumento utilizado nas políticas de acolhimento institucional para traçar metas, objetivos e ações específicas para cada jovem acolhido. O PIA é uma ferramenta personalizada que visa atender

às necessidades únicas de cada jovem, levando em consideração suas histórias, desejos e dificuldades. Ele deveria auxiliar na garantia de que os jovens recebam o suporte adequado durante sua permanência no acolhimento e também na preparação para o desligamento, incluindo o desenvolvimento de habilidades para a vida independente.

Entende-se que o preparo para o desligamento institucional é um processo gradual que visa capacitar os jovens para a transição da vida no acolhimento para a vida adulta. Isso envolve fornecer orientações sobre habilidades práticas, como gestão financeira, busca por emprego, cuidados com a saúde, capacitação e desenvolvimento de relacionamentos saudáveis. Além disso, é fundamental oferecer suporte emocional e psicossocial para lidar com os desafios e incertezas dessa transição.

As histórias de Lis, Lucas, Marcos, Daniel e Maris destacam a diversidade de experiências relacionadas ao desligamento institucional. Enquanto alguns jovens demonstraram uma preparação e aceitação relativamente tranquila para a vida independente, outros enfrentam desafios como recaídas no uso de substâncias ou a necessidade de ajustar-se à nova realidade.

Em sua narrativa, Lis demonstra ter tido consciência da sua situação de acolhimento desde o início, após a percepção de que sua mãe não tinha condições de cuidar dela e dos irmãos. Apesar de ter tentado estabelecer um diálogo com a mãe sobre a necessidade de mudança.

[...] depois que eu caí na real sabe, que eu tava lá mesmo, porque no começo eu ficava nossa gente será que eu tô aqui mesmo, tá acontecendo isso mesmo, depois que caiu a minha ficha acho que assim depois de um mês, dois meses que eu tava caiu minha ficha, que eu tava lá, e que era isso daqui para frente, então desde o começo eu já sabia, porque minha mãe, ó minha mãe já não tinha jeito mais, eu sabia disso, no fundo no fundo eu sabia disso, mas tipo eu ainda conversava com ela, falava assim ó se você tiver usando você para, porque senão você não vai conseguir ver nós mas, você não vai conseguir ficar com a gente mais, mas no fundo no fundo eu já sabia [...] ela usava desde quando que ela era grávida de todos nós, principalmente de mim eu lembro que ela me contava (Lis).

Ela relata que lidou bem com a perspectiva de sair aos 18 anos, mas reconhece que a transição para a vida adulta pode ser desafiadora, especialmente no que diz respeito a vínculos pessoais, manutenção das despesas básicas e à construção de uma nova rotina. Lis, expressa um profundo senso de responsabilidade e

preocupação com seu futuro e de seus irmãos, refletindo uma busca por estabilidade e independência. Ela narra sua experiência de procurar emprego com desenvoltura, embora não tenha conseguido economizar dinheiro como inicialmente planejava. Esse esforço pode ser interpretado como um reflexo do desejo de alcançar uma situação mais segura e estável, não apenas para si mesmo, mas também para seus irmãos.

Não sabia que eu fazia, porque assim, eu comecei a procurar um emprego desesperada né, para mim conseguir dinheiro guardar dinheiro, mas no fim, não consegui dinheiro, guardar nenhum, mas eu fiquei pensando preciso guardar dinheiro, sei que eu não vou conseguir comprar uma casa com esse dinheiro, mas pelo menos eu vou ficar estabilizada por um tempo, porque aí eu já fiquei pensando assim, porque eu tenho meus irmãos ainda e não sei o quê, eu pensava mais neles do que em mim mesmo, e por fim assim que eu decidi sair de lá antes de eu fazer 18, alguns meses antes, aí eu tava namorando né, aí ele falou vamos morar junto, aí a gente alugou uma casa junto, por isso que eu tive um lugar para ir porque eu não sabia para onde que eu ia... ninguém queria, meu vô não queria responsabilidade [...] (Lis).

Lucas também tinha conhecimento prévio quanto sua provável permanência no acolhimento até os 18 anos. Ele menciona que a equipe do CREAS acompanhou a tentativa de encontrar uma alternativa de moradia com o avô paterno, mas que não deu certo. Ele aparenta aceitação quanto ao fato de não voltar para a mãe e afirma ter se adaptado bem à nova realidade, mas destaca que a aproximação da data de saída trouxe uma sensação de “choque” e a necessidade de se ajustar à vida independente.

Bom, eu já sabia né... desde quando eu entrei eles falaram que eu ficaria até 18 anos, depois que viu que não teria mais a possibilidade de retorno eles falou que ia ficar até os 18 e tudo mais... que teve essa conversa depois né, que viu que minha mãe não ia mais poder ficar com nós eles falou ‘oh, cê... sua mãe... porque meus irmãos foi pra adoção’, aí eles teve que ter uma conversa com a gente, é aí... Eles quem? A equipe do judiciário? A equipe de lá, da casa-lar [...] não, eu cheguei a conhecer não... a do judiciário não, a do CREAS as duas mulheres que no início buscou a gente que fez o acompanhamento, que tentou a possibilidade da gente ficar com o meu avô paterno, era as duas eram do CREAS... as duas assistentes sociais do CREAS, eu não lembro o nome delas certinho [...] do judiciário ninguém (Lucas).

Aí teve as tentativas e não deu certo, aí foi quando falou que não ia dar certo da gente voltar é... mas pra mim foi de boa que eu já não queria voltar mesmo, aí... eu sempre entendi isso foi bem tranquilo aceitar essa questão de eu sair com 18 anos (Lucas).

[...] agora que eu tava chegando no final assim que eu tava

acabando... que eu tava pra sair que foi dando mais um baque assim, porque querendo ou não eu tava tranquilo disso mas eu cresci ali... tinha mudado muita gente ali, que passou e eu gostava, gente que tava lá que eu gostava e tipo assim né... não que os vínculos cortaram, mas querendo ou não muda porque é diferente o conviver 24 horas tipo todo dia com a pessoa e sair assim do nada e ter outra vida, outra rotina... mas... me adaptei também. No final do... do... ano mesmo que eu tava pra me formar na escola, eu já fazia... ai eu já falei nossa ano que vem... eu já falei dezembro... eu já falei nossa daqui dois meses eu já faço 18, ai já foi dando um choque... porque querendo ou não ali é diferente, eles passam uma realidade muito diferente pra você e quando cê sai é você por você (Lucas).

Teve, as assistentes sociais, psicóloga, equipe... no caso que cuidava da casa que eu ficava, elas sentaram conversaram... é... me mostraram as opções que eu tinha é... o que que tinha de ajuda de... então é... eles me instruía. E o CREAS? O CREAS só foi no começo, porque nunca mais eu vi aquelas duas moças. E você já ouviu falar de PIA? Plano Individual de Atendimento. Não... não que eu me lembre. E do seu prontuário? Dos processos? você chegou a ver alguma coisa hum... eu já cheguei a ver por cima mas também nunca peguei assim pra ler... Você queria saber o que tem? Não, porque eu já sei né... tipo é a minha história, então eu já sei o que tá escrito lá (Lucas).

O entrevistado menciona que o CREAS esteve presente no começo do seu acolhimento, mas não teve mais contato posteriormente. Isso pode sugerir a necessidade de maior continuidade e acompanhamento por parte das equipes do CREAS, assim como, a equipe do judiciário. Mesmo após a fase inicial, no ato do acolhimento é preciso ainda garantir que as estratégias planejadas continuem sendo eficazes ao longo do tempo; já o fato de as assistentes sociais e psicóloga terem se reunido com o entrevistado demonstra um esforço para envolvê-lo no processo de tomada de decisão sobre seu futuro após o acolhimento.

No geral, o depoimento de Lucas fornece dados valiosos sobre a experiência de desligamento do serviço de acolhimento. Ele destaca a importância das estratégias de preparo para a vida independente, do papel das equipes de profissionais e das reflexões pessoais sobre identidade, vínculos e expectativas.

Sobre a organização e planejamento de Lucas diante seu desligamento por maioria ele relata que:

Eu fiz um curso antes de 2 anos, eu fiz mecânico de usinagem lá no Senai, ai eu tava no acolhimento ainda, que eu fiz esses 2 anos eu tava no acolhimento ainda, no primeiro ano tipo adolescente não tem muita preocupação com nada então eu só recebia e gastava, ai depois que eu fiz 16... 18... 17... 17 anos que aí já falou 'oh ano que vem você vai sair, é bom você ter dinheiro... guardar dinheiro...', então com 16

anos cê já... 'cê vai sair daqui 2 anos então já é melhor você começar a pensar em guardar dinheiro, pra cê ter uma...', aí teve essa conversa comigo antes, aí foi deu a possibilidade de eu fazer a conta juízo, que aí eu pegava só o meu dinheiro quando eu fizesse 18 anos, aí eu optei por fazer porque eu achei que seria bom pra mim [...] é porque eu gastava muito... que nem eu falei quando a gente é adolescente a gente não tá preocupado em gastar, ainda mais ali que a gente não tem que gastar com nada, então tipo... eu só gastava o meu dinheiro, aí foi... deu a possibilidade... possibilidade não, eles falaram... me impôs isso... aí eu pus, eu poderia falar que eu não queria, eles ia aceitar mas... eu aceitei. Aí fizeram a conta juízo e eu guardei o meu dinheiro [...] (Lucas).

Lucas apresenta na entrevista uma narrativa que destaca a importância do planejamento financeiro e da preparação para o futuro durante o período de acolhimento. Algumas observações podem ser feitas com base nas informações fornecidas, como a necessidade de incluir no plano de desligamentos temas como: aprendizado e educação financeira e reconhecimento de prioridades quanto a suprir necessidades básicas e conversas entre equipe e adolescentes sobre transição.

Marcos já tinha em mente a necessidade de sair do acolhimento aos 18 anos, devido à situação em que se encontrava com a família adotiva. Ele planejava retornar para sua cidade de origem, onde acreditava que seria mais fácil encontrar emprego. Marcos também expressa preocupação quanto a dificuldade financeira e a preocupação em se manter. Ele menciona ter procurado o Conselho Tutelar para obter orientações e ter buscado se informar sobre a cidade utilizando um GPS (*Global Positioning System* ou Sistema de Posicionamento Global). Ainda mantém contato com o Conselho Tutelar e relata que eles ainda se preocupam com o bem-estar dele e de seu irmão.

Eu sabia, é uma coisa que eu já pensava quando eu vim para 'NOME DA CIDADE QUE ESTAVA ACOLHIDO' que eu fiquei lá nessa casa, da 'NOME DA FAMÍLIA ADOTIVA', porque aí lá eu já dava meu dinheiro tudo para eles, não ficava nada para gente, aí eu ficava pensando né, Eu estou com quase 18 anos com esse povo aqui tudo doido, quando eu fizer 18 anos que eu vou fazer porque não vai dar para mim continuar aqui, porque não tá dando para mim juntar dinheiro (...) era aprendiz né e aí foi isso que eu pensei né eu preciso voltar para 'NOME DA CIDADE DE ORIGEM' porque lá eu consigo emprego junto meu dinheiro e aí quando eu tiver 18 eu vou embora, mas aí acabou que deu certo só aqui, eu fui atrás do Conselho Tutelar aqui na verdade né porque de todo jeito eles falavam que não dava certo para voltar para 'CIDADE DE ORIGEM' e mandava eu esperar, mas esperar mais um pouco que ia dar certo no futuro, aí eu fui atrás do Conselho Tutelar que inclusive é nessa rua aqui há uns dois quarteirão daqui, só que eu morava ali na 'NOME DO BAIRRO' fica

para baixo... Eu não conheço a cidade né então eu fui aprendendo tudo pelo GPS eu fui primeiro lá no centro a pé e depois eu descobri que tinha um aqui perto. Aí eu conversei até hoje eles mandam mensagem para perguntar do meu irmão (Marcos).

Marcos descreve seu processo de planejamento que ocorreu antes de sair do acolhimento. Esse planejamento gradual permite que o adolescente adquira habilidades práticas e se familiarize com as etapas necessárias para viver de forma independente. A presença da equipe técnica do acolhimento, que estava envolvida no processo de planejamento e acompanhava o entrevistado durante suas atividades fora do acolhimento, destaca o papel do apoio profissional nessa fase de transição. Isso indica um esforço da equipe para orientar os adolescentes na busca por moradia, administração de seus salários e provimento de acesso a necessidades básicas.

Teve, é o planejamento para sair, tinha uma assistente social lá a gente marca um dia na semana aí toda semana ela ia nesse dia, acho que era na terça e aí a gente faz o planejamento queria tudo que tinha, eu saía para procurar casa para alugar para ver quanto que tá os valores para pesquisa nas lojas, aí isso foi bom sabe, aí eu vi que eles disponibilizaram muito tempo para isso sabe, tinha vez que eu saia e a gente ficava muito tempo na rua eu e a 'NOME DA COORDENADORA' e essa outra assistente social que eu lembro dela a gente ia também. Mas aí só na hora de sair, eu acho que ela tipo um mês eu estava muito ansioso né porque eu ia morar sozinho né, aí a 'NOME DA COORDENADORA' falou assim o dia do seu aniversário você já tem que sair, não sei o quê, não sei o quê ,não sei o quê... É né porque já queria né não ficar dependendo dos outros não precisa ficar dependendo dos outros, como tive que ficar dependendo da 'NOME DA MÃE ADOTIVA' lá né no começo, eles tinham as regras muito diferentes das coisas que a gente estava acostumado e aí a gente não conseguiria lidar bem né, aí a gente foi para o 'NOME DO ACOLHIMENTO' e eu fui guardar o dinheiro e aí foi muito bom. [...] Até que tava porque quando eu fui para lá eles me chamaram, já conversava comigo sobre isso né já falavam que 18 anos tinha que sair e por isso eu tinha que guardar o meu dinheiro então meu dinheiro era receber entregar para 'NOME DA COORDENADORA', assinar um termo lá né que tava tudo guardado, e Tinha conta deles mesmo lá, aí ela perguntou se eu queria guardar a minha tipo ter a minha própria conta, mas eu preferi deixar na deles mesmo (Marcos).

[...] é um caso bem diferente da maioria né, porque eu lembro, todo mundo já, os meninos de 14 anos já iam para festa, já bebiam, já fumavam e eu não, eu só ficava em casa e trabalhava, não fazia mais nada, eu não ia no cinema, não ia no shopping, nem isso eu ia, aí acabava que com meu dinheiro quase tudo guardava, às vezes eu saia com meu irmão mas fazer alguma coisa comer um lanche (Marcos).

O entrevistado menciona que estava ansioso com a perspectiva de morar

sozinho e que a coordenadora do acolhimento estabeleceu uma data para ele sair, o que contribuiu para seu senso de urgência. Ele também conta que precisou se privar de momentos de lazer para poupar dinheiro e ter melhores condições financeiras diante sua saída. Essa parte da entrevista ressalta a importância de abordar também os aspectos emocionais e psicológicos da transição, uma vez que os adolescentes podem enfrentar ansiedade e insegurança.

A entrevista com Daniel oferece um vislumbre da complexidade emocional e das dificuldades práticas enfrentadas por um jovem que está deixando o serviço de acolhimento (maioridade) e lidando com questões como reabilitação (uso e abuso de psicoativos).

Sempre sube. Como foi, é a saída você fala? Graças a deus nunca mais vou precisar voltar... [RISOS] Porque eu já tava doido pra sair já daquela clínica lá. Porque 18 anos... bem dizer eu passei quase lá, o restinho do acolhimento eu já tava doido pra sair. Fiz aniversário dentro da clínica, aí no dia do meu aniversário eu saí, aí eles me levou pra casa da minha avó, aí da casa da minha avó eu fui pra casa do meu pai...Ah, é porque foi assim... igual eles falou que ia me arrumar um serviço lá, aí eu saí e recai na maconha, aí eu não consegui ir pra lá, aí eu falhei. É isso daí mesmo... igual no dia do acidente, que eu já tava... eu já... tava em repouso na rua já, eu tinha recaído [...] (Daniel).

A marca dos 18 anos muitas vezes representa um ponto de virada significativo para os jovens, onde Daniel destaca a relevância de ter completado 18 anos, indicando que ele estava ansioso pela independência e para seguir em frente com sua vida. Daniel menciona que após sair da clínica de reabilitação, ele foi para a casa de sua avó e, posteriormente, para a casa de seu pai. Isso sugere a existência de uma rede de apoio familiar que estava envolvida em suas transições. A entrevista menciona que houve uma tentativa de arranjar um emprego para o entrevistado após sua saída da clínica de reabilitação, mas ele teve uma recaída no uso de substâncias, o que o impediu de seguir esse caminho. Isso ressalta os desafios enfrentados por jovens que estão em processo de reabilitação e tem como agravante situações de violências na infância, e no caso de Daniel, seus sucessivos acolhimentos.

A entrevista de Maris ressaltou os desafios emocionais, relacionais e práticos associados à saída do serviço de acolhimento institucional. A necessidade de lidar com a solidão, aprender a se cuidar de forma independente e enfrentar uma nova fase da vida são temas centrais.

É tipo assim, elas é tipo assim minha mãe conversando com meu namorado um exemplo, 'NOME DA EQUIPE E DAS EDUCADORAS' tudo conversando com ele e eu mesma quietinha só ia... ela vai sair você tem interesse de morar com ela? para ela não ficar sozinha... porque eu morro de medo de ficar sozinha... eu morro... aí ele pegou e falou então o meu medo eu ia morar com ela e não dá conta de pagar as coisas não dá conta até então eu entendi eu conversei com ele que tinha medo de ficar sozinha e só fazer uns seis meses que eu tava namorando com ele para você ter noção e aí eu fui morar com ele só quando eu tinha seis meses de namoro foi muito rápido aí tá aí nós namorando se conhecendo foi morar com junto com ele eu saí de lá [...] aí eu tava trabalhando eu lembro como fosse hoje ele tava buscando as minhas mudança lá em casa lá em casa não lá na casa-lar lá lá perto do 'NOME DO BAIRRO' eu morava lá aí eles me deu uma semana para eu sair da casa isso que é ruim o coração foi a... Não é bom... é uma turbulência muito grande sabe saber que você não vai ter mais aquilo que você não vai ter mais aquela multidão para você conversar você não vai ter mais educadora a educadora para falar está errado esse montar nossa tive que aprender tudo sozinha (Maris).

Maris expressa seu medo de ficar sozinha após deixar o serviço de acolhimento. A abordagem dos cuidadores, como envolver o namorado de Maris na conversa, revela a busca por conexões afetivas e suporte contínuo para a jovem. A transição para morar com seu namorado aconteceu relativamente rápido, apenas seis meses após o início do relacionamento. Essa transição pode ser emocionalmente desafiadora, considerando especialmente a adaptação a uma nova dinâmica de vida e relacionamento.

Sobre o desligamento, Lis narra que decidiu sair do acolhimento antes de completar 18 anos, ela descreve um afastamento gradual do acolhimento, onde ele tomava decisões e ações por conta própria, desde marcar consultas médicas até procurar uma casa para alugar. Durante a entrevista percebe-se que Lis não sentia apoio e empatia da equipe de acolhimento contribuiu para sua decisão de sair.

Assim, eu não tive último dia de acolhimento, eu decidi ir embora, porque assim eu pagava minhas contas eu ia lá só para dormir e eu queria procurar um rumo pra minha vida já, porque eu sabia que um dia ou outro, ia ter que fazer isso, então eu adiantei, eu já não queria ficar lá mais, daí eu falei assim vou alugar uma casa, procurei uma casa achei a casa. eu não conversei com ninguém, com ninguém, ninguém sabia foi por si próprio, até então eu ia no médico sozinha, marcava o médico sozinha fazia tudo sozinha, por isso que eu decidi sair de lá, eu só ia lá mesmo para tomar banho e dormir só, ninguém me via, saía cedo quase ninguém me via eu chegava tarde, eu trabalhava de manhã e estudava à noite. [...] eu pensei, que que eu tô fazendo aqui, se eles não preocupa comigo [...] (Lis).

Lucas descreve seu último dia no acolhimento como uma despedida normal, pois já estava acostumado a se despedir de pessoas durante sua permanência no acolhimento institucional.

Ah! Foi aquele clima de que 'cê tá indo embora', assim... não foi normal, porque eu tive que me despedir de todo mundo e tal... Eu acho que por conta de eu já ter que me despedir de muita gente durante esse tempo todo que eu fiquei no acolhimento foi fácil... foi fácil... difícil foi ter que me acostumar depois no meu dia-a-dia (Lucas).

Nessa resposta, o Marcos relata um processo de “enrolação” antes de deixar o acolhimento. Ele menciona que conseguiu adiar sua saída por mais de 20 dias, principalmente porque se preocupava com o irmão que não iria com ele. Ele descreve uma sensação ambivalente de querer sair, mas também hesitar devido às mudanças e responsabilidades que enfrentaria fora do acolhimento.

Ah não sei aí eu falava algumas coisas tipo que dava a entender que eu não queria ir embora, ainda mais que no final era tão bom porque não tinha mais aqueles meninos mais doido entende. É aí tá, acabou que eu fiquei mais 20 dias depois eu acho que eu fui no dia 20 embora fiz aniversário no dia 4. Ah eu fui enrolando! Aí eu fui organizar com calma tudo, mas aí eu acho que na hora ela falou que até dia 20 você pode ficar, aí deu no dia 20 eu fui. No meu aniversário, foi assim eles falaram para a gente fazer tipo uma despedida, a gente ia no rodízio, algumas pessoas da casa, só que eu não sei o que tava acontecendo que eu não quis fazer, eu falei não, eu não vou fazer não... não sei eu acho que eu não queria ir embora e outra coisa também que eu ficava pensando em que eu ia sair, mas o meu irmão não iria comigo [...] (Marcos).

Por sua vez, Daniel apresenta apenas uma introdução à sua experiência de saída do acolhimento, nos trechos já apresentados que tratam sobre seu período de internação, não foi possível captar detalhes sobre seus sentimentos ou processos envolvidos.

A entrevistada, Maris, descreve uma experiência feliz no seu aniversário como uma comemoração de casa nova, onde ela recebeu itens essenciais para sua nova moradia. Ela menciona que montou sua casa aos poucos, adquirindo móveis e utensílios. Além disso, fala sobre sua experiência de trabalho e posterior falta de efetivação no emprego e que contou com programas de transferência de renda.

Meu aniversário foi tipo mais um chá de casa nova eles me deu tipo assim eles não me deu presente... mas deu coisa para casa e aí eu achei o máximo minha primeira panela de pressão (...) Que eu ganhei

ganhei meus garfo ganhei minhas coisas tudo tinha uma casa montada bonitinho era uma gracinha ganhei muita coisa graças a Deus eu comprei assim mais um armário a geladeira eu ganhei o fogão eu ganhei eu ganhei eu ganhei guarda-roupa ganhei, nossa senhora, que eu não tinha eu só tinha TV mas eu nem assisti eu nem ficava em casa mas trabalhava que ficava em casa aí ele ficava em casa [...] Era aprendiz também nossa, aí depois tá aí eu fiquei até eu sair de 'NOME DA EMPRESA/TRABALHO' fiquei no serviço um ano e cinco meses e depois eu sai porque o contrato acabou e eles não quis me efetivar. Não efetivou, aí foi onde eu passei um sufoco... [...] Porque eu não consegui arrumar emprego eu tava desesperada... porque comida querendo ou não, assim que eu fui morar sozinha eu não passei fome, eu fui passar depois que eu perdi o emprego sabe... [...] não minto eu comecei a receber aquele R\$ 300... é de pagar o aluguel é uma coisa do governo. É, aí depois eles conseguiu para mim onde R\$ 960 (Maris).

Cada uma dessas respostas reflete a experiência única e os sentimentos individuais dos jovens ao saírem do acolhimento institucional. São múltiplos desafios, relativa autonomia, adaptação e busca por manutenção financeira e emocional. As respostas também mostram como essa transição pode ser marcada por diferentes sentimentos, desde alívio e alegria até emoções e medo e insegurança. Enquanto alguns demonstram aceitação e preparo para a vida adulta, outros podem enfrentar dificuldades na transição. Essas experiências destacam a importância de fornecer suporte contínuo aos jovens que deixam o acolhimento, incluindo orientação sobre moradia, emprego, saúde mental e redes de apoio social, para ajudá-los a romper com ciclos de violência e sigam com dignidade.

O programa de apadrinhamento afetivo é uma iniciativa que busca proporcionar a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional a oportunidade de estabelecerem vínculos afetivos saudáveis com adultos voluntários, conhecidos como “padrinhos” ou “madrinhas”. Essa relação vai além da assistência financeira, focando na construção de uma relação de confiança, afeto e apoio emocional ao longo do tempo. No contexto da pesquisa, podemos observar diferentes perspectivas e experiências relacionadas ao apadrinhamento afetivo e ao serviço de acolhimento institucional.

Lucas afirma a importância de ter um vínculo afetivo com um educador/a do serviço de acolhimento. Ele menciona que é difícil não criar um vínculo com alguém que está presente no dia-a-dia e que, muitas vezes, é a pessoa com quem ela conversa e busca apoio emocional. Lucas avalia a importância do apadrinhamento afetivo para aqueles que não têm contato com a família:

Eu acho assim fundamental, essencial ter isso. Eu já vi várias educadoras que ficou na casa, que quis apadrinhar algum adolescente, mas por conta de normas da empresa mesmo de não poder ter... que não pode ter esse vínculo com a criança, que no meu ver é... como pode se dizer... é bem ruim isso, porque é difícil você não ter vínculo com uma pessoa que você vê todo dia, que você... que as vezes quando você tá triste é com ela que você vai conversar, quando você tá é... enfim, tudo você vai conversar com a pessoa, então é difícil você não criar um vínculo, não criar afinidade com a pessoa. É eu acho que deveria sim né, ter esse apadrinhamento com alguma educadora é... mas no modo geral eu acho essencial, porque é igual eu falei, tem gente que vai sair ali e que não tem contato com ninguém da família. Eu ainda tive, tá que não foi a melhor opção que eu tive na minha vida... mas eu tive pra onde ir (Lucas).

[...] Quando eu era menor que foi... quando era mais criança, que era mais difícil porque você via pessoa todo dia... e quando você é criança tem isso de né tipo você vê a pessoa todo dia ou a pessoa que te dá afeto e tudo... é mais ruim... é triste. [...] Eles falava, não, não deu certo aqui a gente vai embora... ou muita das vezes falava que ela quis ir embora, aí às vezes você encontrava ah no Facebook, no Instagram 'ah, me mandou embora', então tipo assim tinha essa mentira também sabe, eles não era 100%, tipo 'ah, a gente mandou embora por causa disso' era 'ah, ela preferiu ir embora' era desse jeito. Eu acho que nessa questão de ser mandado embora deveria sim ter a opinião das crianças e dos adolescentes, que às vezes é o que eu falei os adolescentes por a gente não tá na nossa casa a gente ter que fazer de um lugar que tem outra 6 crianças totalmente diferentes de você, a gente ter que fazer dali a nossa casa, da gente ter ali pelo menos educadora que a gente se sente confortável (Lucas).

No segundo trecho, Lucas trás uma nostalgia e recorda alguns dos vínculos afetivos à entrevista, situações em que foi separado das pessoas que lhe davam afeto, aqui ele refere-se ao contexto da casa-lar. Isso destaca a importância dos vínculos afetivos e a sensação de ver alguém todos os dias e depois perder esse contato afetivo gera sentimentos de tristeza e perda.

Quando apresentado para Maris o que era o Programa de Apadrinhamento Afetivo, ela expressou o desejo de ter tido um padrinho ou madrinha durante sua experiência no acolhimento institucional. Ela menciona a solidão e a importância de ter alguém ao sair do serviço de acolhimento, ressaltando que, mesmo com as dificuldades, ela sentia falta da alegria e do convívio com as crianças nas casas de acolhimento.

Eu não tive isso não, eu queria ter. Eu acho... eu acho importante, queria ter um padrinho e uma madrinha pra me dar uns conselhos. Então... é não sabia disso não, que legal. Isso aí é bom pra quem sai,

oh... É porque a gente precisa de uma pessoa quando sai, querendo ou não, quando cê tá lá dentro é um monte de gente cê conversa, cê entrosa, e tipo assim do nada cê tá ouvindo e do nada cê sai e vai morar sozinho. Nossa é muito ruim a solidão... não sei, mas eu acostumei com as crianças lá, mesmo que as crianças fossem terríveis sabe, nossa tinha dia que eu queria tá ouvindo os gritos delas. Senti falta daquela alegria, porque querendo ou não tinha os momentos de briga tinha, mas tinha os momentos de alegria nas casas [...] (Maris).

Esses trechos fornecem visões e experiências diversas em relação ao apadrinhamento afetivo e ao serviço de acolhimento institucional. Cada relato destaca aspectos importantes para entender a importância do apoio afetivo e da construção de vínculos significativos para os adolescentes em acolhimento. Aos participantes que não opinaram sobre o programa nota-se que durante a entrevista eles dedicaram sua atenção para outros aspectos da pesquisa e nem todas as questões foram respondidas com precisão.

3.6 “Presente!”: o desafio de viver o agora

A pesquisa sobre os egressos do acolhimento em razão da maioridade civil demonstra uma transição única e complexa para a vida adulta, com uma série de fatores de desproteção social que podem afetar profundamente sua capacidade de viver o presente e planejar o futuro. É importante que a sociedade e as autoridades estejam atentas a essas questões e se empenhem em oferecer o suporte necessário para garantir que esses jovens tenham a oportunidade de construir uma vida plena.

Se por um lado a vida adulta deveria ser uma época de oportunidades e crescimento, para eles pode se transformar em uma batalha contínua para superar os obstáculos impostos e a carência de redes e serviços de apoio continuados.

Nesse contexto, é essencial repensar a abordagem adotada para auxiliar os egressos do acolhimento em sua transição para a vida adulta. Isso inclui a criação de programas de apoio contínuo que abordem não apenas as questões práticas, como emprego e moradia, mas também as necessidades emocionais e de identidade desses jovens. Proporcionar um ambiente seguro onde suas vozes sejam ouvidas e suas experiências sejam validadas.

As próximas narrativas respondem a questões que proporcionam um olhar abrangente sobre a vida dos egressos após a saída do acolhimento, permitindo a compreensão das dificuldades enfrentadas, dos desafios superados e das estratégias

adotadas. Iniciamos essa análise buscando entender com quem eles mantiveram a residência, se estão vivendo sozinhos, com amigos, parceiros, familiares, entre outros, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Moradia e convivência atual dos participantes.

Questão	Compilado das Respostas
Residência atual. Com quem?	1) Hoje em dia eu moro com meu irmão e com meu namorado atual, e também com a minha cunhada .
	2) Mora eu, a minha irmã, agora o meu cunhado e a irmã do meu cunhado. E tá bem... melhor do que lá no meu avô.
	3) Agora sozinho, mas assim, já teve diferente.
	4) Hoje em dia cê fala? O agora... hoje com meu pai [PAUSA].
	5) To com a minha irmã agora e meus sobrinhos.

Fonte: elaborado pela própria autora.

De acordo com o Quadro 2, dois participantes mencionaram estar morando com membros de sua família de origem. Vamos analisar esses casos individualmente. Neste momento, a participante Lis está morando com seu irmão, seu namorado atual e sua cunhada. Isso indica que ela retomou a convivência com seu irmão, o que fortalece o vínculo fraterno. Além disso, a presença do namorado e da cunhada sugere que eles estão vivendo uma experiência de convivência familiar. É pertinente informar ainda que o namorado e a cunhada, aqui mencionados, também vivenciaram o abrigo institucional.

Por sua vez, Lucas, irmão de Lis, descreve estar morando com sua irmã, seu cunhado e a irmã do cunhado. Aqui também podemos observar o fortalecimento do vínculo fraterno, já que o participante está morando com sua irmã. Além disso, a inclusão do cunhado e da irmã do cunhado indica uma dinâmica familiar mais abrangente, possivelmente envolvendo relações de parentesco e convivência.

Os irmãos Lis e Lucas apresentaram um sentido importante quanto a convivência familiar e a proteção de seus membros estão intrinsecamente relacionados. Neste caso, é na família o local onde os indivíduos encontram apoio emocional e afetivo, contam ainda com recíproco suporte financeiro e apoio material. A convivência com a família pode auxiliar na garantia que seus membros tenham acesso a recursos como moradia, alimentação, cuidados de saúde e educação,

proporcionando uma rede de segurança financeira e emocional.

Neste caso, não ter rompido com os laços fraternos, possibilitou uma nova organização familiar pós acolhimento, onde a família retorna centralidade e se faz como rede primária fortalecendo o senso de pertencimento e identidade.

Em relação às fratrias, segundo autores como Goldsmid e Féres Carneiro (2011), mantê-las funciona como rede de apoio e contribui para a manutenção da unidade familiar. O acolhimento de irmãos, além de perenizar os vínculos, ameniza a angústia no delicado momento de transição. Para Hamad (2002), resguardar, sempre que possível, os membros de uma fratria ajuda-os na preservação de uma memória, do passado comum – partilhável e contável; constitui o reconhecimento da importância da função fraterna (SPECK, 2019, p. 61).

Todos os participantes em algum momento após o acolhimento retomaram a convivência com a família de origem, especialmente com irmãos, foi esse arranjo um fator de apoio mútuo e construção ou mesmo não ruptura de laços afetivos.

Nessa etapa da entrevista, quando questionadas sobre sua relação ao acesso à saúde, no geral, os relatos indicam que o acesso à saúde após sair do serviço de acolhimento se torna mais limitado e desafiador. A falta de um plano de saúde e a dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde são mencionadas como principais obstáculos. Além disso, a falta de motivação para buscar atendimento médico e a falta de recursos financeiros também são fatores que determinantes neste distanciamento ao acesso à saúde. Essas informações ressaltam a importância de garantir um acesso adequado aos jovens, assim como informações sobre como acessar os serviços em seu território.

Lis, ao ser questionada sobre sua saúde, mencionou que antes de sair do serviço de acolhimento tinha acesso a acompanhamento médico, especialmente ginecologista, por meio de um plano de saúde.

Tinha só o acompanhamento que eu ia né que depois cortou, eu nunca mais fui que é o ginecologista mesmo, aí eu já tentei passar pela UBS, mas demora demais, aí eu fui adiando, mas aí questão de saúde essas coisas só quando eu passo muito muito muito mal, alguma coisa que eu vou no médico... lá era mais fácil nesse sentido. Era plano lá, mas eu ia sozinha, eu marcava sozinha, diferença é quando eu sair de lá eu não tinha mais então, para mim pagar, para mim já era caro (Lis).

No entanto, após deixar o serviço, Lis não teve mais acesso a esse plano e enfrentou dificuldades para conseguir atendimento na Unidade Básica de Saúde

(UBS). Lis relata que só procura um médico em situações extremas devido à demora e dificuldade de acesso aos serviços de saúde.

Lucas afirmou que durante sua estadia no serviço de acolhimento não realizava nenhum acompanhamento médico, exceto com o psicólogo. Antes de sair do acolhimento, Lucas decidiu realizar um check-up completo, mas desde então não buscou mais atendimento médico, exceto para receber as vacinas contra a COVID-19.

Não fazia nenhum acompanhamento... é fazia só psicólogo mas ele eu parei ainda quando tava lá mesmo. É... exame assim o último que eu fiz foi saindo de lá, aí eu fiz um check up aí depois disso aí eu não... É, antes de sair eu quis fazer... pedi pra fazer um check up, aí tava tudo certo e depois disso eu não fui mais. Que que cê fez? Exame de sangue, urina... tudo. Tinha plano, o plano ainda continuou depois que eu saí, por 6 meses.: É, só que não foi necessário não. Do covid vacinei, as duas doses já (Lucas).

Lucas menciona que tinha um plano de saúde que continuou válido por 6 meses após sair do acolhimento, mas não precisou utilizá-lo.

Marcos revelou que antes de chegar ao serviço de acolhimento, possuía um plano de saúde próprio e estava em tratamento dermatológico. Ao ingressar no acolhimento, Marcos foi informado sobre a disponibilidade de um plano de saúde no local, o que o levou a cancelar seu plano particular.

Lá era bom, porque eu tinha plano, antes de ir para lá eu tinha feito um plano, esse do 'NOME DO PLANO DE SAUDE', queria fazer tratamento de demartologista, porque eu tinha muitas mas muitas espinhas, meu rosto nossa senhora só espinha, é até eu fiz, antes de ir para lá eu já comecei fazer e aí quando eu cheguei lá eles falavam nem que lá já tinha o plano de saúde também, ai eu cancelei o outro, a 'NOME DA COORDENADORA DO ACOLHIMENTO' até falou a gente tem um plano aqui tal, mas como você já tem, mas depois eu cancelei, falei, o que vou cancelar meu plano, vou pagar plano não, aí até eu falei lá no serviço, porque não podia cancelar durante um ano e eu tinha feito fazia poucos meses, mas aí eu chorei lá para eles, eu falei nossa a gente precisa cancelar, porque eu preciso guardar todo o meu dinheiro [...] (Marcos).

Durante o período no acolhimento, Marcos teve acesso a consultas médicas, inclusive com a mesma psicóloga que já o acompanhava anteriormente. Após sair do acolhimento, Marcos teve que buscar atendimento médico por conta própria, sem acesso ao plano de saúde.

Daniel não forneceu informações específicas sobre o acesso à saúde antes ou

após o serviço de acolhimento. Mesmo que em outros momentos ele cita ter sofrido um acidente onde se machucou, além de ter passado um período em uma clínica de reabilitação, ele aparenta não reconhecer que os serviços se referem aos serviços de saúde.

Maris mencionou que durante seu tempo no acolhimento estava tratando um canal dentário, mas parou o tratamento. Ela precisa entrar em contato com o local para marcar uma nova consulta odontológica.

Preciso porque eu tava tratando um canal quando eu tava no abrigo, aí eu parei. Eu tenho que ligar lá e marcar num é? Eu vou ligar lá e marcar de novo, que eu tô com um canal de novo. Eles cuidou lá, limpou e falou que era pra voltar lá e fazer tudo certinho. E outra coisa que eu queria ver, cê sabe se aquele... eu fiquei sabendo que tem uma casa de mulher que é ginecologista né? É ali [Foi orientada pela pesquisadora]. Nunca mais depois que eu saí, eu preciso. Por me dá uma... um... eu não tomo nenhum anticoncepcional, e eu não engravidado... Não tomo nada, nem previno nada. Eu ia porque tava no acolhimento se não, não ia não... eu não gosto de médico, aí tem que ir eu to precisando de ir mais pra ver isso sabe? que mais pra frente eu quero ser mãe [...] (Maris).

Maris também expressou interesse em buscar atendimento ginecológico e expressou preocupação. Ela relata que não utiliza métodos contraceptivos e pretende buscar orientação médica para planejamento familiar, pois planeja ser mãe no futuro. Maris tomou a vacina contra a COVID-19, mas relatou que teve uma reação negativa, ficando gripada por um longo período.

Ainda dentro desse tópico de perguntas, foi realizado um breve levantamento sobre a os vínculos com os serviços de educação e/ou formação profissional. Alguns dos entrevistados enfrentaram desafios para conciliar os estudos com outras responsabilidades, enquanto outros expressaram falta de suporte ou experiências negativas. Uma situação que precisa ser destacado é que como no caso de Lis, a referência para buscar por informações e apoio mesmo após o desligamento permanece sendo a equipe do SAICA, situação que materializa onde está o vínculo.

Quando eu saí de lá, não, eu saí de lá e aí eu tive que cuidar da casa, porque trabalhar e estudar à noite, aí acabei que o bombei, porque aí eu faltei muito, bombei na escola, aí eu fui terminar o terceiro em um supletivo, um ano na frente que foi em 2019 não em 2020. eu fui atrás de tudo, eu procurei, eu que fui atrás, eu que fiz minha matrícula, na verdade 'Nome da Coordenadora' me ajudou ela me deu um rumo, uma direção (Lis).

A minha avó é nossa, ela ficou muito feliz... mas é aquela coisa ela tava feliz porque você tá feliz, porque ela não entende muito a questão de 'oh, entrou na faculdade', ela não entende... não consegue... pra mim é muito grande isso né, pra ela... ela ficou feliz pela minha felicidade... porque pra mim é demais, só pelo fato de ser o único da família por parte de mãe que vai entrar na faculdade (Lucas).

Lucas compartilha a reação de sua avó ao saber que ele entrou na faculdade. Ele ressalta a importância disso para ele, isso demonstra o valor que ele atribui à conquista educacional e como isso se relaciona com sua identidade e autoestima. Assim como indica suporte, afetos e orientações.

Uma coisa que eu senti falta lá no 'NOME DO ACOLHIMENTO', foi isso porque assim na área da saúde estava ok né, agora na área da educação né, eles nunca fizeram nada lá né sobre isso eu terminei a escola e aí a gente nem conversou sobre faculdade sobre nada, eu só saí e se eu quisesse fazer alguma coisa que tinha que fazer por conta própria, isso acaba fazendo falta para a gente né porque, quem mora com os pais, os pais vão ajudar nisso né mas e a gente vai sair sozinho vai ter que pagar as contas tudo e aí como que vai pagar os estudos né (Marcos).

Marcos expressa sua frustração em relação ao suporte educacional recebido no serviço de acolhimento. Ele menciona que, embora tenha havido apoio na área de saúde, a falta de suporte na área educacional o fez sentir-se desamparado ao terminar a escola. Ele destaca que, enquanto aqueles que moram com os pais podem contar com ajuda financeira, ele, como alguém que precisa pagar suas próprias contas, sente a falta de orientação sobre como está com seus estudos. Enfatiza a ausência de rede e suporte, familiar, comunitário e dos serviços.

[MÚSICA TOCANDO NO FUNDO] É, eles me matriculou na escola daí eu fui... eu fui expulso da escola. Eu briguei com um moleque lá na escola lá, aí eu tinha uma faquinha do apontador... aí eu fui e passei no braço dele... (Daniel).

A narrativa sugere que ele passou por dificuldades de adaptação e controle de impulsos, o que evoluiu em um comportamento violento. A situação revela um desafio comportamental, cultural e possivelmente emocional na sua relação com as pessoas.

Na escola eu era sempre expulsa eu nunca gostei de escola tia. Nunca gostei de escola. Ah não sei, ah eu fui expulsa só de uma, aí eu parei de gostar de escola por causa... lá no 'NOME DA ESCOLA' por que a era a diretora lá tratava a gente diferente porque nós era do abrigo não gostava. É, porque nós era do abrigo... aí todo mundo lá sabia que

nós era do abrigo (Maris).

Eu passei aquele batom azul e fui para escola e cheguei atrasada... aí o marido da diretora tava lá na sala dela e eu tive que passar lá e falar para ela que eu cheguei atrasada e que não iria se repetir, aí não sei o quê que foi que eu retruquei com ela que ela falou o negócio para mim 'que esse batom ridículo', aí eu retruquei com ela aí ele falou assim se fosse a minha filha eu arrancava esse batom com tapa na boca (Maris).

Com base nessas informações, é possível concluir que Maris tem motivos para não gostar da escola devido às experiências negativas que vivenciou. A combinação de expulsões frequentes, tratamento diferenciado, conflitos com autoridades escolares e estigma associado ao abrigo justificam sua atitude negativa em relação ao ambiente educacional. Destacando ainda a má conduta do gestor escolar.

Em todas as entrevistas, pode-se perceber a influência das circunstâncias individuais, do ambiente educacional e dos afetos e desafetos nas trajetórias educacionais e aspirações futuras dos jovens. Cada narrativa reflete desafios, motivações, violações e sentimentos diferentes em relação à educação e ao sistema escolar. Cada relato destaca a importância de apoio, orientação e um ambiente positivo na escola para promover a permanência educacional e bem-estar dos estudantes.

Tanto Daniel quanto Maris apresentam experiências de violência e têm dificuldades em lidar com impulsos de raiva e violência. Como notado até aqui, o contexto de cada um deles vem sendo marcado por muitas vivências traumáticas, conflitos e faltas. Faltas de todos os tipos, do teto ao suporte emocional.

De acordo com o formato das entrevistas, uma pergunta foi formulada para incentivar os jovens a compartilhar livremente suas experiências, tendo como direcionamento: "Fale sobre sua vida adulta". Neste ponto, começaremos a análise das entrevistas com os relatos dos jovens Daniel e Maris, que fornecerão detalhes sobre uma realidade triste. Os relatos são impactantes, portadores de angústia e, sem dúvida, desempenham função importante para o repensar o Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

A vida de Daniel passa por um outro grande sistema de "proteção", o sistema carcerário; seus relatos, dados na vida adulta, pintam um quadro de questionamentos, erros e, ao mesmo tempo, tentativas de sobrevivência e resistência.

Após sair do acolhimento, Daniel compartilha suas experiências com

sinceridade, admitindo seu envolvimento com o tráfico, um ato que o levou à prisão por diversas vezes. A primeira prisão, ocorrida logo após sair do acolhimento, é permeada por múltiplas detenções em curto espaço de tempo. Daniel descreve as dificuldades da prisão, o sofrimento enfrentado e a rotina dentro das celas superlotadas.

Ai eu fui preso né... é, foi lá na depois de uns 6 mês que sai do acolhimento... Foi lá 'NOME DO BAIRRO'... fiquei em 'NOME DA CIDADE DE ORIGEM' mesmo. Foi tráfico, 5 meses e 10 dias [CONVERSAS NO FUNDO]... foi pego umas duas ou três vezes. 5 mês e 10 dias. Sofri... Foi sofrido ixi... é... foi no dia que o Brasil perdeu pra Bélgica [...] Eu não vou esquecer isso nunca mais... [RISOS] aí passou eu saí... passou 1 mês depois eu fui pego de novo, aí eu fiquei mais 3 mês e 20 dias... Não, aí ele me levou pra delegacia... não aí, eles me levou pra delegacia e da delegacia eles me levou pro 'NOME DO BAIRRO', e do 'NOME DO BAIRRO' eles me levou pra audiência de custódia, que é no fórum lá, e do fórum eles me levou pro... pra... penitenciária... aí da penitenciária eu esperei pelo julgamento... [INTERRUPÇÃO GENTE CHEGANDO] É meu primo e minha prima, filho do meu tio e minha tia... Aí depois eu fui embora no dia do julgamento... aí no dia do julgamento... Aí no dia do julgamento eles me levou é... aí eu consegui o pedido de liberdade provisória com o advogado. Aí eu fui condenado 1 ano e 8 mês na lei de um sexto, na lei de um sexto a cada 2 mês cê mata 1 ano (Daniel).

Eles concedeu minha liberdade.foi tudo de novo aí quando foi o dia da audiência de novo no fórum que tava marcado... eu com jaleco da cadeia memo e a calça jeans marrom tudo marrom aí no dia... aí cê chega na cadeia e já raspa seu cabelo, igual meu cabelo já tava grande e... É o banho é gelado só que num tem hora não cê pode ir a hora que você quiser, só que lá tinha uns momentos que eles desligava a água os agentes lá que lá é tipo uma quadra de futebol que tem oito celas aí cada uma aí cada cela é 32, 34, 40, por cela 40 pessoa... aí tem essa quadra de futebol de futebol assim... Tava cheia... lotada... Gente mais nova... gente com problema de saúde... doente (Daniel).

Eu fui preso de novo... mesma coisa aí eu fiquei mais oito meses e 25 dias. A terceira 8 mês e 25 dias... Aí teve a quarta ainda que eu fiquei mais 1 ano e 1... 1 ano e 1 eu cheguei até pegar corona... Peguei lá dentro dessa última vez. Ele só me deram uma vacina... dentro do pavilhão era 300 e poucas pessoas... aí nós ficou em 107... 107 contaminado. Aí nós ficou 30 dias sem poder sair ir para tomar sol nem nada... Vixi... tava apertado 107 em 3 cela... eu fui pegar uma cama eu já tava quase indo embora tava quase indo embora com 1 ano... com 1 ano de cadeia (Daniel).

Seu relato também evidencia a saúde mental em risco e a exposição à doença, incluindo o surto de COVID-19 que afetou o ambiente carcerário. A descrição das condições insalubres e limitação das medidas de prevenção dão um vislumbre da

vulnerabilidade dos detentos diante de desafios de saúde pública.

O apoio aos jovens em situações de risco e violência é uma questão de extrema relevância para a construção de uma sociedade mais justa e as políticas públicas são ferramentas essenciais para promover a reintegração social, a prevenção da criminalidade e o bem-estar desses jovens. Contudo, precisamos reconhecer que essas políticas precisam ser constantemente revistas, reavaliadas e ampliadas para atender de maneira eficaz às urgências até aqui relatadas. Além disso, a complexidade das situações vivenciadas por esses jovens exige uma abordagem abrangente e multidisciplinar. É necessária uma análise aprofundada de seus contextos familiares, sociais, econômicos, emocionais e educacionais para fornecer o suporte adequado. Nesse sentido, o aumento das equipes de profissionais que possam oferecer um acompanhamento sistemático é fundamental.

Nessa mesma lógica, a história de vida de Maris é um relato repleto de desafios que muitas mulheres enfrentam, desde relacionamentos abusivos até a luta pela sobrevivência em situações extremamente difíceis. Ao examinarmos sua jornada, somos confrontados com as dolorosas realidades da violência doméstica e da exploração sexual.

Tia do céu perrengue... mas eu apanhava... batia, cará roxo tudo roxo ele não trabalhava eu bancava casa sozinha ele usava droga o dia inteiro por isso que eu fiquei aí na maconha porque ele... Antes nunca, nunca me pôs a mão nunca gritou comigo era amorzinho para cá era mil maravilhas para lá nós foi morar junto, aí de um mês ele me pegou pelo pescoço aí ele me pediu desculpa falou que nunca mais ia fazer isso porque ele conviveu com o pai dele batendo muito na mãe dele que ele não ia fazer mais isso comigo.. tá eu desculpei ele depois de um ano e meio começou tudo de novo aí eu comecei apanhar feio (Maris).

[...] Tá aí eu fui morar com meu irmão em 'NOME DA CIDADE', então tá bom quando você tem dinheiro é meio maravilha né mas depois quando seu dinheiro acaba aí começa os problemas começa a olhar com cara feia, a mulher dele... até ele começar a olhar com cara feia e aí vocês quer saber? vamos embora para 'NOME DA CIDADE DE ORIGEM' nossa pior coisa que eu fiz foi vir embora para 'NOME DA CIDADE DE ORIGEM' com ele (Maris).

Foi quando eu tava precisando... Quando tava atrasando muito aluguel porque a minha irmã também tava desempregada... Só, foi esses tempos atrás... É recente agora com esse homi aí que eu tô saindo dá para ter uma vida como que fala... uma vida boa sabe. Porque tipo assim... ficava investindo em mim entendeu, eu ia ser submissa a ele... e ele ia me dar tudo que eu queria, isso era o que ele queria sabe... mas assim não faça isso mais não só vou ficar com esses dois veio aí

e tá bom... fazer isso mais não porquê, senão eu quero arrumar um namorado e fica quieta eu não quero mais para mim não... tem os... é bom mas depois cê chora, cê vê que não é uma coisa boa de fazer não é você tá vendendo seu corpo né (Maris).

O relato de Maris nos lembra da importância de entender o contexto que leva muitas mulheres a permanecerem em relacionamentos abusivos e a se envolverem em práticas perigosas para sobreviver. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que abordem as causas subjacentes e acompanhamento às vítimas de violência doméstica e exploração sexual. Além disso, no momento da entrevista com Maris foi possível reconhecer a resiliência presente nas vítimas e a importância de criar espaços seguros para estes depoimentos.

Ainda sobre os relatos da vida adulta, Lis e Lucas receberam a sua mãe em casa recentemente, ato de trazer a mãe para casa, após uma situação de violência, reflete o desejo de cuidar dela e aparente condições econômicas e afetivas para prestar tal amparo.

[...] minha mãe a gente teve uma experiência dela morando aqui uns 4 dias, mas não deu certo, por conta do vício dela. Eu e a minha irmã, decidi acolher minha mãe aqui, porque o cara que ela tava bateu nela... machucou ela, quebrou a perna dela... aí a gente foi buscar ela, levou ela no médico, comprou os remédios... os medicamentos tudo... e trouxe ela pra cá e conversamos e decidimos que ela ia ficar aqui com a gente, pra gente tentar cuidar dela. Aí a gente já foi colocando regras né, porque... por conta do vício, do álcool... a gente tinha que fazer ela parar de beber (Lucas).

No entanto, a realidade do vício impõe limites e a necessidade de estabelecer contatos com serviços de saúde e assistência, entendendo a demanda de cuidado como uma demanda social e não uma obrigação individual dos filhos.

O relato de Marco, por sua vez, explora a influência da pandemia em sua vida. Ele descreve como a pandemia afetou sua saúde mental, aumentando a ansiedade e levando-o a perder o controle de sua vida. A interrupção de suas atividades sociais e a sensação de solidão tiveram um impacto significativo.

Deixa eu te contar, pior fase que eu tive, para nós que eu perdi o controle da minha vida foi esse ano, mas eu acho que é por causa da pandemia, porque antes da pandemia, quando eu ficava muito ansioso, que eu ficava muito em casa só vendo televisão, eu começava a sair eu saía nos finais de semana com os amigos para dar uma relaxada, aí depois começou a pandemia e acabou isso, aí eu fiquei um ano aqui, de março do ano passado, então passou um

ano, aí no começo desse ano, eu já estava outra pessoa, tava outra pessoa, eu tava nossa, é, comecei a namorar e eu tava ficando meio assim sabe, eu tava me sentindo sozinho, igual sentia antes sabe (Marcos).

A seguir vamos analisar os relatos dos participantes que identificaram os diferentes tipos de vínculos que permaneceram após o período de acolhimento. No caso de Lis, ela menciona algumas pessoas com quem mantém contato, sendo eles, egressos do acolhimento que compõem seu atual núcleo familiar. Ela destaca uma relação especial com uma educadora social, mesmo que tenha começado com conflitos. O fato de continuar a visitar a casa dela e estabelecer um vínculo após deixar o acolhimento, sugere que essa conexão se transformou em uma amizade significativa.

Eu acho que de lá mesmo é só o meu namorado, o meu irmão né lógico, minha cunhada que é irmã do meu namorado e o meu outro cunhado que também tá no acolhimento... é a minha família hoje em dia, de lá mesmo só tem essas pessoas aí que eu converso hoje em dia... mas que eu tenho mais contato era a 'NOME DA EDUCADORA SOCIAL', que eu menos gostava que eu tinha mais conflito com ela, mas depois a gente fez amizade. Mesmo depois que eu saí de lá, direto eu ia na casa dela, eu jantava na casa dela, tomava café na casa dela depois que eu sai de lá eu tive ainda mais convívio com ela (Lis).

Tipo assim só pelo celular com a tia 'NOME DA EDUCADORA SOCIAL'... então não né? porque acaba não... que de vez em quando nós conversa (Maris).

Maris mantém um contato mais esporádico, principalmente através do celular, com uma educadora social. Embora o contato seja menos frequente, o fato de ela ainda se comunicar ocasionalmente pode sugerir que essa relação é mantida por algum motivo, mesmo que não tenha sido detalhado no relato.

Lucas e Marcos tiveram uma semelhança em seus relatos, mencionando a manutenção de contato com um colega do período de acolhimento. Embora pouco frequente devido à correria da rotina, esses contatos ainda são importantes o suficiente para que sejam mencionados.

Tenho, tinha... tinha amizade com a 'NOME DE ADOLESCENTE ACOLHIDA', com 'NOME DE ADOLESCENTE ACOLHIDA', só que eu e a 'NOME DE ADOLESCENTE ACOLHIDA' nós esses dias discuti aí nós não tava conversando mais (Marcos).

Mantenho contato, mas pouco com os adolescentes... mantenho com uma menina que morava lá comigo que a gente... faz muito tempo que a gente morava lá, então a gente tem um vínculo maior, mantenho com ela mas assim pouco... mais por conta da correria mesmo que é a minha rotina. E também mantenho contato... [RISOS] pode? Pode... E também mantenho contato com você... que é desde quando você saiu que a gente ainda tem contato (Lucas).

Além disso, Lucas menciona a pesquisadora que conduz a entrevista e apresenta receio em afirmar a existência de vínculo, quando pergunta se pode falar, sugerindo que o relacionamento estabelecido não deveria ocorrer durante o período de acolhimento ou posterior a esse.

O trabalho dos cuidadores em instituições que lidam com crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade frequentemente se depara com um dilema complexo e emocionalmente desafiador: a criação de vínculos afetivos com aqueles aos quais oferecem cuidado e orientação. A problemática gira em torno da tensão entre a necessidade de construir relacionamentos saudáveis e a preocupação com os prejuízos que tais vínculos podem acarretar.

Por um lado, a presença de afeto, proximidade e afeição pode criar um ambiente de confiança e segurança, permitindo o desenvolvimento saudável dos assistidos. Por outro lado, a separação de crianças, adolescentes e jovens com quem os educadores estabeleceram laços afetivos pode causar angústia e sofrimento, afetando a qualidade do trabalho desempenhado e impactando a própria saúde emocional dos profissionais.

Dosar o vínculo é um desafio delicado. O equilíbrio entre construir relações saudáveis e manter uma certa distância profissional é fundamental para garantir que os educadores cumpram efetivamente seu papel de cuidadores e orientadores. Para isso, estratégias de formação profissional podem oferecer orientação sobre como estabelecer relações empáticas e responsabilidade afetiva sem perder de vista o caráter temporário da intervenção institucional.

Ainda com base nos depoimentos fornecidos, é possível identificar os seguintes padrões em relação à disposição de falar sobre o acolhimento em seus meios sociais.

Às vezes eu conto até para uma pessoa mais íntima de mim, aí você sabe quando você olha pra pessoa e a pessoa tá com aquele olhar de pena, nossa tadinha, por isso que eu também não conto para todo mundo, eu não conto para qualquer pessoa, porque a pessoa fica com pena, e aí eu não gosto disso, acho que a pessoa não tem que sentir pena de mim (Lis).

[...] aí morei no acolhimento... é bem normal, sei lá... Bom não sei se é porque eu ando com pessoas que tem a mente mais aberta, que não tem tanto esse negócio de 'ah morou no acolhimento', então é bem tranquilo, nunca passei por nenhuma situação não e também se passar acho que seria indiferente pra mim (Lucas).

Não, ninguém nem sabe, nem converso muito sobre isso, às vezes todo mundo pergunta por que eu moro sozinho né, 18 anos né, é mais quando eu conheço alguém a gente começa a conversar né, as vezes vem aqui em casa e aí pergunta porque que você mora sozinho (Marcos).

[...] eu tenho orgulho de falar que eu morei lá, que eu falo que foi eles que me deu educação que eu tenho hoje, se não era pra eu ser uma usuária de crack igual minha mãe, era pra mim estar nas ruas aí (Maris).

Em resumo, enquanto Lis e Marcos parecem evitar compartilhar que estiveram no acolhimento devido ao recebimento de reações de pena ou ter que explicar sobre sua família de origem, Lucas e Maris têm uma atitude mais aberta e confiante em expor que já passaram em Serviços de Acolhimento.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais reconhecem a necessidade de oferecer suporte aos jovens após o desligamento de outros Serviços de Acolhimento, prevendo a modalidade de Acolhimento na República. Essa modalidade tem como objetivo proporcionar apoio e moradia subsidiada para jovens entre 18 e 21 anos, auxiliando em sua independência e autonomia durante o período de transição para a vida adulta. Destacamos que jovens aqui entrevistados foram desacolhidos antes de tal serviço ser implementado no município. Os depoimentos dos jovens ofereceram ponderações relevantes sobre como eles percebem essa modalidade de acolhimento.

É eu fiquei sabendo recentemente que abriu esse República. É porque tipo assim, principalmente quando a pessoa não tem lugar nenhum para voltar, se ela tiver experiência ela nem vai que viver um pouco da realidade e aí ela vai poder ficar um tempo lá para ver o que que ela vai poder fazer da vida dela depois (Lis).

Eu já sabia que tinha essa questão da república, mas aqui na cidade não tinha... agora que foi criado... não tinha. Foi criado 2 anos depois, foi criado ou esse ano. É... aí eu conheço né gente que tá por conta dessas pessoas que tá lá ter passado pelo acolhimento antes, então eu conheço porque tenho vínculo... Eles cozinham, faz as compras do mês e tal esses negócio [...] igual eu falei tem muita gente que tá ali saindo e não sabe fazer uma comida, vai limpar a casa e parece que não limpou nada, então tipo assim... acha que limpar o quarto é o

suficiente, vive ali no quarto e o resto da casa pode tá uma anarquia... Ah é cansativo, mas tipo é a vida né? (Lucas).

Ah! Eu acho que eu vou já ouvir falar desse negócio, tipo aldeia... (Marcos).

É, eu acho que tava ficando nisso aí eu tava nessa casa aí... Ela 'NOME DE JOVEM ACOLHIDA' falou que ela saiu do acolhimento e ela tá lá (Daniel).

É eu to sabendo que abriu essa república. É um lugar que eu não moraria. Se fosse naquela época que eu tava precisando, sim eu ia... Mas assim igual eu sair direto da minha casinha... mas se fosse igual eu falei na época que eu passei fome eu ia sim... eu não tenho paciência pra pessoa folgada, pessoa porca porque querendo ou não... não com aquele pessoal lá, não daria certo... sabe? É, sabe porque que eu acho que não daria certo? Pode entrar gente de fora? Já não gosto porque tipo assim... igual lá em casa ninguém entra se a gente não deixar, mas é regra nossa, aí como você vai fazer uma regra numa casa com um monte de pessoas que pensa diferente? não tem como (Maris).

Em resumo, os depoimentos dos jovens mostram uma variedade de conhecimento e registro sobre o serviço de Acolhimento na República. Enquanto alguns destacam sua relevância na preparação para a vida independente, outros podem ter ressalvas devido às complexidades da convivência e adaptação nesse tipo de ambiente compartilhado. A variedade de opiniões destacadas nos depoimentos reforça a necessidade de uma abordagem flexível que respeite as diferentes expectativas, histórias de vida e anseios dos jovens em relação a essa modalidade de acolhimento.

Ao final das entrevistas, foi solicitado que registrassem um conselho para aqueles que vão passar pelo desacolhimento após a maioridade, de forma que eles expressem que a vida após o acolhimento é um novo capítulo repleto de memórias, estratégias e obstáculos. Os depoimentos desses jovens ecoam a importância de se fortalecer uma rede protetiva, atenta e sensível para auxiliá-los em sua trajetória rumo ao acesso aos direitos básicos.

Ir atrás certinho vê tudo realmente o que o 'NOME DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO' oferece de ajuda, benefícios que eles fala que você pode ter, ir atrás... num deixar... eu por exemplo eu deixei porque eu achei que ah vou conseguir sozinho, então é isso... mas querendo ou não é complicado, eu não consegui totalmente sozinho... eu tive você, tive minha irmã, então eu ainda tive um apoio, mas tem gente que vai sair que não tem, e é isso tipo... vai atrás de tudo que eles falar que você pode ter... é porque às vezes a gente se sente, aquela questão

do orgulho... ah não vou precisar, que quando cê tá pra sair é isso, cê tá pra sair... cê faz aniversário hoje, ou você sai no dia ou cê sai amanhã (Lucas).

Então né, eles não entenderiam, é porque também assim né quem tá lá a gente não entendi como vai ser depois, só fica pensando agora né, e aí cada um vai aprendendo sozinho né, pelo menos comigo foi assim, problema é que alguns é mais difícil de aprender né (Marcos).

Agarrar as oportunidades [RISOS] (Daniel).

la falar assim: 'oh meninos aproveita a oportunidade que cêis tá tendo aí hoje porque pra fora é difícil, aproveita o máximo que puderem porque... curso... porque lá fora vai ser válido pra vocês... É das coisas boas, até das conversas das educadoras, dos conselhos que eu sei que elas dava... que hoje aqui fora nós não tem isso aqui não, lá nós tinha muito conselho vixi... se pudesse voltar atrás... juro por Deus se pudesse voltar atrás eu ia pegar tudo os conselho que ela me dava, os cursos que eles deu tudo, pra hoje tá aqui fora tá melhor... mas agora não pode voltar atrás, a gente tem que ver daqui pra frente. Mas assim eu teria vontade... sabe qual que é a minha vontade que eu falei pra tia assim uma vez? que eu queria fazer uma palestra pra essas crianças que ficou agora que ta quase saindo, tipo assim pra falar me abrir... falar como que é o mundo lá fora, que não é fácil... dar valor ao que cêis tem aqui dentro que não sei o que, eu tenho vontade de fazer isso sabe porque? pra essas criança ver, porque o mundo aqui fora não é fácil não gente... vamos te curso, vamo batalha, vamo ouvir as educadoras porque elas fala não é por mal não (Maris).

As declarações dadas pelos jovens abrem espaço para uma compreensão mais profunda das emoções complexas, inquietações e desejos que permeiam o processo de transição em direção à independência após a experiência de acolhimento. Cada um deles compartilha uma perspectiva única e genuína para a formação de um quadro mais completo dessa fase crítica em suas trajetórias.

Esses depoimentos ressaltam que a transição para a vida independente não é apenas uma mudança de cenário físico, mas também uma jornada marcada por sentimentos de alegria, expectativas, medos e esperanças.

E por fim, Maris compartilha uma mensagem enriquecedora, transmitindo um desejo de ajudar os jovens que estão prestes a sair do acolhimento. Ela expressa a vontade de compartilhar sua própria experiência para ajudá-los a entender os desafios do mundo aqui fora e incentivar a valorização das oportunidades e conselhos dados no acolhimento, e inspirá-los a buscar uma vida mais segura.

As preocupações consideradas por alguns jovens, como a forma como são percebidas pelos outros ou a dificuldade de se adaptarem, ilustram os desafios

psicológicos e sociais que enfrentam. Por outro lado, os comentários sobre a importância de aproveitar oportunidades e seguir conselhos, bem como a disposição de compartilhar experiências com os jovens que estão prestes a sair do acolhimento, mostram a busca por soluções construtivas.

Por fim, há uma convergência nas perspectivas sobre a necessidade contínua de apoio, orientação e um vínculo ou referência permanente durante esse período de transição. Isso destaca a importância de estabelecer um suporte sólido para que esses jovens possam se desenvolver. O foco na “orientação significativa” destaca a relevância de direcionamentos bem informados, tanto práticos quanto emocionais, que podem ajudá-los a navegar pelos desafios cotidianos, colocando a centralidade e responsabilidade da rede de serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Brasil, meu nego
 Deixa eu te contar
 A história que a história não conta
 O avesso do mesmo lugar
 Na luta é que a gente se encontra”.
 (Samba-enredo da escola de samba Mangueira, 2019)

Em 2019 os autores do samba-enredo “Histórias Para Ninar Gente Grande”, apresentaram o outro lado da história do Brasil, foi na música que eles contaram as histórias das minorias, dos verdadeiros heróis e suas valentias. Com esse mesmo desejo, concluímos essa pesquisa, com foco nas vivências dos jovens egressos dos Serviços de Acolhimento, jovens que ao atingirem a maioridade civil foram desligados destes serviços, que até então aparentavam uma situação de segurança e proteção integral. Porém ao ouvir os jovens e registrar “a história que a história não conta, o avesso do mesmo lugar”, identificamos a fragilidade ou ruptura de vínculos protetivos, seja no campo das relações pessoais, comunitárias e com os serviços/políticas públicas.

A pesquisa possibilitou-nos apreender a história pelo avesso, revelou a intimidade de cada um dos indivíduos, assim como a intimidade da Política de Proteção Social (PPS), narrando suas presenças e ausências, suas fragilidades e potências. A pesquisa de campo, em seu desdobramento, revela uma intrigante dualidade: enquanto o tempo é frequentemente percebido como linear e sequencial, a história dos entrevistados foi tecida por memórias e experiências entrelaçadas entre passado e presente. O foco desta investigação, que foi estruturada em uma ordem cronológica, emerge a constatação de que a história não se prende a uma linha reta, mas a teias entrecruzadas de narrativas e vivências únicas.

Na condição de pesquisadora, ouvir e analisar cada relato é um exercício complexo permeado por nuances que vão além das palavras proferidas. Testemunhar, de fato, tantas violações não somente pelo conteúdo verbalizado, mas também pelo que não é dito, pelos silêncios e intervalos presentes. Através do testemunho, um universo peculiar se desvela diante de quem escuta, moldando de maneira singular a percepção da fala e do corpo.

Cada testemunho foi uma jornada única, uma experiência imersiva que transita no prazer e na dor ser ouvinte, diante de muitos relatos desejar ser a “profissional

esperançosa” e adotar uma postura de engajamento e otimismo diante dos relatos e das histórias compartilhadas, parecia em alguns momentos um ato ingênuo. Isso implica compreender que, em um mundo marcado por estruturas violentas, produzir conhecimento é um ato de resistência, uma intervenção nas ciências tradicionais que delineiam as narrativas dominantes.

A dinâmica das narrativas revela tanto o que muda quanto o que persiste, apontando para uma análise profunda da repetição e da transformação dos ciclos de violência. Como pesquisadores, somos desafiados a transcender a superfície dos relatos, a escutar atentamente as falas, ainda que não ditas, a observar as vozes que ecoam. Esse exercício nos conduz a uma compreensão mais rica da complexidade humana, abrindo portas para a construção de uma nova narrativa, inclusiva e verdadeiramente transformadora.

Os entrevistados, embora direcionados, escolheram compartilhar os momentos que consideravam mais marcantes em suas histórias. Esse mosaico de relatos demandou, na análise, um trânsito constante entre idas e vindas nas narrativas, a fim de localizar fragmentos que respondessem às perguntas do roteiro da entrevista e permitissem as análises delineadas. Assim, a pesquisa de campo não apenas nos permite desvendar as histórias individuais, mas também nos impele a uma reflexão mais ampla sobre a natureza do tempo e da história.

Como apresentado no último capítulo, vamos iniciar a discussão em torno da centralidade que foi dada aos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) nas memórias dos jovens egressos; por vezes o SAICA foi apontado com única referência de orientação, presença e local de retorno e acompanhamento, e tal percepção diz respeito à polivalência deste serviço e à busca por uma proteção integral. Os SAICA são concebidos para abranger diversas dimensões fundamentais na vida das crianças e adolescentes, como família, escola, moradia, alimentação, cuidados de higiene, convivência, lazer, saúde, arte e cultura. No entanto, essa polivalência tem levantado questionamentos sobre a real efetividade desse modelo e sobre a aplicação do princípio da incompletude institucional.

É notório que o SAICA deve ser um espaço que atenda às múltiplas necessidades dos acolhidos, muitas vezes em situações de vulnerabilidade extrema. A ideia por trás desse modelo é que ele possa oferecer um ambiente seguro, onde cada criança e adolescente possa encontrar um conjunto de cuidados e suportes que os auxiliem a crescer e se desenvolver integralmente. No entanto, a busca por uma

proteção integral não deve ser confundida com a ideia de que o SAICA pode ou deve substituir os papéis e responsabilidades de outras instituições e esferas da sociedade. A família, a escola, o sistema de saúde e outros elementos do contexto social têm suas obrigações na formação e no desenvolvimento das crianças, adolescentes e juventudes. O SAICA não pode ser visto como um ator isolado, mas sim como parte de um sistema maior de proteção.

O princípio da incompletude institucional também merece destaque nesse contexto. Esse princípio reconhece que nenhuma instituição pode ser totalmente autossuficiente na promoção do desenvolvimento humano. Assim, o SAICA não deve se encarregar sozinho de suprir todas as necessidades das crianças e adolescentes acolhidos. É preciso que haja uma articulação efetiva entre diferentes esferas da sociedade, como assistência social, educação, saúde e cultura, para que a proteção integral seja alcançada.

Além disso, é fundamental reconhecer que a proteção integral não pode ser alcançada apenas via Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Embora o SUAS desempenhe um papel crucial na oferta de serviços e benefícios para populações em vulnerabilidade, a proteção integral envolve uma abordagem mais ampla e interdisciplinar. A colaboração entre diversos setores da sociedade, incluindo governo, organizações não governamentais, escolas, comunidades e famílias, é essencial para criar um ambiente de proteção que seja verdadeiramente integral.

Em síntese, a polivalência equivocada do SAICA e a busca pela proteção integral devem ser analisadas com um olhar crítico e reflexivo. É fundamental reconhecer que o SAICA não pode substituir as demais instituições sociais e que a proteção integral depende da colaboração de diversos atores sociais. O princípio da incompletude institucional nos lembra que a construção de uma sociedade protetora requer ações coordenadas e complementares de diferentes esferas da sociedade, em prol do bem-estar e desenvolvimento pleno das crianças, adolescentes e das juventudes aqui em foco.

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) emerge como uma teia de ações, atores e políticas voltadas para assegurar e promover os direitos humanos e a dignidade de todos os cidadãos. Compreender a estrutura do SGD, seus autores e sua inserção no contexto geral e universal dos direitos é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e capaz de romper com a revitimização dos jovens aqui nomeados por: Lis, Lucas, Marco, Daniel e Maris. Nesse panorama, ganha

destaque a competência de articulação com a rede, um “saber-fazer” que exige profissionais capazes de dominar conceitos e, simultaneamente, vivenciar a práxis em sua essência.

O SGD, como sistema complexo, reúne diversas instituições, organizações e agentes que trabalham de maneira coordenada para a efetivação dos direitos fundamentais. Do âmbito local ao global, entidades governamentais, não governamentais e sociedade civil atuam conjuntamente, transformando teorias em ações concretas. Essa rede demanda uma competência singular de articulação por parte dos profissionais envolvidos. Eles não apenas devem compreender a importância dessa interação, mas também serem hábeis em estabelecer pontes, trocas e parcerias que fortaleçam o sistema como um todo.

O “saber-fazer” no contexto do SGD vai além da teoria e requer a vivência da prática. Profissionais que atuam nessa área não podem se restringir a conceitos abstratos; eles devem se engajar ativamente nas experiências reais das pessoas que buscam garantia de direitos. É necessário entender as nuances das demandas e estar disposto a agir de maneira efetiva para promover mudanças positivas. É a combinação de conhecimento teórico com ação prática que verdadeiramente impacta na vida das pessoas.

A incorporação das legislações no processo de trabalho: As leis e regulamentos não devem ser meramente enunciados distantes; eles devem ser internalizados no cotidiano das práticas profissionais. Isso implica um compromisso em compreender as leis de maneira profunda, interpretá-las de acordo com as situações reais e aplicá-las de maneira eficaz para proteger os direitos dos indivíduos.

A competência ética e técnica se entrelaça nesse cenário. Os profissionais devem não apenas possuir um domínio técnico dos conceitos e processos do SGD, mas também manter um compromisso sólido com a ética e os valores fundamentais da justiça, igualdade e respeito. É por meio dessa combinação que eles podem se tornar agentes de transformação, atuando de maneira coerente com os princípios que regem o sistema e promovendo resultados efetivos.

É notável que os participantes das entrevistas mencionaram escassamente outros serviços presentes na rede de proteção, deixando de nomear entidades como CREAS e CRAS, e suas recordações a respeito de serviços externos ao SAICA eram vagas ou ausentes. Quando abordados sobre suas relações com as políticas de saúde e da educação, emergiram registros de experiências distantes ou marcadas por

situações de violência. Nesse contexto, torna-se questionável a competência de articulação com a rede, o “saber-fazer” que une teoria e prática, a incorporação das legislações no processo de trabalho e a valorização do compromisso ético e técnico são fundamentais para a atuação dos profissionais nesse campo. Somente através dessa competência integrada é possível construir uma sociedade onde os direitos sejam verdadeiramente assegurados e respeitados para todos.

Quando falamos dos “primeiros erros”, no âmbito da assistência social, a narrativa da responsabilização individual muitas vezes obscurece a compreensão mais profunda dos desafios enfrentados na proteção dos sujeitos vulneráveis. Embora tenha sido frequentemente moldada como a “mãe que perdeu a guarda”, essa responsabilização individual não é suficiente para capturar a complexidade do sistema e as múltiplas variáveis que afetam a efetivação da proteção. Em vez disso, é necessário olhar para além da superfície e explorar as dimensões estruturais e contextuais que contribuem para esse cenário.

A título de conclusão, precisamos destacar algumas reflexões sobre o direito à família e como não se pode deixá-la “apagar” ou “deixar para trás”. Os participantes trazem sempre a figura da mãe, observe que não falamos que uma família teve uma de suas crianças acolhidas, a lembrança dos jovens, assim como a memória social aponta mulheres, mães, usuárias de álcool e outras drogas que perderam a guarda de seus filhos. Apenas um dos jovens menciona a figura paterna, os demais naturalizam essa ausência e elegem a mãe como “motivo” do acolhimento.

Elenca-se para a mãe a função social do cuidado com os filhos e, em alguns casos, o uso de drogas pode contribuir para a ‘subversão da regra socialmente aceita do instinto materno’ (OLIVIO; GRACZYK, 2011, p. 5). Desta forma, ‘o uso de drogas, com maior ênfase no crack, também corrobora com uma visão de culpabilização materna sobre o risco que representa a dependência química ao feto e ao recém-nascido’ (OLIVIO; GRACZYK, 2011, p. 8). Além disso, para a mãe usuária de drogas, tem-se a punição por tal fato, recaindo na questão da destituição da guarda ou poder familiar (FERNANDES; SERRA, 2018, p. 132).

A questão concentra-se em tratar sobre as políticas de drogas, questões de gênero e a responsabilização individual por problemas sociais mais amplos, destacando a complexidade das abordagens adotadas pelo Estado e pela justiça em relação ao uso de substâncias e seus impactos na sociedade.

A intervenção do Estado diante do proibicionismo a certas drogas produziu dispositivos criminalizadores e punitivos sobre certos sujeitos e condutas relacionadas às drogas e entre os diversos discursos está o de proteção e segurança alegando-se que tais substâncias são nocivas a vida, desta maneira para preservar a vida e evitar a autodestruição iniciou-se uma guerra contra os vendedores e consumidores de drogas (LIMA; TAVARES, 2012). Neste contexto se insere a intervenção da justiça nos enfrentamentos desta questão lidando com os usuários de drogas de forma criminalizadora, inclusive em relação ao tratamento de saúde (FERNANDES; SERRA, 2018, p. 134).

Logo, não falamos aqui excepcionalmente do acolhimento de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, mas sim, falamos de famílias, de mulheres em situação de violência, uma equação social onde a soma de famílias desprotegida é igual a família que não protege.

A prática do acolhimento institucional, destinada a crianças e adolescentes afastados de suas famílias de origem, enfrenta desafios e contradições inerentes à sua concepção, onde diante da necessidade de garantir um ambiente seguro e protetor têm ao mesmo tempo violado o direito de permanecer e crescer junto ao seu seio familiar. Neste sentido, a pesquisa demonstra que a família continua sendo o fio condutor da vida, nas diferentes dimensões da infância e adolescência, permeadas pelo desenvolvimento, afetividade e construção de identidade, que demandam abordagens cuidadosas e sensíveis, o que destaca a relevância de estudos aprofundados nesse campo.

A compreensão das implicações emocionais, cognitivas e sociais nas trajetórias desses jovens egressos do acolhimento institucional é fundamental para subsidiar políticas públicas mais específicas à realidade vivenciada. Os relatos de separação dos irmãos, as mediações sobre decisão judicial de “busca e apreensão”⁶ da criança e/ou adolescente realizada por autoridades competentes.

O cenário de violência, infelizmente, é uma realidade enfrentada por muitos. Profissionais da área de assistência social, ao lidarem com casos de violência, são confrontados com dilemas e desafios emocionais e técnicos. Essa demanda se torna um reflexo das complexidades sociais, sendo que o trabalho diário com essas

⁶ O termo “busca e apreensão” é identificado nas decisões de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Existe texto que defendem que quando se trata de pessoas crianças e adolescentes, da concretização de seus direitos à convivência familiar, de serem cuidados e protegidos, a medida a ser tomada pelas autoridades responsáveis nunca poderá ser remoção ou busca e apreensão, mas, sempre, acolhimento e proteção. É importante destacar que o uso de tais termos reforça o caráter criminalizador e não protetivo das medidas de acolhimento institucional.

questões muitas vezes afeta a saúde mental desses profissionais.

A formação desses profissionais no SUAS, alicerçada na compreensão dos direitos humanos e na ética do cuidado, torna-se essencial para uma intervenção eficaz em situações de violência. No entanto, é vital considerar as limitações enfrentadas e a complexidade dos desafios sociais. A busca pela efetivação dos direitos deve se estender a instituições, sociedade e governos, reforçando a responsabilidade coletiva de transformação.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia (org). **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. 2. ed. Ação Educativa, 2005. p. 19-39. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf> Acesso em: 11 out. 2023.

ARPINI, Dorian. Monica. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 23, n. 1, p. 70-75, mar. 2003. DOI: 10.1590/S1414-98932003000100010

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATTINI, Odária. Atitude investigativa e formação profissional: a falsa dicotomia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 45, p. 142-146, ago. 1994.

BERNARDI, Dayse Cesar Franco *et al.* **Caderno cuidado e proteção: estratégias de reordenamento da rede de acolhimento de crianças e adolescentes**. São Paulo: NECA, 2018. Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Publicacao-O-Projeto-Cuidado-e-Protecao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

BERNARDI, Dayse Cesar Franco. **Concepções de infância em relatórios psicológicos judiciais**. 2005. 169 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17061>. Acesso em: 15 out. 2023.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 41-52, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução conjunta nº 1, de 13 de dezembro de 2006**. Brasília, DF: DOU, 2006. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2006/Resolucao%20Conjunta%20CNAS%202013%20CONAMA%20no%2001-%20de%2013%20de%20dezembro%20de%202006.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009**. Aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: 2009b. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-conjunta-no-1-de-18-de-junho-de-2009/>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Unidades de acolhimento e famílias acolhedoras: sumário executivo**. Brasília, DF: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/dnpi-sumario-eixo-4.pdf>. Acesso

em: 5 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: DOU, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923**. Approva o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes. Rio de Janeiro: DOU, 1923. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16272-20-dezembro-1923-517646-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: DOU, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm#:~:text=O%20benef%C3%ADcio%20de%20prest%C3%A7%C3%A3o%20continuada,la%20provida%20por%20sua%20fam%C3%ADlia. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/Lei/L12852.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília, DF: DOU, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.242, de 5 de janeiro de 1921**. Fixa a Despesa Geral dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1921. Rio de Janeiro: DOU, 1921. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-4242-5-janeiro-1921-568762-norma-pl.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.** Institui o Código de Menores. Brasília, DF: DOU, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: 14 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004; Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Brasília/DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais.** Brasília, DF: MDS, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de ação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências sociais e violências casos em áreas urbanas, Brasil 2000. In: ABRAMOVAY, Miriam (org.). **Escola e violência.** Brasília, DF: UNESCO, 2002. p.17-66. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000070.pdf> Acesso em: 10 jun. 2023.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Livia. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **JOVENes, Revista de Estudos sobre Juventud**, México, ano 9, 22, jan/jun, 338-355, 2005. Disponível em: <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte. **Meninos institucionalizados:** a construção de um caminho. São Paulo: Arte & Ciência, 2000.

CRAIDY, Carmem Maria; SZUCHMAN, Karine (org.). **Socioeducação:** fundamentos e práticas. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/201389/001104786.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 ago. 2023.

DAHRENDORF, Ralf. **O conflito social moderno:** um ensaio sobre a política da liberdade. Trad. de Renato Aguiar e Marco A. E. da Rocha. São Paulo: EDUSP, 1992.

DE GIORGI, Alessandro. **A miséria governada através do sistema penal**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2006.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. **A construção da esfera pública no âmbito da política de Assistência Social**. 1997. 336 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17862>. Acesso em: 15 set. 2023.

DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>

FERNANDES, Laís Vargas; SERRA, Artemis Soares Viot. “Perdi a guarda do meu filho!” A interferência dessa questão no tratamento de saúde das mulheres na UNIPRAD. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 127-154, 2018. DOI: 10.20396/sss.v17i1.8655205.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Monica Araujo. **Filhos de ninguém? Um estudo das representações sociais sobre família de adolescentes em situação de rua**. 2003. 124 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Criança e do Adolescente) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, abr. 2005. DOI: 10.1590/S1413-81232005000200013

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IPEA. **Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC**. Brasília, DF, [2003]. Disponível em: <https://www.soma.org.br/arquivos/LevantamentoIPEAsobreAbrigos.pdf>. Acesso em: 30 maio 2022.

LONDOÑO, Fernando Torres. **A origem do conceito menor.** In: PRIORI, Mary Del (Org.). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1996. p. 130-145.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História social da infância no Brasil.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 52-79.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950.** História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2016.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** São Paulo, Hucitec, 1998.

MARTINEZ, Ana Laura Moraes; SILVA, Ana Paula Soares. O momento da saída do abrigo por causa da maioridade: a voz dos adolescentes. **Psicologia em Revista,** Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 113-132, dez. 2008.

MARX, Karl. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

NETTO, José. Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Filosofia da Educação:** reflexões e debates. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PARANÁ. **Política de Assistência Social:** glossário. Curitiba: MPRP, 2023. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/documento/2023-05/glossario_assistencia_social_1.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social:** temas & questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene (coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes:** experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro: PUC/RIO, 2006.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (org.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SCHERER, Giovane Antonio. **Juventudes, (In)Segurança e Políticas Públicas: a proteção social no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2017.

SCHERER, Giovane Antonio. **Territórios Violentados e Vidas Descartáveis. Emancipação**, Ponta Grossa, v. 18, n. 2, p. 251-265, 2018. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10904>. Acesso em 10 dez. 2022.

SCHERER, Giovane Antônio; ECHER, Mariane de Castro. Juvenicídio e direitos humanos: expressão trágica de uma trajetória de violação de direitos para as juventudes. *In*: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (org.). **Debates sobre Juventudes**. Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2023. p. 111-137. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/wp-content/uploads/sites/207/2023/01/NEDEL-Debates-sobre-juventudes.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SPECK, Sheila. **De um nascimento a outro: o processo de filiação numa adoção de crianças maiores**. 2013. 116 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/851/1/sheila_speck.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

SPOSATI, Aldaíza. Os 20 Anos de LOAS: a ruptura com o modelo assistencialista. *In*: COLIN, Denise Ratmann Arruda; CRUS, José Ferreira da; TAPAJÓS, Luziele Maria de Souza; ALBUQUERQUE, Simone Aparecida (org.). **20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013. p. 20-40. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/105.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

TORRES, Abigail Silvestre. **Segurança de convívio e de convivência: direito de proteção na Assistência Social**. 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17662/1/Abigail%20Silvestre%20Torres.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da. Das origens à atualidade da profissão da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. *In*: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (orgs.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 165-188.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. *In*: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. (org.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENTO, Rilma. **Integração familiar de crianças e adolescentes: possibilidades e desafios**. São Paulo: Veras, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília, DF: DOU, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019**. Altera as Leis nos 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Brasília, DF: DOU, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

DEL PRIORE, Mary. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

DINIZ, Tânia Maria Ramos Godoi (Coord.). **O estigma ao uso de drogas**. Organização e edição Comissão de Ética e Direitos Humanos e CFESS. Brasília, DF: CFESS, 2016. (Série Assistente Social no Combate ao Preconceito, cad. 2).

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Questão social e perda do poder familiar**. São Paulo: Veras, 2007.

FÁVERO, Eunice Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras. (org.). **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam**. São Paulo: Paulus, 2008.

FERNANDES, Idília; PRATES, Jane Cruz. (org.). **Diversidade e estética em Marx e Engels**. Campinas, SP: Papel Social, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Marcos Cezar. (org.). **História social da infância no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GAMA, Andréa de Sousa. **Trabalho, família e gênero impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2014.

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz Gutierrez; MOSER, Liliane. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. *In*: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. (org.). **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 125-146.

JANCZURA, Rosane. **Abrigos e políticas públicas: as contradições na efetivação dos direitos da criança e do adolescente**. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/402>. Acesso em: 30 maio 2023.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006.

MARX, Karl. **O capital: o processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. L. 1. v. 1-2.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, jan./jun. 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. (org.). **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo:

Cortez, 2015.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. esp. 2, p. 28-37, 2014.

MOREIRA, Solange. **As implicações das alterações na política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas para o exercício profissional de assistentes sociais no Brasil.** Brasília, DF: CFESS, [2019]. (Nota-técnica Lei 13840).

OLIVEIRA, Ana Paula Granzotto. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. **Psicol. cienc. prof.**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 623-635, dez. 2007.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; MACEDO, Silvia Sabrina de Castro. **Epistemologia e Educação:** diferentes contextos e abordagens. Belém: CCSE-UEPA, 2014.

OLIVEIRA, Luciana Fermino de. **Reflexões sobre a Política de Abrigo e as Práticas de Acolhimento Institucional para Adolescentes no Município do Rio de Janeiro.** (Dissertação de mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1265/1/tese.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Silva. **No melhor interesse da criança?** A ênfase na adoção como garantia do direito à convivência familiar e comunitária. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Vanessa de. **Famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e o rompimento do convívio familiar:** algumas reflexões. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

OLIVEIRA, Vanessa de. **Plano individual de atendimento e audiências concentradas:** possibilidades e limites na reintegração familiar de crianças e adolescentes. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

PEIXOTO, Jéssica de Moura. **Casa-Lar:** desafios e possibilidades no trabalho do

educador/cuidador residente com crianças e adolescentes. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. *In*: DEL PRIORE, Mary. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. (org.). **Política social, família e juventudes**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Luciana D. Belo. **A excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento institucional nas medidas de proteção à criança**. Curitiba, 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-excepcionalidade-e-provisoriade-do-acolhimento-institucional-nas-medidas-de-protecao-a-crianca/213902440>. Acesso em: 28 jul. 2018.

SARTORI, Elisiane. **Família e proteção social: todos sob o mesmo teto**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SCHERER, Giovane Antonio. **O Caleidoscópio da (in)segurança: os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes**. 2015. 258 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, PUCRS, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6236>. Acesso em: 02 abril. 2020.

SCHERER, Giovane Antonio. **Serviço social e arte: juventudes e direitos humanos em cena**. São Paulo: Cortez, 2013.

SGARBIEIRO, Márcia; BOURGUIGNON, Jussara Ayres. Apontamentos acerca dos métodos de pesquisa nas ciências sociais. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 9-19, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/769/2348>. Acesso em: maio 2023.

TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Trabalho com família no âmbito das políticas públicas**. Campinas, SP: Papel Social, 2018.

TEIXEIRA, Solange Maria. Política social contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. *In*: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. (org.). **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 211-240.

TORRES, Abigail Silvestre. **Convívio, convivência e proteção social: entre relações, reconhecimentos e política pública**. São Paulo: Veras, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com os jovens

Apresentação - Perfil e Recorte pesquisado

1. Sobre a identidade de gênero. Você identifica como:
() Feminino () Masculino () Não binário () Outros _____
2. Quantos anos você completa neste ano (2021)? _____
3. Ano de entrada e saída do acolhimento? _____
4. Estado Civil? _____
5. Você tem filhos (as)? Quantos? _____
6. Com quem vive atualmente? _____
7. Escolaridade? _____
8. Possui todos os documentos pessoais?
() RG () CPF () Certidão de Nascimento () Carteira de Trabalho
() Título de Eleitos () Outros _____

Entrada e Permanência no Acolhimento

9. Qual sua opinião sobre o acolhimento institucional?
10. Fale sobre sua chegada e saída do acolhimento e os motivos?
11. Durante a permanência no acolhimento, você teve contatos com seus familiares?
12. Fale sobre sua vivência no acolhimento institucional.
13. Como eram as suas relações com grupos ou pessoas externas ao acolhimento?
14. Como foi saber sobre a previsão ou a data de desacolhimento? Teve alguma organização? Como?
15. Conte como foi seu último dia no acolhimento e os primeiros dias fora da instituição. Como se sente hoje?

Minha Juventudes - Vida Adulta

16. Residência atual. Com quem?
17. Trabalho atual, Renda e/ou Apoio/Auxílio financeiro.
18. Como está sua saúde? Qual foi a última vez que você foi ao médico/serviço da saúde?
19. Como é a sua relação com a escola?
20. Fale sobre sua vida atual.
21. Você tem contato com alguém do período do acolhimento? Como tem sido?
22. Percebe algum tipo de preconceito por ter vivido no SAICA?
23. Você conhece o serviço de acolhimento na modalidade República?
24. Deixa um recado ou mensagem para quem está saindo agora do acolhimento.

APÊNDICE B - Tabela transcrição das respostas conforme roteiro de entrevista

Entrada no Acolhimento Institucional	
Qual sua opinião sobre o acolhimento institucional, quais suas primeiras lembranças quando falamos deste assunto?	1) Ah eu acho que eu vou lembrar muita coisa, primeiro que eu lembro, eu acho que foi desespero, meus irmãos, preocupação, não saber o que tava acontecendo direito, ocorrendo vários fatos ao mesmo tempo, mas no fundo eu sabia que era por causa do motivo da minha mãe e tal, eu sabia que seria melhor para a gente, mas assim quando eu lembro lá no começo, quando eu entrei lá foi realmente o desespero, preocupação, essas coisas, depois com o tempo foi melhorando, eu vi que isso foi o melhor que aconteceu. 2) Ah não sei... ai tia, não... é muito estranho falar. Não sei... O que eu mais lembro "...: Ah, deu entrando... É a chegada que aí foi quando eu separei dos meus irmãos, foi eu e só minha irmã pra lá... Separou dos seus irmãos? É, ãn... dos meus dois irmãos menores. 3)Uai a primeira vez demorou muito até minha mãe a gente tava morando, teve várias vezes que a gente quase foi para o acolhimento, teve até uma vez chegou o Conselho Tutelar lá, para levar a gente e o "NOME DO IRMÃO" começou a chorar, minha mãe começou a falar um monte de coisa, eles não querem, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê, acabou que eles desistiram eles foram embora, e o "NOME DO IRMÃO" não queria, mas... eu queria, porque a gente tava ficando na rua e minha mãe ela falava que não queria deixar a gente ir mas ela não fazia nada também né, e aí eu mesmo falava com o "NOME DO IRMÃO", vamos, porque eu já conhecia gente de lá, já já conhecia gente da escola né, você sabe cidade pequeno né então, todo mundo estudava na mesma escola, mas aí chegou um dia que a gente foi mas aí foi isso.... É lá em Cássia era bem melhor do que aqui pelo menos, de quando eu tava lá, agora não sei mais como é. Ah é porque lá a, sei lá eu via que era uma família mesmo, sabe, os funcionários assim, tinha uma funcionária que lava as roupas, outra limpava o outro que arrumava aí eu ajudava ela sabe ficava lá ajudando e na cozinha, ficava na cozinha ajudando conversando um monte de coisa, era muito bom, agora já aqui, as educadoras daqui eu nunca tive uma relação muito boa, mas igual eu tinha antes né não dá para conversar sobre tudo não sei, acho que é porque que eu era mais velho né e aí eu acho que ela não gosta muito de conversar comigo parece. Aqui também outra coisa que era ruim porque troca muito né cada mês de uma educadora diferente né. Eu lembro a educadora mais velha é uma das mais legais que tinha lá, até hoje

	que eu conheci, e eu lembro um dia que eu fui trabalhar aí era uma, aí eu voltei depois não tinha mais ela foi para outra casa aí estava “NOME DA EDUCADORA”, a NOME DA EDUCADORA estava no modo defensivo não sei o que que ela tava pensando eu cheguei do serviço era umas 10 horas mas 11 horas da noite. ela já abriu a porta sim com uma cara de brava aí eu falei oi e ela já começou a falar umas coisas já começou a falar sobre regras, mas foi isso... Depois a gente fez amizade. 4) Bom a primeira coisa... bom era um lugar, que era bom né.. é.. as pessoas lá cuidavam muito bem, certinha, não tinha esse negócio... na escola.. eles me davam a maior atenção, aí eles mandavam entregar currículo eu entregava também era um lugar bom. Dum abrigo, para uma casa e outra... é.. era bem diferente, igual lá no outro abrigo não tinha.. quando era mais novo já não podia sair... É, Acompanhado das tias e dos tios.. dos orientadores lá.. agora já no outro não podia sair lá.. Nesse agora tinha mais liberdade ali. 5) Foi assustante, foi terrível não gostei.
O que motivou o acolhimento?	1) Foi um conflito Da sua mãe e da sua irmã? Sim, ela chamou a polícia e acionou o Conselho Tutelar. E o conselho retirou por conta da briga? Tem mais alguma coisa? Tem, tem mais coisa.... Eu acho que sim, minha avó sempre falou que ia acontecer, sempre falou que ia assinar porque, ela não conforma com a situação, ela mesmo falou depois de muitos anos né, Graças a Deus que nós chamou a polícia e acionou o Conselho Tutelar, foi a melhor coisa que eu e sua irmã fez, porque foi ela e minha irmã que fez tudo, mas assim uma hora ou outra, sempre ia acontecer isso, disso eu já sabia, porque ela vivia falando. 2) Primeiro nós... bom teve a briga lá em casa, foi esse o motivo que nós fomos pra lá, por causa de uma briga, teve lá em casa. Envolvendo a minha mãe, o meu avô, e meu tio... Ai chamaram a polícia e a gente foi pra delegacia, aí de lá chamaram a Assistente Social que levou a gente pra casa do meu avô por parte de pai, nós ficou uma semana na casa do meu avô.. eu e meu outros três irmãos, e... perguntaram se meu vô queria ficar com nós, mas aí ele disse que não tinha condições. Eu tava com 11, a LIS tava com 13, o MENINO e a MENINA eu não lembro, não lembro... eu acho que eles tava com...: Mas eles eram.. era criança, o Revi deve que tava com 5, a Isabela com 7, acho... mais ou menos isso. Ai.. não, era isso tudo não, enfim... acho que era isso. Ai nós foi pra casa do meu vô, e ele não tinha condições de ficar com nós 5, aí a gente foi pro.. pa... e.. pera, pro “ NOME DO ABRIGO”, a gente foi pro “NOME DO ABRIGO”. [...] a gente não ia ficar mais lá no meu vô, ai a gente só foi lá buscar nossas coisas, ai

ela que levou a gente também, só que aí nós não foi de viatura, nós foi com ela... Aí nós ficou uma semana e foi pra lá, pro “NOME DO ABRIGO”. A minha mãe tinha ficado uma semana fora de casa, aí ela tinha levado um celular do meu tio e vendeu esse celular, é aí... o meu tio ficou bravo, o meu vô também e os dois foi pra cima dela, aí bateu nela [...] ai tiveram que chamar a polícia... por causa disso, foi isso... Aí nós foi pro “NOME DO ABRIGO” no caminho eles separaram os nossos irmãos, que os nossos irmãos ficou com a tia deles em “CIDADE DE ORIGEM DA TIA”, que era irmã do pai deles e aí a minha irmã foi pra lá, aí eles ficaram 1 ano lá, aí eles voltaram pra ficar com a gente. Lá eles tava sendo maltratados, eles ficavam... Ân... ela tava, tipo colocando eles pra dormir dentro do banheiro, tipo.. tava maltratando muito eles, que ela já tinha uma filha e essa filha não sei, ela tinha alguns problemas.. ela tinha que tomar um cuidado maior, então tipo assim ela tava desfazendo deles. Aí eles voltou por conta disso.

3) Primeiro acolhimento 2015 - a gente não ficou muito tempo, eu acho que eu tinha 14 anos quando eu fui para o Primeiro acolhimento com 14 anos, catorze ou quinze e o meu irmão 4 anos mais novo que eu, ele ficou mais tempo ainda. É, a gente tava lá nesse acolhimento, lá em Cássia, era diferente sabe era um acolhimento bem grandão, todo mundo junto, aí chegou um um pessoal lá que conhecia nossa mãe e aí eles falaram sobre a gente vir para cá, para morar com eles. Só que eles tinham vários problemas lá. E a gente não sabia disso antes, aí a gente gosta da ideia né de vir morar com eles (..) ela a família conhece a minha mãe, é de Cássia, aí um dia ela ficou sabendo que a gente estava lá morando lá no acolhimento e foi lá, para visitar a gente. E aí ela perguntou lá como que fazia para gente ir morar com ela. No caso ela ia adotar a gente, e aí a gente gostou da ideia, eu e meu irmão. Aí aí demorou lá né para fazer um monte de coisa, mas acabou que a gente veio morar com eles. Mas não deu certo. Porque eles já tinham 4 filhos, duas filhas grandes, elas tinham uns 17, 18 anos e elas eram doidas, mas aí nós brigávamos muito a gente não dava certo. A briga era por causa dos 2 filhos eram gays e mais duas filhas e para piorar ela é evangélica [...] Só a mãe, só a mãe evangélica, pai não, aí aconteceu várias questões, nossa, a gente ficou morando com eles um ano, não eu vim maio, em maio de 2015 em maio de 2015 foi que eu vim para Franca morar com eles. Eu conversava com a coordenadora lá de Cássia pelo WhatsApp, ela perguntava como é que tava, eu falava que tava tudo bem, até quando não, não estava bem mais, né. aí eu falei para ela, que não estava dando certo e que a gente queria

voltar, só que não dava para gente voltar, segundo ela né, acho que fazia um ano que a gente tava na casa dessa família e aí por causa da cidade não poderia voltar a, foi o que eles falaram né mas eu não acreditei não. SEGUNDO ACOLHIMENTO É, e aí que a gente não se sente acolhido na casa, ficou um clima meio estranho nossa, mas foi muito horrível isso[...] É teve um dia que ela falou assim: “não era para falar não, mais vocês estão pegando muito arroz” ou seja a gente já entendeu que eles já estavam falando sobre isso antes né, porque não era para falar né. Então eles já estavam falando isso longe de nós, mas foram vários detalhes que foram acontecendo.... depois quando eu fui para o “ACOLHIMENTO CASA LAR”, eu fiquei um tempão com isso na cabeça, eu lembrava deles direto, no serviço eu via alguém parecido com a eles, já pensava que era ela, eu fiquei com trauma [...] É, uma pessoa que parecia com ela, eu já ficava nervoso e sem falar que eles vão lá de vez em quando no mercado, mas ninguém nem ela, nem fala, eles moram aqui perto também.

4)É por causa.. porque o “NOME DO IRMÃO MAIS NOVO” tinha sido internado por causa do pé né, aí teve que ficar em casa com a família. Aí não tinha levado ele porque a minha mãe tinha ido com ele no.. No hospital junto, aí como nós tava sozinho o conselho veio e pegou nós pra ir... O meu mais irmão mais velho, que mora com a minha vó, ele morava com a minha avó desde criança, desde os 5 anos. Ai foi o primeiro abrigo que teve né... É o “NOME DO ACOLHIMENTO – MODELO ALDEIA” ... Aquele ali perto dos “NOME DO BAIRRO”... Não existe mais... [Ocorreu interferência de conversas paralelas] Eu lembro pouco, mas eu lembro. No outro acolhimento? É foi.. aí depois passou um tempo e eu já tava mais na adolescência já... [Participação da família] Aí já tava.. vou ser bem sincero, eles já tava tudo desandado.[RISOS] Aí nois foi e começou a morar com meu pai de novo.[Participação do pai] Eles morou comigo.. o que comigo.. na faixa de 9 anos? Eu acho... No dia que busco, Não tava comigo eles tava na escola, tava tudo.. nessa faixa etária dos 9 acho que eles morou comigo o que? uns 7 anos... Tinha, eles tava sempre junto com eles.. eles só morava na minha casa, mas todo final de semana eles tava junto. É, na hora mesmo não foi.. eu tava lá em casa e meu pai tinha ido trabalhar, aí a minha mãe tinha ido numa amiga dela, que a amiga dela tinha chamado ela.. aí chegou uma mulher do Conselho Tutelar lá e aí já chegou umas véia tudo do polícia, que antes de acontecer isso daí, eles já tava indo lá em casa só que não tava encontrado ninguém.. aí chegou essas viatura do polícia e levou eu, [Participação da Família] Aí foi por causa da

escola mesmo, de que os meninos não tava frequentando a escola, e acho que a escola mesmo que chamou o conselho pro cêis né? E o que vocês lembram da equipe? Tinha a equipe do judiciário, tinha o CREAS, tinha casa lar? [Participação do pai] Não tinha nada, eu vou te falar a real depois que eles foi morar comigo, eles foi.. da prefeitura, eles foi 1 ou 2 vezes lá em casa.. no máximo se foi, se foi foi 1 ou 2 vez, aí falaram também que iam ajudar e não ajudaram também nunca foi atrás, nunca teve isso, nunca teve ajuda da prefeitura, não teve nada. Não, não teve.. aí assim, que nem hoje eu tô separado da minha ex mulher, cê pode chegar nela lá pode perguntar. Eles, os menino ficou até os 14 anos, ficou até os 14.. aí achou que era ruim né? Aí já muda né, aí já muda a conversa. [Participação da família] Menino de 14 anos, quer dizer cê vai conversar.. cê fala uma ou duas, cê não é pai e eu não vou por a mão pq o pai deles não sou eu, aí eles quis ficar com o pai aí foi... [Participação da família – falas todas juntas e atravessadas] Eles já tava morando com [i] vixi, isso aí já foi... [i] Esse aí cê já tinha até ido embora [i] não, aí então depois ainda tinha sido acolhido de novo...Não, não [i] Não, eles não foi acolhido.. eles foram pra clínica de dependência química, todos nós.. tanto ele, quanto o outro. É, eles ficou comigo.. ele ficou na casa, ele ficou comigo.. aí quando tava comigo que eles levou ele pro coisa.

5) Era muita violência lá em casa, era tiroteio, briga de machadado.. era terrível, foi bom ter ido pra lá.. mas quando eu era criança eu só queria a minha mãe... Só queria a minha mãe, eu sempre fiquei com a minha mãe.. ela nunca abandonou nós quando nós era pequeno, aí depois que nós foi descobrir que ela era.. que ela tava no mundo das drogas, mas nós não podia com ela, que era por causa disso que tirou, aí depois que eles foi conversando, abrindo a nossa mente.. mas demorou, eu gostaria que falasse do início.. não sua mãe não vai poder ficar com vocês e vocês vai ficar aqui, até tal.. até a sua mãe recuperar, até ela poder cuidar do cêis.. eu gostaria que tivesse sido assim, mas não foi não. Demorou.. falou que nós ia no shopping em primeiro lugar.. mas demorou. Fomo na escola não, ficamo lá brincando.. nós ficou lá, só ficava brincando porque criança só brinca 24h, brigando também.. porque eu revoltei pro cê ter noção, no dia que eu entrei lá eu bati no menino.. assim que eu entrei eu cortei ele aqui assim oh.. É eu empurrei ele na parede e ele cortou assim a orelha, que ele falou "cê não vai embora mais não, cê vai morar aqui agora..." É, agora cêis não vai embora não .. cêis vai ficar aqui com nós.. vixi me deu uma vontade de.. bateu um desespero, aí eu bati nele.. ah eu ia falar isso mas deixa.. É, não.. até hoje se

	me encher o saco eu bato, não tenho paciência não.. até hoje.. tipo eu sou muito na minha, mas se encher meu saco eu bato mesmo. ACOLHIMENTO 2 - É 3/4 anos, foi praticamente 4 anos eu lembro, tava no coiso lá que nós ficou 4 anos na mão dela, 4 anos sofrendo, sofrendo. Aí sabe que que ela faz? Ela muda pra Franca, falei ah essa vai ser a oportunidade de nós fugir, aí ela mudou.. sabe que que ela fez? Ela alugou duas casas, uma pra ela morar com toda a mordomia do mundo e nós com uma casinha com tudo da roça sabe? coisa de roça.. galinha, saco de milho, tudo entulho, um colchãozinho pra cada uma dormir e ela lá no bem bom na cama, geladeira, tudo de bom. Duas casas, aí ela chegou pra acordar nós 7h da manhã só porque nós tava dormindo 7h da manhã.. ela falou que tinha que ter acordado, aí ela jogou copo de água em nós e começou a bater em nós dormindo, acordou nós apanhando e molhado. É ficava nós 3,.. ficava la no "NOME DO BAIRRO", ela alugou essa casa, aí a vizinha via nós gritando.. todo dia ela batia em nós.. todo dia, não tinha um dia.. era sagrado ela bater em nós todo dia.. parece que ela gostava [...] eu não aguentei, porque eu que sempre tomo, eu que tomo a decisão.. o povo fala né, do "NOME DO ACOLHIMENTO". que eu que sou a cabeça da família, aí eu falei assim quer saber? Eu não vou aguentar isso aqui mais não, não quero isso aqui pra minha vida mais.. to cansada de apanhar, braço tudo cortado porque nós apanhava de fio.. não correia não.. era de fio, paulada, chute, tudo que cê pensar, tudo menos correia de chinelo.. aí eu peguei e falei assim nós tudo machucado aqui chorando,"nóis vai fugir daqui, cêis arruma suas mala que nós vai embora daqui", eles sair daqui nós vai fugir.. tá, eu arrumei as malas deles.. o meu irmão não queria ir não, tava com medo.. sempre foi cagão, tava morrendo de medo, "vamo, larga de ser cagão e não sei o que", falei tá bom.. vamo.. chega lá no meu pai, nós conta pro meu pai.. É nós foi morar no meu pai, que meu pai morava lá em "NOME DO BAIRRO".. nós não tinha ninguém, eu falei assim "vamo lá pro meu pai".. Pra que? aí nós fomo lá pro meu pai, 1 mês mil maravilha, 1 mês e meio ele sai pra beber...: Nós fez a denúncia.. ta na justiça.. fez até uma audiência, teve...
Fale sobre sua chegada no acolhimento	1) Foi bem tranquilo, lembro que a gente foi primeiro para delegacia, ficamos quase o dia inteiro na delegacia, policial ainda deu um salgado para nós e depois o Conselho Tutelar chegou, que acionou a tia dos dois mais novo, também né, meus dois irmão mais novo MENINO e MENINA, que aí falou para levar eles para "CIDADE DE ORIGEM DA TIA" e eles foram para "CIDADE DE ORIGEM DA TIA", e eu e o LUCAS, não primeiro nós ficou na casa do meu vô, uma semana na casa do meu vô ou o

final de semana, foi algo assim, durante esse final de semana que nós quatro eu LUCAS, MENINO e MENINA, na segunda o MENINO e a MENINA foi para “CIDADE DE ORIGEM DA TIA”. *O Conselho Tutelar, mas assim quem era realmente eu não lembro eu acho que era “NOME DA ASSISTENTE SOCIAL DO FORUM”, eu acho que era “NOME DA ASSISTENTE SOCIAL DO FORUM”, “NOME DA ASSISTENTE SOCIAL DO FORUM”. Ah mas eu acho que ela ajudou também, porque assim ela já sabia do nosso caso. Detalhe certinho do fórum eu não vou saber te dizer. Eu sei que “NOME DA ASSISTENTE SOCIAL DO FORUM” lembra de nós até hoje, lembra de nós, ela acompanhou nosso caso, porque se era do fórum eu não sei, mas ela acompanhou o nosso caso. E aí depois nós foi lá para aquela aldeia lá, dos “NOME DO BAIRRO”, foi só eu e o LUCAS, depois que levou o MENINO e a MENINA, e a gente ficou numa casa junto, um tempo aí, não sei tava na época de férias, de escola essas coisas, depois volta umas pessoas que morava lá e tem e aí eu morava numa casa eu só morava mulher, aí o LUCAS passou para outra casa, ele ficou numa casa e eu fiquei na outra

2) A psicóloga e o diretor de lá, aí eles recebeu nois, mostrou pra gente.. é.. como que era lá e levou a gente pra conhecer as outras casas com os outros acolhidos e falou onde a gente ia ficar, e lá é separado por casa tipo, só de menina e só de menino ou casa de irmão, aí a minha irmã ia ficar numa casa só de menina só que como a gente tinha acabado de chegar e eu não queria ficar separado dela aí a gente ficou na mesma casa [...] ficou só eu de menino na casa dela, aí eu fiquei nessa casa que ela tava.. Ai eu fiquei duas semanas nessa casa que ela tava e depois eu já mudei, que eu já tinha me adaptado e tals, aí eu mudei para a casa do lado [...] aí depois de duas semanas eu fui pra casa de menino que era só menino na casa que eu tava, aí ficou a casa normal dela lá.. só de menina, mas nós se via todo dia que lá eram todas num lugar fechado com um monte de casinha, então todo mundo se via. [...] quando eu cheguei assim eu tava assustado, porque eu tinha separado da minha mãe e tudo mais, só que eu me adaptei rápido, porque criança lá.. tinha mais crianças, tinha coisa pra fazer, brincar e tudo mais.. aí eu me adaptei rápido até, e eu achei melhor também ter ido pra lá. Porque depois que a gente foi pra lá, minha mãe tentou.. ficou na clínica por 3 meses pra tentar se recuperar, tentar pegar nossa guarda e tals, só que eu não tava muito afim de voltar não.

3) Do fórum eu só sei que uma vez eu fui lá com a “NOME DA FAMILIA ADOTIVA” que foi quando eu queria sair e eu ia entrar no “NOME DO ACOLHIMENTO”, eles ligaram

para ela, perguntando : fulana você pode levar os meninos no fórum hoje, tipo de manhã né, aí falaram para ela você leva as crianças no fórum hoje é 1 hora da tarde porque eles vão ser acolhidos de novo [...] quase me mataram, jogaram as coisas lá no quarto, ficou um climão, lá ficou pior, ainda, mas, aí depois disso ela foi lá no serviço me buscar depois desse dia e nós foi direto para o fórum assim, no meio do serviço para ir lá no fórum para ser acolhido foi assim que eu conversei com as pessoas lá no fórum. [...] Ela sabia, porque eu tava fazendo tudo escondido nem ela né porque senão eles matavam lá né, porque também ela era doía, uma vez ela sentou um ferro de passar em mim acredita, foi bem na fase que eu comecei a falar para ela que eu queria ir embora.

4) Ah, eu lembro que é.. tinha a escola, aí tinha a parte de cima dos menor.. porque os mais criança um pouco, aí tinha a parte de baixo dos adolescente. A parte dos adolescentes era nas casinhas embaixo assim, aí tinha o parquinho, tinha a quadra de futebol, aí ficava só os adolescentes pra lá.. aí os mais criança ficava na parte de cima. É, era só na parte da infantil que era uma casa só... Aí no casarão era isso mesmo, aí a parte dos adolescentes era várias casinhas. No dia mesmo eles não explicou, eles pego e falo que nois ia passar uma noite... Até a mãe sai do hospital pra pegar nois lá...Aí foi passando um tempo, aí quem acolheu.. quem pegou nossa guarda foi meu tio aqui. Depois no "NOME DO ACOLHIMENTO" Eu fiquei na casa "NUMERO DA CASA", é.. na casa daqui do.. daqui da frente aqui eu esqueço.. perto do "NOME DO BAIRRO", lembro da educadora "NOME DA EDUCADORA x " e "NOME DA EDUCADORA y " e "NOME DA EDUCADORA z " É foi 3 porque no dia que desligou eu do acolhimento foi quando eles fez o termo, aí depois daí eles deixou por conta do meu tio, aí aí depois que pegou daí aí eu voltei de novo para o acolhimento... Aí quando aquela vez do ter.. termo Você já foi bem dizer para clínica, ficou uns dias só para eles organizar as papeladas lá... aí depois já foi em sequência para clínica. Aí na última vez foi quando... aí eu fiquei mais três vezes no acolhimento, aí foi quando eles me internaram.

5) Lembro, não.. o ano não.. Eu tinha Cinco pra seis eu tinha. Uhum, aí eles foram lá na escola pega nós. Tava eu, minha irmã.. tava eu a minha irmã, a minha outra irmã e o meu irmão, e eu.. nós 4, aí chegou lá o povo do Conselho Tutelar falou que.. não.. nós vai dar um passeio no shopping, mentiu pra.. É, falou não.. cêis vai passear no shopping e daqui a pouco leva vocês pra sua mãe de volta, aí nós foi né.. porque pobre né.. nunca tinha ido no shopping.. aí do nada nós chega lá na aldeia, que

antigamente era aldeia né.. aí chegou aquele monte de criança, e.. que que nós tá fazendo aqui? eles falou "não, cêis só vai comer, tomar banho e daqui a pouco vai embora", só enrolando nós e não falava a verdade né.. diz que nós.. que a minha mãe não tinha mais a nossa guarda e que nós ia ficar lá até ela melhorar pra pegar nós e demorou pra falar.. acho que demorou uma semana mais ou menos. Uhum, uma semana.. aí depois foi falar, não a sua mãe não tem condição de cuidar de vocês, teve é.. como que fala.. denúncia, por causa da família ter muita briga aí eles pegou e levou nós.. aí nós chegou lá e aquele monte de criança, nossa foi a pior sensação.. queria minha mãe, chorava.. falava que queria minha mãe e eles falava "não.. cêis vai ficar aqui mas daqui a pouco cêis vai embora" e nunca ia né.. nós foi ficou lá no meu pai e meu pai bebeu, aí eu tava sentada assim na sala.. não sei o que que ele falou pra mim, eu falei que não ia fazer.. ele tava tonto querendo que eu fizesse não sei o que, eu falei que não que não ia fazer, ele foi e me deu um soco na boca, aí meu irmão, nossa nunca tinha visto ele brigar na vida.. meu irmão pequenininho o meu pai gordão, grandão.. aí o meu pai pegou o facão pro meu irmão.. tempo de esf... eu saí correndo gritando lá fora "socorro[...]" aí o vizinho ele sempre via eles brigando com nós, aí ele pulou duma sacada e entrou lá dentro e foi pra cima do meu pai, tira a mão dele que não sei o que... aí ele começou brigar com meu pai, todo mundo.. o vizinho brigou com meu pai. Aí nós foi morar numa amiga minha, que aí eu fiz amizade na rua né, porque nem na rua eu podia ficar.. aí eu fiz amizade com essa moça, que ela era da igreja aí eu falei pra ela tudo que tinha acontecido, aí nós chamou a polícia e sabe o que que a polícia falou? Porque que vocês não volta pra família que cêis tava? Aí eu virei pra cara dele e pra quê? É, eu falei pra quê? Pra ser abusada? Pra ser maltrata? eu prefiro ficar na rua.. aí ele levou nós pra delegacia, falou não entra aqui vou levar vocês pra delegacia.. entrou dentro da viatura, e nós pegou e foi lá pro.. pra delegacia aqui do centro, aí quem conversou com nós foi o "NOME DO CONSELHEIRO TUTELAR" ele já. É, aí nós contou tudo pra ele.. nossa o olho dele encheu d'água.. ele falou assim "nós tava caçando vocês, teve denúncia", que ele falou que tava caçando a gente porque teve gente que denunciou os maus tratos.. que eles tava maltratando a gente. Tinha denúncia, mas não conseguia achar porque eles ficava mudando.. eles mudava frequente, tipo assim ficava 3 mês numa fazenda eles já mudava pra outra, eles não ficava muito tempo...aí levou nós pra aquelas casinhas luxo, acho que foi 2015-2016 que nós nunca tinha visto

aquilo lá na vida, porque eu nunca tinha entrado numas casas daquelas depois que eu voltei da família de apoio.

Questão	Compilado das Respostas - Permanência no SAICA
Durante a permanência no acolhimento, você teve contatos com seus familiares?	1) Não, não sei onde eles estavam, naquela época a gente nem tinha celular também, não tinha como ela ligar para a gente porque a gente nem tinha celular, então não tinha como saber nada dela e eu sabia que ela ficou na casa do meu vô. Mas eu não tinha certeza realmente o que que ela tava fazendo nem nada [...] Tive, tive contato com minha mãe, tive contato com meu vô, tive contato com todo mundo, ela ia lá visitar nós, ficava o dia inteiro, dia de sábado então, ela ficava o dia inteirinho, porque antes tinha o sábado da família e aí todo mundo que tinha família era visitava e eles faziam almoço nas casas e eles iam lá. Entendi então teve..., quando que parou essas visitas? *Quando parou não lembro porque, deixa eu tentar lembrar, acho que foi que proibiram minha mãe, de ver gente, porque eles meio que falou né, que ela tinha que seguir a vida, para você conseguir pegar seus filhos, porque se você ficar nessa vida aí de droga o Conselho Tutelar não vai liberar eles aí você não vai conseguir pegar eles, muito menos o juiz vai liberar eles para você Então tinha algum trabalho sendo feito com a sua mãe para tentar se reerguer *Aham é, parecia que ela ia no CRAS ou no CREAS, um trem assim, aí ela entrou nas drogas de novo e eles proibiram a visita entendeu, aí teve esse tempo de proibido por causa disso, aí depois ela mostrou que tava mudando hein, começou a ir de novo visitar, daí foi assim até nós sair, toda vida foi assim, ela se reerguia e usava de novo, se reerguia e usava de novo. E buscou por outras pessoas para tentar o desacolhimento? Tentou sim com o meu vô, por parte de pai, mas aí ele não queria essa responsabilidade para ele, e tentou com o meu vô por parte da minha mãe, só que pelo fato da minha mãe morar na casa dele, o juiz assim nem pensou nesta hipótese, nem, porque a gente saiu daquela casa e ele não queria mandar para mesma casa, por isso que meu vô não conseguiu pegar nossa guarda, por causa da minha mãe que tava lá 2) Só eu e a LIS, aí depois ela foi visitar a gente com minha avó, acho que ela foi umas 3 vezes visitar a gente lá, aí quando ela foi ela - mãe - já tinha saído da clínica, aí não deu muito certo não, aí ela voltou a usar droga e tal... Mas aí igual eu falei, quando tava com essa ideia da gente voltar pra lá, eu já num tava.. eu já não tava querendo muito não. Você achava lá melhor? Achava! Bem melhor. [...] teve a tentativa de a gente ir pra casa do meu avô por parte de pai, só que ai ele disse que não podia, e depois foi só com a minha família materna mesmo, minha mãe, meus avós, ai meu vô também por parte de mãe não

podia ficar porque ele já tinha cuidado da gente.. antes da gente ir pra lá quem cuidava da gente era ele, aí ele já tava cansado.. por causa da idade, aí ele não quis ficar também não [...] que minha mãe saía e ficava dias fora.. então era o meu vô que cuidava dias da gente

3) Não assim às vezes eu falo com a minha mãe eu mesmo vii no meu celular .o que eu tenho contato lá de "NOME DE OUTRA CIDADE" é com a minha madrinha, com duas madrinhas, às vezes eu consigo falar com eles.

4) Fiquei no conselho, depois fiquei no “NOME DO ACOLHIMENTO”, aí depois passou o natal no final do ano que foi onde eles pegou e fez... Não aí eles foi.. aí..aí chegou final do ano eles fez um comprovante lá pra passar com a família, aí aconteceu um problema lá... É, o termo do final do ano.. aí entro só que um problema lá na casa, de reforma assim.. aí eles me deixou... [Participação do pai] Só que aí eles aproveitaram e folgaram de nois, pra falar a verdade.. eles tiraram o deles da reta e deixou tudo em cima de nois porque eles liberaram o Daniel pra passar o natal com a.. no final do ano, aí eu fui assinei o termo... É 2017, isso aí ele ficou comigo.. no caso no natal e ano novo aí eu fui que era pra levar ele no dia 5 e não tinha mais ninguém na casa. Aí cheguei lá e não tinha ninguém na casa, fui levar ele que era o combinado de levar ele, passar o natal e ano novo... fui levar ele e a Assistente Social na época... falo “oh cê pode ficar mais uns dias?”, eu falei posso.. normal.. fiquei mais uns dias.. por fim eles soltaram o moleque, me deram o termo de responsabilidade sem assinar nada pra ficar com ele também, eles soltaram ele sem eu pedir guarda, sem eu pedir nada... Eu achei muito errado também, porque a prefeitura.. eles não.. a primeira semana eles deu até uma ajuda de custo, eles levaram... cê lembra né Daniel..? Uhum. Levaram a cesta básica lá, aqui em casa sem [Participação da família – conversas paralelas] Olha, a equipe do fórum a única que eu conheci foi a primeira vez com a “NOME DA PROFISSIONAL DO FORUM” só que ela já até aposentou, foi quando eu peguei a guarda deles criança. [Pai continua] aí foi .. aí foi quando eles ficou comigo aí quando eles começaram a ficar maiorzinho e achar que é dono do próprio nariz aí eu fui na “NOME DA PROFISSIONAL DO FORUM”... foi a última vez que vi ela... o fórum já era aqui embaixo perto da como é que chama mesmo?

5) Então depois de 1 mês.. 1 mês nada, depois de 2 mês a mãe não pode fazer visita depois de 2 mês.. a minha mãe começou a ir lá.. É depois de 2 meses que as mãe começa a fazer visita né.. era na.. era na aldeia, 2 mês que começava a fazer visita pra gente.: É, 2 meses.. até eles falaram que tinha que entrar em contato, porque ainda não era o tempo de ver a minha mãe, até nós acostumar com a idéia eles falava.. aí tá.. aí foi lá.. foi minha mãe, a primeira visita nossa foi minha mãe.. a nós ficou com ela o domingo, e era só o domingo.. não é igual, leva pro escritório né, era só o dia de domingo.. todo domingo era visita, acho

	que...Todo mundo.. era todo mundo. Não aí nós chorava né.. ficava triste porque não vê a mãe lá.. via a mãe de todo mundo mas não via a nossa, mas depois nós foi acostumando, que minha mãe foi ver a gente só umas 3 vez, depois ela não foi mais não. Não, eu não tinha.. eu tenho uma irmã mais velha né.. não sei se com ela eles falava mais, mas com nós não que nós não entendia, nós entendia assim que tirou nós da nossa mãe porque era muita briga, muita droga, muita.. nós ia atrás da minha mãe de madrugada no bar, era criança atrás da mãe...não tem nem como esquecer né.. é uma coisa que fica gravada pro resto da vida
Fale sobre sua Vivencia no Acolhimento	1) Foi assim, de primeira algumas foram de boa, outras não, teve alguns conflitos alguma coisa e outra, mas a maioria foi de boa .Porque foi assim, ia todo mundo junto, e depois parece que a prefeitura pediu o estabelecimento de volta, porque eles iam usar para uma outra coisa e aí teve que começar alugar casa por todo lado da cidade, só que assim era sempre nos bairros melhorzinho, casa grande, para caber todo mundo, mas assim, ao mesmo tempo que foi ruim foi melhor, você ficava assim só você ali naquela casa, colocaram assim tipo mais família, você seu irmão, irmãos de outra pessoa, só que tipo assim era mais famílias sabe. E a casa mista, era por idade assim, não tinha mais separação? *Sim era mista, o que era separado era os quartos né, quarto dos meninos e quarto das meninas, só isso que separava, só isso separado, aí eu ficava dormindo com a irmã de outra pessoa, mas aí era tranquilo, menina com menina e menino com menino, só que na mesma casa. 2) A mudança no começo foi... assim.. foi mais chata se acostumar, porque a gente era acostumado a ficar todo mundo junto, então tipo assim.. é.. aconteceu alguma coisa lá, tava todo mundo ali.. aí depois foi pra... Casa lar, modalidade casa lar, aí foi um pouquinho difícil se adaptar mas foi até melhor também, porque a gente começou a ganhar mais autonomia né.. que a gente podia.. é que antes eles faziam tudo pra gente né.. levava a gente pros lugares etc... Ai quando foi modalidade casa lar a gente já teve que ter mais autonomia, tipo.. ir pra escola, a gente já começava a pegar ônibus. É bem diferente. Porque lá no abrigo é igual eu to falando.. eles fazia tudo, se você tá precisando de ir num lugar tinha motorista ali, é.. como a equipe ficava lá então tipo.. ficava lá 24 horas disponível pra quem quisesse conversar com eles,já na casa lar não, é quem.. a gente tinha que combinar um horário, era tudo mais organizado, então era melhor de certa forma [...] no abrigo não tinha isso não, a gente.. se a gente fosse sair a gente tinha que sair com a...com a educadora, com a educadora. Não era portão aberto, não podia sair sem permissão. Já na modalidade casa lar, se você falasse “ah, eu vou ali em tal lugar”, você podia ir, desde que você voltasse e fosse um lugar seguro e tudo.. você podia ir tranquilo, não precisava de alguém ir com você, dependendo do lugar e

tals. Aí é isso... E das questões das cuidadoras.. da questão de alimentação, roupa, todos esses cuidados... Ah, isso não mudou.. não muda muito não. Não mudou nada nada de um lugar pra outro. Todo mundo que morava comigo demandava de um psiquiatra, é que eles passavam.. todos os adolescente, criança.. assim no psiquiatra. Eu fui bem no final, quando eu tava pra sair, mas porque quando eu tava pra sair começou a dar ansiedade tudo em mim.. aí eu passei pelo psiquiatra pra ver essa questão né, da ansiedade e tudo mais, só que eu também não continuei não, mas questão do vício.. adolescente sempre passa que fuma ou que bebe, mas dá pra entender né.. que do contexto que ele vêm de certo tem um pai, uma mãe, tio sei lá.. alguém que fuma, bebe e querendo ou não também começa, mas era de boa também.. eu não tinha muito contato com os adolescentes, nem com as crianças também, eu ficava mais na minha, ficava mais isoladinho.. mas porque eu queria também, porque eu tinha contato com os que eu já conhecia antes, agora com adolescente novo assim eu não conversava muito.

3) nossa, experiência que foi complicado é porque na casa que a gente tava tinha uns adolescentes lá muito doido, nossa meu Deus, eles pulavam muro, jogava as coisas na parede entre outros problemas, direto parava polícia lá, uma loucura [...] eu falava né e eu acho que eles até não gostavam muito disso, que eu falava, tinha uma psicóloga lá e aí eu falava que a gente não podia ficar ali daquele jeito, eu estou trabalhando e meu irmão fica aqui com esses meninos doidos, aí acho que eles nem sabiam que fazer, mas acabou que teve um dia que eles mudou todo mundo a casa ficou só eu e meu irmão, acho de tanto falar, eu acho, ficou eu ,o meu irmão e aí umas outras duas três crianças todo mundo era menos de 10 anos e aí ficou bem melhor, porque ninguém mexia nada não [...] Lembro tinha “NOME DA COORDENADORA” que era coordenador eu acho, psicóloga era, nossa gente eu gostava dela esqueci o nome é com “”MENCIONOU A LETRA DO PRIMEIRO NOME mas não tô lembrando o nome dela mas ela era muito legal, mas agora eu fiquei sabendo que ela saiu e aí teve umas outras, tia “NOME DA EDUCADRA”que era educadora, tinha umas educadora doida lá meu Deus eu não sei o que que era aquilo tinha uma educadora lá bem doidinha que não fazia nada viu tudo tava bom. A gente falava, todo mundo falava a “NOME DA COORDENADORA” chegava lá a gente falava tudo que tava acontecendo. Eu acho que ela sabia, mas ela não tinha muito que fazer também né, ela fazia o que dava para fazer né, parecia também que era meio difícil achar funcionário para lá né, eu lembro que começaram a educadora ainda mais na nossa casa que tinha um povo doido, aí começava educador aí os meninos quebravam tudo e aí no outro dia ela ia embora sumia, nunca mais ia e então vinha outra educadora e aí teve uma vez que até teve um menino que tava lá ,nossa, eu acho que menino tinha uns 2 metros de altura porque ele já tava quase nos 18 anos e ele era daqueles rebelde

que não obedecia, as educadores ficavam doidinhas com ele e nem eu gostava dele, a gente até brigou uma vez de até rolar no chão, porque tinha um menino lá que pegava minhas roupas né para usar, eu trabalho ele já né aí eu já comprava algumas coisas como as roupas, ele pegava ele usava e aí depois ele sumia com as roupas e aí eu fui brigar com ele uma vez né e esse outro menino altão que eu te contei acho que ficou do lado do outro, do menino que pegava minhas roupas e aí virou briga. É lá em Cássia era bem melhor do que aqui pelo menos, de quando eu tava lá, agora não sei mais como é. Ah é porque lá a, sei lá eu via que era uma família mesmo, sabe, os funcionários assim, tinha uma funcionária que lava as roupas, outra limpava o outro que arrumava aí eu ajudava ela sabe ficava lá ajudando e na cozinha, ficava na cozinha ajudando conversando um monte de coisa, era muito bom, agora já aqui, as educadoras daqui eu nunca tive uma relação muito boa, mas igual eu tinha antes né não dá para conversar sobre tudo não sei, acho que é porque que eu era mais velho né e aí eu acho que ela não gosta muito de conversar comigo parece. Aqui também outra coisa que era ruim porque troca muito né cada mês de uma educadora diferente né. Eu lembro a educadora mais velha é uma das mais legais que tinha lá, até hoje que eu conheci, e eu lembro um dia que eu fui trabalhar aí era uma, aí eu voltei depois não tinha mais ela foi para outra casa aí estava “NOME DA EDUCADORA”, a “NOME DA EDUCADORA” estava no modo defensivo não sei o que que ela tava pensando eu cheguei do serviço era umas 10 horas mas 11 horas da noite. ela já abriu a porta sim com uma cara de brava aí eu falei oi e ela já começou a falar umas coisas já começou a falar sobre regras, mas foi isso... Depois a gente fez amizade.

4) Acho que foram 3 vez, 1 quando eu era mais menor que.. que eu tava também. Tinha uns 10 anos, né pai? Pai: A primeira vez acho que foi menos, acho que menos.. acho que tinha 4 na época.. uns 3 ou 7 anos mais ou menos. Ah, no dia o “NOME DO IRMÃO MAIS NOVO” tinha cortado o pé na porta, que ele tinha chutado a porta.. aí eles pegou e falou assim.. o Conselho Tutelar foi lá, aí eles pego e falo assim que nós ia.. que nós ia ficar na casa lá por uma noite, aí depois foi ver ficou... aí depois meu tio foi e pego a nossa guarda. Aí isso aí passou mais de anos aí a segunda vez que eu fui passar o Natal, o Natal e o Ano Novo com eles aí eu tava trabalhando com eles, aí foi quando aconteceu o coiso de pegar os flagrantes lá aí eu voltei para o “NOME DO ACOLHIMENTO” de novo, aí depois do o “NOME DO ACOLHIMENTO” passou um ou dois meses no máximo eu acho que três meses me internaram do nada sem perguntar nem nada só me internaram chegou lá... Não.. teve uma briga na primeira vez com uma... entrou o “NOME DE ADOLESCENTE ACOLHIDO”, o irmão dele lá e o meu irmão foi o dia que ele deu um soco no no ouvido da [i] e cortou a mão, aí depois disso aí ele foi internado, isso na primeira vez...aí saiu depois ficou na

casa lar.. Tava na saidinha dele e teve uma recaída... Aí ele pegou e ficou uns dias na saidinha dele, ele tava de ressocialização... ele saiu aí eu acho que ficou dois ou três dias, teve recaída de novo aí voltou [I]...

5) Não tenho nada pra falar da aldeia, professor de educação física dentro da instituição.. tipo assim sempre tava intertido sabe.. sempre tava fazendo alguma coisa, não tava só na frente do computador.. não tava só mexendo no celular.. não podia criança de 14, 15 anos ter celular não, não tinha lá não, nas casa lar.. era só brincar, brincar, brincar.. Nós ia na escola, fazia curso, natação, ginástica olímpica, fazia de tudo lá.. era nossa, era mil maravilha lá, aí depois passou.. passou esses tempinho, acho que passou 4 anos.. 4 não, 3.. 7 anos... Teve essa questão de adoção, aí eu peguei e falei pra tia.. eu falei tia eu não quero ser adotada por essa... Mas aí teve a sogra do meu irmão, que mesmo morando com a minha mãe, porque era...era um apoio, era um apoio assim.. nós ia mais lá só pra comer, ela chamava a gente lá pra comer, agradando a gente... ela sempre queria a nossa guarda, sempre.. Tá mas nós gostava dela, ela era uma boa pessoa...Nóis 4 pequenininho, e antes ela era boa.. nós sempre falava não.. ela sempre tratou nós bem, nunca teve nada.. aí chegou lá pra visitar nós.. aí quem que chegou foi a "NOME DA COORDENADORA" era é gestora de tudo.. chegou falou assim sentou nós tudo e falou que nós ia ser adotado pela sogra do meu irmão, só que aí eu peguei e falei que não queria ir porque eu não fui com a cara do marido dela atual, porque quando a gente bate assim cê vê.. aí eu olhei assim, ele olhou a gente com malícia, e eu falei pra tia "NOME DA COORDENADORA".. eu lembro como se fosse hoje, eu falo na cara dela.. que eu não queria ser adota, não queria.. porque eu tava sentindo, porque quando a gente sente.. eu pequenininha eu sentia.. pequenininha não, eu tinha 12 anos, eu senti e falei que não queria. Demorou muito tempo ixi.. que eu fui adotada com 12 anos, eu entrei com 5.. demorou muito. Consegui eu falei pra tia, eu falei "tia eu não quero ser adotada, eu quero ficar aqui.. tem como nós ficar aqui?" ela falou que "não", olha o que que ela falou.. que se nós ficasse lá nós ia ser adotada, ia ser separado.. porque o medo nosso era separar os irmão.. que cada um ia ser separado e nós ia pro exterior, aí o medo da gente.. uai vai separar nós, nós nunca separou, vai pro exterior nós nunca mais vai se ver então é melhor ir todo mundo junto pra essa família, aí nós foi.. Aí passamos muito perrengue, muita dificuldade, muito sofrimento, um em cima do outro.. que nem com a família lá, pode falar o nome? na aldeia teve batidão de polícia, ficou sabendo disso também?Aí não sei.. eu acho que o menino tava escondendo droga lá dentro sabe.. e tinha um monte de polícia um monte. Aham, os adolescentes, as criança tudo ficou no pátio e os polícia revirou tudo.. tudo.. tudo.nÉ, teve cachorro e um monte de polícia.. Tava tendo denúncia de droga lá.. mas só achou lá uns pedacinhos né porque as meninas usava

né. É, mas por causa de um menino que entrou sabe.. um menino terrível um moleque que entrou, por isso que eu acho que saiu.. espalhou-se sabe, saiu da da Aldeia e foi para as casas depois que aquele menino entrou virou um inferno aquilo lá, os vizinhos reclamando porque ele era perturbado né.. ele batia nas educadora enfrentava que.. lá tinha segurança né por isso que eu falo de lá era mais seguro tinha uns guarda lá.. lá era muito mais seguro, do que na casa lar porque não, tinha esse negócio de ficar pegando faca não, brigava entre os adolescentes.. com a educadora os maior não aceitava porque era tudo maior não tinha esse monte de criança lá embaixo era só adolescente de 15 a 17..

ACOLHIMENTO 2 - É, uma casa mais linda que a outra tinha tudo do bom e do melhor.. isso que eu acho errado demais.. Acho, sabe por que que eu acho? Porque quando sai do lado de fora.. lá de dentro não vai ter isso aqui fora... Não, porque mexe muito com a cabeça.. muda porque.. por isso que essas criança é tudo assim, porque muda.. fica revoltado, é isso que eles fala... Antes era tipo assim parecia uma casa mesmo de pobre entendeu? era pequenininha, todo mundo junto apertadinho.. era gostoso.. não vou mentir, tinha.. tinha tudo do bom e do melhor de comida eu não vou mentir.. Tudo era mais simples, uma televisão antiga... É coisa antiga, não tinha esses luxo.. computador.. não.. tinha computador mais era antigo, pra você ter uma noção era tudo antigo.. nas casa lar tem até banheira que lá não é mais casa lar.. aí tá né.. cheguei nessa casa lar falei nossa to no palácio, do bom e do melhor só que eu não aproveitei. Eu tava com 15, aí chegou lá tava tudo mil maravilha, falava nossa é um palácio.. a segunda vez eu nem dei bola por ter voltado, eu queria ter voltado mesmo.. eu queria ter saído daquele sufoco lá. Não gostava do atendimento da equipe, porque eles não [i] eles acreditava mais nas educadora que nos adolescentes lá.. tem alguns adolescentes que mente, mas tem uns que não.. tem uma educadora que é muito folgada, mas tem umas também que não, então varia né. Vou falar das educadoras depois eu falo das crianças, oh o que eu já tive de experiência com educadora foi de umas educadora muito folgda, tinha umas educadora muita folgada e eu não gostava. Tipo assim nós ter que esperar ela assistir uma tv pra gente comer.. sabe? nós ter que esperar ela mexer no celular, na hora dela.. pra aí a gente fazer o que a gente quer.. Igual essa assim se não tirar a comida dela.. porque eu acho que ela tinha nojo, isso pra mim é nojo.. se ela não tirar a comida dela nós não pode tirar a nossa, então ela tem que por a comidinha dela primeiro... É que tipo assim nós tinha medo, de contar e.. porque tudo que nós falava pra equipe era mentira, não acreditavam.. aí eu falei vou falar isso aí pra... Não, não validava.. até.. não.. tipo assim aí depois eu entrei em outra equipe, mas depois eu falo.. igual das educadora, de equipe, educadora.. tinha essa educadora aí que sumia nossas coisas, e tipo assim comprei uma toalha.. sabe.. tem aquela compra lá de 3 em 3 mês lá eu acho, não lembro.. aí eu comprei

	uma toalha da gatinha marrie, e criança nenhuma vai roubar, porque era só criança na nossa casa.. sumiu essa toalha, tudo que nós ganhava de novo sumia, umas coisas gostosa lá da geladeira sumia. Também tinha uma que, nós fazia de tudo por ela sabe.. nós deixava de gostar de outras educadoras só pra focar nela sabe? Era.. ela fazia.. chegava educadora pra fazer teste ela falava assim "oh, faz aquilo que vocês sabe fazer", não ficava educadora nenhuma na casa. pro cê ver, eu era o capeta também.. catava os meninos pelo cabelo, saia gritando.. dando uma de louca.. só pra muié não ficar na casa. Divertia né, porque era tanta coisa.. sabe porque.. oh vou te falar da casa lar, das meninas lá teve uma educadora, falar da educadora primeiro.. que ela bebeu lá na casa lar sabe? não pode beber na casa lar...
Como eram as suas relações com grupos ou pessoas externas ao acolhimento?	1) Praticamente não tinha mais, eu perdi, muitos amigos, mas era assim eu só conversava mais pelo celular e essas coisas, porque morava muito longe, porque era vida muito diferente que eles viviam também, no sentido de eu tá morando longe eu tá morando naquele lugar e tipo e eles não, e eu não podia ficar ,por exemplo na rua até a hora que quisesse, e não era assim que funcionava você tinha horário para sair, você tinha hora para voltar, tinha que saber aonde você tava indo, porque dependendo da hora que você for assim eles não gostavam muito . E da escola também teve que mudar? *Mudei várias vezes de escola. Por que várias vezes? *Porque cada hora, teve uma vez que a gente tava morando lá na aldeia e aí eu estava numa escola, lá perto, aí depois quando foi para os bairros trocou nós de escola, para ficar mais perto das casas, e depois também eu estudei no "NOME DA ESCOLA" e foi assim. Os meus irmãos não morava na mesma casa que eu, quando o "NOME DO IRMÃO CAÇULA" e a "NOME DO IRMÃO CAÇULA", "NOME DO IRMÃO CAÇULA" voltou para lá, porque antes eles estavam com a tia deles em "NOME DE OUTRA CIDADE", hein, eu acho que ela não aguentou, meio que eles e o Conselho Tutelar e acho que ele ia entregar lá para ficar junto com nós, aí eles foram morar com nós eu ajudava a olhar, O Lucas também, porque nós dois eram os maiores, nós ajudava olhar e dava tudo certo, até então era lá, até que aí a gente foi crescendo e daí eu comecei a trabalhar aí o Laislon foi para uma casa eu fui para outra casa, e o Revi a Isabela ficou junto numa casa só, aí depois a Isabela foi adotada e a gente continua 2) Bom, quando eu tava na modalidade abrigo lá eu não saia muito então era mais lá dentro mesmo, e era bem tranquilo.. todo mundo se dava bem e tudo.. Agora quando eu fui pra modalidade casa lar aí eu saia tipo.. pra casa de amigo, as vezes eu ia ver algum parente meu avô e tals, mas era só uma visita, não ficava muito tempo também não. Quando a gente tava na modalidade abrigo a gente saia mais, mas porque como lá era mais fechado eles tinha que dar mais opção pra gente sair, fazer as coisas e tal.. então a gente saia mais, então saia todo mundo por exemplo ia num paintball, ia num parque... essas coisas. Agora na

modalidade casa lar a gente saia.. eu saia mais por.. como a gente teve mais autonomia a gente saia mais por.. tipo.. sozinho, com amigos.. ah, não tinha essa coisa vamos fazer um passeio, começou a ter né.. tinha às vezes por conta das crianças, mas adolescente assim, eu como adolescente a gente saia mais por conta própria. É, exatamente. Eles fazia os passeios deles, mas ia mais as crianças.. bom.. eu não ia muito [PAUSA] Eu.. eu entendia né que eu tava crescendo lá, passando um tempo sim.. só que, é igual eu falei eu preferi passar esse tempo todo lá, porque eu via que ali eu ia ter uma oportunidade bem maior de conquistar uma coisa maior na minha vida do que seu eu tivesse fora né, na realidade que eu vivia da minha mãe lá na casa do meu vô e tals.. Aí eu entendia isso então pra mim foi bem tranquilo passar esse tempo todo lá, porque eu tinha essa visão de que se eu não tivesse ali eu não ia tá tendo a oportunidade de nem.. nada.. de ser alguém na vida assim.. por exemplo eu tenho certeza se eu tivesse lá nem ia tá pensando em faculdade, nem sei nem se eu ia ter acabado a escola.

3) Ah é mais relação de serviço, na escola eu não fiz muitos amigos, aqui porque eu fiquei .Ah eu acho que eu peguei uns quatro meses depois de manhã e uns 4 meses à noite e já acabei também a escola. No “NOME DA ESCOLA TECNICA” eu fiquei um ano e aí tinha muita gente aí eu fiz amizade de lá, mas depois que eu sai acabou e aí eu fiz mais amizade no serviço e até hoje minhas duas melhores amigas são de lá a gente sai direto nossa, a gente curte muito. To lá nesse serviço 6 anos já, trabalhei em tudo quanto é setor lá. Ah é bom né, porque quando eu vou começar a trabalhar no lugar, começo, sim, sou muito tímido, então é difícil para mim chegar no lugar e conhecer diretamente as pessoas logo, eu sou muito tímido, mas agora lá eu já me sinto tem lá, já tem amizade com todo mundo, passei em vários setores, e amizade com gerente, sou do RH né aí é muito bom. aí quando chega gente nova a gente até sente mais à vontade para conversar com a pessoa porque eu já tô lá mais tempo né

4) Eu lembro. que chegou a “NOME DA COORDENADORA” aí chegou mais três cara [i] lá na clínica mesmo, aí não deu nem tempo de [i] aí eles pegou e falou cê vai por bem ou cê vai por mal, aí eu peguei e montei num cantinho de sofá que tinha assim, aí eu fiquei no meio e fiquei empurrando, aí eles pego é... pegou meu braço assim, passou a faixa e me colocou dentro do carro, aí chegou lá na clínica lá, os seguranças no meio do caminho me deu um remédio, aí eu já cheguei lá meio atrapalhado, aí chegou lá eu mostrei o dedo pro coordenador.. um dos que foi no resgate lá me pegar, aí ele pegou mandou os cara me segurar e pegou uma turquesa e apertou meu dedo [...] Pessoa que dava trabalho lá, eles enforcava.. colocava pessoa de cueca no quartinho da reflexão que eles tinha lá, e deixava lá.. esse quartinho era tipo uma sauna. Eles falava de Contenção. [Participação da família – alguns gritos] Aí por isso [i] que a clínica é paga num é? de todo jeito pelo Estado é paga, eu acho que eles não tem que fazer

isso aí, porque isso aí ele me contou..Eu to sabendo disso agora..Porque a clínica de todo o jeito, que nem ele não pagou por conta própria.. mas o Estado pagou, o Estado pagou o tempo que ele ficou lá, pagou tudo.. eles não ficou de graça.Era contensão o quarto lá, isso aí já é abuso não é? isso aí já é abuso.. aí eles deixava a pessoa de cueca lá igual lá e parecia uma sauna.. que tinha uma piscina lá.. que antes de ser esse quarto lá era uma sauna, aí eles deixava a pessoa de cueca lá, e ficava lá refletindo e dopada de remédio.. isso aí já é um abuso lá.. no caso da clínica..aí nisso daí que eu fui pra volta de novo aí eles fizeram o exame e eu já tinha recaído... Não.. é porque.. tinha a "NOME DE UMA ADOLESCENTE ACOLHIDA".. aí a "NOME DE UMA ADOLESCENTE ACOLHIDA", nessa casa lar dela nós fumava, aí eu fumava junto com ela. Ela levava.

5) Nossa, eu passei muito perrengue com aquela mulher lá.. quando nois foi adotado né eles levaram nós lá na casa, lá na casa dela com nossas coisas, falou assim "nóis vai vim acompanhar vocês todo mês", durante 6 mês eles falou.. falei ta bom, já que eles vai tá vindo.. tá eles foi 1 mês, 1 mês que eles tava indo tava mil maravilha, eles não maltratava nós, não batia em nós, não fazia nada.. aí depois eles falou que era 6 mês e foi só 1, não foi mais vê nós vê, se preocupar com nós, saber se tava bem se não.. Aí depois que eles parou de ir lá ver nós começou [...] ela até então gostava da gente e tratava nós bem, aí ele começou a molestar a gente, vê nós tomando banho pelo buraquinho.. porque não tinha trava nos banheiro, via nós dormi.. aí nós dormia ele ia lá passar a mão na gente, nas 3 irmão mulher, aí ia lá ficar molestado.. subindo em cima da gente se esfregando... É contei, nós contou pra ela na roça... ela foi e deu um 'coro' na gente, falou que a gente tava mentindo: Bateu, falou que nós tava mentindo.. falou assim que nós tava fazendo isso pra estragar o casamento dela, que nós queria voltar pro abrigo, que aquilo lá não se fazia, que aquele lá nunca mexeu com ninguém, e nós sempre falava e sempre apanhava. Aí ele viu que nós começou a falar na escola, que nós começou a falar pros outros, aí sabe que que a escola fez? ao invés de chegar e ficar do nosso lado, chegou nela e falou.. de vez de esperar nós ter uma prova né.. chegou nela e falou "as meninas ta falando que o seu marido ta abusando delas, isso é uma coisa muito grave.. não pode deixar acontecer", aí ela falou "não, vou conversar com elas.. eu vou ver", nossa quando eu cheguei em casa eu apanhei, nós tudo apanhou, aí nós ficou com medo de contar de novo. Ele dava soco, bicuda nela. Na minha irmã,. eu entrei e apanhei junto com ela.. porque nós contava pra ela, e ela falava que era mentira da gente,mas ela sabia que era verdade sabe por que? Porque ela falava assim "não, se um dia vocês chegar a engravidar dele eu vou cuidar como se fosse meu filho". ela sabia.. porque uma pessoa não ia falar isso do nada.. se nós engravidasse do marido dela, ia ser filho dela.. porque ela não podia engravidar de jeito nenhum, ela não podia.. então

no meu pensamento foi assim que ela pegou a gente pra ser usada pelo marido dela, e ser escrava deles.. porque nós trabalhava na roça, acordava 5h da manhã pra trabalhar na roça, era pauleira todo dia.. carpina, apanhar café, e não podia cumer não, se você comesse uma fruta do pé sem pedir cê apanhava.. era uma tortura, nossa só Deus.. Eu achava muito estranho, porque nós sempre mudava.. aí o povo achou nós lá e falou nós tava procurando vocês e não achava, aí ela pegou e falou assim antes desse pessoal chegar "se vocês contar alguma coisa, quando esse povo sair.. cêis vai apanhar", aí nós tava com medo né.. porque toda vez que contava pros outros não resolvia nada, nós apanhava.. ai nós não contou, aí o povo chegou lá e "como que cêis tá?", ah nós ta bem.. nós era obrigada a chamar ela de mãe e ele de pai.. não nós gosta deles... É, toda vez que ia algum povo do fórum.. alguma coisa importante ela ameaçava a gente.. até visita assim, que foi o motorista lá ver nós.. pro cê ver o tanto que ele gostava de nós, ele foi lá visitar a gente, o tio.. eu lembro dele até hoje, aí ele foi lá visitar nós chegou lá ele viu.. nós.. eu tava toda marcada, ele não é bobo.. e ela batia em nós e nós tinha que usar saia, era só saia longa nos pés.. não podia por short, é essa roupa que eu to aqui não podia, aí eu falei assim... aí tá, nós sofremo, sofremos muito e só foi.. eu lembro que nós mudou pra 10 fazendas, era fazenda não era nem chácara.. era bem no buraco mesmo, pra que? pra não ter acesso, aí começou a não por nós na escola mais.

Questão	Compilado das Respostas - DESLIGAMENTO
Como foi saber sobre a previsão ou a data de desacolhimento?	1) Praticamente desde quando eu entrei lá, porque depois que eu caí na real sabe, que eu tava lá mesmo, porque no começo eu ficava nossa gente será que eu tô aqui mesmo, tá acontecendo isso mesmo, depois que caiu a minha ficha acho que assim depois de um mês, dois meses que eu tava caiu minha ficha, que eu tava lá, e que era isso daqui para frente, então desde o começo eu já sabia, porque minha mãe, ó minha mãe já não tinha jeito mais, eu sabia disso, no fundo no fundo eu sabia disso, mas tipo eu ainda conversava com ela, falava assim ó se você tiver usando você para, porque senão você não vai conseguir ver nós mas, você não vai conseguir ficar com a gente mais, mas no fundo no fundo eu já sabia [...] ela usava desde quando que ela era grávida de todos nós, principalmente de mim eu lembro que ela me contava, que ela parou de usar depois que eu nasci e depois voltou usar de novo 2) Bom, eu já sabia né.. desde quando eu entrei eles falaram que eu ficaria até 18 anos, depois que viu que não teria mais a possibilidade de retorno eles falou que ia ficar até os 18 e tudo mais... que teve essa conversa depois né, que viu que

minha mãe não ia mais poder ficar com nós eles falou "oh, cê... sua mãe... porque meus irmãos foi pra adoção", aí eles teve que ter uma conversa com a gente, é aí... Eles quem? A equipe do judiciário? A equipe de lá, da casa lar [...] não, eu cheguei a conhecer não.. a do judiciário não, a do CREAS as duas mulheres que no início buscou a gente que fez o acompanhamento, que tentou a possibilidade da gente ficar com o meu avô paterno, era as duas eram do CREAS.. as duas assistentes sociais do CREAS, eu não lembro o nome delas certinho [...] do judiciário ninguém. Aí teve as tentativas e não deu certo, aí foi quando falou que não ia dar certo da gente voltar é.. mas pra mim foi de boa que eu já não queria voltar mesmo, aí.. eu sempre entendi isso foi bem tranquilo aceitar essa questão de eu sair com 18 anos, que eu não ia voltar pra minha mãe e tudo mais.. agora que eu tava chegando no final assim que eu tava acabando.. que eu tava pra sair que foi dando mais um baque assim, porque querendo ou não eu tava tranquilo disso mas eu cresci ali.. tinha mudado muita gente ali, que passou e eu gostava, gente que tava lá que eu gostava e tipo assim né.. não que os vínculos cortaram, mas querendo ou não muda porque é diferente o conviver 24 horas tipo todo dia com a pessoa e sair assim do nada e ter outra vida, outra rotina.. mas.. me adaptei também. No final do.. do.. ano mesmo que eu tava pra me formar na escola, eu já fazia... aí eu já falei nossa ano que vem.. eu já falei dezembro.. eu já falei nossa daqui dois meses eu já faço 18, aí já foi dando um choque.. porque querendo ou não ali é diferente, eles passam uma realidade muito diferente pra você e quando cê sai é você por você. Tipo não.. tem as pessoas que te ajudam e tudo.. mas você tá mais sozinho ali... É.. você não tá rodeado de uma equipe que tá ali pra quando cê precisar, então é diferente cair na ficha e tal. Mas eu tinha a minha irmã também que conversou comigo, que falou que também tinha saído do acolhimento então foi mais tranquilo.. assim.. foi me tranquilizando na verdade.

3) Eu sabia, é uma coisa que eu já pensava quando eu vim para "NOME DA CIDADE QUE ESTAVA ACOLHIDO" que eu fiquei lá nessa casa, da "NOME DA FAMILIA ADOTIVA", porque aí lá eu já dava meu dinheiro tudo para eles, não ficava nada para gente, aí eu ficava pensando né, Eu estou com quase 18 anos com esse povo aqui tudo doido, quando eu fizer 18 anos que eu vou fazer porque não vai dar para mim continuar aqui, porque não tá dando para mim juntar dinheiro, eu recebia uns R\$ 500 por mês por causa que eu era aprendiz né e aí foi isso que eu pensei né eu preciso voltar para "NOME DA CIDADE DE ORIGEM" porque lá eu consigo emprego junto meu dinheiro e aí quando eu tiver 18 eu vou embora, mas aí acabou que deu certo só aqui, eu fui atrás do Conselho Tutelar aqui na verdade né porque de todo

	jeito eles falavam que não dava certo para voltar para "CIDADE DE ORIGEM" e mandava eu esperar, mas esperar mais um pouco que ia dar certo no futuro, aí eu fui atrás do Conselho Tutelar que inclusive é nessa rua aqui há uns dois quarteirão daqui, só que eu morava ali na "NOME DO BAIRRO" fica para baixo.... Eu não conheço a cidade né então eu fui aprendendo tudo pelo GPS eu fui primeiro lá no centro a pé e depois eu descobri que tinha um aqui perto. Aí eu conversei até hoje eles mandam mensagem para perguntar do meu irmão. 4) Sempre sube. Como foi, é a saída você fala? Graças a deus nunca mais vou precisar voltar.. [RISOS] Porque eu já tava doido pra sair já daquela clínica lá. Porque 18 anos.. bem dizer eu passei quase lá, o restinho do acolhimento eu já tava doido pra sair. Fiz aniversário dentro da clínica, aí no dia do meu aniversário eu saí, aí eles me levou pra casa da minha avó, aí da casa da minha avó eu fui pra casa do meu pai...Ah, é porque foi assim.. igual eles falou que ia me arrumar um serviço lá, aí eu saí e recai na maconha, aí eu não consegui ir pra lá, aí eu falhei. É isso daí mesmo.. igual no dia do acidente, que eu já tava.. eu já.. tava em repouso na rua já, eu tinha recaído ...[Participação da família] Quem conhece o Daniel.. que assim a senhora tá fazendo umas perguntas.. mas ele é um livro aberto esse moleque, cê sabe tudo da vida dele só de olhar ele andando... [RISOS] 5) É tipo assim elas é tipo assim minha mãe conversando com meu namorado um exemplo, "NOME DA EQUIPE E DAS EDUCADORAS" tudo conversando com ele e eu mesma quietinha só ia.. ela vai sair você tem interesse de morar com ela? para ela não ficar sozinha... porque eu morro de medo de ficar sozinha.. eu morro.. aí ele pegou e falou então o meu medo eu ia morar com ela e não dá conta de pagar as coisas não dá conta até então eu entendi eu conversei com ele que tinha medo de ficar sozinha e só fazer uns seis meses que eu tava namorando com ele para você ter noção e aí eu fui morar com ele só quando eu tinha seis meses de namoro foi muito rápido aí tá aí nós namorando se conhecendo foi morar com junto com ele eu saí de lá[...] aí eu tava trabalhando eu lembro como fosse hoje ele tava buscando as minhas mudança lá em casa lá em casa não lá na casa lar lá lá perto do "NOME DO BAIRRO" eu morava lá aí eles me deu uma semana para eu sair da casa isso que é ruim o coração foi a... Não é bom.. é uma turbulência muito grande sabe saber que você não vai ter mais aquilo que você não vai ter mais aquela multidão para você conversar você não vai ter mais educadora a educadora para falar está errado esse montar nossa tive que aprender tudo sozinha.
Teve alguma organização? Como?	1) Eu não sabia, não sabia que eu fazia, porque assim, eu comecei a procurar um emprego desesperada né, para mim conseguir dinheiro guardar dinheiro, mas no fim, não

consegui dinheiro, guardar nenhum, mas eu fiquei pensando preciso guardar dinheiro, sei que eu não vou conseguir comprar uma casa com esse dinheiro, mas pelo menos eu vou ficar estabilizada por um tempo, porque aí eu já fiquei pensando assim, porque eu tenho meus irmãos ainda e não sei o quê, eu pensava mais neles do que em mim mesmo, e por fim assim que eu decidi sair de lá antes de eu fazer 18, alguns meses antes, aí eu tava namorando né, aí ele falou vamos morar junto, aí a gente alugou uma casa junto, por isso que eu tive um lugar para ir porque eu não sabia para onde que eu ia. , ninguém queria, meu vô não queria responsabilidade, eu fazer 18 e morar na casa dele e como eu estava namorando na época e eu não queria voltar para casa do meu vô foi a única opção que eu tive, porque ou era voltar para casa do meu vô, do mesmo lugar que eu saí ou era morar junto com meu namorado ou sozinha porque eu trabalhava e ia pagar sozinha, só que que ele não quis

2) Teve, as assistentes sociais, psicóloga, equipe.. no caso que cuidava da casa que eu ficava, elas sentaram conversaram.. é.. me mostraram as opções que eu tinha é.. o que que tinha de ajuda de...Então é.. eles me instrua. E o CREAS? O CREAS só foi no começo, porque nunca mais eu vi aquelas duas moças. E você já ouviu falar de PIA? Plano Individual de Atendimento. Não..Não que eu me lembre. E do seu prontuário? dos processos? você chegou a ver alguma coisa Hum.. eu já cheguei a ver por cima mas também nunca peguei assim pra ler.. Você queria saber o que tem? Não, porque eu já sei né.. tipo é a minha história, então eu já sei o que tá escrito lá. eu fiz um curso antes.. de 2 anos, eu fiz mecânico de usinagem lá no Senai, aí eu tava no acolhimento ainda, que eu fiz esses 2 anos eu tava no acolhimento ainda, no primeiro ano tipo adolescente não tem muita preocupação com nada então eu só recebia e gastava, aí depois que eu fiz 16.. 18.. 17.. 17 anos que aí já falou 'oh ano que vem você vai sair, é bom você ter dinheiro.. guardar dinheiro..', então com 16 anos cê já.. 'cê vai sair daqui 2 anos então já é melhor você começar a pensar em guardar dinheiro, pra cê ter uma..', aí teve essa conversa comigo antes, aí foi deu a possibilidade de eu fazer a conta juízo, que aí eu pegava só o meu dinheiro quando eu fizesse 18 anos, aí eu optei por fazer porque eu achei que seria bom pra mim [...] é porque eu gastava muito.. que nem eu falei quando a gente é adolescente a gente não tá preocupado em gastar, ainda mais ali que a gente não tem que gastar com nada, então tipo.. eu só gastava o meu dinheiro, aí foi.. deu a possibilidade.. possibilidade não, eles falaram.. me impôs isso.. aí eu pus, eu poderia falar que eu não queria, eles ia aceitar mas.. eu aceitei. Aí fizeram a conta juízo e eu guardei o meu dinheiro [...] aí eu fiz essa conta juízo, aí o meu dinheiro que eu trabalhava.. porque eu não precisava..

porque lá no acolhimento eles já disponibiliza tudo que... tudo que a gente precisava. Você conseguiu poupar que valor? Como você se organizou quando você saiu, você tinha acesso a esse dinheiro? Como você se organizou? Ixi.. eu comprei um celular que eu precisava, e o resto do dinheiro eu fui deixando e usando.. eu reformei o quarto onde eu dormia lá no meu avô, é.. comprei um guarda roupa que eu precisava, então a quantia também não foi tão alta assim, então eu fui fazendo o que eu precisava, ajudava lá em casa também o meu avô e comigo mesmo eu gastei comprando meu celular que eu precisava.

3) Teve, é o planejamento para sair, tinha uma assistente social lá a gente marca um dia na semana aí toda semana ela ia nesse dia, acho que era na terça e aí a gente faz o planejamento queria tudo que tinha, eu saía para procurar casa para alugar para ver quanto que tá os valores para pesquisa nas lojas, aí isso foi bom sabe, aí eu vi que eles disponibilizaram muito tempo para isso sabe, tinha vez que eu saia e a gente ficava muito tempo na rua eu e a "NOME DA COORDENADORA" e essa outra assistente social que eu lembro dela a gente ia também. Mas aí só na hora de sair, eu acho que ela tipo um mês eu estava muito ansioso né porque eu ia morar sozinho né, aí a "NOME DA COORDENADORA" falou assim o dia do seu aniversário você já tem que sair, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê....É né porque já queria né não ficar dependendo dos outros não precisa ficar dependendo dos outros, como tive que ficar dependendo da "NOME DA MÃE ADOTIVA" lá né no começo, eles tinham as regras muito diferentes das coisas que a gente estava acostumado e aí a gente não conseguiria lidar bem né, aí a gente foi para o "NOME DO ACOLHIMENTO" e eu fui guardar o dinheiro e aí foi muito bom.[...] Até que tava porque quando eu fui para lá eles me chamaram, já conversava comigo sobre isso né já falavam que 18 anos tinha que sair e por isso eu tinha que guardar o meu dinheiro então meu dinheiro era receber entregar para "NOME DA COORDENADORA", assinar um termo lá né que tava tudo guardado, e Tinha conta deles mesmo lá, aí ela perguntou se eu queria guardar a minha tipo ter a minha própria conta, mas eu preferi deixar na deles mesmo. Dava um termo e aí eu assinava todo mês e era bom porque se eu precisava comprar alguma coisa eu podia pegar um pouco e aí teve uma vez que eu fui assaltado me levaram o celular, eu comprei o celular né e eles não ficavam questionando muito, no meu caso era bom porque eu não queria torrar todo dinheiro em alguns casos que não é bom né porque Gastão tudo, agora assim o meu caso no "NOME DO ACOLHIMENTO" é um caso bem diferente da maioria né, porque eu lembro, todo mundo já, os meninos de 14 anos já iam para festa, já bebiam, já fumavam e eu não, eu só ficava

	em casa e trabalhava, não fazia mais nada, eu não ia no cinema ,não ia no shopping, nem isso eu ia, aí acabava que com meu dinheiro quase tudo guardava, às vezes eu saía com meu irmão mas fazer alguma coisa comer um lanche mas foi isso. 4) Lá no.. quando eu tava nessa casa aí que eu fui internado lá era só eu, só que o meu problema era só do uso, não era da... de...vender.. é que quando nós viemo nessa casa lar mesmo.. lá mesmo.. Nós não era mais criança, eu usava só maconha mesmo, aí foi não dava.. não brigava com ninguém, eu chegava e ficava tranquilo da minha, ajudava até a tia a cuidar dos meninos...[Participação da família] Dá trabalho até hoje, agora ele não mora mais comigo.. mas assim que ele saiu da clínica e eu tive que pegar a responsabilidade para cuidar dele depois que eu fui no “NOME DO ACOLHIMENTO” “ele vai morar com o senhor, então ele não quer mais ficar aqui..” Ele já tava com 17 anos mais ou menos.. Aí que eles liberou ele para morar comigo de novo, mas mesmo assim continua com o mesmo problema até hoje 5)É tipo assim elas é tipo assim minha mãe conversando com meu namorado um exemplo, “NOME DA EQUIPE E DAS EDUCADORAS” tudo conversando com ele e eu mesma quietinha só ia.. ela vai sair você tem interesse de morar com ela? para ela não ficar sozinha... porque eu morro de medo de ficar sozinha.. eu morro.. aí ele pegou e falou então o meu medo eu ia morar com ela e não dá conta de pagar as coisas não dá conta até então eu entendi eu conversei com ele que tinha medo de ficar sozinha e só fazer uns seis meses que eu tava namorando com ele para você ter noção e aí eu fui morar com ele só quando eu tinha seis meses de namoro foi muito rápido aí tá aí nós namorando se conhecendo foi morar com junto com ele eu saí de lá[...] aí eu tava trabalhando eu lembro como fosse hoje ele tava buscando as minhas mudança lá em casa lá em casa não lá na casa lar lá lá perto do “NOME DO BAIRRO”eu morava lá aí eles me deu uma semana para eu sair da casa isso que é ruim o coração foi a... Não é bom.. é uma turbulência muito grande sabe saber que você não vai ter mais aquilo que você não vai ter mais aquela multidão para você conversar você não vai ter mais educadora a educadora para falar está errado esse montar nossa tive que aprender tudo sozinha.
Como foi seu último dia no acolhimento	1) Assim, eu não tive último dia de acolhimento, eu decidi ir embora, porque assim eu pagava minhas contas eu ia lá só para dormir e eu queria procurar um rumo pra minha vida já, porque eu sabia que um dia ou outro, ia ter que fazer isso, então eu adiantei, eu já não queria ficar lá mais, daí eu falei assim vou alugar uma casa, procurei uma casa achei a casa.eu não conversei com ninguém, com ninguém, ninguém sabia foi por si próprio, até então eu ia no médico sozinha, marcava o médico sozinha fazia tudo sozinha, por isso que

eu decidi sair de lá, eu só ia lá mesmo para tomar banho e dormir só, ninguém me via, saia cedo quase ninguém me via eu chegava tarde, eu trabalhava de manhã e estudava à noite.[...]eu pensei, que que eu tô fazendo aqui, se eles não preocupa comigo, teve uma vez que eu tava passando muito, mas muito muito muito mal e eu pedi para me levar no médico e ela falou assim, você já tem 17 anos, você já pode ir muito bem no médico sozinha, aí eu chamei um Uber e eu fui sozinha e eu tava passando muito mal e não fizeram questão nenhuma então, então isso foi juntando tudo e aí foi aonde que eu pensei não adianta ficar aqui eu faço tudo sozinha, pago minhas contas sozinha

2) Último dia.. eu sai dia 3 e fiz aniversário dia 2. Ah! Foi aquele clima de que “cê tá indo embora”, assim.. não foi normal, porque eu tive que me despedir de todo mundo e tal.. Eu acho que por conta de eu já ter que me despedir de muita gente durante esse tempo todo que eu fiquei no acolhimento foi fácil.. foi fácil.. difícil foi ter que me acostumar depois no meu dia a dia.. não tá todo dia ali com.. com determinada pessoa por exemplo

3) Fez 18 anos você já tem que ir ela ficava tipo, Ah não sei aí eu falava algumas coisas tipo que dava a entender que eu não queria ir embora, ainda mais que no final era tão bom porque não tinha mais aqueles meninos mais doido entende. É aí tá, acabou que eu fiquei mais 20 dias depois eu acho que eu fui no dia 20 embora fiz aniversário no dia 4. Ah eu fui enrolando! Aí eu fui organizar com calma tudo, mas aí eu acho que na hora ela falou que até dia 20 você pode ficar, aí deu no dia 20 eu fui. No meu aniversário, foi assim eles falaram para a gente fazer tipo uma despedida, a gente ia no rodízio, algumas pessoas da casa, só que eu não sei o que tava acontecendo que eu não quis fazer, eu falei não, eu não vou fazer não... não sei eu acho que eu não queria ir embora e outra coisa também que eu ficava pensando em que eu ia sair, mas o meu irmão não iria comigo, porque nessa época eu recebia um salário-mínimo que era uns R\$ 800 e não dava para me ajudar a levar ele comigo, então isso já era outra coisa que me deixava mais né e aí então chegou o dia 20, quem que me levou? Acho que a não, nessa semana que eu ia sair a gente foi comprando mais coisas, os móveis aí eu já ficava lá na casa que eu ia morar recebendo as coisas na hora que acabou de montar tudo foi no dia 20 aí eu já fiquei por lá acabou que nem. A gente comprou, o que tinha que ter né, tinha um sofá, nada do que eu tenho agora tudo já era já mudei já fiz tanta coisa já faz 4 anos eu acho ou 5 anos, Ah foi legal até, deu falar nossa isso aqui é meu!

4)

5) meu aniversário foi tipo mais um chá de casa nova eles me deu tipo assim eles não me deu presente.. mas deu coisa para casa e aí eu achei o máximo minha primeira panela de

	pressão (...) Que eu ganhei ganhei meus garfo ganhei minhas coisas tudo tinha uma casa montada bonitinho era uma gracinha ganhei muita coisa Graças a Deus eu comprei assim mais um armário a geladeira eu ganhei o fogão eu ganhei eu ganhei eu ganhei guarda-roupa ganhei, nossa senhora, que eu não tinha eu só tinha tv mas eu nem assisti eu nem ficava em casa mas trabalhava que ficava em casa aí ele ficava em casa [...] Era aprendiz também nossa, aí depois tá aí eu fiquei até eu sair de “NOME DA EMPRESA/TRABALHO” fiquei no serviço um ano e cinco meses e depois eu sai porque o contrato acabou e eles não quis me efetivar. Não efetivou, aí foi onde eu passei um sufoco.. não minto eu comecei a receber aquele R\$ 300...é de pagar o aluguel é uma coisa do governo. É, aí depois eles conseguiu para mim onde R\$ 960.
Como foi nos primeiros dias fora do acolhimento?	1) Ah.. é.. é igual que nem eu falei, lá cê tem um psicólogo, um assistente social ali procê que vai tipo te ajudar com qualquer coisa que acontecer.. cê ter uma equipe, que qualquer coisa que acontecer ali com você, eles vai ta lá pra te instruir.. pra fazer alguma coisa pra você, pra te acompanhar em tal lugar.. é diferente do cê sair com 18 anos e a por exemplo aí uma coisa besta, ah você vai no médico e você vai sozinho ninguém pode ir com você.. já tem ninguém pra te acompanhar ali numa coisa que é fácil, mas por ser uma coisa que sempre tem alguém ali pra falar por você .. muda.. é bem.. difícil assim adaptar no começo, mas a gente se adapta. Não.. tinha esse acompanhamento né que eu falei, que eles faz por 6 meses.. mas por eu mesmo, eu não quis ficar muito nisso sabe.. tipo, eu sabia que eles tavam lá que eles iam me auxilia.. auxiliariam as coisas, mas.. eu não recorri a eles pra nada, até porque não foi necessário.. eu preferi já que eu vou viver por conta própria, já começar a experiência. 2) Eu fui pra casa dos meus avós de volta, que foi da onde eu saí e voltei pra lá com 18 anos. Eu saí em 2014 e 2019 voltei pra mesma casa. E o que tinha mudado na casa? Nada . Nada? Nada.. sim, cê tá falando na parte estrutural... Nas duas... e na organização das pessoas. Bom na estrutural tinha mudado porque né.. meu vô tinha reformado e tal. Bom.. agora na parte das pessoas não mudou nada, continuou o mesmo ambiente caótico que era antes.. então não mudou muita coisa não...Exatamente. Então.. mudou que minha mãe não tá morando lá mais.. mas.. mora do lado tá todo dia lá, então (..) mas, só que agora não mais em droga, agora é em álcool.. que na época, no meu ver.. deixou ela pior do que antes.. antes quando ela usava droga ela se mantinha sóbria algumas vezes, agora no álcool ela nunca tá sóbria. Na primeira semana foi difícil.. Eu trabalhava e estudava.. não.. eu estudava na verdade, só fazia curso. Fazia dois cursos um à noite...Você já tinha acabado o

colegial? Já tinha acabado o colegial, aí eu fazia um curso no Senai de auxiliar de linha de produção na parte da manhã que era das 7:30 às 11:30, e na parte da tarde eu fazia um curso de informática avançada na People, então assim.. eu nem ficava muito em casa dia de segunda e quinta não ficava em casa, agora nos outros dias eu ficava o dia inteiro em casa, sai do curso e ficava em casa.. é.. aí a minha rotina era essa, acordava 5h da manhã pra conseguir pegar um ônibus e ir pro curso.. é.. na escola quando eu morava no abrigo não precisava disso.. que eu acordava às 6h, minha escola era do lado então nem precisava de pegar muito ônibus nem nada, então era coisa prática.. aí ali eu cheguei e tinha que pegar 2 ônibus superlotados, aí eu fui vendo isso e tipo no.. na primeira semana me deu uma crise de ansiedade na hora que eu tava indo pro Senai, aí eu cheguei lá e tinha meus amigos e tal.. aí me acalmaram, mas na primeira semana foi mais difícil me adaptar, que aí foi cair e nossa... E a rotina de comida, roupa, dia a dia.. como que ficou? Como era e como que ficou? Ah, isso aí não mudou muito não porque a minha avó fazia tudo lá em casa, ela que mantinha a casa no lugar, tipo ela limpava, ela cuidava da casa.. então isso não mudou muito não, eu chegava o almoço tava pronto.. é.. a janta, as vezes eu chegava do curso a janta a noite já tava tudo pronto, a minha roupa quando não dava tudo certo, tempo pra eu lavar, ela lavava pra mim.. isso foi bem tranquilo. Uhum, então sua avó foi muito importante nessa saída? Nossa muito.. muito importante.

3) Eu já morei em ... até meu irmão já morou aqui nessa casa mesmo nesse quarto, o que que acontece, nesse apartamento, Eu só vim para cá por causa do meu irmão, porque o que que acontece foi assim, deixa eu contar, desde o início, primeiro fui morar numa casinha que era dois cômodos só, que era R\$ 200 o aluguel, para você ver, mas eu recebia R\$ 800, aí nessa época o dinheiro que eu recebia era bastante, mas eu gostava de comer bem, comprar um monte de coisa, ainda mais que eu trabalhava no supermercado tudo que tinha eu queria comprar. Não, não bebia, Eu tinha 18 anos não bebia ainda, não fazia nada, só comia e eu gostava também de comer lanche aí eu vim embora até passar na lanchonete ali e pegava lanche, não sei como que eu sou magrinho até hoje [Risos] Porque comia muita coisa assim, aí depois disso eu mudei para outra casa e eu tava namorando, eu mudei só porque eu tava namorando, ... E eu morava do lado da casa dele, é aqui na casa dele tem um escritório na frente e tinha duas casas de fundo. Só que eu fiquei três meses e aí a gente largou, aí eu falei Ah também não quero ficar aqui mais, aí eu tenho um amigo meu do meu serviço, que ele até fiscal agora, e ele morava no condomínio aqui do lado, no apartamento igual esse tinha um quarto sobrando, aí ele falou vamos morar lá comigo, vamos morar

comigo, você não quer sair de lá, é bom que nós economiza, nós ia dividir tudo né nós ia ficar... aí era melhor né aí quando eu fui para casa dele fiquei dois anos, mas aí eu falei vou ficar uns dois meses lá, então até organizar achar um lugar melhor... Sim, aí deu dois meses eu falei achei uma casa ali, você acha que eu vou para lá?, e ele me falou assim não tá de boa tá tranquilo, vamos ficar aqui tal..., aí foi que eu fiquei dois anos, aí dois anos depois eu saí por causa do meu irmão, porque acabou aconteceu muitas coisas comigo também né, detalhes da vida e acabou que meu irmão ia vim morar comigo. Era assim que eu pensava, o que eu falava com "NOME DO IRMÃO MAIS NOVO" era assim e sobre ele conseguir serviço, porque assim eu recebia pouco ainda e não dá para fazer o que eu tinha vontade de fazer, alguma coisa, para começar a ganhar mais né, mas aí eu pensava também nossa gente eu tenho que fazer uma faculdade, mas eu tô trabalhando para pagar aluguel, meu dinheiro só dá para mim sustentar, não vou fazer faculdade e assim até eu queria estudar, ganhar uma bolsa mas eu nunca tive, ah sei lá eu sempre tive uns problemas emocionais também sabe aí eu ficava meio deprê às vezes mas [...] Custava o meu salário né, eu fiquei um tempão ganhando um salário-mínimo no "NOME DO COMERCIO" [...] aí acabou que teve uns tempos que eu fiquei meio ansioso sabe, dava muita ansiedade e eu ficava meio ah não sei aí eu ficava meio depressivo assim sabe, por causa de tudo que tinha acontecido, sei lá sabe parece que não era para ser assim sabe sei lá aí eu comecei a sair para festas, eu nunca...eu nem bebia.... foi depois que eu larguei desse meu namorado meu, eu comecei a sair com os amigos lá do serviço mesmo, porque nessa época tinha umas 10 pessoas do serviço que era assim igual eu né, tava na mesma vibe aí a gente começou sair tudo junto e aí eu comecei beber bastante [...] A vezes nossa, nossa, muito porre, aí eu bebia bastante, mas eu sempre saia das festas apaixonado por alguém [...] É aí tipo assim eu conheci alguém lá e aí a gente conversou e começava a conversar se conhecer melhor, aí acabou que eu percebi, que o pessoal aqui de Franca é um pior que o outro né aí eu desisti aí eu desisti do amor. Aí teve uma fase que eu mudei muito, que eu mudei completamente, teve uma vez que eu fui numa festa e não fui trabalhar no outro dia. Então eles poderiam ter me mandado embora, mas é porque ali eu fiz amizade com todo mundo né, até quando eu fui morar sozinho, que eu sai do "NOME DO ACOLHIMENTO", eles alugaram um lugar lá foi todo mundo e cada um dá um presente um deu um prato um deu outras coisas.... a gente chamou o chá de casa nova ... Aí acabou que eles me seguraram muito tempo ali porque a gente fez assim muita amizade, mas aí que eu tava falando eu tava na casa do meu amigo aqui, a gente ficou dois anos aí a hora que eu tava

melhorando assim meus problemas emocionais e tal, o meu irmão estava com o problema dele no “NOME DO ACOLHIMENTO”, porque ele tava muito revoltado né, aí ele começou a se envolver lá com os meninos muito doido

2) Eu acho assim fundamental, essencial ter isso. Eu já vi várias educadoras que ficou na casa, que quis apadrinhar algum adolescente, mas por conta de normas da empresa mesmo de não poder ter.. que não pode ter esse vínculo com a criança, que no meu ver é.. como pode se dizer.. é bem ruim isso, porque é difícil você não ter vínculo com uma pessoa que você vê todo dia, que você.. que as vezes quando você tá triste é com ela que você vai conversar, quando você tá é.. enfim, tudo você vai conversar com a pessoa, então é difícil você não criar um vínculo, não criar afinidade com a pessoa. É eu acho que deveria sim né, ter esse apadrinhamento com alguma educadora é.. mas no modo geral eu acho essencial, porque é igual eu falei, tem gente que vai sair ali e que não tem contato com ninguém da família. Eu ainda tive, tá que não foi a melhor opção que eu tive na minha vida.. mas eu tive pra onde ir, tive o apoio da minha avó, é.. então tipo assim.. tem gente que não tem isso e é às vezes se tivesse um padrinho ou uma madrinha já é um apoio que.. pra.. sabe.. pra ele continuar [...] Quando eu era menor que foi.. quando era mais criança, que era mais difícil porque você via pessoa todo dia.. e quando você é criança tem isso de né tipo você vê a pessoa todo dia ou a pessoa que te dá afeto e tudo.. é mais ruim.. é triste. [...] Eles falava,não, não deu certo aqui a gente vai embora.. ou muita das vezes falava que ela quis ir embora, aí às vezes você encontrava ah no Facebook, no Instagram “ah, me mandou embora”, então tipo assim tinha essa mentira também sabe, eles não era 100%, tipo “ah, a gente mandou embora por causa disso” era “ah, ela preferiu ir embora” era desse jeito. Eu acho que nessa questão de ser mandado embora deveria sim ter a opinião das crianças e dos adolescentes, que às vezes é o que eu falei os adolescentes por a gente não tá na nossa casa a gente ter que fazer de um lugar que tem outra 6 crianças totalmente diferentes de você, a gente ter que fazer dali a nossa casa, da gente ter ali pelo menos educadora que a gente se sente confortável já é um.. tipo.. já ajuda nesse negócio de tipo se sentir em casa, então aí você fica lá com a educadora uma semana você tá apegando é afinidade, tenho carinho por ela aí eles manda embora, você tem que se adaptar com outra e querendo ou não isso é horrível, ainda mais quando é casa de criança.. tipo, pra criança já foi difícil falar, se despedir da família, aí quando ele tá formando um ambiente mais familiar.. vem e tira a pessoa que tá ali cuidando dela todo dia, então é.. acho que deveria sim essa questão de conversar antes com a criança e com o adolescente.. é quando assim.. quando tá tirando por esse

motivo, agora quando é um motivo diferente da educadora tá trabalhando de uma forma incorreta[...] Bater numa criança.. é.. sei lá, levar alguma coisa pra casa que não seja próprio.. essas coisas.. então tudo bem. eu acho que depende né, é que também tem isso se a educadora tem o afeto só por uma criança também tá errado.. mas geralmente é difícil não ter tipo assim uma afinidade mas com uma determinada pessoa.. por exemplo na casa que eu morava tipo a tia que chorou ela gostava demais de mim,

5) Eu não tive isso não, eu queria ter. Eu acho.. eu acho importante, queria ter um padrinho e uma madrinha pra me dar uns conselhos. Então... é não sabia disso não, que legal. Isso aí é bom pra quem sai, oh... É porque a gente precisa de uma pessoa quando sai, querendo ou não, quando cê tá lá dentro é um monte de gente cê conversa, cê entrosa, e tipo assim do nada cê tá ouvindo e do nada cê sai e vai morar sozinho. Nossa é muito ruim a solidão... não sei, mas eu acostumei com as crianças lá, mesmo que as crianças fossem terríveis sabe, nossa tinha dia que eu queria tá ouvindo os gritos delas. Senti falta daquela alegria, porque querendo ou não tinha os momentos de briga tinha, mas tinha os momentos de alegria nas casas ... tinha os momentos de carinho um com o outro querendo ou não... toda a casa que eu passei eu era criança com os meninos, eu tinha assim o meu momento de brava né ... de querer as coisas tudo certo no quarto que dormia, alguém que dormisse no quarto que eu dormia tinha que ser organizadinho... ixi, nossa tadinho os meninos sofriam, e ponhavam só homem pra dormir comigo, os meninos sabe... porque eu não vou querer criança eu sempre gostei de homem mais velho, aí sempre colocam os meninos pequenos pra dormir comigo... Ah, que eles entendiam assim : “que cê não tinha nenhuma questão, então não ia pôr a mão nos meninos pequenos”, de questão do abuso... Ixi tinha menino de... dormi com menino de 14 anos sabe, ele na caminha dele e eu na minha, e outra se eu fosse trocar dentro do banheiro, tinha que sair... não gostava que mexia no meu guarda roupa, eu dobrava as roupas dele e falava “oh deixa desse jeito sabe”, eu era o exemplo a mãezona também lá, eu ajudava a tia, ajudava a tia a fazer comida... sabe ? Eu gostava... agora cê vai pra uma casa assim que cê: “gente cadê todo mundo ?”

Questão	Compilado das Respostas - A VIDA ADULTA
Residência atual. Com quem?	1) Hoje em dia eu moro com meu irmão e com meu namorado atual, e também com a minha cunhada

	2) Mora eu, a minha irmã, agora o meu cunhado e a irmã do meu cunhado. E tá bem.. melhor do que lá no meu avô. 3) Agora sozinho, mas assim, já teve diferente. 4) Hoje em dia cê fala ? O agora ..Hoje com meu pai [PAUSA] 5) To com a minha irmã agora e meus sobrinhos
Como está sua saúde? Qual foi a última vez que você foi ao médico/serviço da saúde?	1) Tinha só o acompanhamento que eu ia né que depois cortou, eu nunca mais fui que é o ginecologista mesmo, mas aí eu já tentei passar pela (UBS), mas demora demais, aí eu fui adiando, mas aí questão de saúde essas coisas só quando eu passo muito muito muito mal, alguma coisa que eu vou no médico. , lá era mais fácil nesse sentido. era plano lá, mas eu ia sozinha, eu marcava sozinha, diferença é quando eu sair de lá eu não tinha mais então, para mim pagar, para mim já era caro, 2) Não fazia nenhum acompanhamento.. é fazia só psicólogo mas ele eu parei ainda quando tava lá mesmo. É.. exame assim o último que eu fiz foi saindo de lá, aí eu fiz um check up ai depois disso aí eu não...É, antes de sair eu quis fazer.. pedi pra fazer um check up, aí tava tudo certo e depois disso eu não fui mais. Que que cê fez? Exame de sangue, urina... Tudo. Tinha plano, o plano ainda continuou depois que eu saí, por 6 meses.: É, só que não foi necessário não. Do covid Vacinei, as duas doses já. 3) Lá era bom, porque eu tinha plano, antes de ir para lá eu tinha feito um plano, esse do “NOME DO PLANO DE SAUDE”, queria fazer tratamento de dermatologista, porque eu tinha muitas mas muitas espinhas, meu rosto nossa senhora só espinha, é até eu fiz, antes de ir para lá eu já comecei fazer e aí quando eu cheguei lá eles falavam nem que lá já tinha o plano de saúde também, ai eu cancelei o outro, a “NOME DA COORDENADORA DO ACOLHIMENTO” até falou a gente tem um plano aqui tal, mas como você já tem, mas depois eu cancelei, falei, o que vou cancelar meu plano, vou pagar plano não, aí até eu falei lá no serviço, porque não podia cancelar durante um ano e eu tinha feito fazia poucos meses, mas aí eu chorei lá para eles, eu falei nossa a gente precisa cancelar, porque eu preciso guardar todo o meu dinheiro, e cancelou, e aí eu cheguei para “NOME DA COORDENADORA DO ACOLHIMENTO” e falei não tenho mais plano, e aí foi muito bom isso né, porque eu ia lá fazer as consultas, teve uma vez, eu não lembro se eu ainda estava lá, eu consegui umas consultas com a psicóloga, com a mesma psicóloga que eu tinha em Cássia, porque ela é daqui de Franca e ela ia lá em Cássia, e eu fiquei fazendo um tempo com ela lá as consultas, foi bom assim, área de saúde né, e eu, eles deram um plano de saúde e aí assim eu ia atrás de tudo

	né, eu mesmo me organizava do poder fazer as coisas né, agora sim, no caso do “NOME DO IRMÃO”, ele tinha o plano e ele queria fazer também esse das espinhas, porque eu incentivava ele, só que ele não queria ir atrás né e aí eu te falei, fala para tia e tal para ela marcar consulta, mas aí não deu certo nem, a gente tem que arrastar ele para as coisas né. 4) 5) Não... é mais dentista mesmo. Preciso porque eu tava tratando um canal quando eu tava no abrigo, aí eu parei. Eu tenho que ligar lá e marcar num é? eu vou ligar lá e marcar de novo, que eu tô com um canal de novo. Eles cuidou lá, limpou e falou que era pra voltar lá e fazer tudo certinho. E outra coisa que eu queria ver, cê sabe se aquele... eu fiquei sabendo que tem uma casa de mulher que é ginecologista né? É ali [Foi orientada pela pesquisadora]. Nunca mais depois que eu saí, eu preciso. Por me dá uma... um... Eu não tomo nenhum anticoncepcional, e eu não engravidado... Não tomo nada, nem previno nada. Eu ia porque tava no acolhimento se não, não ia não... eu não gosto de médico, aí tem que ir eu to precisando de ir mais pra ver isso sabe? que mais pra frente eu quero ser mãe sabe? não agora, quando eu tiver uns 30 anos, aí eu tenho que ver agora. Agora a vacina do Covid, ixi, Tia eu tomei, eu fiquei gripada 1 mês: Mas eu vou tomar de novo... eu vou tomar no ano que vem, esse ano eu não vou tomar mais não...
Como é a sua relação com a escola?	1) Quando eu saí de lá, não, eu saí de lá e aí eu tive que cuidar da casa, porque trabalhar e estudar à noite, aí acabei que o bombei, porque aí eu faltei muito, bombei na escola, aí eu fui terminar o terceiro em um supletivo, um ano na frente que foi em 2019 não em 2020. eu fui atrás de tudo, eu procurei, eu que fui atrás, eu que fiz minha matrícula, na verdade “Nome da Coordenadora” me ajudou ela me deu um rumo, uma direção, ela me deu um papel, ela me deu um papel com o nome de todas as escolas que faziam o supletivo, aí ela falou assim para mim, aí você vai em todas que achar mais próximo para você, 2)A minha avó é nossa, ela ficou muito feliz.. mas é aquela coisa ela tava feliz porque você tá feliz, porque ela não entende muito a questão de “oh, entrou na faculdade”, ela não entende..não consegue.. pra mim é muito grande isso né, pra ela.. ela ficou feliz pela minha felicidade. A minha irmã também ficou super feliz, a minha mãe também demonstrou felicidade mas.. também.. acho que nem sabe, meu vô também ficou feliz, todo mundo que tipo, que gosta de mim.. que eu converso ficou super feliz de eu ter passado. Não entende é.. não tem noção.. exatamente.. porque pra mim é demais, só pelo fato de

ser o único da família por parte de mãe que vai entrar na faculdade. Eu to gostando.. assim, online.. a minha faculdade é presencial.. passei pelo Sisu,mas no momento ta online por conta da pandemia e tudo mais.. online eu sinto que eu não tô aproveitando tudo que eu poderia aproveitar da faculdade.. é das aulas, do aprendizado e tudo mais, só que eu tô gostando, eu creio que começando presencial seja melhor ainda

3) Uma coisa que eu senti falta lá no “NOME DO ACOLHIMENTO”, foi isso porque assim na área da saúde estava ok né, agora na área da educação né, eles nunca fizeram nada lá né sobre isso eu terminei a escola e aí a gente nem conversou sobre faculdade sobre nada, eu só saí e se eu quisesse fazer alguma coisa que tinha que fazer por conta própria, isso acaba fazendo falta para a gente né porque, quem mora com os pais, os pais vão ajudar nisso né mas e a gente vai sair sozinho vai ter que pagar as contas tudo e aí como que vai pagar os estudos né

4) [MÚSICA TOCANDO NO FUNDO] É, eles me matriculou na escola do [i] aí eu fui.. eu fui expulso da escola. Eu briguei com um moleque lá na escola lá, aí eu tinha uma faquinha do apontador.. aí eu fui e passei no braço dele... Igual nesse dia da escola aí foi porque um moleque me tirou muito do sério, porque eu sou tranquilo mesmo.. calmo.. tranquilo.. vixi.. [Participação da família] . [RISOS] . Louco também da cabeça... Não.. esse dai sempre perdeu os parafusos desde criança...

5)Na escola eu era sempre expulsa eu nunca gostei de escola tia.Nunca gostei de escola. Ah não sei, ah eu fui expulsa só de uma aí eu parei de gostar de escola por causa.. lá no “NOME DA ESCOLA” por que a era a diretora lá tratava a gente diferente porque nós era do abrigo não gostava. É, porque nós era do abrigo.. aí todo mundo lá sabia que nós era do abrigo, e aí ficava fazendo indiferença com a gente.. aí aquele boca do batom azul cê lembra? aí eu passei aquele batom azul e fui para escola e cheguei atrasada.. aí o marido da diretora tava lá na sala dela e eu tive que passar lá e falar para ela que eu cheguei atrasada e que não iria se repetir, aí não sei o quê que foi que eu retruquei com ela que ela falou o negócio para mim "que esse batom ridículo", aí eu retruquei com ela aí ele falou assim se fosse a minha filha eu arrancava esse batom com tapa na boca aí eu falei se você for homem você vem aqui arrancar. Dentro da diretoria, aí eu chamei o “NOME DO COORDENADOR” na hora falei para o tio o “NOME DO COORDENADOR” e o tio o “NOME DO COORDENADOR” foi lá eu falei "ó tio o “NOME DO COORDENADOR” eu cheguei atrasada fui dar uma

	satisfação para ela, e ela pegou e começou a falar com grosseria e falou do meu batom, aí o marido dela falou se eu fosse filha dele ele ia arrancar o batom com tapa na boca".. Aí o "NOME DO COORDENADOR" falou assim ele não tem que dirigir a palavra a você e se for para frente isso, aqui vai dar ruim pra ele porque ele não tem que falar nada pra você, você é protegida do fórum que que é isso que ele tá falando ele ficou quietinho..Ixi, aí eu acabei com ela tudo falei aí sua vaca de três tetas chamei ela até de vaca, porque eu fiquei muito brava do marido dela tem intrometida sendo que ele não é nada na escola ele só tava esperando ela aí por isso que ele chamou.
Fale sobre sua vida atual.	1) quando eu tava morando já com o meu ex , que a "Nomes da psicóloga e assistente social" foi na minha casa, mas assim eu achei desnecessário, porque quando precisou mesmo ninguém ficou preocupado comigo, ela só foi lá foi ver como é que eu tava lá na casa que eu tava morando, eu acho que foi mais para fazer um relatório, porque eu sai antes, só para falar que eu tava bem onde que eu tava com quem eu tava, só foi para isso mesmo, pra fazer um relatório, só para alinhar, só para conferir para passar para o juiz, porque como eu sair antes dos 18, eu decidi sair antes dos 18, ela tinha que passar um relatório elas eram meio que minhas tutoras né. Algumas coisas assim sentia falta, por exemplo, como o meu irmão ficou lá ainda, eu sentia falta de estar convivendo lá, tá morando lá para estar perto dele, porque aí assim eu não podia ir lá qualquer hora eu tinha que avisar com antecedência o dia que eu ia lá, a hora, para ele se organizar de estar me recebendo, é isso que ficou mais difícil só que eu conhecia a pessoa que trabalhava na casa, ainda tinha uma facilidade, eu ia lá, qualquer hora, ela deixava eu entrar eu conversava com o LUCAS, às vezes era café da tarde aí eu tomava café da tarde junto com ele, quando eu saía do serviço.Querendo ou não é bom, porque imagina se fosse tudo liberado e fosse assim a deus dará, entra todo mundo, na hora que quiserem, entrava e saía e aí não ia ser bom né, para mim era ruim porque eu vivi lá e depois eu não podia entrar no mesmo lugar que eu convivi, para ver o meu irmão, nesse sentido que era ruim, mas quem é de fora, eu acho que para os de fora eu acho que é o mais certo, porque aí a gente de fora lá e visitar e tal e aí tinha que combinar o horário da mesma forma que eu, então foi meio que eu era uma visita para quem já conviveu e morou lá. aí tipo eu tinha que estudar, trabalhar e ainda cuidar da casa e ele me ajudava, me ajudava muito menos mas ajudava, eu fazia ele me ajudar, mas foi difícil, foi mais difícil ainda porque eu tava estudando, porque se eu não tivesse estudando,

não ia ter sido tão difícil, porque é uma coisa normal, mulher você sabe já faz isso né, não fazia isso na casa do meu vô, cuidava do meu irmão ,ajudava eles, no acolhimento a gente divide as tarefas para limpar banheiro, para arrumar seu guarda-roupa, arrumar o quarto, fazer essas coisas, então assim um serviço normal, não era uma novidade, só que sobrecarregou tudo serviço em cima de mim, porque ele não me ajudou muito né e, e eu trabalhando estudando e dona de casa e eu chegava Cansada.

2)Mora eu, a minha irmã, agora o meu cunhado e a irmã do meu cunhado. E tá bem.. melhor do que lá no meu avô.Porque que eu vim pra cá no caso? É.. por conta de um tio que é alcoólatra também, aí ele bebeu demais chegou lá em casa.. porque a mulher dele tinha colocado ele pra fora, aí ele brigou, começou brigar lá em casa e.. veio brigar comigo também por conta da internet, ai ele veio brigar comigo, começou a quebrar a porta do meu quarto.. fazer a maior bagunça lá em casa.. aí eu já não queria.. já não estava me sentindo bem por ter briga todo dia, por conta das questão do meu tio também que tem um problema de cabeça e tal [...] eu liguei pra minha irmã e falei pra ela que eu tava vindo pra cá, aí eu juntei as minhas coisas e vim e ela deixou.. ai aqui é bem melhor. [...] minha mãe a gente teve uma experiência dela morando aqui uns 4 dias, mas não deu certo, por conta do vício dela. Eu e a minha irmã, decidiu acolher minha mãe aqui, porque o cara que ela tava bateu nela.. machucou ela, quebrou a perna dela.. aí a gente foi buscou ela, levou ela no médico, comprou os remédios.. os medicamentos tudo.. e trouxe ela pra cá e conversamos e decidimos que ela ia ficar aqui com a gente, pra gente tentar cuidar dela. Aí a gente já foi colocando regras né, porque.. por conta do vício, do álcool.. a gente tinha que fazer ela parar de beber, então tipo assim.. num dia ela tomava 5 corote, pinga.. bebia 5 coisa de pinga.. aí a gente falou “oh, aqui você vai beber.. a gente vai comprar 1 e tem que durar o máximo de tempo possível”, aí no começo ela foi e bebia só quando ela tava passando mal, que ela não pode ficar sem beber que ela começa a passar mal, começa a tremer enfim.. aí ela tava respeitando isso, tava bebendo só quando tava passando mal enfim.. tava com a perna engessada também, acho que isso deu uma segurada nela.

3) Deixa eu te contar, pior fase que eu tive, para nós que eu perdi o controle da minha vida foi esse ano, mas eu acho que é por causa da pandemia, porque antes da pandemia, quando eu ficava muito ansioso, que eu ficava muito em casa só vendo televisão, eu começava a sair eu saía nos finais de semana com os amigos para dar uma

relaxada, aí depois começou a pandemia e acabou isso, aí eu fiquei um ano aqui, de março do ano passado, então passou um ano, aí no começo desse ano, eu já estava outra pessoa, tava outra pessoa, eu tava nossa, é, comecei a namorar e eu tava ficando meio assim sabe, eu tava me sentindo sozinho, igual sentia antes sabe, aí eu comecei a namorar, o namoro não deu certo, só que essa pessoa eu gostava muito muito muito muito muito eu me apaixonei mesmo de verdade, mais do que o anterior, porque o anterior, anterior foi só para não ter que ficar sozinho sabe mas essa vez eu apaixonei mesmo. Durou três meses só, mas a gente largou ficou mais três meses conversando tentando voltar, mas não deu certo, não, mas o que que aconteceu, eu fiquei meio eu não sabia que eu fazia eu fiquei meio sem rumo sabe assim, antes eu controlava, mas o meu dinheiro, sim o dinheiro pagar minhas contas, sabe, aí depois disso descontrolei, desse namoro que não deu certo eu fiquei meio descontrolado sabe, eu fiz um monte de conta... que aconteceu eu gastei no cartão de crédito, tem um cartão de crédito de R\$ 5000 o limite, gastei tudo, gastei tudo isso, mas aí agora Já faz um mês, já faz uns dois meses já, falo assim para minhas amigas, Já faz um mês que eu já voltei ao normal, sai dessa fase, graças, a eles né os amigos né.... sabe outra coisa também que eu não falei

4)Ai eu fui preso né...é, foi lá na [i] depois de uns 6 mês que sai do acolhimento... Foi lá "NOME DO BAIRRO".. fiquei em "NOME DA CIDADE DE ORIGEM" mesmo. Foi Tráfico, 5 meses e 10 dias [CONVERSAS NO FUNDO].. foi pego umas duas ou três vezes. 5 mês e 10 dias. Sofri... Foi sofrido ixi... é... foi no dia que o Brasil perdeu pra Bélgica [...] Eu não vou esquecer isso nunca mais... [RISOS] aí passou eu saí.. passou 1 mês depois eu fui pego de novo, aí eu fiquei mais 3 mês e 20 dias...Não, aí ele me levou pra delegacia..não aí, eles me levou pra delegacia e da delegacia eles me levou pro "NOME DO BAIRRO", e do "NOME DO BAIRRO" eles me levou pra audiência de custódia, que é no fórum lá, e do fórum eles me levou pro.. pra.. penitenciária.. aí da penitenciária eu esperei pelo julgamento.. [INTERRUPÇÃO GENTE CHEGANDO] É meu primo e minha prima, filho do meu tio e minha tia... Aí depois eu fui embora no dia do julgamento... ai no dia do julgamento... Aí no dia do julgamento eles me levou é.. aí eu consegui o pedido de liberdade provisória com o advogado. Aí eu fui condenado 1 ano e 8 mês na lei de um sexto, na lei de um sexto a cada 2 mês cê mata 1 ano... Condenado 1 ano e 8 meses na lei de um sexto, aí a lei funciona a cada dois mês cê mata 1 ano de cadeia, aí quando deu extrapolamento eles concedeu minha liberdade..foi tudo de novo aí quando foi

o dia da audiência de novo no fórum que tava marcado...eu com jaleco da cadeia memo e a calça jeans marrom tudo marrom aí no dia... aí cê chega na cadeia e já raspa seu cabelo, igual meu cabelo já tava grande e...É o banho é gelado só que num tem hora não cê pode ir a hora que você quiser, só que lá tinha uns momentos que eles desligava a água os agentes lá que lá é tipo uma quadra de futebol que tem oito celas aí cada uma aí cada cela é 32, 34, 40, por cela 40 pessoa...aí tem essa quadra de futebol de futebol assim... Tava cheia.. lotada... Gente mais nova... gente com problema de saúde.. doente.. Ah, a pessoa tomava medicação deles que era já da rua mesmo aí negócio de levar para atendimento na rua levava não só se a casa a pessoa tivesse muito mas muito quase morrendo aí eles levava. Alimentação [RISOS] era ruim vixe.. e ainda era... era na cela.. igual lá tem um sol da manhã eles abrem 8 horas até 10 horas aí dá 11:30 no máximo meio-dia eles paga primeiro é o café da manhã é um pão aí um tanto assim de café e o leite um tanto assim também.. aí quando é aí depois é do Sol da manhã das 8 horas às 10 horas aí tranca todo mundo e só fica o faxineiro para fora para poder pagar as alimentação... aí depois 10 não 11:30 meio-dia eles pagam o almoço aí uma vasilha sim e o tanto assim de comida de arroz, feijão e carne.. aí depois 16:00 horas da tarde eles paga janta aí fecha todo mundo aí das... Das meio-dia às 16:00 horas eles fecha todo mundo aí ninguém sai e 16:00 horas eles paga alimentação.. Dentro da cela. Quem leva comida é os faxineiro da [i] os presos da primeira cela, aí ele sai passa joga uma água assim na.. na galeria que é uma quadra de futebol assim, aí ele joga água rápido vem com rodo raspando assim passando o carrinho para.. aí eles vai passando pela boqueta assim.. tem uns produtos aí eles vai passando pela boqueta as vasilhas.. Aí vai passando um para o outro. Aí eu fui preso de novo.. Mesma coisa aí eu fiquei mais oito meses e 25 dias. A terceira 8 mês e 25 dias... Aí teve a quarta ainda que eu fiquei mais um ano e um..1 ano e 1 eu cheguei até pegar corona.. Peguei lá dentro dessa última vez. ele só me deram uma vacina...P3: Quando ele saiu ainda não tinha saído a vacina... nossa uma dor ele só me deu um paracetamol, um remédio para... [Várias pessoas falando ao mesmo tempo] Nós ficou isolamento 105 em três cela... Com 300 e pouco dentro do raio, dentro do pavilhão era 300 e poucas pessoas.. aí nós ficou em 107.. 107 contaminado. Aí nós ficou 30 dias sem poder sair ir para tomar sol nem nada... Vixi.. tava apertado 107 em 3 cela.. vixe tava quase quase 50 pessoas em cada cela...Ixi, era dormir... se cê saísse pra ir no banheiro assim ce já perdeu o seu lugar... que é 12.. é 12 cama

assim, é 3 assim, aí 3 assim, 3 assim e 3 em cima.. é 12 cama..Num pega. Dessa última vez, eu tinha pegado uma cama que vixi demora.. eu fui pegar uma cama eu já tava quase indo embora tava quase indo embora com 1 ano.. com 1 ano de cadeia. A última vez agora que eu fui preso foi.. eu fui inocente da última vez. Tava do meu lado eu tinha acabado de chegar do serviço só que eu não sabia que tinha.. eu tinha acabado de chegar do serviço, o irmão dele tinha fugido porque a polícia tava lá por causa.. por causa do roubo de uma moto, aí eles queria saber onde onde estava. Na hora eu, na hora eu abraçando ele queria levar nois. Vocês sabem da sua mãe? (Mãe está em serviço de acolhimento para pessoas com deficiência) [Participação da família] É, Então antes ela não tinha problema nenhum... ela cuidava da casa.. ela fazia as coisas tudo certinho.. aí depois que ela foi perdendo a mãe, que ela perdeu o pai, aí ela foi ficando pior.. Aí ela deixou de fazer as coisas...Ela abandonou tudo, ela abandonou tudo deixou a vida dela era só andar, conversar assim.. Claro ela fazia as coisas assim, ela fazia.. não é que ela não fazia mas ela fazia no tempo dela se ela quisesse, se ela quisesse fazer ela fazia se ela não quisesse ela não fazia e era assim que ela funcionava e eu morro de saudade dela, morro de saudade dela... E como que ficou as visitas na pandemia? Vocês podem ligar para ela?Essa semana eu conversei com ela aí igual como eu tô trampando e ele também tá trampando, aí não deu tempo de tomar a vacina [i] igual lá tá.. para ir lá tem que.. pra ir visitar lá tem que tomar a vacina, só que essa semana nois conversou com ela por telefone, puxamo...

5) Foi quando eu tava precisando..Quando tava atrasando muito aluguel porque a minha irmã também tava desempregada.. Só, foi esses tempos atrás...: É recente agora com esse homi aí que eu tô saindo dá para ter uma vida como que fala.. uma vida boa sabe. Porque tipo assim.. ficava investindo em mim entendeu, eu ia ser submissa a ele.. e ele ia me dar tudo que eu queria, isso era o que ele queria sabe.. mas assim não faça isso mais não só vou ficar com esses dois veio aí e tá bom.. fazer isso mais não porquê, senão eu quero arrumar um namorado e fica quieta eu não quero mais para mim não.. tem os.. é bom mas depois cê chora, cê vê que não é uma coisa boa de fazer não é você tá vendendo seu corpo né. É mas esse sim porque igual assim se eu for pegar na rua igual essas mulher pega eles faz o que ele quer não é o que eu quero entendeu porque por isso que eu falo assim esses dois meu esses dois cliente meu aí é se eu quiser se eu não quiser não tem nós só dorme junto e olha lá é só que se eu quisesse eu não quiser não rola,

Você tem contato com alguém do período do acolhimento? Como tem sido?

1) eu acho que de lá mesmo é só o meu namorado, o meu irmão né lógico, minha cunhada que é irmã do meu namorado e o meu outro cunhado que também tá no acolhimento.é a minha família hoje em dia, de lá mesmo só tem essas pessoas aí que eu converso hoje em dia .mas que eu tenho mais contato era a “Nome da Educadora Social”, que eu menos gostava que eu tinha mais conflito com ela, mas depois a gente fez amizade. Mesmo depois que eu saí de lá, direto eu ia na casa dela, eu jantava na casa dela, tomava café na casa dela.depois que eu sai de lá eu tive ainda mais convívio com ela

2)Mantenho contato, mas pouco com os adolescentes.. mantenho com uma menina que morava lá comigo que a gente.. faz muito tempo que a gente morava lá, então a gente tem um vínculo maior, mantenho com ela mas assim pouco.. mais por conta da correria mesmo que é a minha rotina. E também mantenho contato... [RISOS] pode? Pode.. E também mantenho contato com você.. que é desde quando você saiu que a gente ainda tem contato.

3) Meu irmão e duas adolescentes só a “NOME DE EGRESSA DO ACOLHIMENTO”, tem a a “NOME DE EGRESSA DO ACOLHIMENTO” que eu converso às vezes, esse final de semana eu vi ela no aniversário de um amigo. Do meu irmão, quando ele foi para fundação casa, aí teve isso [...] eu ia lá toda semana né, eu ia duas vezes no mês eu acho que era a cada 14 dias, eu aluguei aqui, aí demorou um tempo ele saiu né de lá,, mas aí ele saiu era para ele vir para cá, mas o que que aconteceu, deixa eu ver, eu acho que a gente não conseguiu o serviço para ele e aí então ele voltou para o “NOME DO ACOLHIMENTO”. Foi aí ele voltou para o “NOME DO ACOLHIMENTO” e aí eu já conversava com os assistentes lá sabe eram outras assistentes já a gente até entregou os currículos dele, para tentar arrumar serviço, mas não arrumou, ele me visitava as vezes, aqui nessa casa deixa eu ver aí eu não lembro direito aqui ... Agora ele tá morando com a namorada, namora ele já fez 18, ele fez 18 esse ano, aí eu me perco nossa tanta coisa... aí piorou foi tudo mesmo viu, aí eu fiquei aqui nessa casa, que era para ele ter vindo e não veio, teve uma vez com um amigo meu alugou aqui o quarto por alguns meses, mas, aí foi isso, depois ele foi para Fundação de novo e aí ele ficou uns oito meses na fundação. Mas o ele é complicado, porque ele fala uma coisa para mim, mas depois ele faz outra, totalmente diferente, toda vez ele fez isso, tipo nessa segunda vez da Fundação, igual da outra vez, ele falou que queria trabalhar, queria que a gente morasse junto, só que teve uma vez que ele até conseguiu serviço com um cara lá de lá mesmo que tem

	uma fábrica de temperos, aí ele conseguiu o serviço, por causa disso ele até conseguiu sair da Fundação um pouco antes, aí ele veio morar aqui e eu já tinha arrumado quarto para ele comprado uma cama, comprei tudo. No começo foi bom, eu acho que ele ficou aqui poucos meses também, 5 meses eu acho, porque no começo tava bom aí depois ele já começou envolver com os meninos de novo, amizade né errada, porque assim ele não conseguia fazer outros amigos, ela só queria ficar com aqueles, aí acabou que ele perdeu emprego, porque tem vez que faltou do serviço faltou um monte de vezes, e mandou ele embora, pois ele tinha que procurar outro emprego e ele não tava querendo mais procurar emprego. É, aí teve uma vez ainda lá na Fundação Casa, antes dele sair, a minha mãe veio né, ela veio para conversar com ele lá, aí ele não me falou isso nunca, mas depois que ele saiu, ele falou para mim que ele falou assim, que essa vida era muito mais fácil, a vida que ele tava lá com os meninos, era tudo mais fácil do que ter que trabalhar, ter hora e tal... É, é, verdade não é, né, porque, vive se escondendo e pode ser preso a qualquer momento, como que isso é fácil né. 4) Tenho, tinha.. tinha amizade com a “NOME DE ADOLESCENTE ACOLHIDA”, com “NOME DE ADOLESCENTE ACOLHIDA”, só que eu e a “NOME DE ADOLESCENTE ACOLHIDA” nós esses dias discuti aí nós não tava conversando mais.. mais não.. aí eu tenho amizade com “NOME DE ADOLESCENTE ACOLHIDA”, com a “NOME DE ADOLESCENTE ACOLHIDA” esses dias eu conversei com ela... 5) Tipo assim só pelo celular com a tia “NOME DA EDUCADORA SOCIAL”... então não né? porque acaba não... que de vez em quando nós conversa.
Percebe algum tipo de preconceito por ter vivido no abrigo/casalar?	1) Eu sinto pena, às vezes eu conto até para uma pessoa mais íntima de mim, aí você sabe quando você olha pra pessoa e a pessoa tá com aquele olhar de pena, nossa tadinha, por isso que eu também não conto para todo mundo, eu não conto para qualquer pessoa, porque a pessoa fica com pena, e aí eu não gosto disso, acho que a pessoa não tem que sentir pena de mim, se aconteceu era porque era para acontecer, fazer o quê família é família [...] eu já cheguei contar para amigos mais próximos, igual agora eu não preciso explicar para o meu namorado, que eu estou hoje em dia, porque ele já viveu lá, ele já foi acolhido, então ele sabe né, mas tipo a minha história hein se eu contei para ele, como eu fui para lá, porque eu fui para lá, eu contei para ele, aí tipo meu ex antes, quando eu tava na acolhimento, que eu morava na acolhimento e namorava ele, ele sabia, porque ele tinha que assinar um termo, ele já conviveu lá na casa do meu

vô, antes de eu ir para lá e ele me conhece desde quando eu tinha 13 anos e agente reatou quando eu estava lá dentro, quando eu tinha 15 anos, então tipo ele meio que já sabia tudo na minha vida, não precisa explicar tanto, era mais amigo assim mas próximo que queria saber onde eu tava, porque eu sumi e no trabalho também mas tipo assim o trabalho era a mesma coisa, só as pessoas mais próximas que eu conversava, que eu tinha confiança que eu contava a minha vida, onde eu morava o que acontecia fora da minha vida dali e o meu chefe, porque quando eu entrei lá eu contei a verdade para ele, porque ele me perguntou, porque quando eu entrei lá tinha uma referência então aí eu contei né, Eu moro em tal lugar, ele não questionou nada, ele só perguntou onde eu morava porque eu morava lá e aí eu resumi para ele só.

2) Bom no meu ciclo de amizades não, até porque a gente nem conversa sobre isso nem nada.. mas assim todos os meus amigos sabem, mas é bem tranquilo [...] aí morei no acolhimento.. é bem normal, sei lá... Bom não sei se é porque eu ando com pessoas que tem a mente mais aberta, que não tem tanto esse negócio de 'ah morou no acolhimento', então é bem tranquilo, nunca passei por nenhuma situação não e também se passar acho que seria indiferente pra mim. [...] quando eu tava procurando emprego, aí perguntaram 'ah, você mora com quem?', aí eu 'ah, atualmente eu moro com meu vô', aí perguntam 'e antes?', tipo assim na entrevista de emprego por conta do nervosismo cê fica meio assim de falar, mas também é bem tranquilo.. só que cê sente aquela "dó", é eu acho que eles não conseguem esconder muito aquela questão da "dó", isso é... Ah, eu acho que eu prefiro que a pessoa fale assim: "ah nossa deve ser assim um menino sei lá.. um marginal.. aí a família dele deve ser assim..Do que "dó"...

Bom.. quem.. eu acho que tem que saber, sabe.. tipo, eu falo normal.. quem pergunta às vezes, quem faz alguma pergunta que o assunto... É.. que às vezes você fala ah eu moro com a minha irmã, e aí "ah porque você não mora com seu pai, com sua mãe..", aí cê acaba tendo que falar...

3) Não, ninguém nem sabe, nem converso muito sobre isso, às vezes todo mundo pergunta por que eu moro sozinho né, 18 anos né, é mais quando eu conheço alguém a gente começa a conversar né, as vezes vem aqui em casa e aí pergunta porque que você mora sozinho, aí teve até um amigo que eu vi esses dias e perguntou e seu pai? e aí?, eu falo assim aí longa história ...depois eu conto, eles são lá de "NOME DA CIDADE DE ORIGEM" eu vim para cá para trabalhar, eu falo só isso. Quando é namorado. é assim quando a gente tá mais

	sério, sim né, e eu conto tudo né, mas parece assim que ninguém entende muito né, eles nem fala nada, eles falam só a, nossa! Acho que eles ficam meio sem saber o que falar eu a acho. 5) Não. Tipo assim da minha parte? - Não, ixi... eu tenho orgulho de falar que eu morei lá, que eu falo que foi eles que me deu educação que eu tenho hoje, se não era pra eu ser uma usuária de crack igual minha mãe, era pra mim estar nas ruas aí... Não sei, não vejo ela... eu vi ela faz tempo sabe? mas, eu não quero ver ela também não... sabe? não quero ver ela, não quero ver meu pai, não quero ver nenhum deles. Que quando eu precisei deles, tava lá no abrigo eles não foram atrás. Só to esperando o dia que baterem lá e: "oh, vai enterrar sua mãe que ela morreu", só isso. Vai ser até bem melhor porque ela não vai tá aqui usando droga. Aqui né, aqui no mundo né...
Você conhece o serviço de acolhimento na modalidade República?	1) É eu fiquei sabendo recentemente que abriu esse República. É porque tipo assim, principalmente quando a pessoa não tem lugar nenhum para voltar, se ela tiver experiência ela nem vai que viver um pouco da realidade e aí ela vai poder ficar um tempo lá para ver o que que ela vai poder fazer da vida dela depois, porque aí ela tem que pensar ainda depois, porque depois ela não vai ter aquilo ali para o resto da vida, ela vai ter que ir para algum lugar depois temporário né, temporário, no primeiro né então eu acho que ali é uma coisa que ela vai poder pensar, o que que ela vai poder fazer depois, porque enquanto você tá acolhimento, antes de você fazer 18, você nem fica assim tanto preocupado, na hora que vai ser chegando os 18 que você começa a preocupar, nossa para onde será que eu vou, o que que eu vou fazer, onde eu vou morar 2) Eu já sabia que tinha essa questão da república, mas aqui na cidade não tinha.. agora que foi criado... não tinha. Foi criado 2 anos depois, foi criado ou esse ano. É.. aí eu conheço né gente que tá por conta dessas pessoas que tá lá ter passado pelo acolhimento antes, então eu conheço porque tenho vínculo. É por exemplo.. um dos que tá lá é irmão do namorado da minha irmã, que também passou por lá, então ainda a gente... a gente se relaciona porque como criou vínculo lá vai mantendo.. alguns se mantém, outros não. Alguns vínculos não tem como não manter. Estão lá.. sim, e alguns que estão pra sair que eu também conheço provavelmente vai pra lá. Bom por exemplo na modalidade república, ainda sim é muito fácil.. mas por exemplo é eles que tem que fazer a compra, eles que tem que ver essa questão de móveis coisas assim, não sai do bolso deles.. mas é eles que tem que ver, então querendo ou não eles tem que ir no mais

acessível né, não é tipo assim ah vou comprar esse aqui que é o que achei mais bonito, não.. eu vou comprar isso aqui porque a gente precisa, o que é essencial... mesmo que não saia do bolso deles.. mesmo eles ainda.. mesmo ainda ele tendo um conforto, mas querendo ou não eles tem a experiência de estar indo atrás desse conforto. Eles cozinham, faz as compras do mês e tal esses negócio [...] igual eu falei tem muita gente que tá ali saindo e não sabe fazer uma comida, vai limpar a casa e parece que não limpou nada, então tipo assim.. acha que limpar o quarto é o suficiente, vive ali no quarto e o resto da casa pode tá uma anarquia... Ah é cansativo, mas tipo é a vida né? Você tem que ir e você tem que tá ali... É igual eu falei é experiência, cê tem que passar por ela e pronto, até se adaptar, tudo é adaptar, uma hora você se adaptar.. mas tipo é a vida e é uma coisa que eles não mostram.

3) Ah! Eu acho que eu vou já ouvir falar desse negócio, tipo aldeia.

4) República, que que isso? É, eu acho que tava ficando nisso aí eu tava nessa casa aí... Ela "NOME DE JOVEM ACOLHIDA" falou que ela saiu do acolhimento e ela tá lá naquela .. Igual também tinha falado que quando cê sai também parece que recebe um, recebe três meses de um salário de R\$ 1.200.

5) É eu tô sabendo que abriu essa república. É um lugar que eu não moraria. Se fosse naquela época que eu tava precisando, sim eu ia... Mas assim igual eu sair direto da minha casinha... mas se fosse igual eu falei na época que eu passei fome eu ia sim... É, então... não... a tia falou que se eu não desse certo ela ia por eu lá, mas eu falei que não, que eu iria conseguir, que a gente tem que conseguir, eu não queria ficar em república, eu falei pra ela... É, e eu não tenho paciência pra pessoa folgada, pessoa porca porque querendo ou não... É, e eles que iam fazer compra? Como é essa república? Ah não de boa... Não eu não moraria não. Só se eu tivesse precisando mesmo, mesmo... porque assim, não com aquele pessoal lá, não daria certo... sabe? É, sabe porque que eu acho que não daria certo? pode entrar gente de fora? Já não gosto porque tipo assim... igual lá em casa ninguém entra se a gente não deixar, mas é regra nossa, aí como você vai fazer uma regra numa casa com um monte de pessoas que pensa diferente? não tem como. É, não gostaria. Ah não sei se é porque não gosto que mexe nas minhas coisas.

Deixa um recado ou mensagem para quem está saindo agora do acolhimento.

2) Ir atrás certinho vê tudo realmente o que o “NOME DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO” oferece de ajuda, benefícios que eles fala que você pode ter, ir atrás.. num deixar.. eu por exemplo eu deixei porque eu achei que ah vou conseguir sozinho, então é isso.. mas querendo ou não é complicado, eu não consegui totalmente sozinho.. eu tive você, tive minha irmã, então eu ainda tive um apoio, mas tem gente que vai sair que não tem, e é isso tipo.. vai atrás de tudo que eles falar que você pode ter.. é porque às vezes a gente se sente, aquela questão do orgulho.. ah não vou precisar, que quando cê tá pra sair é isso, cê tá pra sair.. cê faz aniversário hoje, ou você sai no dia ou cê sai amanhã. Então tipo assim.. cê fica com aquela coisa então tá né, já que eu não vou precisar mais...E como que é comemorar esse aniversário? Ai não sei.. tipo assim.. pra mim foi tranquilo eu comemorar, eu.. eu.. acho que coloquei na minha cabeça que tipo assim amanhã é amanhã e hoje é hoje então eu.. pra mim foi bem de boa e eu fiquei com gente com que gostava.. eu morei com gente que eu gostava então foi de boa pra mim.. mas dá um.. Eu fiquei assim triste mais por conta da educadora que tava lá no dia por exemplo que começou a chorar, aí eu fiquei pensando ai meu Deus eu tenho que ir embora logo se não até eu vou chorar aqui.. mas tipo assim, foi aquele clima de despedida de tchau mesmo, porque por mais que às vezes você fala "ah, é bom ter contato e tudo mais", acaba que às vezes por conta da correria, por conta da família e tudo, cê num mantém esse contato que gostaria.

3) Então né, eles não entenderiam, é porque também assim né quem tá lá a gente não entendi como vai ser depois, só fica pensando agora né, e aí cada um vai aprendendo sozinho né, pelo menos comigo foi assim, problema é que alguns é mais difícil de aprender né, tipo meu irmão ,por exemplo, né e eu, eu fui morar sozinho e fui aprendendo né, tinha que fazer as coisas não podia gastar tudo à toa agora já tem uns aí né que são tudo meio sem juízo total né[...] problema maior é a gente saber se manter, né, porque a gente sai de lá, pobre né, recebendo um salário pequeno aí tem que ir em busca de uma melhora né, mas não é fácil é muito difícil

4) Agarrar as oportunidades [RISOS]

5) Ia falar assim: ‘oh meninos aproveita a oportunidade que cêis tá tendo aí hoje porque pra fora é difícil, aproveita o máximo que puderem porque... curso... porque lá fora vai ser válido pra vocês’, só isso! Ah, isso pros meninos que já vai tá trabalhando... eu quero falar pra todos, pra quê? pra ter uma noção por exemplo: de 10 anos pra cima, que tem uma noção de quem tem 10 anos... [Ah,

cê não tá querendo deixar um recado só pra quem tá saindo com 18] Lógico... não... É no modo geral, sabe porque? Porque a criança assim, tem 10 anos.. vê com um menino de.. um exemplo de.. 17 anos, tá começando a procurar emprego agora, que querendo ou não eles vê, eles não é bobo, vê como que tá... tipo assim eu queria dar um conselho tipo assim pra eles focar na escola, parar com essas coisinhas.. focar em curso, quanto mais curso cêis puder... Bem antes porque eu não ia em curso quando eu não tinha 18, quando eu não tinha.. quando tava pra completar 18...: Eu ia falar assim “faz você” [RISOS] ... Mas assim tem que conversar, tem que pôr na cabeça deles. Vale a pena tentar, eu tentaria um monte de vez só pra ver aqueles meninos falar “nossa ainda bem que a MAARIS avisou, ainda bem que alguém avisou”. É tem que falar, tem que incentivar... “não.. que que cê gosta?” Vamo tentar outra coisa.. é tipo assim, num é vamo por você na nataçã e o menino num gosta de nataçã, vai por na nataçã? que eles faz isso, ah vou te por numa coisa, e o menino não gosta... quantas vez eles num pois eu em negócio que eu não gostava, por isso que eu não ia. Eu Amo dançar, eu quero fazer tipo assim.. uma aula tipo assim pra eu ser.. como assim dançar.. assim essas danças de bairro, eu quero dançar... o povo vê eu dançando e fala ‘porque que você não foca?’, mas eu gosto demais de funk ai.. eu sei dançar sertanejo também, agora essa pisadinha que tá na moda, mas eu gosto mais de funk, eu queria ser dançarina de funk. É das coisas boas, até das conversas das educadoras, dos conselhos que eu sei que elas dava... que hoje aqui fora nós não tem isso aqui não, lá nós tinha muito conselho vixi.. se pudesse voltar atrás.. juro por Deus se pudesse voltar atrás eu ia pegar tudo os conselho que ela me dava, os cursos que eles deu tudo, pra hoje tá aqui fora tá melhor.. mas agora não pode voltar atrás, a gente tem que ver daqui pra frente. Mas assim eu teria vontade.. sabe qual que é a minha vontade que eu falei pra tia assim uma vez? que eu queria fazer uma palestra pra essas crianças que ficou agora que ta quase saindo, tipo assim pra falar me abrir.. falar como que é o mundo lá fora, que não é fácil.. dar valor ao que cêis tem aqui dentro que não sei o que, eu tenho vontade de fazer isso sabe porque? pra essas criança ver, porque o mundo aqui fora não é fácil não gente.. vamos te curso, vamo batalha, vamo ouvir as educadoras porque elas fala não é por mal não.

ANEXOS

ANEXO A - Folha de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: JUVENTUDE E A PROTEÇÃO INTEGRAL: MEMÓRIAS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Pesquisador: Thais Pereira da Silva

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 52565421.2.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.130.131

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma clara e concisa. Todos os elementos necessários para a compreensão da pesquisa, notadamente sobre como se dará a pesquisa de campo, estão presentes.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa foi explicitado de forma clara e direta.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os potenciais riscos foram bem considerados. Também foram apresentadas formas evitá-los e/ou para diminuir seus impactos. Os benefícios também foram suficientemente conjecturados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como toda pesquisa bem fundamentada, a presente é relevante e apresenta de forma clara como se dará o contato com os participantes da pesquisa, ao todo 13 indivíduos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram corretamente preenchidos e inseridos, a saber: Informações Básicas do Projeto, Folha de Rosto, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, orientação ao CEP informando a não-necessidade de inserção de autorização de entidade, dado o perfil dos entrevistados, arquivo com o projeto original completo, questionário semiestruturado de perguntas a serem feitas aos participantes da pesquisa. Assim, em virtude do

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA**



Continuação do Parecer: 5.130.131

perfil dos sujeitos da pesquisa, não é necessária a inserção de autorização de qualquer entidade ou instituição para realização da pesquisa de campo.

Recomendações:

Não há recomendações a serem feitas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de pesquisa. Não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O coordenador aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1825768.pdf	12/10/2021 19:26:10		Aceito
Outros	OrientacaoCEP.pdf	12/10/2021 19:25:48	Thais Pereira da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto de Pesquisa PPGSS.pdf	27/09/2021 18:58:23	Thais Pereira da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	27/09/2021 18:14:18	Thais Pereira da Silva	Aceito
Folha de Rosto	Folha de Rosto.pdf	27/09/2021 17:59:35	Thais Pereira da Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 5.130.131

FRANCA, 26 de Novembro de 2021

Assinado por:
Marcos Alves de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br